

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO

TUANE LUDWIG DIHL

PLURAIS (IN)VISIBILIDADES:  
REPRESENTAÇÕES REPUBLICANAS SOBRE O NEGRO (JORNAL A  
FEDERAÇÃO - RS, 1884 – 1903)

SÃO LEOPOLDO

2017

Tuane Ludwig Dihl

PLURAIS (IN)VISIBILIDADES:

Representações republicanas sobre o negro (Jornal A Federação - RS, 1884 – 1903)

Dissertação ou Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.  
Área de concentração: Estudos Históricos Latino Americanos.  
Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.

São Leopoldo

2017

D575p Dihl, Tuane Ludwig.  
Plurais (in)visibilidades : representações republicanas  
sobre o negro (jornal A Federação - RS, 1884 – 1903) /  
Tuane Ludwig Dihl. – 2017.  
170 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio  
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.  
“Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.”

1. A Federação (Jornal : RS). 2. Partido Republicano  
Rio-Grandense. 3. Negros na imprensa – Rio Grande do  
Sul – História. I. Título.

CDU 94(816.5)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

## AGRADECIMENTOS

Depois de *visibilizar* os negros no jornal *A Federação*, eis que é chegada a hora de *visibilizar* outros personagens desta dissertação, a fim de dar-lhes a devida atenção e dirigir-lhes meus sinceros agradecimentos. Estes, embora aparentemente invisíveis nas páginas que seguem, na verdade estão tão presentes quanto os protagonistas, uma vez que sem o apoio e afeto que me forneceram ao longo dos dois anos de mestrado, nenhuma palavra sequer teria sido escrita sobre os outros.

Quando esta pesquisa começou a ser alinhavada ainda estava na graduação, na ULBRA em Gravataí. Neste local é que fui despertada à pesquisa histórica e, principalmente, incentivada pelos especialíssimos professores Viviana Benetti, Rodrigo Simões e Regina Curtis. Sem a influência deles e os ensinamentos que constituem minhas bases enquanto docente e pesquisadora – pelas quais sou infinitamente grata a vocês! - certamente não teria tido fôlego e competência para a aprovação na seleção do mestrado e tampouco para finalizá-lo agora.

Ao lado dos professores, fiz amigos (os melhores) na ULBRA, que seguiram acompanhando-me nesta caminhada. Camila, Renata e Sérgio, muito obrigada por aturarem minhas enfadonhas conversas sobre a dissertação durante nossas reuniões, diga-se de passagem, sempre muito divertidas. Sem estes momentos de descontração e da amizade de vocês, não teria conseguido lidar com a pressão dos prazos de escrita.

Nos dois anos em que estive na UNISINOS também encontrei mestres e colegas que merecem (e muito) serem *visibilizados*.

Agradeço às colegas e amigas Michele de Leão e Bruna Gomes, que muito me ensinaram sobre eventos, revistas, Lattes e afins. Cheguei no mestrado sem muito conhecimento sobre o funcionamento do “mundo científico”, vocês foram essenciais neste processo. Jamais irei esquecer nossas conversas, compartilhando os percalços de nossos trabalhos com cafés e pipocas na Uni. Os colegas Everton, Marcos e Matheus também me auxiliaram muito neste sentido, sempre solícitos em responder as minhas dúvidas de iniciante. Obrigada a todos!

Muito obrigada também aos professores do corpo docente do PPGH, com as quais tive a honra de cursar as disciplinas do mestrado: Eliane Fleck, Heloísa Capovilla, Jairo Rogge e Luis Fernando. Os ensinamentos que me proporcionaram foram de grande valia para minha formação enquanto pesquisadora. Em especial, sou muitíssimo grata ao professor Cláudio Elmir, que me despertou o interesse pelas biografias e que com seus ensinamentos fez com

que este trabalho ganhasse um novo rumo. Além disso, aproveito para agradecer a leitura criteriosa e as atentas observações que fizestes tanto na banca de qualificação, quanto no exame final.

Também integrante da banca de qualificação foi a professora Maria Angélica Zubaran, a quem devo agradecer a leitura igualmente atenta que fez deste trabalho, e, principalmente, pelas valiosas observações que fizestes ao primeiro capítulo, enriquecendo-o muito. Fato que se repetiu na banca de defesa, ao lado do professor Petrônio Domingues que igualmente contribuiu (e muito!) para o aperfeiçoamento desta dissertação.

Claro que os agradecimentos mais que especiais dirijo para meu querido orientador Paulo Moreira. Desde o convite para orientar este trabalho mostrou-se sempre muito atencioso e paciente com esta jovem pesquisadora, cheia de dramas e inseguranças. Sou muito grata por todas as sugestões, revisões, conversas, livros, indicações de bibliografias e fontes..., sem elas este trabalho não teria saído. Enfim, tua orientação leve e comprometida ao mesmo tempo, bem como a paixão que manifestas pelo ofício, muito me ensinaram sobre como deve ser feita a pesquisa histórica. *Quero ser que nem tu quando crescer!*

Agradeço também a CAPES pela concessão da bolsa que cobriu as despesas da universidade, sem a qual não teria tido como cursar o mestrado.

Não posso deixar de agradecer aquele que com certeza foi o que mais ‘sofreu’ com as tensões e os estresses dos momentos finais de escrita da dissertação. Arthur, amor, não sei de onde tu tirou paciência para aturar todas as minhas ‘crises’ e meu mau humor! Mas, enfim, sou muito grata por isso, por todo carinho e confiança que me ofereceu nestes tempos que acabaram se tornando difíceis para ambos. Além disso, tenho que te agradecer pela ajuda que prestou durante o tempo de mestrado com abstracts, tabelas e gráficos. Obrigada por tudo!

Para o fim deixei os mais importantes, aqueles que sempre estiveram e que sempre estarão ao meu lado, em toda e qualquer empreitada que eu me envolva. Mães – Carla, Loiva e Roberta – e pai – Jair – sinto-me privilegiada por tê-los em minha vida e só por isso já deveria agradecer-lhes todos os dias. Contudo, para esta circunstância devo agradecê-los pelo apoio e incentivo que sempre me ofereceram desde o início desta caminhada. Além disso, o suporte financeiro que me prestaram, fosse com os “20 pila” para a gasolina ou mantendo a manutenção do carro para que eu pudesse me locomover até a UNISINOS (entre tantas outras coisas!), foram extremamente valiosas nestes dois anos de estudos. Muito obrigada por tudo!

## RESUMO

Esta pesquisa dedica-se a analisar as representações veiculadas no jornal porto-alegrense *A Federação* – órgão do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) – acerca dos negros no período do pós-abolição, especificamente entre as décadas finais do século XIX e os primeiros anos do XX. A partir das edições deste periódico, investiga-se a forma, os sentidos e significados atribuídos às categorias de cor e raça quando utilizadas para visibilizar os afro-brasileiros. Esses aspectos puderam ser identificados em discussões que acenavam para o protagonismo abolicionista e político negro, em projetos para a transformação dos regimes de trabalho e nas representações sobre os comportamentos “não-brancos” nos espaços públicos. Verificou-se uma ausência de discursos unívocos sobre os aspectos destacados por parte dos redatores d’ *A Federação*, que se refletiu em representações igualmente variáveis, que podiam condenar ou exaltar os negros, a incluí-los ou a excluí-los de seu projeto republicano, ou ainda, tendiam a visibilizá-los ou a invisibilizá-los em suas páginas.

**Palavras-chave:** A Federação. Partido Republicano Rio-grandense. Representações. Negros. Invisibilidade.

## ABSTRACT

This research analyzes the representations shown on the Porto-Alegrense newspaper 'A Federação' – part of the Rio-Grandense Republican Party (PRR) – about black people in the post-abolition period, specifically between the latest 19th century decades and the initial years of the 20th century. From editions of this newspaper, it is investigated how and the meanings given to ethnicity and color when used to give visibility to African-Brazilians. Those aspects could be identified in discussions that pointed to the abolitionist and black political protagonism, on projects for the work regimes transformation and on representations about non-white behaviors in public spaces. It was noticed an absence of single speeches about distinguished aspects of 'A Federação' editors, which reflected on equally variable representations, that could condemn or praise black people, include or exclude them from its republican project or yet tend to either give visibility or invisibility.

**Keywords:** A Federação. Rio-Grandense Republican Party. Representations. Black People. Invisibility.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Fotografia Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1912).....	54
Imagem 2: Fotografia Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1919).....	57
Gráfico 1: Cor e desordem .....	128
Gráfico 2: O acionamento das classificações de cor e raça.....	137



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ocorrência de publicações acerca da abolição (1884-1888) .....	40
Tabela 2: Ocorrência de publicações acerca da abolição (1889-1903) .....	84
Tabela 3: Projetos e percepções sobre a transformação do trabalho .....	95
Tabela 4: Quadro dos serviços prestados pela Polícia Administrativa dos anos de 1900, 1901 e 1903 .....	135

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BN – Biblioteca Nacional

PRP – Partido Republicano Paulista

PRR – Partido Republicano Rio-grandense

PRRJ - Partido Republicano do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 FRAGMENTOS BIOGRÁFICOS DE ABOLICIONISTAS: COR, MOBILIDADE SOCIAL E QUERELAS POLÍTICA</b> .....	38
<b>2.1 Abolicionistas negros: diferentes estilos, diferentes representações</b> .....	38
2.1.1 <i>O ‘desertor’ José do Patrocínio</i> .....	43
2.1.2 <i>Aurélio Viríssimo de Bittencourt e a exemplaridade pública</i> .....	51
2.1.3 <i>O romancista Machado de Assis e o engenheiro André Rebouças</i> .....	60
2.1.4 <i>Luiz Gama, o “grande negro”</i> .....	64
<b>2.2 Abolicionismo “branco” e a construção de uma memória abolicionista</b> .....	69
2.2.1 <i>Joaquim Nabuco, o “ilustre monarquista”</i> .....	70
2.2.2 <i>A princesa Isabel de Bragança e o “falso” abolicionismo</i> .....	78
<b>3 TRABALHO E CONTROLE SOCIAL: PROCESSOS DE VISIBILIDADE E INVISIBILIDADE DO TRABALHADOR NEGRO</b> .....	92
<b>3.1 Projetos imigrantistas e o trabalhador negro em foco</b> .....	92
<b>3.2 Os alforriados, os criados e o controle social sobre o negro liberto</b> .....	118
<b>3.3 Do discurso à manutenção da <i>ordem</i>: relações entre policiais e negros</b> .....	128
<b>3.4 Dos usos e sentidos da cor e da raça</b> .....	140
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	155
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	159

## 1 INTRODUÇÃO

Todos os anos, ao longo do mês de maio após o ano de 1888, aflorava uma retórica poética acerca da data que pôs fim à escravidão brasileira no jornal *A Federação*, de Porto Alegre, que servia de órgão de propaganda do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Era nesta época que se preocupavam os periodistas da folha em reforçar a suposta imagem do país como um “paraíso racial”<sup>1</sup>. Para eles, após a abolição oficial, negros e mestiços passaram a viver em pé de igualdade com o branco, sem quaisquer restrições legais ou nos costumes.

O 13 de maio não assinala só a libertação dos cativos, é antes o leal abraço e beijo fraterno de todos os brasileiros: o antigo senhor buscando no olhar do ex-escravo o esquecimento do passado; na alma ultrabondosa do preto, deslembrando tudo, novas fontes rebentam dessa afeição, nunca dignamente decantada, que o negro em sua grandiloqua dedicação voltava sempre ao seu amo e algoz!

[...] Foi uma radiante aurora serena espancando trevas de uma noite, noite aterradora, em que uma nação tripudiava sobre uma nobilíssima raça oprimida; a abolição entre nós foi a irmanação de todos não somente dentro da lei, mas no domínio dos costumes e das práticas de todo o mundo: os cidadãos de uma ou de outra cor deram-se os braços lealmente, não distinguindo mais diferenças infamantes no seio da Pátria, brasileiros todos!<sup>2</sup>

Aos olhos do periodista, a abolição e os anos vindouros estiveram calcados numa verdadeira relação de reciprocidade que se estabelecera entre “pretos” e “brancos”. Isto, pois os primeiros, donos de uma bondade inerente, perdoaram os segundos, que apesar de os terem escravizados, também foram os responsáveis por prover sua liberdade. Os redatores d’ *A Federação* creditavam à escravidão a responsabilidade única pelos conflitos raciais, uma vez que “o escravo era o inimigo do senhor, em que ele não enxergava senão o homem que enriquecia a custa do seu trabalho, enquanto ele vivia miserável, que tinha alegrias enquanto ele era desgraçado, privado de todas as consolações e afetos”<sup>3</sup>. A abolição, neste sentido, teria promovido quase que imediatamente a dissolução destas diferenças, ou seja, uma verdadeira conciliação entre as duas raças. E, de *braços dados*, como sugere o fragmento da primeira publicação referenciada, a nação brasileira estaria colhendo já em 1891, bons frutos, prosperando economicamente e com as relações morais equilibradas.

<sup>1</sup> Segundo a autora Célia de Azevedo, a concepção de um “paraíso racial” brasileiro foi construída pelos abolicionistas do país com base em grande medida no olhar dos abolicionistas dos Estados Unidos e de países europeus projetados sobre o Brasil. Tal conexão é calcada no fato de que o abolicionismo em cada país se constituiu a partir dos contatos internacionais, travados nos encontros ou congressos abolicionistas de diversos países e viagens particulares de abolicionistas ao estrangeiro, além dos relatos escritos de diversos viajantes. (AZEVEDO. Célia Marinho de. O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*. v. 30, Dez.1996, p.157).

<sup>2</sup> *A Federação*, 14 de maio de 1891, p.1.

Optou-se por realizar a atualização da grafia dos documentos utilizados.

<sup>3</sup> *A Federação*, 18 de maio de 1888, p.1.

Era bastante comum *A Federação* endossar tais concepções ao constatarem como se davam as relações raciais noutros países, especialmente nos Estados Unidos<sup>4</sup>, sobre as quais manifestava profundo estranhamento. Em 1903 publicava-se ali, que na sociedade estadunidense os negros eram obrigados a limitar-se às funções mais ínfimas, pois lhes restava contentar em ser “criados de hotel, de café, carregadores, ajudantes de barbeiro, engraxadores, etc”<sup>5</sup>. Afirmava-se ainda que quando os negros conseguiam obter serviços públicos também lhes eram designadas as funções mais baixas, como de “guardas, secretários de municipalidade, policiamento, etc.”<sup>6</sup>. Isto é, não eram quaisquer atividades que poderiam desempenhar, principalmente lhes eram vetadas aquelas que envolviam finanças. As circunstâncias descritas, no entanto, não pareceram tão díspares ou estranhas as que os afro-brasileiros dispunham no Brasil<sup>7</sup>, apesar de terem existido negros que ascenderam socialmente aqui e tornaram-se figuras públicas conhecidas e respeitadas, não estiveram eles isentos de restrições raciais.

Assim, fica claro que estes discursos d’ *A Federação* processavam uma verdadeira *invisibilidade* dos problemas raciais naquela sociedade, uma vez que mascaravam as reais circunstâncias enfrentadas pelos negros após sua libertação do cativeiro (que quiçá ainda hoje perduram), bem como quanto às relações entre pretos e brancos. Na verdade, o próprio periódico deixou brechas para acessar este período de uma forma mais crítica por meio de suas páginas, na medida em que noticiou situações que *visibilizavam* alguns dos preconceitos sofridos e das dificuldades e estratégias de vida traçadas por esta população. De mão disso, é

---

<sup>4</sup> A elite intelectual da época, conforme Thomas Skidmore, esforçava-se para distinguir a realidade da América do Norte – e, por vezes, Europa – da do Brasil. Enquanto aqui existiria uma sociedade multirracial, sem barreiras de cor institucionalizadas e com uma terceira casta social – a do mulato; nos Estados Unidos vigorava um quadro inversamente contrário. Ao fim do século XVIII, o homem livre de cor no Brasil teria já um lugar definido na sociedade, enquanto seu semelhante nos Estados Unidos enfrentava sistematicamente leis (no Sul) e costumes (no Norte) discriminatórios que o impediam de penetrar na ordem socioeconômica estabelecida. De acordo com Skidmore, então, “não havia tradição no Brasil de supressão de não brancos dentro de um rígido sistema birracial, e o pensamento racista não podia, em consequência, ser usado para reforçar tal sistema”. (SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976, p.70-71).

<sup>5</sup> *A Federação*, 19 de março de 1903, p.1.

<sup>6</sup> *A Federação*, 19 de março de 1903, p.1.

<sup>7</sup> Ao analisar o censo de 1940 de São Paulo, George Andrews constatou que os afro-brasileiros estavam situados bem atrás da população branca em todas as áreas, e particularmente nos setores urbanos das profissões liberais e na posse de empresas industriais e comerciais. Segundo o autor, o censo sugere que a única área de emprego da classe média em que os afro-brasileiros começaram a se aproximar de alguma paridade em sua representação na população como um todo foi o setor público, uma vez que compunham 12,2 por cento da população em idade produtiva (10 anos em diante) e 8,8 por cento dos funcionários públicos. Contudo, a maior parte desses empregos do setor estatal estava bem distante dos status de classe média, pois incluíam aqueles trabalhos servis, como varredores de rua, trabalhadores da construção, porteiros e serviços de escritório mal remunerados e serventes. (ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo* (1888-1988). Tradução Magna Lopes. São Paulo: EDUSC, 1991, p.1999-2000). Como exemplo da cruel persistência das discriminações raciais nas diversas esferas do trabalho no Brasil, ainda na atualidade, ver: JAIME, Pedro. *Executivos Negros: Racismo e diversidade no mundo empresarial*. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, 2016.

que se propôs para este trabalho o seguinte problema de pesquisa: quais representações foram veiculadas na mídia jornalística acerca dos negros no período do pós-abolição? Serão consideradas para responder este questionamento as últimas décadas do século XIX e o início do XX de Porto Alegre, especificamente entre 1884 e 1903<sup>8</sup>, por meio das edições d' *A Federação*.

O caminho percorrido para se chegar a esse problema remete diretamente a uma *curiosidade* surgida ainda nos tempos da graduação, quando se interrogava acerca dos destinos da população negra após a libertação oficial do cativo. As leituras a que se teve acesso resumiam-se a afirmar que depois do 13 de maio de 1888, o negro teria sido simplesmente deixado à “própria sorte” pelas autoridades, ficando fadado à marginalização<sup>9</sup>. Não acreditando nisso ou pelo menos suspeitando que aí não estivesse toda a verdade, é que se planejou inicialmente investigar quais as formulações e ações haviam sido encabeçadas pelos dirigentes brasileiros (elites políticas e intelectuais), no sentido de incluir (e de que forma) esta população recém-egressa do cativo na sociedade. Esta proposição original não foi abandonada, mas à medida que as leituras acerca do tema foram sendo atualizadas, percebeu-se o simplismo dela. Desse jeito, passou-se a vislumbrar um estudo que contribuísse mais significativamente para o lançamento de novos olhares e perspectivas ao pós-abolição<sup>10</sup>.

Ao pesquisar as representações sobre os negros a partir da imprensa paulista no final do século XIX, Lilia Schwarcz constatou que o negro era considerado um degenerado e inferior tanto no período escravista quanto no período posterior a abolição. A autora relacionou esta maneira de ver o negro às teorias racistas em voga no período que, por sua vez, afirmavam e legitimavam esta visão depreciativa<sup>11</sup>. Segundo Lilia, que desvelou representações sobre os negros desde a religiosidade até as ocorrências policiais, passando por muitos aspectos do cotidiano de São Paulo, a questão racial foi sendo transformada e dissolvida a partir do início do século XX. Isso, pois o problema racial teria deixado de

<sup>8</sup> Entende-se que, apesar do ponto de partida ser o ano de 1884, não se pretende com isso desmerecer a importância de 1888 e da Lei Áurea – marco que sinalizou uma importante mudança na ordem jurídica do país. Acontece que o ano de 1884 pareceu atender melhor às peculiaridades da pesquisa, permitindo uma apreciação mais interessante do tema proposto, uma vez que diz respeito ao ano de fundação d' *A Federação* e dos primeiros do próprio PRR e ainda à conjuntura abolicionista que marcava os últimos anos do escravismo no Rio Grande do Sul. Quanto ao ano de 1903 para encerrar nosso recorte cronológico, deve-se ao fato de ter sido o ano de morte do eminente líder do PRR, Júlio Prates de Castilhos.

<sup>9</sup> Algumas considerações acerca dessa historiografia serão feitas adiante.

<sup>10</sup> Deixa-se claro que o pós-abolição é um período de difícil delimitação, cuja imprecisão cronológica é justamente pauta de discussões historiográficas. Não há desta forma, consenso quanto às datas que devem balizá-lo, existindo pelo menos quatro marcos possível para seu início – 1831, 1850, 1871 e 1888, e para assim, muitos defendem que a situação pós-abolicionista persiste até os dias de hoje. Não se pretende com nosso trabalho apontar uma solução para tais impasses ou tampouco desmerecer tais discussões.

<sup>11</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

constituir um tema, uma questão no interior da jovem República, sendo que a partir dos anos 20 a imagem do negro passou a ser associada às concepções paternalistas, aparentemente opostas. Os afro-brasileiros, por um lado, tornaram-se “pretos fiéis e servidores”, “felizes enquanto tutelados”, por outro, eram ainda “violentos” e com “resquícios degenerados”<sup>12</sup>.

Célia Marinho de Azevedo também empreendeu um estudo neste sentido, baseado igualmente nos discursos apresentados na imprensa paulista a respeito de escravos por meio das discussões sobre a transformação do trabalho. A autora constatou o que chamou de “imaginário do medo”, no qual o negro era tido como instável e perigoso, requerendo um permanente controle por parte do branco, uma vez que tinha por base o medo dos senhores de escravos em relação aos cativos. Segundo ela, os argumentos racistas ou de racismo científico, descartavam qualquer papel dos descendentes de africanos para o futuro da nação, a eles eram atribuídos vários defeitos incorrigíveis: “falta de energia, de iniciativa, de responsabilidade e disciplina, em suma, incapacidade para o trabalho livre e para a vida regrada numa sociedade civilizada; baixo nível mental e irracionalidade, tendência à vagabundagem, à bebida, ao crime”<sup>13</sup>. Deste jeito, as elites teriam começado a descartar afro-brasileiros, acusando-os de maus trabalhadores - raça inferior fadada à ociosidade – e, portanto, incapazes para o trabalho livre. O dito “imaginário do medo” foi cedendo lugar, segundo Célia, a outro imaginário de paz e progresso, cuja personagem central e redentora dos males do país era o imigrante, simbolizante de trabalho e moralidade<sup>14</sup>.

Outro pesquisador, Josenildo de Jesus Pereira, também lançou-se nos estudos das representações de negros a partir da imprensa jornalística. Em sua tese de doutorado, cujo lócus de observação fora o Maranhão, no século XIX, pesquisou em três periódicos diferentes - *Diário do Maranhão*, *O Paiz e Pacotilha* – dos quais percebeu que as diferenças existentes nos discursos apresentados por eles eram apenas de concepção e forma em relação ao encaminhamento do fim da escravidão. Segundo o autor, nas entrelinhas do discurso “modernizante” das relações sociais, não se verificava nenhuma proposta para a integração de ex-escravos como indivíduos autônomos, mas, sobretudo, como trabalhadores livres a serem incorporados por empreendimento agrícolas ou fabris<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> SCHWARCZ, 1987, p.255.

<sup>13</sup> AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 1987, p.254.

<sup>14</sup> AZEVEDO, 1987, p.253.

<sup>15</sup> PEREIRA, Josenildo de Jesus. *As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. 2006. 206 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006, p.189.

A análise comparativa entre os três jornais mencionados, indicou a Josenildo que eles não diferiam entre si quanto à proposição de mudanças superficiais nas relações de dominação ainda vigentes. Afinal, eles não sugeriam um programa de transformações sociais que incorporassem à abolição do trabalho escravo uma reestruturação fundiária com base da defesa do fim da grande propriedade, o livre acesso a terra, a apropriação e usufruto da riqueza produzida pelos trabalhadores<sup>16</sup>. Todavia, os periódicos teriam apresentado discursos unânimes no tocante a crítica à escravidão, mas em razão de terem circulado em momentos distintos, as representações sobre esta instituição variaram bastante. Enquanto o *Diário do Maranhão* e o *O Paiz* foram fundados num contexto em que a agricultura mercantil e escravista principiava sua decadência, ainda na década de 1850; o *Pacotilha* surgiu no momento derradeiro do abolicionismo, na década de 1880. Desta forma, enquanto os primeiros limitavam-se a fazer uma crítica moral ao trabalho escravo, defendendo a abolição de acordo com os seus interesses e perspectivas; o outro apresentou uma conotação mais crítica a respeito da escravidão e da ideologia em que ela se enredava, seus periodistas se posicionavam, inclusive, na vanguarda da “modernidade” do Maranhão por defenderem o trabalho livre, a urbanização e a fundação de fábricas como bases para o progresso<sup>17</sup>.

A exemplo destes trabalhos, buscou-se a resolução do problema de pesquisa apresentado por meio da análise de representações particulares, que se descolaram de temáticas que atravessaram a fonte e que permitiram acessá-la de forma mais objetiva. Focou-se, então, naquelas discussões veiculadas no jornal do PRR que apontavam para alguns espaços sociais em que o negro esteve *visibilizado*, em suma, no protagonismo abolicionista e político, nos projetos para a transformação dos regimes de trabalho e nos comportamentos que manifestava nos espaços públicos.

O trabalho de Hebe Mattos, uma das representantes da historiografia do pós-abolição, foi de bastante valia para esta pesquisa. Ao investigar os processos criminais e judiciais da região sudeste do país, ela percebeu que à medida que a abolição se consolidava, as referências a cor das pessoas iam desaparecendo em alguns documentos. Este processo, nas palavras de Mattos:

Não se trata de branqueamento. Na maioria dos casos, trata-se simplesmente de silêncio. O sumiço da cor referencia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos, mesmo que o qualificativo “negro” continue significando escravo, e também a uma desconstrução social do ideal de liberdade do período colonial, ou seja, a desconstrução de uma

---

<sup>16</sup> PEREIRA, 2006, p.121.

<sup>17</sup> PEREIRA, 2006, p.122.



noção de liberdade construída com base na cor branca, associada à potência da propriedade escrava.<sup>18</sup>

A liberdade, assim, ainda era encarada como oposta à escravidão, tanto que, mesmo na segunda metade do século XIX, “negro/preto” continua significando “escravo”. Não ser classificado como “liberto”, segundo a autora, não equivalia a perder a marca da escravidão, sendo as chances de ter a cor omissa proporcionais à distância geracional do cativo: quanto mais longe de um passado cativo, maiores as chances de não ser identificado pela cor. No caso específico do desígnio “pardo”, ele servia para demarcar o meio caminho entre os “homens bons” e os “escravos”, por isso seu uso estava mais relacionado à posição social a uma referência a um tom de pele mais clara<sup>19</sup>.

A “cor inexistente” associava-se, para Mattos, com a conquista da liberdade sendo, portanto, um signo de cidadania. Conforme a autora, nos quadros da sociedade imperial, a igualdade entre os cidadãos brasileiros era percebida fundamentalmente pela perda da marca da escravidão. Sendo assim, o desaparecimento da referência racial dos registros policiais não foi uma invenção republicana, mas uma prática que já se aplicava aos nascidos livres nas últimas décadas da escravidão, ao menos nas áreas de análise da autora. Em suas palavras: “para perder o estigma do cativo era deixar de ser reconhecido não só como liberto, mas como “preto” ou “negro”, até então sinônimos de escravos e, portanto, referentes a seu caráter de não-cidadão”<sup>20</sup>.

A exemplo de Mattos, quer-se vislumbrar a forma como os periodistas d’ *A Federação* empregavam e quais significados e sentidos conferiam às referências de cor e raça, fosse no uso explícito dos qualificativos preto, pardo e crioulo ou ainda em discursos, nos quais a racialização era implícita, ou seja, observada nas entrelinhas. Busca-se observar tais questões quando em relação a negros ascendentes socioeconomicamente, abolicionistas por excelência, e quando em relação à gente comum, no mais das vezes pobres. Desta análise, percebeu-se aproximações e distanciamentos que apontaram várias formas disponíveis de representação do negro no jornal do PRR, de visibilizá-lo ou invisibilizá-lo em suas páginas.

Trabalho que também evidenciou estas categorias (visibilidade/invisibilidade) em relação ao negro em Porto Alegre, foi a tese de Marcos Vinicius Rosa, embora sob perspectivas distintas das aqui adotadas. O autor propõe, em sua pesquisa, estudar as relações entre negros e brancos no pós-abolição em espaços urbanos “populares” da capital gaúcha,

<sup>18</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. Edição revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.107.

<sup>19</sup> MATTOS, 2013, p.289.

<sup>20</sup> MATTOS, 2013, p. 290.

principalmente na Colônia Africana e na Cidade Baixa, objetivando escrever uma “história do racismo entre as classes subalternas”. De acordo com Marcos, assim como identificou Hebe Mattos, houve aqui também um profundo e persistente silêncio a respeito dos africanos e seus descendentes, de modo que até hoje a ideia de um Estado predominantemente branco ainda vigora no senso comum acerca do Rio Grande do Sul<sup>21</sup>.

Nas fontes que utilizou, em especial as de cunho policial e judicial, Marcos Vinicius percebeu que os negros tendiam a ser bem mais identificados pela cor que os brancos, assim como associados a adjetivos negativos. Segundo o historiador,

A atitude de atribuir adjetivos depreciativos e inferiorizantes à pele escura era um costume disponível a sujeitos pertencentes a diferentes alturas da hierarquia social, incluindo gente pobre, que recorria aos significados raciais em situações particulares e de acordo com seus próprios interesses. Na maior parte do tempo, as deprecições da raça permaneciam silenciosas e simultâneas à tolerância, à cordialidade e à colaboração em condições de trabalho e moradia nas quais conviviam sujeitos com perfis étnico-raciais variados.<sup>22</sup>

Portanto, cor e raça eram, então, categorias acionadas em momentos de tensão do cotidiano, mesmo entre os subalternos, que as utilizavam com o objetivo de demarcar distinções e, portanto, hierarquias sociais. Os sentidos pejorativos manejados quando para se referir aos negros destacou-se nas páginas d’ *A Federação*, contudo não marcaram univocamente as representações sobre estes indivíduos formuladas pelos periodistas do jornal.

Rosa buscou demonstrar, porém, que existiam possibilidades disponíveis aos libertos quanto à conquista da sua cidadania, não sendo a invisibilidade e o silêncio da cor as únicas opções. Para comprovar esta assertiva, Marcos elucidou a atuação de um grupo de jornalistas negros que atuou em Porto Alegre entre as décadas de 1890 e 1930, que escreviam no jornal *O Exemplo*. Eles teriam cumprido a função simbólica de desconstruir a invisibilidade dos negros no Rio Grande do Sul, na medida em que participavam do debate sobre os sentidos da cor e da raça. Defender a afirmação social enquanto “homens de cor”, para esses jornalistas, era uma atitude indissociável da sua reivindicação de direitos, nas palavras de Marcos:

Assim, se a raça servia à inferiorização social e justificava empecilhos ao livre exercício da cidadania, *O Exemplo* apropriava-se dela e ressignificava como critério aglutinador, capaz de fortalecer politicamente a população de cor na busca por melhores condições de vida, de trabalho e de cidadania. Em síntese: aos indivíduos de pele escura era possível fazer uso político da raça, não mais compreendida com

---

<sup>21</sup> ROSA, Marcos Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. 2014. 312 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2014, p.18.

<sup>22</sup> ROSA, 2014, p.25.

significados depreciativos, inferiorizantes e “naturais”, mas como um fato de união para atingir determinados objetivos<sup>23</sup>.

A desconstrução da invisibilidade negra envolve também ressaltar a forma como os próprios negros demarcavam-se racialmente no mundo ‘branco’, que tendia a apagar tanto a sua presença como seus problemas sociais dos discursos oficiais. Todavia, foi possível observar por meio das publicações d’ *A Federação* que a invisibilidade ou o uso da cor e/ou raça para desqualificar os afro-brasileiros não eram as únicas formas disponíveis para nossos periodistas de lidar com estes personagens. Sublinha-se que mesmo que não constituísse um jornal identificável como “imprensa negra” – como *O Exemplo* – existiam negros em sua composição que certamente influenciaram nas variáveis representações que se desprenderam do periódico.

Tanto no trabalho de Hebe Mattos como no Marcos Vinicius, a dimensão racializada apareceu como determinante para a reestruturação social pós-abolicionista. Esse processo, como ambos ressaltam, é marcado pela influência das teorias raciais que conferiam caráter científico ao racismo e apontavam para a população negra como inferior à branca. Ambos os trabalhos abriram caminho para se pensar como os republicanos redatores d’ *A Federação* manipulavam a *invisibilidade* e *visibilidade* negra, e como isso se relacionava com seus interesses políticos no tocante ao processo de transformação do trabalho escravo em livre e da preocupação com o controle social dos libertos e de sua cidadania, no que pensaram para incluir ou não o negro no pós-abolição.

\*\*\*

No Rio Grande do Sul, a primeira vez que o tema negro no pós-abolição foi colocado academicamente em pauta foi no conhecido trabalho de Fernando Henrique Cardoso, de 1962, autor que integrava a chamada “Escola Paulista de Sociologia”<sup>24</sup>. Grosso modo, essa escola centrou os debates sobre o pós-abolição - não só em relação ao Estado gaúcho, mas a nível nacional - dando destaque a herança desestruturadora que o cativo teria legado àqueles que passaram por essa experiência. Procurando combater as ideias sobre a existência de uma *democracia racial* no Brasil, identificada nos estudos de Gilberto Freyre, esta Escola centrou suas análises na crítica da violência do escravismo e nos danos causados por este sistema. Ao salientar como o africano e seus descendentes foram vítimas deste sistema opressor, os

<sup>23</sup> ROSA, 2014, p.235.

<sup>24</sup> Claro que a questão do negro já tinha aparecido em outros trabalhos, antes da tese de Fernando Henrique Cardoso, mas no campo universitário considera-se que o seu trabalho inaugura um esforço intelectual de pensar a temática. Ver: XAVIER, Regina. *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

principais autores desta escola acabaram tornando-os carentes de ações e reações de resistência. No pós-abolição, esta *vitimização* teria causado uma situação de *anomia social*, caracterizada por famílias e indivíduos desestabilizados, principalmente em termos sociofamiliares. Neste sentido, o escravo era encarado como uma “coisa”, um alienado; portanto, quando liberto, foi incapaz de vislumbrar seus próprios interesses e traçar seu próprio destino, restando-lhe à marginalização<sup>25</sup>.

Dessa forma, podemos observar como denominador comum [...] a tentativa de combater as teorias raciais, porém aceitando parte das ideias propagadas pelos próprios racistas, nas quais o negro é apontado como 'promíscuo' e 'desprovido de valores morais'. Tanto para Gilberto Freyre como para os autores da Escola Paulista de Sociologia, é o sistema escravista o grande responsável pela ausência de vida familiar entre os cativos, e não a 'inferioridade racial', como queriam o conde de Gobineau e o médico Nina Rodrigues. Portanto, muda-se a explicação, mas a conclusão continua a mesma.<sup>26</sup>

Célia Maria Azevedo, em 1987, já criticava essa historiografia, propondo um estudo que objetivava, segundo a autora, dar voz aos milhões de indivíduos que anonimamente fazem a história e que são esquecidos por ela – no caso, os negros. Porém, crê-se que em maior medida o que Célia fez foi abordar os destinos para a população afro-brasileira sob o jugo das pretensões das elites, tão embora obviamente seu mérito esteja em destoar desses estudos que encaravam a herança da escravidão como determinante nas relações sociais estabelecidas no pós-emancipação. Sobre o trabalho propriamente dito de Célia, trata-se de uma análise dos projetos elaborados em relação ao negro ao longo do século XIX. Nesta perspectiva, ela discute as formulações que tinham por objetivo buscar resolver a grande questão que se apresentava às elites naquele contexto: “o que fazer com o negro após a ruptura da polaridade senhor-escravo, presente em todas as dimensões da sociedade?”<sup>27</sup> Para tanto, a autora define três projetos que estavam em disputa: o emancipacionista, o imigrantista e o abolicionista. Dos três, evidencia-se a preocupação com o controle social dos libertos, de modo a garantir que não constituíssem um elemento de “desordem” na sociedade, pois de acordo com o

<sup>25</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977. Ver também: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974. IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo – apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

<sup>26</sup> ROCHA, Cristiany Miranda. *História das famílias escravas*. Campinas, século XIX, São Paulo: editora da UNICAMP, 2004.

<sup>27</sup> AZEVEDO, 1987, p.17.

imaginário das elites, o negro era pouco inclinado ao trabalho e poderia facilmente cair na “vagabundagem”<sup>28</sup>.

Ao analisar o pós-abolição como problema histórico, Ana Rio e Hebe Mattos, afirmaram que há inúmeros trabalhos que se debruçam sobre esse período, cujo objetivo é estudar os projetos das elites a respeito dos libertos e da utilização dos chamados “nacionais livres” como mão de obra<sup>29</sup>. O trabalho de Célia<sup>30</sup> é identificado por essas autoras nessa tendência, que para elas, pauta-se sobre os diagnósticos e projetos de construção nacional produzidos invariavelmente pela elite, ignorando os planos e projetos encabeçados por aqueles que se libertavam do cativeiro.

A partir de agora, foca-se, então, em assinalar apenas alguns dos autores que contribuíram e que vêm contribuindo para novas versões historiográficas do pós-abolição no Rio Grande do Sul, a fim de que essa seção não se torne demasiadamente longa e enfadonha. Deve-se considerar, de antemão, que as pesquisas em relação ao negro, de modo geral, são bem mais escassas no Estado gaúcho que em relação a outros Estados brasileiros, principalmente da região sudeste, vide o problema da invisibilidade étnica-racial<sup>31</sup> que envolve nossa história e que tendia a nos caracterizar como um local livre da presença de negros. Dessa forma, dar visibilidade à população afro-brasileira na formação histórica rio-grandense é o fio-condutor de praticamente todas as pesquisas – inclusive a proposta ora apresentada – que tratam dos temas da escravidão e liberdade em solo sulino.

Petrônio Domingues, ao fazer um balanço historiográfico sobre o protagonismo negro no pós-abolição, afirma que não há mais espaço para pesquisas de abordagens generalizantes, “nas quais os negros eram (des) classificados de párias, seres anônimos, sociopatas e alienados<sup>32</sup>”. Essas pessoas devem agora ser consideradas como agentes de sua história e, ao mesmo tempo, como atores que contribuíram na elaboração de narrativas, retóricas, tramas e

<sup>28</sup> Ver também: CHALHOUN, Sidney. *Visões da Liberdade - Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

<sup>29</sup> RIOS, Ana Maria, MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v.5, n.8, jan./jun. 2004, p.170.

<sup>30</sup> Além do trabalho de Célia, as autoras citam outros que também representam esse panorama: COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. Rio de Janeiro: Difel, 1966; LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Petrópolis: Vozes, 1988.

<sup>31</sup> Ver: OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (orgs.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1966, p.13-32.

<sup>32</sup> DOMINGUES, Petrônio. Fio de Ariadne: O protagonismo negro no pós-abolição. *Anos 90*, Porto Alegre, v.16, n.30, dez. 2009, p.240.

cenários na história rio-grandense, ora na condição de coadjuvante, ora na de protagonista, ora noutras situações<sup>33</sup>.

Maria Angélica Zubaran sob o enfoque do protagonismo negro, propôs um estudo sobre o pós-emancipação em Porto Alegre onde traz à tona uma discussão sobre as comemorações da liberdade negra, especialmente, as da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea, identificando-as como espaços para a construção da memória coletiva negra<sup>34</sup>. Para tanto, trabalha com o conceito de representações buscando vislumbrá-las a partir da atuação de lideranças negras na imprensa, especificamente no jornal *O Exemplo*. Segundo Zubaran,

As comemorações da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea no pós-abolição suscitaram uma certa ambiguidade na reinvenção do passado histórico e na construção das identidades negras provavelmente associadas à própria natureza das leis abolicionistas que foram articuladas pelas elites brancas como estratégias de abolição gradual. Nesse sentido, as lideranças negras reinventaram as memórias negras, ora incorporando parte dos discursos das elites abolicionistas brancas, ora rejeitando-os e ressignificando-os de acordo com as necessidades das lutas travadas no presente.<sup>35</sup>

Nestas comemorações, as lideranças afro-brasileiras nos fins do século XIX e início do XX foram reescrevendo e reinventando a história negra, buscando com isso estabelecer referenciais para a demarcação desse povo como cidadãos brasileiros, a fim de reivindicar direitos e questionar desigualdades étnico-raciais. Um dos elementos que Zubaran apontou como essencial para a constituição de uma identidade negra coletiva, foi a montagem de um panteão de ilustres afro-brasileiros – dentre os quais faziam parte José do Patrocínio, Luiz Gama, André Rebouças e Marcílio Dias<sup>36</sup> – capaz de fornecer modelos negros à comunidade negra<sup>37</sup>.

<sup>33</sup> DOMINGUES, 2009.

<sup>34</sup> ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diáspóricas. *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.27, jul.2008, p.162.

<sup>35</sup> ZUBARAN, 2008: p.171.

<sup>36</sup> Embora não seja o caso de Zubaran, é válido colocar que as biografias vêm-se apresentando como um campo bastante promissor em relação à historiografia da escravidão e do pós-abolição. Trabalhos com este enfoque podem ser encontrados em: ALONSO, Ângela – *Joaquim Nabuco*. Companhia das Letras, São Paulo, 2007 (Coleção Perfis Brasileiros); AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha*. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 1999; COSTA, Valéria Gomes. *Trajetórias Negras: os libertos da Costa d'África no Recife (1846-1890)*. Tese (Doutorado em História), Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2013; GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias das mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2005; KABENGELE, Daniela do Carmo. *A trajetória do "pardo" Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês*. 2012. 202 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2012; LONER, Beatriz Ana. Trajetórias de "setores médios" no pós-abolição: Justo, Serafim e Juvenal. In: XAVIER, Regina Célia (org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012, p.417-442; MATTOS, Ana Maria. *Das cores do silêncio*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013; MOREIRA, Paulo. Aurélio Virrissimo de Bittencourt: Burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio, DOMINGUES, Petrônio. (orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimento sociais (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p.87-

Outro pesquisador que vem contribuindo para a historiografia do pós-abolição e para o enquadramento da população negra como protagonista de sua história, é Rodrigo Weimer. Embora seus estudos estejam mais focados nas zonas rurais do Estado, ainda assim são de grande valia para essa revisão bibliográfica. Em sua dissertação de mestrado, o autor preocupou-se em investigar os significados atribuídos à liberdade na região gaúcha de São Francisco de Paula, nas décadas finais do século XIX. Esse historiador analisou diversos fatores que permearam a vida em liberdade dos ex-escravos, entre eles, as condições de moradia, as relações com os antigos senhores e com seus semelhantes, trabalho, criminalidade, engajamento militar e os nomes e sobrenomes assumidos na nova condição jurídica<sup>38</sup>. Nesse sentido, pode perceber que os problemas colocados pela sociedade pós-abolicionista, como “a autonomia e o paternalismo; a mobilidade e a dependência; o estigma e a invisibilidade”, perduraram por longas décadas nas formas conflituais que pautavam as relações entre negros e brancos no Rio Grande do Sul e nas possibilidades limitadas impostas no horizonte de uma “construção de liberdade”<sup>39</sup>.

Mais especificamente, Weimer analisou as práticas de nomeação em relação àqueles indivíduos que se libertavam do cativeiro, de modo a percebê-las como “um espaço de disputa, tão importante como qualquer enfrentamento físico, para a definição das características desejáveis na vida em liberdade, ou mesmo para o estabelecimento de um distanciamento ou aproximação simbólica do cativeiro”<sup>40</sup>. Além disso, também preconizou visibilizar a participação e a importância do engajamento militar de ex-escravos na “Revolução Federalista”, identificando o momento como propício para esses indivíduos barganharem com seus antigos senhores. Isso porque, segundo o autor, o engajamento militar

[...] não obedecia a um alinhamento automático à facção a que seu ex-senhor pertencia, e nem à de seus adversários. Antes, dependia de um jogo de lealdade, negociações e concessão de vantagens. Estava em jogo, para os ex-escravos, a captura de lealdades anteriormente dadas ou mesmo sua ampliação. Já os ex-escravos, ao menos alguns deles lograram, neste momento, aproveitar oportunidades seletivas, limitadas, temporárias e desiguais<sup>41</sup>.

---

107; SAMPAIO, Gabriela do Reis. *Juca Rosa. Um pai-de-santo na corte imperial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009; XAVIER, Regina Célia. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Centro de Memória, Editora da Unicamp, 1996.

<sup>37</sup> ZUBARAN, 2008, p.172.

<sup>38</sup> WEIMER, Rodrigo. *Os nomes da liberdade: práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas últimas décadas do século XIX*. 2007. 336 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2007, p.34.

<sup>39</sup> WEIMER, 2007, p.295.

<sup>40</sup> WEIMER, 2007, p.35.

<sup>41</sup> WEIMER, 2007, p.297.

Em sua tese de Doutorado, esse historiador vai trilhar caminhos um tanto diferentes, mas sempre tendo como horizonte a agência negra. Neste trabalho, resumidamente, Weimer analisa a trajetória de um casal de escravos e sua descendência desde meados do século XIX até o tempo presente, de modo a elucidar a memória dessa família em relação a seu passado escravista e ao período subsequente à abolição do trabalho cativo<sup>42</sup>. Contribuindo, assim, para história social da escravidão e do pós-abolição.

Algumas considerações são necessárias acerca dos trabalhos que abarcam as dimensões da escravidão e da liberdade, assim como análises do próprio processo abolicionista no Rio Grande do Sul, visto os marcos cronológicos que balizam essa pesquisa. Nessas linhas, faz-se imprescindível apontar o trabalho de Paulo Staudt Moreira sobre experiências negras no espaço urbano de Porto Alegre, o qual trouxe novos elementos para a análise do processo que culminou na abolição. Em sua análise, o pesquisador procurou pautar as vivências daqueles indivíduos ligados ao cativo como parte fundamental desse processo, de modo a perceber que se construiu uma narrativa oficial sobre os eventos abolicionistas<sup>43</sup>.

Segundo Paulo, a elite econômica e política local, à frente do movimento pela emancipação, preocupou-se em “criar símbolos que marcassem a sua ascensão, como bandeiras e manifestações festivas, buscando consenso e apoio das sociedades em geral<sup>44</sup>”, bem como fazer com que suas ações ocupassem “as praças principais, prédios públicos e teatros com quermesses, queima de fogos e festividades diversas<sup>45</sup>.” Percebendo a dimensão política das ações cotidianas engendradas pelos escravos e pelas relações que os mesmos estabeleciam com senhores e autoridades públicas, o autor afirma que essas mobilizações abriam espaços para que os cativos escapassem do cativo e atingissem a liberdade. Pois, gradativamente ampliavam-se o número de indivíduos aos quais “poderiam recorrer para conseguir empréstimos em dinheiro, apadrinhamento em casos de maus-tratos pelo senhor ou agenciamento para a venda, proteção e auxílio junto à justiça, etc”<sup>46</sup>.

Gislaine Borba, em sua dissertação de mestrado, propõe-se a desvelar as discussões sobre escravidão e liberdade por meio do jornal *A Reforma*, órgão do Partido Liberal. Essa

---

<sup>42</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente)*. 2013. 467 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Niterói, 2013.

<sup>43</sup> Outro trabalho que se alinha a essa perspectiva pode ser encontrado em: ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 06, n.3, ano. VI, jul./ago./set. 2009.

<sup>44</sup> MOREIRA, Paulo Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003, p.170.

<sup>45</sup> MOREIRA, 2003, p.91.

<sup>46</sup> MOREIRA, 2003, p.91.



historiadora analisou a forma como esse jornal inseriu-se dentro do contexto político e social de Porto Alegre, percebendo como se apresentava e participava dos debates em torno do encaminhamento da questão servil. Para tanto, ela preocupou-se em demarcar as características da sociedade escravista porto-alegrense, entre 1870 e 1888, que possibilitaram a constituição de um movimento emancipacionista capaz de integrar diferentes personagens e posições políticas diversas, além de frisar o contexto político da criação do jornal identificando alguns de seus membros que se destacaram. Gislaine procurou evidenciar os aspectos políticos que envolveram o movimento abolicionista gaúcho, nesse sentido, a atuação da *Reforma* no processo abolicionista, esteve em grande parte ligada às disputas políticas com os outros partidos da época, o Conservador e o Republicano, vide que as brigas entre os adversários políticos eram publicadas quase que diariamente, estando ou não relacionadas à escravidão<sup>47</sup>.

Os apontamentos de Regina Célia Xavier acerca da construção de identidades e cidadania no século XIX fornecem bases para refletir acerca de como os projetos sobre os rumos do país e da Província, em pauta nessa época, lançavam mão do pensamento e da ideologia racial do branqueamento. Assim, intelectuais e administradores públicos sul-riograndenses, “não hesitaram em construir a imagem de um Rio Grande do Sul eminentemente branco, superior, com feições europeias e potencialmente preparado para desenvolver-se de acordo com sua vocação democrática e igualitária”<sup>48</sup>. Essa autora preocupou-se em elucidar que mesmo naquela época, essa versão da história já era questionada pelos articulistas do jornal *O Exemplo*, que conclamavam na imprensa uma unidade entre os *pretos*, formada a partir do registro da cor e da luta contra a discriminação e o preconceito. Em relação a isso, Regina sugere que

Os conceitos de raça e cor, em um processo dinâmico de disputa por poder, estavam realmente sendo ressignificados a cada instante e dificilmente poderiam ser essencializados. E justamente por isso, raça e cor puderam ser acionadas de diferentes formas, com sentidos diversos. É preciso, principalmente, considerar que esse processo não se deu de forma linear e de forma homogênea<sup>49</sup>.

Desta forma, a autora percebe que o manejo das ideias racializadas não se dava unicamente de uma forma vertical, ou seja, imposta ou mesmo acionada somente por uma

<sup>47</sup> BORBA, Gislaine. “É *causa dos oprimidos a que abraçamos*”: considerações sobre escravidão e liberdade nas páginas do jornal *A Reforma* (Porto Alegre/ 1870-1888). 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

<sup>48</sup> XAVIER, Regina Célia. Ser escravo no Rio Grande do Sul – Construção de identidades e cidadania. In: *Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 2013.

<sup>49</sup> XAVIER, 2013, p.10.

elite branca. Mas sim, defende que essas ideias circulavam, estando disponíveis, inclusive, aos próprios negros que se apropriavam delas a fim de demarcar suas identidades e demandas<sup>50</sup>.

A partir desses breves apontamentos, é possível identificar, assim como identificou Petrônio Domingues, que os negros no período do pós-abolição passaram por uma série de dificuldades de ordem social, cultural, política e econômica, mas, como os trabalhos citados exemplificam, suas trajetórias não foram lineares, típicas ou padronizadas<sup>51</sup>. Dada também a pouca historiografia acerca do tema em relação ao Rio Grande do Sul, faz-se necessária a produção de mais pesquisas que se proponham a tratar o pós-abolição nessa região como um campo de possibilidades, de modo a lançar-lhe novos olhares e perspectivas de análise.

\*\*\*

A consulta às edições do jornal *A Federação*, compreendidas entre os anos de 1884 a 1903, ocorreu por via eletrônica, tendo em vista que o periódico encontra-se digitalizado e disponível na *Hemeroteca Digital Brasileira*<sup>52</sup>, recurso disponível na página da Biblioteca Nacional Digital (BN Digital), mantida pela Fundação Biblioteca Nacional. Tal portal oferece alguns recursos que facilitam o uso de seu vasto acervo, como a procura por título, edição, local, publicação e palavras-chave, além de possibilitar fazer o download das edições e até mesmo a própria impressão delas.

O estado da coleção d' *A Federação* foi satisfatório para o alcance dos objetivos desta pesquisa. Na *Hemeroteca* não consta nenhuma digitalização alguma referente aos anos de 1896, 1897, 1898, assim como oferece apenas o primeiro semestre de 1887 e 1890 e o segundo de 1889 e 1899. O restante dos anos está completo no que tange às edições, faltando um que outro exemplar. Não se restringiu a análise a uma seção específica do periódico, utilizou-se qualquer editorial, notícia, artigo, anúncio ou outra publicação que se ligasse ou que trouxesse informações relativas à temática da pesquisa. Dadas essas condições e somando o fato de que a folha era impressa de segunda a sábado, fica claro que se tinha em mãos um volume considerável de fontes. Fez-se, portanto, necessária uma sistematização que simplificasse a análise deste material, por isso, selecionou-se e fichou-se as notícias. Como parte da pesquisa se debruçou sobre as trajetórias de abolicionistas e sobre os designativos de cor, foi possível utilizar o campo de busca por palavras-chave e, assim a

---

<sup>50</sup> Um trabalho que caminha nesse sentido, porém em relação à Bahia, pode ser encontrado em: ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>51</sup> DOMINGUES, 2009.

<sup>52</sup> Acesso em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

*Hemeroteca* assinalava as edições onde elas apareciam grafadas. Quanto aos demais assuntos, não se teve outra forma mais satisfatória que a leitura individual de cada um dos exemplares.

Um dos princípios básicos para o uso da imprensa como fonte histórica, conforme René Zicman, recai sobre a necessidade de historicizar o órgão consultado, a fim de identificar seu campo político-ideológico de atuação, bem como suas características<sup>53</sup>. Nessa linha, Maria Capelato chama atenção para a importância de se realizar três interpelações iniciais ao documento consultado: “Quem produziu o jornal? Para quê Como e quando?”<sup>54</sup> Tendo em vista a *receita* proposta por ambos os pesquisadores, a partir daqui o objetivo é tentar segui-la. Visando, com isso, conseguir uma melhor visão da fonte propriamente dita, assim como vislumbrar algumas questões de ordem teórica, metodológica e conceitual que circundam a problemática de pesquisa.

A *Federação* teve seu primeiro número impresso no dia 1º janeiro de 1884, apresentando-se daí por diante como órgão de propaganda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Seu escritório e oficinas inicialmente ficavam localizados na Rua dos Andradas, número 291. A partir de 1922 elas passaram a se localizar no endereço onde atualmente funciona o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - esquina das ruas Caldas Júnior e Andradas, número 959 e 963. Neste local o jornal foi impresso até 1937, quando, por um ato oficial do Estado Novo, o partido e suas publicações tiveram suas atividades interrompidas.

O dito diário era impresso de segunda a sábados, composto por cerca de quatro páginas (eventualmente seis), das quais se podiam ler notícias de todas as regiões da província e do país. As duas últimas laudas eram, na maior parte, reservadas aos anúncios publicitários ou editais informativos. Quanto às tiragens, segundo Francisco Rüdiger, na década de 1910 elas passaram dos 10 mil exemplares, coincidindo com o apogeu da supremacia do PRR e também com o início da I Guerra. Contudo, a partir dos anos 1920 elas declinaram para uma média de seis mil exemplares/dia e, no final desta década, para cerca de quatro mil exemplares/dia. Segundo o autor, o jornal não conseguiu acompanhar e responder às mudanças na composição social, mas expectativas políticas dos novos grupos e no público consumidor de bens culturais<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> ZICMAN, René Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo, n. 4, 1985.

<sup>54</sup> CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1988, p.34.

<sup>55</sup> RÜDIGER, Francisco. A Federação e o Processo político-ideológico rio-grandense. *Comunicação & Cultura*, Porto Alegre: Museu de Comunicação, 1984, p.20.

Ao longo do período pesquisado, o jornal do PRR teve sua direção ocupada por diferentes republicanos. Venâncio Aires esteve à frente durante o ano de 1884, sendo sucedido por Júlio de Castilhos que ocupou o cargo até 1891. Contudo, nas frequentes ausências deste último, ou Ramiro Barcelos (entre 1885 e 1887) ou Ernesto Alves (entre 1888 e 1891) ocuparam o cargo de forma interina. Em substituição a Castilhos, que se tornara Presidente da Província em 1891, tem-se Alfredo Varella como diretor de redação. A partir do ano de 1892, porém, *A Federação* não informa mais em sua capa seu diretor, apenas identifica Eduardo Marques como seu proprietário. Quanto a seus articulistas, é difícil precisá-los, uma vez que a grande maioria das publicações não era assinada, exceto pelo nome de alguns republicanos que por vezes se identificavam como autores, caso de Júlio de Castilhos, Ramiro Barcelos e Ernesto Alves. Além destes indivíduos, outros republicanos como Pedro Moacyr, Gonçalves de Almeida, Barros Cassal e Pinto da Rocha também eram integrantes do partido republicano rio-grandense e por consequência membros de seu respectivo periódico<sup>56</sup>.

Desde a formação do PRR em 1882, essa facção política apresentou-se de forma distinta, tanto no nível estadual como em relação a seus colegas de outras províncias. Célia Regina Pinto sugeriu três características que foram demarcadoras das peculiaridades que envolviam este partido e que por consequência se refletiam em seu veículo de imprensa. Em primeiro lugar, leva-se em conta o fato de o movimento republicano ter se desenvolvido tardiamente em solo sulino, somente na década de 80, enquanto nas outras regiões já marcava presença há pelo menos uma década<sup>57</sup>. Em segundo lugar, seus fundadores eram distintos das elites políticas da época, pois em geral, eram jovens, graduados e sem experiência política<sup>58</sup>. Tão embora inegavelmente pertencessem a uma elite econômica, não se enquadravam exclusivamente naquela oligarquia ligada à pecuária extensiva e à produção de charque. Em terceiro lugar, o dito partido não nasceu de uma dissidência com o Partido Liberal, conforme ocorreu com as demais entidades republicanas brasileiras, obviamente seu projeto político não era liberal; aliás, era antiliberal, declaravam-se adeptos das ideias positivistas de Augusto Comte<sup>59</sup>.

Os três aspectos não devem ser tomados em separados, principalmente em relação aos momentos iniciais da trajetória política do PRR, quando o mesmo precisou assentar suas bases na sociedade gaúcha. Conforme Céli, a constituição do partido havia se dado fora dos

---

<sup>56</sup> RÜDIGER, 1984, p.17.

<sup>57</sup> PINTO, Céli Regina Pinto. *Positivismo: um projeto político alternativo* (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986, p.9.

<sup>58</sup> PINTO, 1986, p.10.

<sup>59</sup> PINTO, 1986, p.15.

principais quadros coronelísticos que vigoravam naquela cena sociopolítica brasileira e gaúcha, tendo, então, que buscar legitimação noutras parcelas sociais que não pertencessem a uma elite pecuarista. Os demais partidos republicanos, porém, congregavam todas as forças de elite, não necessitaram por isso buscar apoio fora dela - como ocorrera com os rio-grandenses. O aspecto antiliberal deles, ou seja, o caráter positivista em seu discurso, exerce nesta fase papel primordial: "proporcionava os elementos necessários para a construção de uma prática política que colocava como central a preocupação com a eficiência e moralidade do Estado"<sup>60</sup> apresentando-o como uma oposição à elite. A excepcional organização e disciplina doutrinária com as quais o partido republicano rio-grandense se apresentou, foram responsáveis por dar-lhe destaque desde seus primeiros tempos de propaganda no Rio Grande do Sul, quando era ainda um grupo bem pequeno.

Certamente os fundadores do PRR não estavam radicalmente separados das raízes tradicionais do poder econômico na província, mas os seus apelos os fizeram, por certo tempo, muito próximos de setores sócio profissionais intermediários, principalmente urbanos<sup>61</sup>. Margaret Bakos utilizou-se das conclusões do trabalho de conclusão de Céli Pinto e deu destaque a *ideologia positivista* no que ela denomina de *radicalização do movimento abolicionista* provincial, principalmente na última década de vigência do escravismo<sup>62</sup>. Segundo Antônio Hohfeldt, o diferencial d' *A Federação* foi justamente perceber os novos segmentos populacionais e urbanizados que surgiram, integrando-os a seu discurso e falando para eles e em nome deles; enquanto a imprensa liberal mantinha-se presa a tradições conservadoras<sup>63</sup>.

A anexação da parcela urbana aos quadros do PRR ecoa também no contexto econômico da província e da própria Porto Alegre, responsável, por sua vez, pela própria origem desse grupo. Conforme Sandra Pesavento, o Rio Grande do Sul, ao lado de São Paulo, foi uma das primeiras regiões que despontou no desenvolvimento de um setor industrial e, portanto, de internalização capitalista. Contudo, esse processo teria se assentado nesses locais em bases qualitativa e quantitativamente diferentes:

---

<sup>60</sup> PINTO, 1986: p.16.

<sup>61</sup> FÉLIX, Loiva Otero. As relações coronelistas no Estado borgista: discussão historiográfica. *Revista Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo, v.28, 1992.

<sup>62</sup> BAKOS, Margaret. *RS: escravismo & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p.93.

<sup>63</sup> HOHLFELDT, Antônio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. *Revista da Associação Nacional dos programas de Pós-graduação em Comunicação*. Porto Alegre, dez.2006, p.11. Sobre este assunto, ver ainda: AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo: tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação do departamento de História, USP, 2001; FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1988; FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987; LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

Enquanto que São Paulo partiu de uma base ligada ao setor de ponta da economia brasileira – o café –, o Rio Grande do Sul dependeu de uma acumulação de capital comercial obtida pela venda dos gêneros agropecuários da região colonial imigrante para o mercado interno brasileiro. Logo, a disponibilidade de capital para as inversões capitalistas foi menor no Rio Grande do Sul, assim menor também seria o contingente de mão de obra livre passível de assalariar-se na lavoura, como em São Paulo. Portanto, a massa de imigrantes que deixou o campo para assalariar-se na cidade foi menos no Rio Grande do que em São Paulo.<sup>64</sup>

A renovação capitalista rio-grandense teria, então, partido da ação colonial do imigrante, que através da comercialização de produtos pecuários conseguiu acumular um capital que foi investido, por sua vez, no desenvolvimento de indústrias. Assim, várias empresas industriais foram surgindo na província gaúcha ao longo do século XIX, nucleando-se, principalmente em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, São Leopoldo e Caxias do Sul<sup>65</sup>. Esse surto acabou favorecendo em especial a capital porto-alegrense, que experimenta um crescimento populacional significativo, saltando de 43.998 habitantes em 1875, para 52.186 em 1889 e 73.274 em 1900<sup>66</sup>.

Porto Alegre dispunha de uma posição privilegiada – na encruzilhada dos caminhos que ligavam o litoral ao interior e aos Campos de Viamão, ao norte, com o sul da província – e por isso, seu porto se desenvolvia nessa época gerando o aumento da população urbana. Ainda segundo Sandra Pesavento, “essa animação de barcos, mercadorias e comerciantes nacionais e estrangeiros adquiria novo impulso com a chegada dos imigrantes: primeiro, os alemães e, posteriormente, os italianos”<sup>67</sup>. Além disso,

o fato de ser capital, motivava o inchamento das camadas médias, compostas de funcionários, e o desenvolvimento comercial do seu porto avolumava os negócios, que se diversificavam em estabelecimentos bancários e pequenas empresas. Viver em cidade, contudo, punha exigências, problemas a serem resolvidos, seja pelos poderes públicos, seja pelos capitalistas da praça. Iluminação, segurança, transporte urbano, saneamento, calçadas, arruamentos e códigos de postura normatizavam a vida dos seus habitantes e demandavam providências do governo.<sup>68</sup>

É válido considerar que os primeiros anos d’ *A Federação* correspondem aos primeiros anos do próprio PRR. No fim do século XIX, era bastante comum os partidos

<sup>64</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. *O cotidiano da República*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1900, p.15. Nos últimos anos, algumas pesquisas tem mostrado uma maior capacidade de acumulação em certos setores produtivos sulinos, ver: VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (Século XIX)*. 2013. 506 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

<sup>65</sup> PESAVENTO, 1900, p.16.

<sup>66</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Uma outra cidade*. O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p.14.

<sup>67</sup> PESAVENTO, 2001, p.14.

<sup>68</sup> PESAVENTO, 2001, p.15.

apropriarem-se dos jornais com o intuito de transformá-los em veículos partidários, desta forma, o referido periódico foi bastante significativo para a articulação do movimento republicano na sociedade civil da província. Segundo Francisco Rüdiger, essa foi a tendência do *jornalismo político-partidário* cujo papel da imprensa era essencialmente opinativo e seu objetivo era a formação doutrinária da opinião pública a favor do grupo que o usava<sup>69</sup>. Essa fase também fora marcada pelo surgimento das redações que revestiam os periódicos de uma maior organização editorial e de racionalidade em seu funcionamento. Até os jornais claramente partidários, como *A Federação*, passam a se comportar como empresas, “necessitam de capital a ser integrado por seus apoiadores, bem como atrativos para os seus leitores que devem ir além daqueles vinculados mais diretamente ao partido”<sup>70</sup>. *A Federação*, para Rüdiger, é a folha que resume e serve como modelo para essa fase da imprensa sulina, sendo também o *esboço* de uma doutrina jornalística gaúcha<sup>71</sup>.

Nesse fim de século, houve mesmo uma forte disputa entre os grandes proprietários rurais e aristocráticos, que duvidavam do voto e da capacidade da população; e aqueles mais vinculados a uma nova ordem surgida com o fim da escravatura, e que precisavam pensar na incorporação das novas massas populacionais centralizadas especialmente nas cidades – caso do PRR. Segundo Antonio Hohfeldt, quando se entra no século XX, o domínio dos republicanos rio-grandenses

reflete uma realidade que haveria apenas de se expandir e afirmar, que era a realidade das ruas dos centros urbanos, de Pelotas a Porto Alegre, e de novos segmentos populacionais como os operários e os descendentes daqueles primeiros colonizadores alemães ou italianos, aqui chegados a longo do século anterior. Pela primeira vez, efetivamente, as lideranças políticas e intelectuais, impulsionadoras da opinião pública, tinham veículos eficazes colocados a seu dispor, o conjunto de publicações da imprensa sul-rio-grandense.<sup>72</sup>

Diante dessas constatações, pode-se perceber como os jornais - não só o *A Federação*, mas qualquer outro - são documentos produzidos conscientemente por um grupo (que na maioria das vezes não possuía absoluta homogeneidade interna) que visa atingir determinados fins e públicos. Durante algum tempo a historiografia rejeitou o uso da imprensa, justamente por encará-la como uma fonte *impura* (marcada por parcialidades) e, portanto, imprópria para a pesquisa histórica. De acordo com Maria Capellato, até a primeira metade do século XX,

<sup>69</sup> RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1993, p.25-26.

<sup>70</sup> HOHLFELDT, 2006, p.10.

<sup>71</sup> Usou-se o termo *esboço*, pois, conforme o autor, a história do jornalismo gaúcho se funde à história do jornalismo brasileira, o qual por sua vez insere-se na formação do jornalismo em geral. Desta forma, não existiu uma imprensa nacional tampouco um jornalismo tradicionalista gaúcho. (RÜDIGER, 1993, p.82).

<sup>72</sup> HOHLFELDT, 2006, p.12.

circulava entre os historiadores brasileiros duas condutas distintas em relação ao documento-jornal: “o desprezo por considerá-la uma fonte suspeita, ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade”<sup>73</sup>. Ambas as posições são contestáveis; o jornal não é definitivamente uma fonte isenta, na medida em que veicula a visão de mundo do grupo social que o escreve, tampouco constitui um documento desprezível para a pesquisa.

Crê-se que o valor (pelo menos para esta pesquisa) dessa fonte para a historiografia está justamente no fato de que das páginas dos periódicos pode-se captar o ideário e as práticas políticas dos representantes da imprensa, bem como mapear a atuação de diferentes grupos que se movem por interesses distintos<sup>74</sup>. Ela possibilita acessar todo um movimento de ideias que circulam numa determinada época, contudo, trata-se também de um “documento traiçoeiro para o historiador”<sup>75</sup> que requer determinados cuidados por parte de quem o utiliza.

Claudio Pereira Elmir alerta para as “armadilhas” que permeiam os jornais enquanto fontes históricas e que se não observadas pelo pesquisador podem acabar desqualificando seu trabalho. Para ele, as informações veiculadas nesses documentos devem ser cruzadas com fontes externas, ou seja, trata-se de estabelecer um verdadeiro movimento de “vaivém” entre o que está dentro - o conteúdo jornalístico – e o que está fora – outras fontes. De maneira a evitar que ocorra uma mera transposição de narrativas: “da narrativa jornalística à narrativa histórica”<sup>76</sup>.

Se o jornal se transforma, para o pesquisador em objetos intelectuais, as perguntas feitas a ele alteram-se, até certo ponto. Paradoxalmente, elas demandam uma operação paralela e oscilante pela qual expulsam o pesquisador para fora do texto e, ao mesmo tempo, o empurram para dentro. Em ambos os casos, as determinações que contribuem a explicar a natureza daquilo que se quer investigar são várias, e o melhor discernimento sobre isso somente pode ser feito respeitando esta necessária oscilação (dentro/fora) no decorrer da pesquisa. A explicação e o cotejamento dos diferentes níveis coerência textual, por exemplo, dependem dessa dupla e solidária visada<sup>77</sup>.

<sup>73</sup> CAPELATO, 1988: p.21.

<sup>74</sup> CAPELATO, 1988: p.34.

Sem dúvida é importante mencionar a *anunciologia* proposta por Gilberto Freyre, em 1961, propondo o uso dos anúncios relativos a escravos, publicados nos jornais brasileiros (FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª ed. aum. São Paulo: Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979). A antropóloga Lilia Mortiz Schwarz baseou-se neste livro de Freyre para elaborar uma pesquisa de cunho antropológico (SCHWARZ, Lilia. *Retrato em branco e negro: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987). Como percebe-se no jornal *A Federação*, existem variadas formas de se usar historiograficamente os jornais, pois além dos editais e dos artigos eminentemente políticos, existem anúncios, agendas culturais, publicações literárias, à pedidos.

<sup>75</sup> ELMIR, Claudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. *Revista anos 90*. Porto Alegre, v.19, n. 36, dez.2012, p.77.

<sup>76</sup> ELMIR, 2012, p. 77.

<sup>77</sup> ELMIR, 2012, p.80.



Ainda que se trate *A Federação* de um jornal que funcionava como órgão de propaganda de um partido, nem todas as publicações expressam o posicionamento do PRR como um todo, visto que havia discordâncias internas. Dessa forma, o periódico será usado também como um espaço onde as representações sobre os não-brancos estão em disputa. Vide o fato de que existiam articulistas e mesmo correligionários republicanos que se identificavam com a comunidade negra de forma diferenciada, por justamente pertencerem a ela, como é o caso de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, cuja trajetória será abordada no trabalho.

Algumas considerações acerca do contexto sociopolítico em que *A Federação* surgira e se desenvolvera fazem-se também importantes. Na época em que essa folha surge, a imprensa nacional como um todo se dedicava a discutir, duvidar, analisar e combater pela instauração de uma nova ordem, é quando ela é basicamente abolicionista e republicana<sup>78</sup>. Essas campanhas de mobilização popular, principalmente a da luta pelo fim do trabalho escravo, ganharam respaldo nas páginas da imprensa que acabou se responsabilizando por transformá-la num clamor nacional<sup>79</sup>.

Em Porto Alegre, desde a década de 70, havia uma grande movimentação em torno da questão do elemento servil. O tema da escravidão e as alternativas possíveis para a sua manutenção ou término - ou os mecanismos de controle que seriam implementados - eram pautas constantes na imprensa e no cenário político da capital. Nesse período, também começaram a ser fundadas associações e sociedades que tinham como finalidade a libertação dos cativos<sup>80</sup>. Para além das disputas políticas que existiam, foi formando-se um grande grupo que congregava a elite política e letrada da Província (da qual o PRR fazia parte) cujo objetivo era o de prover a abolição<sup>81</sup>. Tão embora a meta do jornal *A Federação* fosse atingir a República, atacar a escravidão – sustentáculo da monarquia - significava um passo adiante na consolidação deste objetivo maior.

Na análise sobre o abolicionismo gaúcho proposta por Margaret Bakos enfatiza-se a atuação do PRR por meio de *A Federação*, devido a influência positivista que exerceram sob a

<sup>78</sup> SODRÉ, Carlos Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.268.

<sup>79</sup> A luta pela transformação do trabalho foi a primeira causa a mobilizar diversos setores da sociedade, que iam de representantes da elite às lideranças negras. Nesse sentido, a opinião pública se tornou um alvo importante para os jornais, pois, segundo Marco Morel, possibilitava legitimar posições políticas e garantir sustentabilidade financeira angariando assinantes e anunciantes. (MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de. (orgs.) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008).

<sup>80</sup> BORBA, 2014, p. 34.

<sup>81</sup> Existiam locais ou instituições onde esta intelectualidade se encontrava, como o Parthenon Literário. Ver: SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra Lá Dois pra Cá: O Parthenon Literário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008.

radicalização do movimento abolicionista gaúcho na década de 1880<sup>82</sup>. Augusto Comte era, então, quem fornecia a argumentação para essa campanha: “a escravidão deve ser vista como um anacronismo no mundo moderno e a sua extinção imediata e sem indenização, energicamente recomendada”<sup>83</sup>. Nesse sentido, tais republicanos propunham em 1884 a libertação incondicional e imediata da escravaria, proposição que denota a tentativa do grupo em alcançar para a Província uma solução independente. De acordo com Margaret, coube ao PRR assumir a representatividade das tendências existentes no Rio Grande do Sul em adquirir a autonomia regional, sua proposta para o encaminhamento da questão servil revelou que a ideologia positivista apresentou, naquele momento, uma base mais próxima da realidade concreta que as ideologias dos liberais e conservadores que se mostravam bem mais moderados<sup>84</sup>.

Uma das razões que justifica a escolha por esse periódico como fonte primordial da pesquisa, recai justamente sobre o importante papel que o mesmo desempenhou no período em que circulava em Porto Alegre e, principalmente, dentro dos marcos cronológicos delimitados aqui. Também se deve salientar que a imprensa de um modo geral ocupa nessa transição do século XIX para o XX um lugar privilegiado no que tange a veiculação de informações sobre as transformações em curso naquele momento. Acompanhar o *A Federação* desde o momento em que se apresentou com uma alternativa possível – tendo em vista aquele contexto de questionamento da ordem sociopolítica - até quando consolida seus objetivos como realidade, possibilita verificar as mudanças (ou não) nos discursos de seus articuladores republicanos, em específico, sobre o encaminhamento da população afro-brasileira no pós-abolição.

\*\*\*

O conceito de *representações* é responsável por pautar a presente pesquisa, por isso se faz necessário que se sejam algumas considerações sobre a forma como o mesmo está sendo pensado e apropriado<sup>85</sup>. Assume vital importância para nós as ideias de Roger Chartier acerca

---

<sup>82</sup> BAKOS, 1982, p.85.

<sup>83</sup> BAKOS, 1982, p.95.

<sup>84</sup> BAKOS, 1982, p.158.

Na realidade, os Republicanos rio-grandenses só passam a se posicionar a favor da abolição imediata e sem indenização após o segundo Congresso Republicano que se realiza em 1884, quando as bases doutrinárias do grupo são definidas bem como um completo programa de ação é organizado. (BAKOS, 1982, p.96-97).

<sup>85</sup> Este conceito - de representação - também foi usado por outros cientistas sociais. Em sua tese, Paulo Moreira busca as propostas de Pierre Bourdieu, "por dois motivos básicos; primeiro, a sua intenção de ultrapassar a oposição entre realidade e representação, incluindo 'no real a representação do real', e em segundo lugar, por considerar como essencial a luta das classificações dos agentes, onde os mesmos investem seus interesses e pressupostos, pela definição legítima das identidades sociais, étnicas, etc. Estas lutas de classificação seriam disputas pelo monopólio de fazer ver e de fazer crer, de impor definições legítimas das divisões do mundo

das *representações coletivas*. O autor entende que as representações constroem-se a partir das classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. Elas aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Por estar nelas envolvidos poder e dominação, as representações colocam-se no campo da concorrência e da luta, no qual se tenta impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social<sup>86</sup>.

Se tem algo que definitivamente não integra a noção de representações é a existência de discursos neutros; aliás, muito pelo contrário: “elas produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas<sup>87</sup>.” Noutras palavras, quer dizer que as representações permitem avaliar o ser-percebido que um indivíduo ou grupo constrói e propõe para si mesmo e para outrem<sup>88</sup>. Tendo em vista o uso dos impressos em investigações de cunho cultural, deve-se ter claro que os jornais revelam formas simbólicas de lutas pelo poder de representar na medida em que constroem memórias de grupos sociais. Segundo Capelato, “nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundos representativos de vários setores da sociedade”, ou seja, são produtos forjados a partir de representações contextualizadas da realidade<sup>89</sup>.

Semelhante a Chartier, Sandra Pesavento acredita que não se podem considerar as representações como cópia do real, sua imagem e semelhança, espécie de reflexo; mas sim uma construção feita a partir dele e que comporta uma dimensão simbólica, na medida em que diz mais do que mostra e enuncia<sup>90</sup>. Desta forma,

A força das representações se dá não pelo seu valor de verdade, ou seja, o da correspondência dos discursos das imagens com o real, mesmo que a representação comporte a exibição de elementos evocadores e miméticos. Tal pressuposto implica eliminar do campo de análise tradicional a clivagem entre real e não real, uma vez que a representação tem a capacidade de substituir a realidade que representa, construindo o mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem.

---

social, de fazer e desfazer grupos, formar consensos sobre a identidade/unidade do grupo, determinar e delimitar regiões". (MOREIRA, 2003, p. 33). Ver: BOURDIEU, Pierre. A Força da Representação. In: *Economia das Trocas Linguísticas*. EDUSP, São Paulo, 1996.

<sup>86</sup>CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*. Maringá, v.9, n.1, 2005, p.149.

<sup>87</sup> CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.17.

<sup>88</sup> CARVALHO, 2005: p.151.

<sup>89</sup> CAPELATO, 1988: p.34.

<sup>90</sup> PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.21.

A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança, e de credibilidade, e não de veracidade.<sup>91</sup>

Significa, então, que se as representações não correspondem fielmente à realidade é inegável, porém, o aspecto constitutivo que as envolve, uma vez em que são produtoras de verdades. Baseando-se na realidade, os indivíduos e grupos dão sentido ao mundo justamente por meio das representações que elaboram, uma vez que “[...] são construídas social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão”<sup>92</sup>. Por isso torna-se fundamental, através dos jornais, “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”<sup>93</sup>.

O autor Stuart Hall lançou-se ao trabalho de aprofundar a compreensão sobre o que é e como funciona a representação, tratando em primeiro plano sobre a relação da mesma como a demarcação de diferenças raciais e étnicas. Segundo ele, há três momentos principais em que o Ocidente encontrou o povo negro e o torpedeou de representações baseadas na marcação da diferença racial: na prática da escravidão no século XVI; na colonização recente da África no século XIX e no Pós-guerra, quando se inicia a migração negra para a Europa e o Norte da América<sup>94</sup>. De acordo com o recorte temporal aqui proposto, os dois primeiros momentos são os que nos interessam de fato. Leva-se em conta que se no século XVI a escravidão e por consequência o racismo eram justificados através da religião e da moral; no século XIX este ganhará uma nova roupagem, racial e científica, que passará a sustentar a inferioridade dos povos não europeus. De acordo com Hall,

O primeiro era o *status* de subordinado e a “preguiça inata” dos negros — eles “nasciam” e eram próprios para a servidão, mas ao mesmo tempo teimosamente não tinham vontade de trabalhar de forma adequada a sua natureza e lucrativa para seus senhores. O segundo era seu “primitivismo” inato, a simplicidade e falta de cultura, que os fez geneticamente incapazes dos requintes da “civilização”. Os brancos se divertiam” com os esforços dos escravos de imitar as maneiras e costumes dos chamados povos brancos “civilizados”.<sup>95</sup>

O autor chama a atenção para as características mais recorrentes que eram negativamente associadas aos negros ainda no tempo da escravidão: a “preguiça” e o “primitivismo” bárbaros. Fato é que essas representações enraizaram-se a ponto de

<sup>91</sup> PESAVENTO, 2013: p. 22.

<sup>92</sup> PESAVENTO, 2013: p.20.

<sup>93</sup> CHARTIER, 1990: p.16.

<sup>94</sup> HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016, p.10.

<sup>95</sup> HALL, 2016: p.15.

permanecerem muito evidentes no período do pós-abolição (mais adiante esse tópico será explorado através do estudo d' *A Federação*), podendo ainda hoje ser encontrados vestígios delas no racismo brasileiro.

Em relação ao conceito de *cor*, o mesmo será apropriado tendo em vista sua função enquanto indicador social. Para além do viés da fenotípi e da biologia que o mesmo pode ser entendido, interessa-nos enfatizar o seu uso enquanto construção social. Rezende e Maggie sugerem que palavras como negro, branco e moreno “tornam-se atribuições que podem variar de acordo com quem fala, como fala e de que posição fala. As formas de manipular esse sistema de classificações não se dão, entretanto, por acaso. Há certas regras de classificação que deixam entrever um complexo jogo de relações de poder”<sup>96</sup>. Assim, as utilizações dessas referências de cor relacionam-se, entre outras coisas, à demarcação de diferenças e de posições sociais, sendo bastante variáveis de acordo com cada contexto<sup>97</sup>.

Buscou-se, assim, ressaltar com esse trabalho o caráter relacional que a cor tem no Brasil. Lilia Schwarcz ao escrever sobre o “mito das três raças mestiças (branco, preto e amarelo)” constatou que “[...] a cor indica um lugar socialmente reconhecível e pré-estabelecido, mas passível, quiçá, de transformações quando associada à uma posição social e de classe”<sup>98</sup>. Ou seja, trata-se da ligação que há (e que no século XIX já havia) entre cor e condição socioeconômica e que a torna uma categoria extremamente negociável. Riqueza, poder e ascensão na hierarquia social são, portanto, fatores de branqueamento; ou, como é possível constatar historicamente, de pelo menos invisibilização para a população afro brasileira.

\*\*\*

O presente trabalho estrutura-se em dois capítulos, os quais estabelecem diálogos com a fonte principal através da escolha de temáticas diversas.

O primeiro capítulo tem como objeto principal as representações sobre os abolicionistas negros. Propõe-se investigar a forma como suas vidas foram construídas

<sup>96</sup> REZENDE, Cláudia Barcellos; MAGGIE, Yvonne (Orgs.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.15.

<sup>97</sup> Cabe mencionar que existem certas palavras que, no período, visibilizam negativamente os indivíduos negros, como *crioulo*, por exemplo. Além disto, como *negritude* e *branquitude* são aspectos relacionais, a visibilidade positiva dada a indivíduos brancos pode demarcar posicionamentos racializados. Ver: SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós Somos Racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*. 26(1), p.83-94; CRUZ, Alline Torres Dias da. *Suburbanização e racismo no Rio de Janeiro: uma leitura de Madureira e Dona Clara no contexto pós-emancipação (1901-1920)*. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e Regional) - Programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

<sup>98</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado. *Ciência e cultura*, São Paulo. v. 64, n. 1, jan. 2012, p.50.

discursivamente e, então, representadas pelos periodistas d' *A Federação*. José do Patrocínio, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Machado de Assis, André Rebouças e Luiz Gama serão os indivíduos a serem investigados. Dos fragmentos biográficos coletados do jornal buscou-se vislumbrar os dilemas raciais a que estavam expostas essas lideranças negras na sociedade porto-alegrense no período do pós-abolição, de modo a observar como as categorias de cor e raça eram acionadas – ou não -, nas descrições jornalísticas de suas atividades e na demarcação de hierarquias sociais. Além desse grupo, mais dois personagens do cenário abolicionista foram incorporados na análise: a Princesa Isabel e Joaquim Nabuco. A intenção é colocá-los na perspectiva comparada, objetivando igualmente identificar as representações elaboradas sobre eles bem como as influências que as mesmas sofriam, vide querelas políticas e tipos de abolicionismos empreendidos.

No segundo capítulo serão abordadas as discussões que estavam em pauta no período abolicionista, as quais cercaram a transformação do trabalho compulsório em livre em Porto Alegre e de onde brotava a preocupação quanto ao lugar que os libertos deveriam ocupar na nova nação. Serão contempladas também as políticas de inserção socioeconômicas planejadas e divulgadas pelos republicanos rio-grandenses em seu órgão de propaganda acerca da população afro brasileira. Prezou-se por enfatizar que houve um esforço desses periodistas – imbuídos certamente pelo pensamento racial e pela ideologia do branqueamento – em invisibilizar a presença negra no Rio Grande do Sul. Ainda nesse capítulo, busca-se investigar como os comportamentos apresentados pelos libertos e mesmo por indivíduos negros que nunca passaram pela experiência do cativo aparecem n' *A Federação*, de modo a perceber sob quais circunstâncias os mesmos são visibilizados em relação à sua origem racial.

## 2 FRAGMENTOS BIOGRÁFICOS DE ABOLICIONISTAS: COR, MOBILIDADE SOCIAL E QUERELAS POLÍTICAS

Este capítulo dedica-se a investigar as representações que se desprenderam da análise do que se chamou de *fragmentos biográficos*<sup>1</sup> de abolicionistas brasileiros em nossa fonte, o jornal *A Federação*. Inicialmente serão investigados os abolicionistas reconhecidamente negros - José do Patrocínio, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Machado de Assis, André Rebouças e Luiz Gama - com o objetivo de evidenciar como suas militâncias em prol da emancipação dos escravos, posições partidárias e carreiras públicas foram vistas e representadas pelos redatores do periódico. Além disso, também é de interesse evidenciar a maneira que os dilemas raciais a que estavam expostas estas lideranças manifestaram-se nas representações sobre elas. Feito isto, por outro lado, serão destacados ainda os vestígios biográficos de dois outros abolicionistas; Joaquim Nabuco e Princesa Isabel -, com o fim de endossar as discussões iniciais. Logo, visa-se especular tanto a influência das querelas políticas na formulação de representações (o que na verdade corroborará também com as conclusões iniciais) como a construção de uma memória sobre a abolição – questões que, conforme será explicitado, dialogavam intimamente – e que são reforçadas nas representações forjadas para estas personalidades monarquistas.

### 2.1 Abolicionistas negros: diferentes estilos, diferentes representações

Dentre os vários movimentos sociais que representaram com suas ações verdadeiros debates travados sobre o futuro do país na passagem do século XIX para o XX, sem dúvida, o movimento abolicionista foi o que mais contou com a participação popular. Angela Alonso, ao se dedicar a este tema, constatou que a mobilização coletiva antiescravidão relacionou-se à articulação de uma grande, estruturada e duradoura rede de ativistas, associações e manifestações públicas que delinearão o primeiro *movimento social* brasileiro<sup>2</sup>. Deste modo,

<sup>1</sup> Achou-se mais apropriado qualificar as referências encontradas n' *A Federação* a respeito de nossos personagens como *fragmentos biográficos*, uma vez que elas mostraram-se bastante lacunares e nada lineares.

<sup>2</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 17.

Segundo Alonso, sempre existiu no Brasil inclinações antiescravistas, mas como movimento social a luta pela emancipação só se configura no país no fim dos anos 1860 devido a três mudanças. A primeira tem relação com fatores internacionais, que tornaram o Brasil o último país escravista do Ocidente: “um ciclo de abolições que se iniciou no século XVIII e, nos anos 1860, atingiu os dois outros grandes escravismos do continente, Estados Unidos e Cuba.” A segunda mudança foi a constituição de um incipiente espaço público decorrente da aceleração da urbanização, onde se discutiram assuntos de interesses coletivos, como a modernização do país. A terceira mudança foi de conjuntura política, visto que em 1868, “o Partido Liberal usou o espaço público para contestar a supremacia adversária no sistema político”. Em resposta, o Partido Conservador respondeu ampliando o acesso ao ensino superior, reduziu os custos da imprensa e propôs uma Lei do Ventre Livre,

o abolicionismo conduziu ao fortalecimento de esferas e opiniões públicas autônomas, potencializando a ascensão social e a visibilização de diferentes trajetórias afro-brasileiras. Mesmo diante de todas as restrições racializadas a que estavam sujeitos diariamente, negros e mulatos livres e letrados construíram seus entendimentos – não só em relação à campanha pela abolição, mas a partir dela – sobre o país do qual eram parte e participantes, projetando-se no espaço público enquanto pensadores, intelectuais, literatos e líderes.

Nomes reconhecidos como o de Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças remetem ao protagonismo negro no movimento abolicionista, de modo que suas biografias auxiliam na desconstrução da ideia da abolição como dádiva, concedida pela Princesa Isabel ou obtida pela iniciativa das classes médias brancas urbanas de modo geral. Comportando diferentes estilos de vida que alimentavam formas diferenciadas de ativismo político, esses abolicionistas negros constituíram um grupo bastante heterogêneo, mas que em suas ações “aproximaram-se de plataformas políticas das quais avistavam possíveis garantias para a participação tanto dos recém-libertos quanto das outras parcelas da população naquela sociedade que se reorganizava”<sup>3</sup>. Estas três personalidades citadas, por exemplo, carregavam consigo experiências pessoais distintas, correlacionadas à escravidão e responsáveis por os impulsionarem à militância abolicionista. Gama teve passagem pelo cativo, Patrocínio era filho de uma forra com um senhor e Rebouças, que apesar de nascer no seio da aristocracia, tinha na família a herança da escravidão legada pela avó paterna, uma liberta. Trilhando caminhos diferentes<sup>4</sup>, Gama pelo Direito, Patrocínio pela imprensa e Rebouças pela engenharia, conseguiram ocupar espaços igualmente distintos na sociedade e a partir disso militar pelo fim da escravidão. Assim, dispostos na enorme teia que caracterizou o abolicionismo brasileiro – conforme aquela perspectiva de *movimento social* proposta por Alonso – os abolicionistas negros em geral (ao lado também de abolicionistas brancos ou *socialmente* brancos) articularam vínculos entre facções e arenas atacando a escravidão em diversas frentes.

---

produzindo dessa forma uma crise política intralite e o ingresso de novos atores no debate político. (ALONSO, 2015, p.17-18).

<sup>3</sup> PINTO, Ana Flavia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2014, p.2.

<sup>4</sup> Segundo José Santos, indivíduos afro-brasileiros lançaram mão de variados mecanismos possíveis para a sua integração e mobilidade social, como a educação, a aproximação com o catolicismo (e o aproveitamento de seus espaços políticos-devocionais, como as irmandades) e o acesso ao funcionalismo público (seja por meio de seleções públicas ou indicações), empreendendo “*estratégias étnicas*”, configuradas através da formação de grupos de interesses. (SANTOS, José Antônio. *Estratégias étnicas e trajetórias de intelectuais negros*. In: *Anais do VI Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 2013, p.1).



Entende-se que a condução do processo abolicionista pelas lideranças negras teve demasiada importância para a conquista desta causa, talvez bem mais que a elite ilustrada ou a Coroa. Por isso, com esse capítulo objetiva-se sublinhar os ativismos desses personagens através do jornal *A Federação* - de modo a perceber como os mesmos foram representados pelos articulistas deste periódico. Evidentemente que o destaque dado às individualidades negras não era acionado ingenuamente ali, sendo produto de um uso político destas biografias de personalidades e do movimento que lideravam, principalmente visando a conquista do eleitorado urbano e o investimento numa narrativa própria daquele movimento antiescravista.

A questão emancipadora surgiu como uma das primeiras disputas junto à opinião pública urbana nascente, a respeito da qual era necessário que os candidatos se pronunciassem. O próprio Nabuco, em uma festa cívica anterior ao movimento da década de 1880, disse que “*a grande questão para a democracia brasileira não é a Monarquia, é a escravidão*”.<sup>5</sup>

Além daqueles nomes reconhecidos nacionalmente - caso de Luiz Gama, José do Patrocínio, André Rebouças e Machado de Assis – também serão investigados indivíduos que se projetaram a nível regional, ou melhor, um homem em específico: Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Tal personalidade destacou-se na sociedade porto-alegrense através da atuação no processo abolicionista, mas principalmente por meio do funcionalismo público no qual atuou durante trinta anos como funcionário do Estado, estabelecendo estreitos laços com o Partido Republicano Rio-grandense e seus líderes.

Levando em consideração que o movimento pela libertação dos escravos foi acompanhado por outro movimento, o republicano, é impossível desconsiderar os posicionamentos, discursos e ações de nossos personagens em relação a essa outra causa igualmente latente na sociedade daquele contexto. Os posicionamentos político-partidários dos abolicionistas variavam bastante, tais como seus estilos de abolicionismo, indo desde republicanos convictos, como Luiz Gama e Aurélio de Bittencourt<sup>6</sup>, a monarquistas ferrenhos, caso de André Rebouças e Machado de Assis, e até aqueles que abandonaram o Partido Republicano a meio caminho, como José do Patrocínio. Buscou-se, assim, identificar se e

<sup>5</sup> MOREIRA, 2003. Sobre a importância do eleitorado negro, ver o segundo capítulo do mesmo livro.

<sup>6</sup> Destaca-se que a *convicção* republicana de Aurélio Viríssimo ainda precisa ser melhor estudada, já que ele era ligado, durante ao Império, ao Partido Liberal. Ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.40, n.01, p.85-127, jan./jun. 2014. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Aurélio Viríssimo de Bittencourt - burocracia, política e devoção In: *Experiências da emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. Rio de Janeiro: Selo Negro Edições, 2010, p. 83-107. MOREIRA, P. R. S.; PENNA, Rejane. *Política e Poder nos Primeiros Anos da República: a correspondência entre Júlio de Castilhos e seu secretário, Aurélio Viríssimo de Bittencourt*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

como a agência política desses homens interferiu nas representações formuladas pelos redatores d' *A Federação*, uma vez que este periódico foi o porta-voz dos grandes agitadores da República na província gaúcha.

E para explorar melhor essa interface, acresce-se à análise dois outros personagens que também jogaram no campo abolicionista, mas que não compartilhavam da ascendência africana: Joaquim Nabuco e a Princesa Isabel. Noutra parte do capítulo, então, Igualmente objetiva-se analisar a forma como as militâncias abolicionistas e políticas desenvolvidas por essas personalidades influenciaram nas representações sobre elas no referido jornal, a fim de contrastá-las com as formuladas acerca dos abolicionistas negros.

Esses intelectuais negros forjaram suas ascendentes trajetórias ao longo do Segundo Reinado, enquanto gradualmente eram recepcionadas as categorias científicas de “raça”, assistindo a chegada e ao enraizamento delas na sociedade brasileira. Não por isso o caminho percorrido por essas individualidades teria sido mais “fácil”, ao longo de suas vidas sofreram inúmeras restrições e vivenciaram inúmeros episódios de racismo. Foi a partir de 1870 que a noção de “raça” sob uma argumentação biologizante passou a adentrar o país. Essas teorias raciais permitiram naturalizar desigualdades sociais como aquelas que incidiam sobre grupos considerados racialmente inferiores, caso dos negros<sup>7</sup>. Conforme Lilian Schwarcz, o conceito de “raça”, já chega ao Brasil necessitando adaptações, pois “se falar na raça parecia oportuno, o tema gerava paradoxos: implicava admitir a inexistência de um futuro para uma nação de raças mistas como a nossa<sup>8</sup>” - uma vez que a bancada científica nacional e internacional afirmava que a mistura de raças seria prejudicial. Dessa forma, desenvolveu-se aqui um conceito relacional de raça, baseado em premissas negociáveis, de modo a existir (ainda hoje) discrepâncias entre cor atribuída e cor autopercebida que se relacionam diretamente à situação socioeconômica dos indivíduos<sup>9</sup>. Os abolicionistas do capítulo são exemplos crassos de negros que experimentaram a ascensão social, mas que lutavam diariamente para se manterem nos círculos letrados, participando dos debates sobre os rumos do país – locais, diga-se de passagem, ocupados eminentemente por brancos. Logo, as vidas desses afro-brasileiros livres foram frequentemente entrecortadas pelos dilemas do escravismo e da escravização, por isso, cabe aqui perceber se e como as categorias de cor e raça eram acionadas pelos periodistas d' *A*

---

<sup>7</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p.12.

<sup>8</sup> HAAG, Carlos. *Quase pretos, quase brancos* (Entrevista com Lilia Moritz Schwarcz). *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, ed.134, abr. 2007, p.12.

<sup>9</sup> SCHWARCZ, 2012, p.49.

*Federação* para identificá-los, de modo a destacar este caráter relacional e situacional das mesmas.

Tabela 1: Ocorrência de publicações acerca da abolição (1884-1888)

Ano	Discussão de leis e considerações gerais sobre a abolição	Notas relativas às ações, festas e adesões abolicionistas.
1884	85	87
1885	45	08
1886	30	06
1887	23	07
1888	56	27

Fonte: Edições do jornal *A Federação*. Elaboração própria.

Conforme a Tabela 1 é possível perceber que o ano de 1884 e o de 1888 destacam-se em relação à quantidade de publicações sobre a abolição, uma vez que são dois momentos chaves do abolicionismo regional e nacional respectivamente. Agrupando as publicações em dois grupos, constatou-se que são bem mais abundantes àquelas em que os periodistas discutiam o movimento abolicionista. Nelas, o jornal publicizava suas opiniões acerca de leis e projetos, cobrava uma resolução da causa e até mesmo destacava o papel dos colegas abolicionistas. As notas que noticiavam sobre os avanços e retrocessos do movimento, as comemorações, as ações coletivas e individuais em prol do mesmo, entretanto, apareceram de forma bem mais tímida, vide os números alocados na segunda coluna da tabela.

Estava, assim, *A Federação* bastante interessado no discurso abolicionista propriamente dito. Defendendo a abolição, o jornal aproveitava para propagandear a República, dimensionando estas causas numa relação de interligação, colocando uma como premissa da outra. Estas relações, por sua vez, serão melhores explanadas ao longo do capítulo e da dissertação como um todo. Os números coletados servem também para comprovar a existência da composição de uma narrativa sobre o abolicionismo e sobre a abolição – encarnada na Lei Áurea – que foi construída nesses primeiros quatro anos de circulação do periódico do PRR e que seguiu sendo acionada até 1903.

Diante disso e partindo da análise dos fragmentos biográficos coletados sobre os abolicionistas – em ambas as partes do capítulo, buscou-se enfatizar o empreendimento dos

republicanos rio-grandenses em seu órgão de propaganda em constituir uma memória referente ao abolicionismo e à própria abolição<sup>10</sup>. No âmbito individual, a memória é a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que permitem a guarda de certas informações, “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”<sup>11</sup>. Todavia, se por um lado são os indivíduos que praticam o ato de lembrar, por outro, são os grupos sociais que determinam o que deve ser lembrado e como isso deve sê-lo. Levando em conta, então, que os indivíduos se pautam pelos elementos que os identificam e vinculam a um determinado grupo, eles acabam assumindo para a si lembranças que, em realidade, não viveram diretamente<sup>12</sup>. Segundo Jacques Le Goff:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva<sup>13</sup>.

Em momentos como o da transição do século XIX para o XX, em que avultavam discussões sobre os rumos do país, esse caráter acentua-se uma vez que várias agremiações disputavam o capital simbólico gerado pelo abolicionismo - caso dos republicanos integrantes d’ *A Federação*. Conforme o trecho citado acima, a memória abrange em seu seio não só a função de guarda, mas também de esquecimento. Esquecer (algo) pode ser uma opção, uma conveniência resultante de uma ação consciente de alguém ou de algum grupo. Estas ações, por sua vez, implicam em seleção de informações e acabam por conferir o status de construção social às memórias coletivas. Partindo dessas perspectivas, vislumbra-se identificar esse processo em nossa fonte, destacando os aspectos que foram privilegiados e os que foram ignorados no que tange à temática abolicionista.

### 2.1.1 O ‘desertor’ José do Patrocínio

Até o ano de 1888, sempre que o nome de José do Patrocínio era citado n’ *A Federação*, ele vinha acompanhado de expressões como o “infatigável obreiro da redenção dos escravos”; o “eminente colega” e o “ilustre jornalista”. Em síntese, estas referências denotam que aos olhos dos republicanos rio-grandenses, Patrocínio desempenhava muito bem as tarefas a que

<sup>10</sup> Outros trabalhos cujo enfoque é também a análise de uma memória abolicionista regional rio-grandense, podem ser encontrados em: ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. v.06, ano. VI, nº3, p.1-16, jul./ago./set. 2009; DIHL, Tuane Ludwig. (Des) construindo uma memória: a campanha abolicionista nas páginas do jornal *A Federação*. *Revista Hydra*, São Paulo, v.01, nº2, p.170-185, ago. 2016.

<sup>11</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p.423.

<sup>12</sup> BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>13</sup> LE GOFF, 1996, p.426.

se propunha à época: as causas abolicionista e republicana e a imprensa. No entanto, a partir do dia 09 de maio de 1888, o jornal *A Federação* publicava um editorial intitulado “José do Patrocínio e a República”, que marcava radicalmente a forma como esta figura passaria a ser representada ali:

Demais, o *jornalista arrebatado, escravo* no seu rompimento com os republicanos, como em tudo, do seu temperamento violento e indisciplinado, faz-nos perder todos os fracos receios que a sua hostilidade poderia despertar, porque a guerra com todas as armas, com que nos ameaça, não é a mais própria para garantir-lhe a vitória.

Essa guerra com todas as armas, há de tirar-lhe a força moral, que por acaso haja conquistado na imprensa em sucessivos anos de uma luta incessante por uma nobre causa.

O sr. Patrocínio será o demolidor da própria individualidade, com tanto sacrifício destacada do rebanho vulgar.

Como republicano, o atual jornalista da Cidade do Rio, nunca foi um lutador; foi sempre um *indisciplinado* e a sua ação no partido só produziu efeitos negativos.<sup>14</sup>

Como se pode perceber, Patrocínio passou de “infatigável obreiro da redenção dos escravos” a “escravo”; de “eminente colega” a “indisciplinado” e de “ilustre jornalista” a “jornalista arrebatado.” Toda a arte deste indivíduo no desempenho de suas atividades caiu por terra no momento em que ele rompe com o partido. Na verdade, o abandono da causa republicana por este homem gerou um grande incômodo na agremiação republicana como um todo, que passara a atacá-lo veementemente, colocando-o como um inimigo. Muito mais que inaugurar uma fase na qual Patrocínio torna-se alvo de insultos e ataques morais n’ *A Federação*, o trecho citado revela argumentos e termos embebidos em parâmetros racializados, empregados com o objetivo de desqualificar essa figura, dos quais se descolam representações étnico-raciais racializadas<sup>15</sup>.

José do Patrocínio foi fruto do envolvimento de uma liberta quitandeira com o vigário da paróquia de Campos (RJ), dessa forma, tinha um passado familiar ligado à senzala, uma ancestralidade marcada pelo cativo. Passado, por sua vez, que os republicanos rio-

<sup>14</sup> *A Federação*, 09 de maio de 1888, p.1. (Grifos nossos).

<sup>15</sup> Não teria sido a primeira vez que José do Patrocínio tivera sua origem étnico-racial utilizada como motivo para desqualificação de sua trajetória profissional e pessoal. Aliás, isso era bastante comum, não só em relação a ele, mas a todos que partilhavam da ascendência africana. O próprio engajamento dessa figura no movimento abolicionista partiu de um episódio de estigmatização pela cor: o bloqueio a sua carreira acadêmica. Patrocínio ingressou na Faculdade de Medicina, porém saiu de lá com o diploma de farmacêutico. Ao longo de sua vida foram incontáveis ocorrências de episódios do tipo, um dos mais conhecidos deu-se num comício em 1887, quando (conforme conta Olegário Mariano, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras) – gritaram da plateia: “Cala boca, negro!” Patrocínio indignou-se e respondeu: “Quando Deus me deu a cor de Otelo foi para que eu tivesse ciúmes da minha raça!” (ALONSO, Angela. O triângulo negro da abolição. *Ciência Hoje*, v.49, ed.292, mai. 2012, p.40-41.). Seu casamento é outro exemplo disso, pois sendo a noiva uma moça branca e de família rica, o enlace matrimonial acabou por causar enorme espanto na sociedade, gerando incontáveis polêmicas que circularam na imprensa. Ana Flávia ao analisar a repercussão desse episódio, identificou que a ele foram atribuídas qualidades como “oportunista” e “preto cínico”. Além disso, foi considerada uma ousadia por parte dele “querer assumir papel de pai no mundo branco”. (PINTO, 2014, p. 93-94.).

grandenses fizeram questão de lembrar ao qualificá-lo como *escravo* – conforme consta na publicação citada acima. Naquele contexto, origem racial e condição social eram equivalentes, de modo que ser “negro” ou “preto” significava ser “escravo”<sup>16</sup> e vice-versa. Tão embora neste caso trate-se de um homem cujo lugar social o define como *parido*, a classificação de Patrocínio como *escravo* pode ser interpretada como uma forma encontrada pelo jornal de fazer lembrar seus leitores que se tratava de um indivíduo *não-branco* por excelência<sup>17</sup> e com uma ancestralidade ligada ao cativo.

Os articulistas d’*A Federação* certamente estavam em consonância com as teorias científicas disponíveis nos anos finais do século XIX, elas dispunham que sobre a população negra recaía o estigma da inferioridade, assim como viam a miscigenação como degenerativa e que desvirtuava o caráter dos indivíduos<sup>18</sup>. Mesmo libertos, estes indivíduos ainda carregariam consigo, por muitas gerações, um sangue distinto dos brancos, o “sangue escravo” – responsável por lhes conferir essa inferioridade racial, além de reduzido desenvolvimento moral e incapacidade para o trabalho<sup>19</sup>. Também era bastante comum associar a esse povo comportamentos condenáveis, como vagabundagem, recusa ao trabalho, disposição ao alcoolismo e à marginalidade. Tendências essas que os republicanos deixam transparecer ao apontarem para Patrocínio como “indisciplinado”, cuja ação só havia produzido “efeitos negativos” para o partido<sup>20</sup>. A deserção do partido foi, então, o estopim para o acionamento dessas categorias raciais, no sentido de servirem como justificativa para o que teria sido um “procedimento censurável<sup>21</sup>” por parte desse indivíduo. Fica clara também a intencionalidade do jornal em mostrar que apesar de todo sacrifício que Patrocínio tivera para se destacar do “rebanho vulgar<sup>22</sup>”, ou seja, de seus semelhantes “de cor”, as questões intrínsecas à sua raça acabavam por se manifestar em suas ações.

<sup>16</sup> Hebe Mattos, nos processos criminais que arrolou em Rio Claro, província do Rio de Janeiro, identificou que o “uso das expressões ‘negro’ e ‘preto’ referia-se diretamente à condição escrava atual ou passada (forro)”. (MATTOS, 2013, p.103).

<sup>17</sup> Deve-se deixar claro, que em nenhuma edição da fonte, dentro das balizas cronológicas estabelecidas, encontrou-se referência explícita à cor e origem racial desse indivíduo, sequer achou-se algo declarado que o identificasse com a comunidade afro-brasileira. O que por um lado dificulta o trabalho do historiador, mas que por outro torna as coisas bem mais complexas, no sentido de que contribui para revelar as origens desse *racismo à brasileira* onde as barreiras raciais não são de ordem institucional, tratando-se de um preconceito oculto, implícito, velado. Uma análise sobre as relações e desigualdade entre brancos e negros no Brasil e que enfatiza a excepcionalidade do racismo brasileiro pode ser encontrada em: TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Ford, 2003.

<sup>18</sup> Sobre esse assunto, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial do Brasil – 1870-1930*; São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (1996).

<sup>19</sup> AZEVEDO, 1987, p.225.

<sup>20</sup> *A Federação*, 09 de maio de 1888, p.1.

<sup>21</sup> *A Federação*, 23 de maio de 1888, p.1.

<sup>22</sup> *A Federação*, 23 de maio de 1888, p.1.

Retomando as tensões entre o dito jornalista com a agremiação republicana, especialmente com os Partidos Republicanos de São Paulo e do Rio de Janeiro, deve-se esclarecer que tal relacionamento sempre foi permeado por diversos conflitos. O alvo desses políticos era instituir a República no Brasil, uma reforma política e não social; já para Patrocínio, a prioridade era a abolição. Além disso, os republicanos paulistas e cariocas propunham soluções conservadoras e graduais para a transformação do trabalho, na medida em que protegiam o direito dos senhores baseando-se na indenização e na necessidade e interesse de cada província em resolver o problema da transformação do trabalho<sup>23</sup>. Dessa forma, não foram raras as vezes que José do Patrocínio indispôs-se com correligionários, acusando-os de serem escravocratas e interessados na indenização aos ex-senhores, opinião que foi rebatida n' *A Federação* e desqualificada como um motivo para que ele tivesse abandonado à causa republicana. Segundo os republicanos gaúchos, “não é o escravagismo dos republicanos que determina a desagregação do Sr. Patrocínio”<sup>24</sup>, pois “os republicanos, até os de S. Paulo, tão injustamente censurados, há muito que eram mais abolicionistas do que os ídolos da Confederação Abolicionista”.

Conforme Margaret Bakos já demonstrou, os republicanos gaúchos repudiavam a indenização aos ex-senhores, considerando que ela agravaria a crise econômica nacional e provincial e que o cativo “nunca foi uma propriedade como qualquer outra, pelo simples motivo que uma iniquidade não se legitima, ainda que durem três séculos ou mais”. Investindo em uma autorrepresentação que procurava inventar uma remota vinculação abolicionista radical, o PRR bradava em sua edição de julho de 1888:

No Rio Grande do Sul, nós pertencemos aos abolicionistas da mais antiga data e somos daqueles que primeiramente formularam o seu pensamento sobre a questão dos escravos, nas seguintes palavras: - Liberdade imediata e incondicional. [...] Nós somos pela liberdade sem indenização em todos os terrenos; entendemos que a liberdade é um bem suficiente para recompensar, só ela, todos os males do cativo! Da monarquia, também, quem tem-nos enraizado, não exigimos nada, senão que morra; que ela nos deixe e nós ficamos bem pagos.<sup>25</sup>

Na citação acima se percebe os republicanos pronunciam-se contra a indenização *em todos os terrenos*, tanto para os ex-senhores quanto para os ex-escravos. Para esses últimos, os republicanos anunciavam que nenhuma reparação era necessária como pagamento aos anos de trabalho gratuito dado aos seus escravizadores, afinal, *a liberdade é um bem suficiente*

<sup>23</sup> VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de. *República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República*. 2011. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2011, p.43.

<sup>24</sup> *A Federação*, 23 de maio de 1888, p.1.

<sup>25</sup> BAKOS, 1982, p. 152.

*para recompensar, só ela, todos os males do cativo!* A abolição da escravatura deveria significar o fim da monarquia, enterrada junto com a instituição agora execrada, mas também o arrefecimento das potenciais e perigosas propostas de compensação às vítimas do cativo. Se o movimento abolicionista tinha um caráter ainda mais radical (exteriorizado, por exemplo, nas reivindicações de *democracia rural* de André Rebouças), devia ser freado e sua força simbólica preservada como capital a ser manejado politicamente pelos republicanos.

A deserção de Patrocínio acaba por ter muito a ver, portanto, com o projeto abolicionista do governo imperial, em especial, com a decretação da Lei Áurea. Porque se mostrou agradecido à Princesa Isabel e ao Gabinete João Alfredo é que passou a ser considerado um traidor, sendo acusado de defensor da monarquia. O ponto de vista do próprio Patrocínio deve ser levado em conta, visto que, diante de todo o reboliço que sua saída do partido e sua aproximação ao governo geraram na imprensa republicana, ele escreve um artigo, intitulado *Respondo...*, publicado em seu jornal, *Cidade do Rio*, no dia 14 de setembro de 1888. Essa publicação foi analisada por Rita de Cássia Vasconcelos que deliberou sobre a trajetória de Patrocínio com ênfase nas relações que ele mantivera com o republicanismo:

O jornalista culpou os próprios representantes do partido republicano de São Paulo e do Rio de Janeiro por esta aproximação, já que estes contaram com adesões de fazendeiros defensores da escravidão que pleiteavam uma indenização do governo devido à abolição. Afirmou ser seu principal objetivo acabar com a escravidão, e mesmo sendo “republicano revolucionário” apoiava a Princesa Isabel e o Gabinete 10 de Março por terem decretado a abolição. Uma vez que, “Partido Republicano negou-se a deixar aferir a sua bandeira pelos sentimentos abolicionistas.”<sup>26</sup>

Durante o ano de 1888 (dentre as edições que dispomos) e boa parte de 1889, José do Patrocínio seguiu sendo acusado de traição pelos republicanos rio-grandenses. Contudo, sua trajetória enquanto abolicionista nunca foi desmerecida n’ *A Federação*; mesmo no calor dos acontecimentos, em agosto de 1888, esse jornal deixava claro: “o homem tenha sido um abolicionista esforçado, nunca o negamos nós/ Mas que não passa também de um desertor que procura encobrir a incorreção do procedimento com a retórica insolente, é fora de dúvida<sup>27</sup>”. Mais tarde, no ano de 1891, é publicado um artigo sobre a participação de Patrocínio nas festas comemorativas do 13 de Maio, na cidade do Rio de Janeiro. Nessa edição foi relatada a homenagem feita na ocasião a esse homem que recebera dos promotores dos festejos (não identificados no jornal) um “exemplar especial, ricamente emoldurado, do seu retrato”, que havia sido produzido em larga escala para ser

<sup>26</sup> VASCONCELOS, 2011, p.50.

<sup>27</sup> *A Federação*, 25 de agosto de 1888, p.2.



distribuído pelo país. Nenhum tipo de ofensa, insulto ou desqualificação da trajetória de Patrocínio constou nesse relato, comprovando o reconhecimento dos republicanos rio-grandenses perante sua contribuição à causa abolicionista, na qual o partido também havia se engajado.

Pode-se dizer que o ódio pelo *desertor* não durou muito tempo, na realidade, ele foi realmente intenso até o momento da Proclamação da República, em 1889, justamente porque Patrocínio abandonara o partido num momento chave da propaganda republicana. Este personagem ascendeu à líder negro abolicionista na década de 1880, por meio da atuação como jornalista, mas sobretudo pela popularidade advinda da participação como orador das conferências públicas emancipacionistas que se alastravam naquele contexto<sup>28</sup>. Desta forma, Patrocínio era de fato alguém que exercia influência sobre a opinião pública e sobre as camadas mais populares, portanto, era muito mais interessante tê-lo como aliado que como inimigo. Os articulistas d’ *A Federação*, contudo, não admitiam que a saída de Patrocínio tivesse sido uma grande perda para sua causa, desta forma, esforçavam-se para diminuir a importância desse ocorrido, escrevendo imediatamente que

Os bons talentos são os que servem as boas causas e o partido republicano, como núcleo de resistência, precisa mais de convicções sinceras do que de reputações ruidosas.  
O esforço do sr. Patrocínio, por maior que seja, há de ser impotente para conter a marcha vitoriosa da ideia republicana.  
Os que não transigem têm esta grande vantagem: vencem sempre; o sucesso definitivo é dos que sabem esperar.  
Se alguém perdeu com a deserção do sr. Patrocínio, foi s.s.; se alguma coisa deve temer-se do seu procedimento, ninguém mais deve temê-la que s.s.  
Nós estamos tranquilos; fomos corretos.<sup>29</sup>

Por mais que reconhecessem o “talento” de Patrocínio - talento que se entende como uma referência a seu trabalho enquanto abolicionista e a sua verve enquanto escritor e polemista – esses republicanos não o consideravam um inimigo com potencial a ser temido, talvez até em razão de sua origem racial. Como já se mencionou, o afastamento do dito indivíduo teve a ver com a ação da Princesa Isabel no que tange à libertação dos escravos; quando de seu rompimento, Patrocínio passa a se aproximar e a defender a monarca. O que, obviamente, contribuiu para o ranço republicano em relação a ele e à sua atuação política e jornalística.

---

<sup>28</sup> SILVA, Ana Carolina Feracin. *De “Papa-pecúlio” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. 2006. 215 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2006, p.111-112.

<sup>29</sup> *A Federação*, 09 de maio de 1888, p.1.

É importante mencionar que essa aproximação é marcada pela formação da Guarda Negra Redentora, associação composta por libertos, cuja finalidade era defender o trono e a “redentora” Isabel, na qual Patrocínio tornou-se um importante vulto. Os participantes dessa entidade encaravam sua ação como um gesto de gratidão por a princesa tê-los feito “cidadãos”<sup>30</sup>. Segundo Petrônio Domingues, as atividades básicas da Guarda Negra consistiam em reuniões, assembleias, desfiles e a participação em eventos oficiais, porém, sua atuação se distinguiu pela repressão às manifestações contrárias ao Império, em específico às atividades do Partido Republicano<sup>31</sup>. N’*A Federação* encontrou-se uma referência irônica à ligação de Patrocínio à Guarda Negra, veiculada em 1895, no qual o mesmo é identificado como “o truanesco herói da guarda negra, bajulador de príncipes, revoltoso acautelado”<sup>32</sup>. Os sarcásticos periodistas debocham daquele ícone abolicionista tomando-o por *embusteiro* e *impostor*, “que finge ser quem não é”. Segundo os dicionários de época, truão era “o que com gestos e palavras prazenteiras e ridículas procurar causar riso nos circunstantes”<sup>33</sup>.

Da forma como foi atacada a imagem política de Patrocínio pelos republicanos rio-grandenses, pode parecer que o mesmo havia *virado a casaca*, ou seja, abandonou o republicanismo para aderir ao monarquismo. O que não confere com a realidade, visto que esse personagem não deixou de ser republicano em momento algum. Ele passou a apoiar o Terceiro Reinado acreditando que o governo direcionado pela Princesa Isabel seria um governo democrático e o caminho verdadeiro para a república. Rita de Cássia Vasconcelos também analisou essa fase da trajetória de José do Patrocínio, concluindo que

Quem não incomoda, quem vive no esquecimento não é relevante caluniar ou defender, não é significativo circular seu nome da imprensa e da mesma forma não cria nenhum clima de comoção ou indignação entre as pessoas. Considero esse tratamento a Patrocínio como um indicio da sua forte presença na política da capital do país. Ele circulava entre políticos e jornalistas que de certa forma contribuíram para dar significância às suas opiniões, seja para aprová-las ou não. Os seus adversários ao atacar sua imagem política, caracterizando-a de interesseira e instável, desejavam enfraquecer o seu discurso e a sua presença no cenário político de então.<sup>34</sup>

A desconfiança em torno do real posicionamento de Patrocínio seguiu-se pelo menos até a instauração da República, quando ele se aproveitou dos acontecimentos do 15 de

<sup>30</sup> DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: GOMES, Flávio. *Políticas da raça – experiências e legados da abolição e da pós-abolição no Brasil*, São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p.123.

<sup>31</sup> DOMINGUES, 2014: p.124.

<sup>32</sup> *A Federação*, 15 de março de 1895, p.1.

<sup>33</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922: p. 815. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789).

<sup>34</sup> VASCONCELOS, 2011, p.134.

novembro e de sua atuação nos mesmos para fornecer provas de seu republicanismo. Usando seu jornal *Cidade do Rio* para tal, acabou por projetar-se como “porta-voz da população carioca, em nome da qual julgava falar, inserindo-se desta forma na vanguarda do movimento podendo, assim, receber também os louros da vitória trazendo para si a insígnia de ‘proclamador civil da República’”<sup>35</sup>. *A Federação* acaba por legitimar essa visão, de modo que ao analisar o ocorrido enfatiza a liderança de Patrocínio frente às camadas populares, descrevendo sua atuação da seguinte forma:

Cerca das 2 horas da tarde, José do Patrocínio, á frente de avultada multidão popular, foi ao paço da Câmara Municipal, em eloquentes palavras declarou instalada a República pela edilidade fluminense, de que era o mais moço; e em seguida mandou hastear na frente do edifício a bandeira republicana, formada com as cores nacionais e a um canto, n’uma nesga as vinte estrelas que simbolizam as províncias. Essa bandeira ainda lá se conserva arvorada.

Ao anoitecer, de uma janela da *Cidade do Rio*, José de Patrocínio falou ao povo, concitando-o a ir a casa do dr. Benjamin Constant, onde estava reunido o governo provisório, representar-lhe a vontade popular que reclamava a imediata proclamação da República.<sup>36</sup>

A trajetória de José do Patrocínio, da forma como se apresentou no jornal *A Federação*, está em grande parte atrelada às suas atividades políticas. Contudo, algumas poucas informações relacionadas à vida familiar desse indivíduo também puderam ser identificadas nessa fonte, tanto antes como depois de seu rompimento com o partido republicano. Em 1892, por exemplo, saiu uma nota comunicando a morte de seu “filhinho”<sup>37</sup>, que veio a óbito poucos dias após o nascimento. Mais intrigante, porém, foi a que dizia respeito ao falecimento da mãe, publicada muito antes, em setembro de 1885:

A 18 do passado faleceu no Rio de Janeiro a sra. d. Justina Maria do Espírito Santo, mãe do nosso distinto correligionário e colega José do Patrocínio, redator da *Gazeta da Tarde*.

Por essa ocasião, o valente lutador do abolicionismo recebeu inestimáveis demonstrações de estima e alto apreço.<sup>38</sup>

Sua mãe era negra – como já se ressaltou aqui - e, no entanto, nenhuma menção à sua pertença racial salta do artigo. Nota-se também o modo como se referem a ela, senhora e dona, o que além da formalidade exprime respeito dos republicanos rio-grandenses para com a mãe do ainda correligionário. Os que não sabem da origem étnica de Justina, porém, podem supor que se tratava ela de uma pessoa branca. Pode-se pensar ainda

<sup>35</sup> SILVA, 2006, p.167.

<sup>36</sup> *A Federação*, 24 de novembro de 1889, p.1.

<sup>37</sup> *A Federação*, 21 de julho de 1892, p.2.

<sup>38</sup> *A Federação*, 04 de setembro de 1885, p.1.

que essa característica não fora citada por simplesmente não ser considerada relevante pelos articulistas do jornal. Contudo, o mais provável é que isso tenha sido mesmo intencional, tendo em vista que em notas de falecimento de indivíduos comuns, por via de regra, o falecido tinha sua cor identificada no jornal<sup>39</sup>. Parece, portanto, que a omissão à cor de Justina e do próprio Patrocínio nas edições d' *A Federação* muito mais tem a ver com o lugar que ele ocupava socialmente e dentro do partido republicano e que por consequência respingava em sua mãe, que se não se tornou “branca”, teve a sua epiderme negra e a ancestralidade escrava invisibilizada.

De fato, o único momento em que se constatou o uso de categorias raciais pelos republicanos rio-grandenses empregadas em relação a José do Patrocínio, foi naquele editorial que tratava sobre sua saída do partido, discutido inicialmente. Importa que quando se fez necessário desqualificar e desmerecer sua imagem, enquanto pessoa e profissional, não hesitaram esses republicanos em apelar para sua tez e origem étnica, ainda que de modo velado.

### 2.1.2 Aurélio Viríssimo de Bittencourt e a exemplaridade pública

Em 19 de agosto de 1919, o jornal *A Federação* publicava em primeira página um artigo sobre Aurélio Viríssimo de Bittencourt<sup>40</sup>, no qual a trajetória dela era descrita com louros. Tratava-se, na realidade, do comunicado de seu falecimento, no qual o periódico e a comunidade republicana manifestaram, além de seus pêsames, uma verdadeira homenagem ao falecido. Reproduzem-se abaixo alguns trechos dessa publicação:

É verdadeiramente consternados que registramos aqui, o falecimento hoje pela manhã, do coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, um dos mais antigos e prestimosos servidores do Rio Grande do Sul.

Inteligência brilhante, sólida e vastamente culta, de assombrosa capacidade de trabalho e de predicados de caráter adamantinos, a todos, entretanto, sobrelevando a virtude da lealdade que era, nele, uma religião. Aurélio de Bittencourt foi o ideal dos chefes de serviço de secretaria de Estado, auxiliando dia por dia, hora por hora com o seu saber, com o seu trabalho e com o seu estudo, e isso desde os tempos do Império, em plena mocidade, os governos que se sucediam na suprema magistratura da nossa terra.

[...] Como homem de imprensa que foi, e muito considerado, fez parte da redação de várias folhas locais, tendo sido, mesmo, coproprietário e redator chefe do extinto

<sup>39</sup> As questões que tange à identificação pela cor de negros pertencentes às classes subalternas serão abordadas no segundo capítulo desta dissertação.

<sup>40</sup> Aurélio nasceu no dia 01 de outubro de 1849, na cidade de Jaguarão, onde passou a infância ao lado da mãe, a *parda* Maria Julia. Com aproximadamente 11 anos, mudou-se para Porto Alegre onde construiu carreira como funcionário público, tipógrafo e abolicionista. MOREIRA, Paulo Staudt. Uma *parda* infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt/ Jaguarão, século XIX). In: *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, 2009.

“Jornal do Comércio”; e por muitos anos foi correspondente especial do “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, cargo que deixou pela multiplicidade de seus afazeres no qual teve como sucessor o nosso companheiro, Benjamim Flores.  
 [...] Fervoroso católico, apostólico romano, prestou á religião inúmeros e relevantes serviços, era, há longos anos, provedor da Venerável Ordem Terceira de N. S. das Dores.<sup>41</sup>

No fragmento em si, o êxito na carreira profissional do falecido é acionado, em primeiro lugar, para enaltecer a trajetória dessa figura, sendo inúmeros predicados atribuídos a ele e à sua atuação enquanto funcionário do Governo do Estado. Em seguida, são igualmente elogiados seu trabalho na imprensa e sua devoção ao catolicismo e às associações ligadas a religião nas quais atuou. Essas linhas definem perfeitamente as facetas de Aurélio Viríssimo de Bittencourt que sempre ganharam mais destaque no jornal órgão do PRR: o servidor público e o correligionário político. O texto citado traz também outras informações importantes acerca da forma como *A Federação* constrói e representa Aurélio – que serão abordadas adiante -; sendo esse o material mais rico em relação a ele encontrado no periódico<sup>42</sup>. Cabe dizer que a maior parte do conteúdo disponível sobre ele no jornal advém de pequenas, porém abundantes, notas.

Aurélio de Bittencourt estivera desde jovem ligado à política gaúcha, iniciando sua carreira como amanuense na burocracia provincial ainda nos tempos do Império, em 1868. A República, conforme a folha republicana, teria o “encontrado” devido ao seu “esforço” e “brilho de sempre”. Dessa forma, atribui a permanência do indivíduo no funcionalismo público, nesse contexto de transição, somente à sua competência profissional. Ignoram a influência das questões tocantes a seu posicionamento político-partidário e a importância que elas tinham no funcionamento desse tipo de serviço. O jornal parece, assim, ter “esquecido” de mencionar o fato de que durante o período monárquico e de propaganda republicana Aurélio esteve ligado ao Partido Liberal. Inclusive encontraram-se algumas menções de seu nome nas listagens de comparecimento às reuniões liberais, como a publicada no dia 23 de setembro de 1885 que relatava o encontro ocorrido na casa do Visconde de Pelotas<sup>43</sup>. Apesar disso, a mudança partidária ficou bastante evidente na análise das edições do periódico como um todo, visto que se passou a encontrar referências mais sistemáticas a seu respeito.

Mesmo na época em que não compartilhava do ideário republicano, Aurélio sempre pareceu para esse grupo digno de respeito e admiração, de modo que o encontrou-se

<sup>41</sup> *A Federação*, 23 de agosto de 1919, p.1.

<sup>42</sup> Esclarece-se que por mais que esse texto fuja do recorte temporal delimitado, julgou-se de extrema importância para o que diz respeito à análise da trajetória de Aurélio n’ *A Federação*. Isso porque ele resume a forma como a vida dele foi montada no dito jornal entre 1884 e 1903, portanto será utilizado como fio-condutor para o desenvolvimento dessa seção.

<sup>43</sup> *A Federação*, 23 de setembro de 1885, p.1.

qualificado como “colega” (de jornalismo) e “distinto funcionário público”. Mesmo assim, é provável que ele tenha tido atritos com esses republicanos, em especial, com o fundador e mentor do PRR, Júlio de Castilhos. Ambos os personagens certamente cruzavam-se nos ambientes intelectuais e políticos de Porto Alegre antes de Aurélio tornar-se secretário do Presidente de Estado Júlio Prates de Castilhos, além disso, a diferença de idade entre eles era somente de 11 anos, os dois foram ativos abolicionistas e participaram da vanguarda cultural gaúcha encarnada pelo Parthenon Literário<sup>44</sup>. A relação entre Aurélio e Castilhos foi acionada também naquele texto publicado em 1919:

[...] captando a simpatia de Julio de Castilhos que era um homem que sabia ver como poucos, e que só admitia na sua privança de estadista, servidores que reconhecia capazes de a honrarem.  
E não foi só a simpatia do Patriarca, que Aurélio soube conquistar.  
Conquistou-lhe, também, a amizade.  
E a simpatia, confiança e amizade, teve-as, também, até ao seu último alento de nosso preclaro chefe, Dr. Borges de Medeiros, Presidente do Estado.<sup>45</sup>

Fica claro que as relações entre esses indivíduos ultrapassavam o âmbito profissional; tornaram-se, sobretudo, amigos. Amizade esta que se estendeu ao sucessor de Castilhos, Borges de Medeiros, para quem Aurélio igualmente serviu como Secretário. Ao estudar os arquivos particulares de Aurélio e de Júlio de Castilhos, Paulo Moreira concluiu que desde os primeiros momentos da ascensão do segundo ao poder do Estado gaúcho, a presença do primeiro já era significativa. Sua importância aumentou ainda mais a partir de 1898, quando Castilhos precisou afastar-se do governo em razão de um câncer na garganta que lhe afligia, ficando Aurélio, então, como seu representante e interlocutor no Palácio do Governo<sup>46</sup>. Segundo o autor, esse teria sido um dos mais importantes cargos administrativos da carreira de funcionário público de Aurélio que teve, portanto, sua memória preservada e enaltecida por parte dos membros de sua comunidade étnica, a qual associação com Castilhos constituiu-se numa estratégia frequente<sup>47</sup>.

No geral, essa relação fica bastante explícita nas edições d'*A Federação*, na medida em que se encontram seguidamente Aurélio e Castilhos marcando presença nos mesmos eventos e compartilhando os mesmos espaços. E não só aqueles ligados à política do Estado e que a relação profissional entre eles exigia ambas as presenças, mas noutros, de naturezas distintas, como festas, concertos, peças teatrais, velórios, missas, acompanhamento de

<sup>44</sup>SANTOS, 2013, p.9.

Sobre o Parthenon Literário, ver: SILVEIRA, 2008.

<sup>45</sup> *A Federação*, 23 de agosto de 1919, p.1.

<sup>46</sup>MOREIRA, 2011, p. 86-87.

<sup>47</sup>MOREIRA, 2011: p.85.

embarques e desembarques de amigos nos vapores<sup>48</sup>. Para além dessas ocasiões, em 1895 encontrou-se uma nota referente ao casamento de Aurélio com Isaura da Silva Dias<sup>49</sup>, na qual se destaca o fato de que Júlio de Castilhos fora padrinho por parte do noivo<sup>50</sup> e que por consequência reforça os laços de amizade estabelecidos entre eles.

Os vínculos afetivos que Aurélio estabeleceu com o chefe iam além, alcançando o PRR como um todo. Inúmeras vezes foi encontrado adjetivado como “estimado amigo” e “respeitável amigo”. Todavia, essas relações ficavam expressas mesmo, especialmente, na época de seu aniversário, quando era comum que recebesse de seus colegas algum presente. Em 1889, por exemplo, ganhou “uma gravata com um alfinete com pedra de brilhante<sup>51</sup>”; em 1900 foi presenteado com “um elegante e fino faqueiro de prata<sup>52</sup>”. Presentes valiosos que de alguma forma refletiam a admiração e o apreço que Aurélio recebia de seus colegas. Para além dos mimos, também se encontrou notas que o saúdam pela data, como a publicada (que foi transcrita de outro impresso, mas subscrita no periódico republicano) em 1899 que diz o seguinte:

Festeja amanhã mais um aniversário natalício o nosso respeitável amigo sr. Coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, muito digno diretor geral da secretaria do governo d’este Estado.

Espírito de elite, pena cintilante, Aurélio de Bittencourt tem dedicado toda a sua existência ao progresso da sua terra natal, quer na imprensa de que foi um dos mais belos ornamentos, quer na posição oficial que honrosamente desempenha, e por isso n’este dia, que é todo de flores e alegrias no seu lar, o Artista, prestando merecida homenagem ao honrado e digno patrício, saúda-o jubiloso, fazendo ardentes votos pela dilatação de tão preciosa existência.<sup>53</sup>

É inevitável perceber que nesse trecho tem-se destacada sua carreira como servidor público no Governo do Estado, na realidade, isso é uma constante n’ *A Federação*. Aos olhos dos periodistas republicanos, tal indivíduo, devido ao longo período de tempo em que trabalhou no palácio do governo do Rio Grande do Sul, acabou por se tornar um “homem inteiramente insubstituível”<sup>54</sup>, de “confiança imediata e ilimitada”<sup>55</sup>, de modo que não existia ninguém mais ali que conhecesse tão bem o funcionamento burocrático do Estado. Além

<sup>48</sup> Alguns exemplos disso podem ser encontrados nas edições d’ *A Federação* dos dias: 04/10/1899; 14/10/1899; 30/12/1899; 04/04/1900; 23/04/1900; 04/08/1900; 02/10/1900; 04/03/1901; 04/04/1901.

<sup>49</sup> Isaura da Silva Dias foi, na realidade, a segunda esposa de Aurélio Bittencourt. Sua primeira união matrimonial foi com Joana Joaquina do Nascimento, em 1868, com quem teve quatro filhos: Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior, Sérgio Aurélio de Bittencourt, Olímpia Augusta de Bittencourt e Adelina Lydia de Bittencourt. Joana Joaquina, no entanto, faleceu em 1894 com 47 anos de idade. (MOREIRA, 2011, p.91).

<sup>50</sup> *A Federação*, 09 de setembro de 1895, p.2.

<sup>51</sup> *A Federação*, 02 de outubro de 1889, p.2.

<sup>52</sup> *A Federação*, 29 de setembro de 1900, p.2.

<sup>53</sup> *A Federação*, 05 de outubro de 1899, p.1.

<sup>54</sup> *A Federação*, 09 de dezembro de 1902, p.1.

<sup>55</sup> *A Federação*, 12 de janeiro de 1904, p.1.

disso, sua disciplina e dedicação diárias eram igualmente ressaltadas no dito jornal, que observava que Aurélio “não deixava de trabalhar nunca”<sup>56</sup>, entrando no “palácio de manhã e saindo sempre depois das 5 horas da tarde”<sup>57</sup>, sendo “um homem que ainda ninguém viu parado”<sup>58</sup>, exceto nas horas que reservava às leituras. Semelhantes representações foram também veiculadas em outros jornais porto-alegrenses, em contextos diferentes. Conforme constatou Paulo Moreira, em 1949, o *Correio do Povo* – quando das comemorações do centenário do nascimento de Aurélio - definia este homem como o “paradigma do funcionário público – esforçado, disciplinado, discreto e leal”<sup>59</sup>.

Apesar da ênfase em sua atuação profissional, também é possível perceber nas páginas desse jornal que Aurélio circulava em outros espaços da sociedade porto-alegrense, ocupando cargos igualmente importantes. Conforme *A Federação*, ele foi eleito “prior de irmandades e presidente de sociedades, grêmios, clubes de um bandão de agremiações” que existiam em Porto Alegre. Sua presença nelas, no entanto, era bastante rara, devido ao tempo que os negócios do Estado lhe demandavam<sup>60</sup>. De qualquer forma, quando aparecia nessas associações era sempre um “festão” - afirmava a folha do PRR. Esse homem, de fato, dedicava-se bastante à vida religiosa local, de modo que participava assiduamente de missas, procissões, obras pias, tendo participado da Irmandade do Rosário, de Nossa Senhora da Conceição, do Senhor dos Passos e das Dores<sup>61</sup>.

---

<sup>56</sup> *A Federação*, 09 de dezembro de 1902, p.1.

<sup>57</sup> *A Federação*, 09 de dezembro de 1902, p.1.

<sup>58</sup> *A Federação*, 09 de dezembro de 1902, p.1.

<sup>59</sup> MOREIRA, 2011, p. 85.

<sup>60</sup> *A Federação*, 09 de dezembro de 1902, p.1.

<sup>61</sup> MOREIRA, 2011, p. 93.



Imagem 1: Fotografia Aurélio Viríssimo de Bittencourt, 1912



Fonte: Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS.

Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nupergs/index.php/acervo-fotografico/pagina/25/> -  
Acessado em 03 fev. 2016

O associativismo religioso propriamente dito pode ter significado para ele uma estratégia de inserção social e composição de redes, contudo, não se pode desconsiderar sua devoção à fé católica. Por muitas vezes foi possível identificar no periódico republicano as relações de Aurélio com as irmandades, dadas as seguidas ocorrências de seu nome em publicações sobre essas entidades. Destacam-se no jornal algumas de suas ações em relação à Igreja Nossa Senhora das Dores, como a doação de uma cruz de “cinco metros de altura”, “toda de ferro com ornamentos dourados”, que foi colocada “sobre o frontispício da igreja, entre as duas torres”<sup>62</sup>, o objeto teria sido encomendado pelo próprio Aurélio no estabelecimento das oficinas dos srs. E. Berta & C<sup>63</sup>. Também se evidencia no referido periódico seu envolvimento nas festividades promovidas por essa Igreja, por exemplo, com a Semana Santa de 1901, onde Aurélio esteve à frente dos preparativos<sup>64</sup>.

A afincada participação de Aurélio de Bittencourt na vida religiosa da cidade, seu trabalho como burocrata e jornalista, fizeram dele alguém conhecido na sociedade porto-alegrense de modo que, nas palavras d’ *A Federação*: “não há quem não conheça o coronel

<sup>62</sup> *A Federação*, 21 de junho de 1901, p.2.

<sup>63</sup> *A Federação*, 17 de junho de 1901, p.2.

<sup>64</sup> *A Federação*, 19 de março de 1901, p.2.

Aurélio”, indivíduo muitíssimo “respeitado e amado” por todos<sup>65</sup>. Em 1919, a “notícia da morte desse homem que fora tão bom, tão digno e tão útil, correu logo, célere pela cidade, numa repercussão imensa e dolorosa” o que denota igualmente sua popularidade e carisma em todos os espaços em que circulava. Essa posição privilegiada que conquistou Aurélio – um indivíduo *pardo* – certamente foi alcançada a duras penas, levando em consideração que o contexto em que viveu fora fortemente marcado pelo racismo. Sua trajetória bem-sucedida, inclusive, enaltecida, quando ele ainda vivo, por setores organizados da comunidade negra local, como uma forma de luta contra a discriminação racial e como prova contundente da inconsistência do racismo científico e exemplo de um padrão comportamental a ser seguido<sup>66</sup>.

N’ *A Federação*, no entanto, a dimensão étnico-racial de Aurélio de Bittencourt foi negligenciada ou invisibilizada, e com ela os percalços que a mesma lhe impôs ao longo da vida. Lendo e analisando as edições do jornal é possível apenas deduzir que ele frequentava lugares marcados pela presença dos setores populares da sociedade onde obviamente encontrava-se um número significativo de indivíduos ligado à população afro-gaúcha; caso daquelas organizações ligadas à Igreja Católica que se falava anteriormente. No mais, não se encontrou nada que expusesse sua ligação à comunidade negra explicitamente, nem em relação à sua atuação política, tampouco acerca de seu pertencimento étnico-racial.

As ações de Aurélio em prol desse povo também não receberam qualquer menção no periódico pesquisado, principalmente no que se refere à campanha abolicionista. Vale apontar que, segundo Maria Angélica Zubaran, não somente n’ *A Federação* isso é oculto, tendo em vista que a trajetória desse indivíduo (e tantos outros afro-brasileiros) foi minimizada no discurso abolicionista regional, em contrapartida, amplamente divulgada na imprensa negra<sup>67</sup>. O jornal *O Exemplo* é uma prova disso, pois tendo Aurélio investido política e financeiramente para sua criação e estabilidade acabou tornando-se um dos personagens mais lembrados, sendo representado como “mestre” e saudado pelos periodistas como “[...] o maior atleta na luta pela conquista de nossos direitos civis e políticos”<sup>68</sup>.

Parece, dessa forma, que aos olhos dos periodistas do jornal órgão do PRR, Aurélio teria se tornado alguém tão importante dentro do partido e para a sociedade porto-alegrense ao ponto de perder o estigma da cor; de embranquecer socialmente. Isso fica bastante escancarado em 1919, quando só se é mencionado o nome de seu pai, o capitão Hipólito

---

<sup>65</sup> *A Federação*, 09 de dezembro de 1902, p.2.

<sup>66</sup> MOREIRA, 2011, p.99.

<sup>67</sup> ZUBARAN, 2009, p. 05.

<sup>68</sup> SANTOS, 2013, p. 08.

Simas de Bittencourt<sup>69</sup>, de modo a ignorar a ascendência africana herdada da mãe, a *parda*<sup>70</sup> Maria Julia da Silva<sup>71</sup>. Poderia se explicar isso com base na relação dele com sua cor e origem étnica, se caso ele a renegasse. Entretanto, desde cedo ele construiu sua autorrepresentação como pardo, convivendo e circulando consciente de sua posição equidistante do mundo dos brancos e do cativo<sup>72</sup>.

A própria forma como a categoria *pardo* era tomada naqueles tempos, foi responsável por esta autorrepresentação de Aurélio. Segundo Hebe Mattos, a designação de “pardo” em primeiro lugar era uma forma de registrar uma diferenciação social, variável, conforme o caso, na condição geral de não branco. Isto é, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre que trouxera a marca de sua ascendência africana, sendo mestiço ou não<sup>73</sup>. Logo, as oportunidades de aceitação e integração no mundo dos brancos eram mais acessíveis às “pessoas de cor” de pele mais clara do que aos negros, uma vez que a ideologia do “embranquecimento” que dominou o pensamento racial da elite brasileira até meados do século XIX, previa um processo dinâmico de integração no qual a raça branca “superior” assimilava sistematicamente as “raças inferiores de cor”, acabando por apagá-las da população<sup>74</sup>.

Nesse sentido, num estudo sobre a família Rebouças, Léo Sptizer salientou esta posição ambígua ocupada pelos mulatos no final do século XIX. Eles eram simultaneamente incluídos e excluídos no mundo dos brancos - visto os episódios de estigmatização pela cor que se identificou nessas trajetórias –de modo que acabavam por pertencer a dois mundos distintos ao mesmo tempo. Se por um lado, conforme Paulo Moreira, o pertencimento racial e social de Aurélio de Bittencourt inevitavelmente o impusera alguns obstáculos; igualmente proporcionou-lhe posicionamento ambivalente de mediador entre grupos étnicos e sociais. Tal

---

<sup>69</sup> Hipólito Simas de Bittencourt nasceu em 14/03/1823 em São Miguel (SC), filho de Antonio Bittencourt e Damasia Caetana de Simas. Ainda menino, seus pais se transferiram para a cidade portuária de Rio Grande e em 1841, aos 18 anos, ele foi nomeado pelo comandante da Força Naval do RS para servir de Piloto a bordo do vapor “Fluminense”. Morreu em Porto Alegre em 1884, quando exercia o cargo de Capitão Tenente da armada. (MOREIRA, 2009, p. 07).

<sup>70</sup> Segundo Hebe Mattos, a designação de “pardo” em primeiro lugar era uma forma de registrar uma diferenciação social, variável, conforme o caso, na condição geral de não branco. Isto é, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre que trouxera a marca de sua ascendência africana, sendo mestiço ou não. (MATTOS, 2013: p.42).

<sup>71</sup> Os pais de Aurélio na realidade nem eram casados oficialmente por sacramento religioso; eram amásios. Por conta disso, ele foi registrado como filho de pais *não reconhecidos e exposto*. (MOREIRA, 2009, p.09)

<sup>72</sup> MOREIRA, 2014, p.91.

<sup>73</sup> MATTOS, 2013, p.42.

<sup>74</sup> SPTIZER, Leo. *Vidas de entremeio*. Assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001, p.123.

personalidade atuou como mediador cultural ou étnico já que circulava entre diferentes culturas e etnicidades<sup>75</sup>.

Se nada foi escrito em relação a tais questões que permeavam a vida desta personalidade, porém, foi mostrado. Aquele texto publicado n' *A Federação* em 1919, quando de sua morte, era acompanhado por um retrato dele. É raríssimo encontrar fotografias de um modo geral nas edições desse jornal, nesse sentido, fica mais difícil entender os possíveis significados e objetivos que as mesmas poderiam assumir. Somente por ser algo atípico, sua ocorrência evidencia a importância de Aurélio aos olhos do PRR. Contudo, deve-se atentar para outras funções que a reprodução da fotografia pode implicar, na medida em que ela materializa todo um discurso construído sobre Aurélio de Bittencourt ao longo das edições analisadas.

Imagem 2: Fotografia Aurélio Viríssimo de Bittencourt, 1919.



Fonte: *A Federação*, 23 de agosto de 1919, p.1.

A formalidade da figura do retratado - expressa na vestimenta que ele trajava e no ambiente em que o retrato fora tirado, provavelmente seu local de trabalho – contribuem para a monumentalização de Aurélio enquanto funcionário público. Embora a imagem “denuncie” a ascendência africana dele, parece-nos que esse “detalhe” foi tido como insignificante para os republicanos articulistas d' *A Federação* perto daquela trajetória tão bem sucedida e tão

<sup>75</sup> MOREIRA, 2014, p.91.

evidenciada no texto que acompanha o retrato. Diante disso e das características da própria fotografia – da pose e da indumentária - os redatores estariam na verdade contribuindo e reafirmando o branqueamento de Aurélio. Em resumo, portanto, o Aurélio que se encontra nas páginas d’ *A Federação* é um personagem de sucesso, o funcionário modelo do Estado, o devoto à religião católica e às inúmeras associações ligadas a ela; o *amigo* e homem de confiança de Castilhos, Medeiros e demais correligionários de PRR.

### 2.1.3 O romancista Machado de Assis e o engenheiro André Rebouças

Joaquim Maria Machado de Assis e André Pinto Rebouças são donos de trajetórias muito diferentes, a começar por suas profissões; enquanto o primeiro dedicou-se à literatura, o outro se dedicou à construção civil. Além disso, Machado era filho de um operário mestiço de negro e português e aprendera a arte da escrita praticamente sozinho. Rebouças, em contrapartida, já nascera numa família que gozava de uma situação bem mais confortável, o pai Antônio Rebouças<sup>76</sup> foi um proeminente advogado que chegou a se tornar deputado e conselheiro de D. Pedro I, o que certamente facilitou sua inserção e aceitação na elite e nos meios letrados brasileiros<sup>77</sup>. Personalidades tão díspares, mas que, porém, mantinham posicionamentos políticos bem próximos: partilhavam de sentimentos monarquistas. N’ *A Federação* a maneira como suas trajetórias foram representadas também se assemelha, ambos os indivíduos foram admirados pelos periodistas pelas atividades profissionais que desenvolveram e tiveram o ativismo político e abolicionista ignorados.

Machado de Assis é um nome bastante renomado da literatura brasileira, conhecido nacional e internacionalmente devido à difusão de seus livros. Para além desta faceta, ele também atuou na imprensa como jornalista e no funcionalismo público, onde esteve à frente do Ministério da Agricultura entre meados dos anos 1870 e fins da década de 1880. As ideias políticas e sociais do romancista, todavia, ainda carecem de estudos específicos. Sidney Chalhoub é um dos poucos que explora tais aspectos, utilizando-se das obras machadianas e de documentos referentes às repartições ministeriais nas quais Machado trabalhou como chefe e funcionário. Articulado suas convicções políticas e sua literatura, Chalhoub pôde perceber a militância desse personagem no processo de abolição, visto que logo que assumiu o

<sup>76</sup> Uma boa análise sobre a trajetória desse homem pode ser encontrada em: GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>77</sup> Isso não significa dizer que André Rebouças não tenha sido atingido pela estigmatização da cor. Um episódio bem conhecido de sua trajetória e que teria, inclusive, sido responsável por despertá-lo para o abolicionismo, ocorreu em sua viagem aos Estados Unidos, em 1873. Lá, sem a inserção positiva que sua família possuía nas hierarquias sociais brasileiras, teve sua hospedagem negada em vários hotéis, em virtude de sua cor.

Ministério da Agricultura a pauta da seção era a política de terras e a escravidão, precisamente, o acompanhamento e a garantia de cumprimento da Lei do Ventre Livre<sup>78</sup>.

N' *A Federação* nada nesse sentido foi encontrado, os vestígios encontrados tratam por evidenciar o Machado de Assis enquanto um dileto e talentoso escritor. De modo que verdadeiras láureas a respeito de sua atividade literária foram publicadas nesse periódico, como a reproduzida em agosto de 1884:

A Gazeta Universal, que apareceu no Rio de Janeiro a 6 do passado, dá-nos esta agradável notícia sobre um novo livro de Machado de Assis:  
 Esta anunciado para breve um novo livro de Machado de Assis.  
 Este nome é de eloquente significado, como poeta e prosador, é um escritor acabado. A sua imaginação tem todos os brilhos e o seu estilo todas as seduções.  
 Artista na legitima acepção do termo, ele não se limita em dar ao seu pensamento a forma mais compreensível e filosófica. [...]  
 Talento progressivo, o de Machado de Assis tem atravessado fases diferentes, mostrando em todos os estádios da evolução a mesma juvenilidade e frescura.<sup>79</sup>

Num outro momento, identificaram-se os redatores defendendo Machado de Assis das críticas proferidas pelo escritor Silvio Romero. Este homem – insigne professor da Faculdade de Direito de Recife -, inclusive redigiu o livro *Machado de Assis – estudo comparativo de literatura brasileira (1897)*, no qual critica amplamente este escritor brasileiro, depreciando sua importância. Romero pauta-se, entre outras coisas, no argumento de que Machado teria sido um literato retrógrado, pois não teria assimilado às novas tendências intelectuais e culturais da época<sup>80</sup>. Os republicanos que escreviam n' *A Federação* não pareciam concordar nem um pouco com Romero, que antes mesmo de escrever este livro, em fins da década de 1880, já caracterizava Machado de Assis como um “parvo”, desrespeitando este e outros que integravam a categoria dos “melhores poetas” do país e sobre os quais “decidira soberanamente serem todos uns *nulos*”<sup>81</sup>. Não compactuando com estas ferrenhas críticas, principalmente as dirigidas a Machado, o periódico porto-alegrense declarou sobre Romero: “a gente acostumou-se a contempla-lo apenas como tocador de viola – violeiro do sertão/ Como poeta, não passa de um observador de passarinhos pintados bem acima...”<sup>82</sup>

<sup>78</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>79</sup> *A Federação*, 04 de agosto de 1884, p.1.

<sup>80</sup> RODRIGUES, Fábio Della Paschoa. *Um crítico para inglês ver: Silvio Romero e seu estudo sobre Machado de Assis*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/c00013.htm>>. Acessado em: 28 dez. 2015.

<sup>81</sup> *A Federação*, 12 de abril de 1884, p.2.

<sup>82</sup> *A Federação*, 07 de novembro de 1884, p.1.

Machado de Assis “não apoiava a República e era infenso às mazelas, aos mandos e desmandos que se deram na primeira década de implantação do novo regime político”<sup>83</sup>, assim como não se omitia diante dessas circunstâncias. Contudo, esse posicionamento que ia de encontro ao do PRR e por consequência ao veiculado n’ *A Federação*, não pareceu ter sido levado em consideração na elaboração das representações em torno de Machado. Na verdade, essa dimensão de sua trajetória foi ignorada por eles, certamente devido ao fato de ter se dedicado de forma mais afinca à literatura que à política ou à imprensa e também, por isso, não ter tido tanto poder de influência sobre as massas como José do Patrocínio, por exemplo. Se em vida, como apontado, ele já era considerado “o eminente romancista nacional”<sup>84</sup>; ao falecer, sua produção passa a ser considerada “um monumento de arte fina” que constituía “um manancial fecundo de ensinamento”<sup>85</sup>; e ele, “o ilustre chefe da literatura nacional”<sup>86</sup>. Desta forma, *A Federação* contribuíra para a consolidação de uma memória histórica eternizando Machado de Assis, acima de qualquer outra coisa, como homem das artes.

Filho do estadista Antônio Pereira Rebouças, com acesso aos partidos e à família imperial, André Rebouças foi o único dos personagens que fez a carreira pertencendo a elite social: cursou engenharia e obteve empregos e oportunidades por *lobby* junto a políticos e à sociedade de corte<sup>87</sup>. André era presença assídua nos saraus da alta sociedade da Corte, um monarquista tão ferrenho que com a instauração da República se viu forçado a sair do país.

A relação de proximidade com a Monarquia, na verdade, foi herança do pai já mencionado aqui. Na realidade, André Rebouças integrava a terceira geração de uma família de *mulatos* na qual diversos de seus membros obteve amplo reconhecimento das elites dominantes do Brasil. Leo Spitzer, ao analisar a trajetória dos Rebouças, constatou que a ascensão social se dava, em geral, por meio de um intenso esforço individual, do uso da inteligência e da exploração criteriosa das oportunidades de avanço social e econômico. Os avós paternos de André - um jovem imigrante português e sua esposa afro-brasileira – iniciaram esse processo de mestiçagem. Com o avanço geracional, a família foi ficando cada vez mais distante do passado dos africanos negros escravizados, corroborando sua penetração bem-sucedida no num mundo e acumulando maior prestígio social<sup>88</sup>. *A Federação*, porém,

<sup>83</sup> DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: GOMES, Flávio, DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais* (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011, p.121. Ver também: CHALHOUB, 2003.

<sup>84</sup> *A Federação*, 25 de maio de 1900, p.1.

<sup>85</sup> *A Federação*, 28 de outubro de 1908, p.1.

<sup>86</sup> *A Federação*, 22 de outubro de 1908, p.1.

<sup>87</sup> ALONSO, 2012, p.39.

<sup>88</sup> SPITZER, 2001, p.124.

deu pouquíssimo destaque a tal abolicionista tornando impossível identificar a forma como os redatores encaravam sua origem étnica.

Ao lado de Luiz Gama e José do Patrocínio, Rebouças formou o que Angela Alonso designa como *triângulo negro da abolição*, visto as diferenças de inserção social e de estilo de vida dos três que possibilitaram a eles atacar o escravismo por diferentes flancos. Segundo essa autora, Rebouças “usou sua rede de relações nos partidos e na sociedade de corte para tentar influir sobre o sistema decisório, não por intermédio do parlamento, mas pela antessala dos chefes de gabinete.”<sup>89</sup> Sendo aristocrata e *mulato*, era o vértice principal do triângulo, conectando as arenas abolicionistas: “o espaço público dos teatros e das ruas (de Patrocínio), o tribunal (de Gama) e seu próprio terreno, o lobby junto a instituições e autoridades políticas e sociais”<sup>90</sup>. Sua atuação no movimento abolicionista foi, dessa forma, deveras importante e reconhecida. Logo, seria muito difícil que os republicanos rio-grandenses não tivessem conhecimento das ações empreendidas por Rebouças em prol da dita causa. Além disso, foi justamente durante os últimos momentos da campanha pela abolição que a identificação positiva de Rebouças com a família imperial intensificou-se. André atribuiu a conquista dessa causa à postura assumida pelo imperador e pela princesa Isabel, acreditava sinceramente que o imperador sempre estivera ao lado dos abolicionistas e que seus sentimentos eram muito bem conhecidos<sup>91</sup>. Acontece que o que mais esse jornal fez nos anos 1880 foi acusar a Monarquia de estar inerte à transformação do trabalho e de cobrar dela uma resolução para tal dilema. Evidenciar a trajetória de alguém que se ligava, de uma forma ou de outra, ao governo poderia contribuir para deslegitimar essas formulações perante o público leitor. Por outro lado, conforme será constatado adiante, o mesmo não ocorreu em relação à trajetória de Joaquim Nabuco, outro monarquista, porém branco e integrante da elite.

Se o envolvimento de Rebouças com o Império, por um lado, não pareceu ter sido um motivo para desqualificá-lo; de outro, certamente contribuiu para que suas ações fossem ignoradas pelo PRR, na medida em que nada em relação a sua militância abolicionista foi encontrada no periódico desse partido. Em contrapartida, o jornal soube utilizar-se de outra dimensão individual desse que, por sua vez, atendia e servia aos objetivos dos republicanos rio-grandenses. Em março de 1884, a folha órgão do PRR publica um artigo, de uma série, intitulado “Obras públicas”, no qual tem por objetivo chamar a atenção do poder público para a viação da província, elencando inúmeros benefícios que o estabelecimento de boas vias de

---

<sup>89</sup> ALONSO, 2012, p.41.

<sup>90</sup> ALONSO, 2012, p.42.

<sup>91</sup> SPTIZER, 2001, p.170.



comunicação poderia legar ao Rio Grande do Sul. Ao final dessa publicação, declara *A Federação*:

[...] por vezes, dizemos, nos sentimos presos do desânimo ao lembrarmos a improficuidade dos esforços desenvolvidos no país por cidadãos altamente recomendáveis por sua capacidade e aos quais apenas presumimos assemelhar-nos pela boa vontade com que lutamos em prol da mesma causa e pela fé inquebrável que depositamos no futuro auspicioso da pátria, no seu evoluir para o progresso. Recordávamos as palavras de André Rebouças, quando, agitando a ideia da garantia de juros às empresas de utilidade pública e a propaganda para o desenvolvimento das vias de comunicação no Brasil, manifestando o seu desânimo com aquela fraqueza e sinceridade que o tornam o vulto mais simpático da engenharia brasileira, escrevia: “Larga-se sempre com a dor da pena quando se escreve neste país sobre tais assuntos.”<sup>92</sup>

Conforme o fragmento acima, alguns homens destacavam-se por suas iniciativas individuais em prol do tão almejado *progresso* propagandeado por esses periodistas republicanos. André Rebouças figura para os redatores desse jornal como um importante agente da mudança devido às suas atividades como engenheiro, inserindo-se, assim, “no contexto de modernização do país”. E, principalmente, por suas iniciativas se ligarem justamente ao desenvolvimento das vias de comunicação do país. Rebouças insistia na construção de portos e estradas com a finalidade de exportação e importação; de estradas intraoceânicas entre Brasil e Bolívia, no Caminho de Ferro para Mato Grosso; a introdução do cimento impermeabilizante na construção de estacas marítimas, entre outros empreendimentos<sup>93</sup>. Individualidades como ele representavam *tipos sociais ligados às ideias modernizadoras*, principais elementos disruptivos dos “valores aristocráticos” (oficiais militares, industriais, engenheiros)<sup>94</sup>, indo dessa forma perfeitamente ao encontro do programa político e das autorrepresentações (antioligárquicas e reformistas) do PRR.

#### 2.1.4 Luiz Gama: “o grande negro”

Aos olhos dos redatores d’ *A Federação*, Luiz Gonzaga Pinto da Gama estava no mesmo patamar de individualidades como Tiradentes, José Bonifácio, Bento Gonçalves, Silva Jardim, Benjamim Constant, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos – homens que, por sua vez, “encarnavam a alma nacional”<sup>95</sup> e que por isso integravam o ilustre

<sup>92</sup> *A Federação*, 15 de março de 1884, p.1-2.

<sup>93</sup> TRINDADE, Alexandre Dantas. *André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social*. 2004. 325 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2004, p.23.

<sup>94</sup> TRINDADE, 2004, p.24-25.

<sup>95</sup> Tais formulações encontram-se na edição d’ *A Federação* publicada em 12 de julho de 1902, p.1, integradas a um artigo publicado com objetivo de prestar homenagem a Júlio de Castilhos.

panteão republicano<sup>96</sup>. Tendo morrido em 1882, as representações formuladas no jornal sobre Gama são todas *post mortem*, uma vez que o periódico nem circulava em Porto Alegre nessa época. Neste sentido, há uma autêntica, porém tímida (dada a pouca quantidade de referências encontradas sobre Luiz Gama), intenção dos republicanos em preservar a memória desse indivíduo dando primazia a sua faceta abolicionista.

Em São Paulo, no dia 24 de agosto de 1884, foi solenizado o 2º aniversário da morte de Luiz Gama, evento sobre o qual os redatores d' *A Federação* deliberaram:

Houve uma procissão cívica de grande número de pessoas, que, do teatro Provisório, conduziram ao bairro de Camucy a placa que foi colada na nova rua, que se denominou – *Luiz Gama*.

A placa, de zinco, foi pregada em um poste, justamente na esquina do terreno que Luiz Gama possuía, e no qual, por subscrição de amigos, foi edificada a casa em que reside a sua viúva. [...]

Fizeram-se representar muitas sociedades abolicionistas, outras corporações, a imprensa, etc. [...]

Foi entregue uma carta de liberdade, concedida pela Associação Abolicionista dos Empregados do Comércio.

Distribuiu-se uma folha intitulada *A Liberdade*, que foi vendida em muitos exemplares, revertendo o produto em benefício da viúva do benemérito democrata.

*São poucas as homenagens à memória do varão ilustre que à causa dos fracos consagrou a máscula atividade dos seus grandes talentos e a toda nobreza.*<sup>97</sup>

Destaca-se neste trecho a presença de entidades abolicionistas e a entrega de uma carta de alforria naquela ocasião, bem como os próprios louros conferidos pelo jornal à luta abolicionista empreendida pelo dito homenageado. Noutro momento, publicava-se que durante a ocorrência da quermesse organizada em Porto Alegre, uma das organizadoras do evento - a Sra. Sophia Paradedda Veloso – teria escolhido para a sua tenda a denominação – *Luiz Gama*. Este fato despertou a admiração dos republicanos do PRR que o tomaram como uma “merecida homenagem à memória do impertérito abolicionista de São Paulo”<sup>98</sup>. Em ambos os casos é possível perceber, além da visível associação de Luiz Gama a eventos e mobilizações caracteristicamente abolicionistas, a reivindicação da salvaguarda de sua memória.

O personagem da vez nasceu em 1830 em Salvador, onde viveu os primeiros anos com a mãe Luísa Mahin. Segundo consta, ela era uma africana forra e quitandeira, que ao se

<sup>96</sup> Sobre a construção de símbolos e alegorias para a afirmação da República, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>97</sup> *A Federação*, 07 de setembro de 1884, p.1. (Grifos nossos).

<sup>98</sup> *A Federação*, 09 de setembro de 1884, p.1. Em 6 de agosto de 1884 o Centro Abolicionista reuniu-se no salão da frente do Teatro São Pedro, onde foram nomeadas “comissões libertadoras para os distritos da capital, subúrbios e freguesias de seu município”. Para o 2º distrito da capital foram escolhidas as senhoras “Sofia Veloso, Carolina Koseritz, Matilde Hasslocher, Julia Keller, Alfonsina dos Reis, Leopoldina Chaves e Elisa Camargo” (Arquivo Histórico de Porto Alegre (APERS), Câmara Municipal de Porto Alegre - Livro de Assuntos Diversos nº. 10).

envolver na revolta dos Malês deixou o filho com o pai - um fidalgo que o vendeu como escravo. Luiz Gama sentiu, portanto, na pele a escravidão até os dezoito anos de idade. A passagem pelo cativeiro parece ter contribuído para que sua luta pela abolição se tornasse legítima para os redatores d' *A Federação*, na medida em que ele nutria motivações pessoais para envolver-se na mesma. Assim, foi considerado no jornal como o “apóstolo fervoroso e sincero da cruzada em prol dos escravizados de sua raça”<sup>99</sup>. Também se percebe aqui algo inédito até então na presente análise: a identificação explícita de um abolicionista negro com a população afro-brasileira. Indivíduo para quem o referido periódico reivindicava um papel de destaque na luta pela causa abolicionista:

É também um engano atribuir o movimento libertador de S. Paulo ao sr. Antônio Prado.  
O trabalho da abolição, lá como em toda a parte, tem sido dos pequenos e dos obscuros; há muitos beneméritos dele.  
Se alguém pode ser destacado dentre esses batalhadores, é Luiz Gama, talvez o mais intemerato abolicionista do Brasil nos últimos tempos, o qual agitou, pode-se dizer que só, a questão abolicionista em S. Paulo, enfrentando com todas as resistências, correndo toda a sorte de perigos.  
Morreu quando já o movimento tinha tomado a força que devia servir para garantir-lhe a vitória que acaba de conseguir.<sup>100</sup>

O trecho citado relaciona-se a um artigo publicado na seção *Folhinha*, cujo objetivo era defender a alcunha da agremiação republicana de abolicionista, principalmente a do PRP. Do excerto pode-se verificar que a trajetória de Antônio Prado é desqualificada ao contrário da de Luiz Gama, que é acionada para assumir o lugar de destaque na aceleração do processo abolicionista. Ademais, fica enfatizada a *pureza* do ativismo promovido por Gama, o que certamente tem a ver com o fato de ele ter vivenciado a experiência da escravidão.

É importante considerar que no contexto em que Luiz Gama militou pelo abolicionismo, esse movimento encontrava-se numa situação distinta da que *A Federação* atuou. Segundo Angela Alonso, Luiz Gama assistiu à transformação do abolicionismo de ativismo de elite em movimento social, isso na década de 1870, quando pessoas de fora da elite social - como ele - entraram no debate sobre os rumos da sociedade brasileira. Nessa época, houve, portanto, o alargamento da esfera pública que possibilitou espaços de discussão política, como teatros e imprensa e a inserção de agentes sociais, cuja origem não era aristocrática e que tampouco tinham acesso ao Parlamento<sup>101</sup>. Os republicanos rio-grandenses

<sup>99</sup> *A Federação*, 07 de setembro de 1884, p.1.

<sup>100</sup> *A Federação*, 20 de abril de 1888, p.2.

<sup>101</sup> ALONSO, 2015, p. 90.

entraram em cena no momento em que o abolicionismo já “estava na boca do povo”, ou seja, já havia se consolidado como uma causa popular e conquistado a opinião pública.

Luiz Gama teria empreendido grande parte de suas ações abolicionistas amparado nos instrumentos jurídicos para prover a libertação de escravos. O estilo ativista dele consistiu em explorar a ambiguidade e as lacunas da legislação acerca da escravidão tornando, assim, os tribunais verdadeiros espaços de contestação dessa instituição<sup>102</sup>. Conforme Ligia Fonseca Ferreira, esse advogado autodidata havia se transformado em autoridade respeitada em matéria de escravização ilegal e alforriamento de escravos, tornando-se o “terror dos fazendeiros e de advogados e juizes corruptos, sua popularidade na província e em outros rincões do Império estava no auge, apesar do grande número de inimigos e adversários políticos”<sup>103</sup>. Essa autora investigou a biografia de Gama por meio de uma carta autobiográfica enviada por ele a Lúcio de Mendonça – autor da primeira biografia sobre o abolicionista.

Quanto ao posicionamento político-partidário de Gama, deve-se ter em vista o seu envolvimento com o PRP. Participou ele da fundação desse partido, mas desligou-se praticamente no ato de criação desta agremiação política, em 1873. Manteve-se, porém, ferrenhamente republicano. Situação bastante semelhante ao que ocorrera com José do Patrocínio, mas que fora tomada diametralmente diferente pelos republicanos rio-grandenses redatores d’ *A Federação*, uma vez que, ao compararem tais personalidades, deliberaram:

Se há quem não possa falar dos republicanos, em matéria de abolicionismo, é o sr. Patrocínio.

Sem falar em Luiz Gama, iniciador do movimento, sem falar em s.s, que foi republicano enquanto combatente abolicionista, a maior parte da Confederação Abolicionista, essa associação que sempre o sustentou, é composta de republicanos.

E, por falar em Luiz Gama: fique consignado que ele não foi, como afirma o sr. Patrocínio, repellido do partido republicano; ele nunca teve uma palavra contra os seus companheiros, mesmo depois da divergência com eles, nunca os hostilizou; aquela nobre criatura tinha, acima de qualquer qualidade e como nota dominante do seu caráter, a serena bondade dos fortes.

Dali provinha-lhe a sua maior força.<sup>104</sup>

De acordo com o trecho citado, Luiz Gama teria sido não só politicamente superior a Patrocínio, visto que não teria se posicionado contra o partido, mas também como homem, alguém que dispunha de caráter, bondade e força. De fato, esses personagens eram donos de

<sup>102</sup> Gama teve acesso às letras, leis e política através da amizade que estabeleceu com um estudante de Direito, enquanto ainda era escravo. Esse aprendizado rendeu-lhe, além da liberdade – vide o fato que o próprio utilizou-se da lei para conquistar a liberdade – o ofício de rábula.

<sup>103</sup> FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Medonça. *Teresa*. Revista de Literatura Brasileira, São Paulo, n.8/9, 2008, p.303.

<sup>104</sup> *A Federação*, 09 de maio de 1888, p.1.

personalidades e ativismos político e abolicionista bastante distintos, que certamente influenciaram na formulação de representações tão díspares. Somado a isso, o fato de José do Patrocínio ter se aproximado da monarquia após a decretação da Lei Áurea – como já se constatou –, fato que por sua vez gerou muito incômodo entre os republicanos. Em contrapartida, conforme propõe Elciene Azevedo, autora de uma biografia sobre Gama, o rompimento de Gama com o partido republicano não teria sido uma ruptura, mas um processo de radicalização de suas posturas políticas dentro do processo. Segundo ela, Luiz Gama teimava em ocupar esse espaço e usá-lo em sua luta, mesmo divergindo da direção e de procedimentos empreendidos pelo partido<sup>105</sup>.

Em junho de 1888, *A Federação* publicava uma notícia que anunciava a ordem dada pelo Dr. Rubim Cezar para a execução de um retrato a óleo de Gama. Nesta ocasião, no teatro Guarany, em Santos, com a presença de mais de “500 cidadãos de cor preta” o abolicionista em questão era qualificado como o “grande negro”<sup>106</sup>. Sua cor foi aí acionada pelo jornal não com o sentido pejorativo propriamente, mas sim de marcar sua proeminência perante seus pares, identificando-o como um líder desse grupo. Situação bem distinta da que ocorreu com Patrocínio, que teve sua cor utilizada pelos republicanos rio-grandenses como fator de desqualificação.

A identificação explícita de Luiz Gama como negro certamente tem a ver com a forma como o próprio relacionava-se com sua cor e como fazia questão de manifestar. Apesar de não ter se projetado na época como poeta, Gama chegou a publicar o livro *Primeiras Trovas Burlescas*. Nele, é possível perceber como este intelectual questiona a certeza dos indivíduos sobre a pureza de sua raça, na medida em que escancarava o caráter miscigenado dos brasileiros. Além disso, e mais importante, transparece de seus poemas um eu que se assumia e se declarava explicitamente como negro:

Hão de chamar-me tarelo,  
Bode, negro, Mongibelo;  
Porém eu que não me abalo,  
Vou tangendo o meu badalo  
Com repique impertinente,  
Pondo a trote muita gente.  
Se negro sou, ou sou bode  
Pouco importa. O que isto pode?  
Bodes há de toda a casta,  
Pois que a espécie é muito vasta...[...]<sup>107</sup>

<sup>105</sup> AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luís Gama na imperial cidade de São Paulo*, Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

<sup>106</sup> *A Federação*, 06 de junho de 1888, p.1.

<sup>107</sup> GAMA, Luiz. *Primeiras Trovas Burlescas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.116.

Percebe-se nesta autonarrativa poética que Grama não ignorava ou negava suas origens, ser chamado de negro não era tomado por ele como uma agressão, na realidade isso pouco parecia o atingir. Conforme Elciene Azevedo, “ao mesmo tempo em que se afirmava como um poeta negro e buscava uma identidade africana, promovia a valorização dessa ascendência para que ela pudesse ser reconhecida e aceita”, ou seja, procurava positivar a origem africana mostrando-se em primeiro lugar orgulhoso da mesma<sup>108</sup>. Entre os abolicionistas não-brancos do final do século XIX, sem dúvidas, Luiz Gama foi aquele que de forma mais radical se autorrepresentou como negro, assumindo uma identidade ligada à África.

## 2.2 Abolicionismo “branco” e a construção de uma memória abolicionista

Foi a partir do confronto com episódios de estigmatização pela cor que os abolicionistas negros, personagens desta análise, passaram a se engajar com afinco na campanha abolicionista. Luiz Gama teve seu ingresso à faculdade de direito impedida, tendo que se tornar rábula. Patrocínio, que alçava cursar medicina, foi barrado a meio caminho da obtenção do diploma, tendo que deixar os bancos escolares com o título de farmacêutico. Ambos os personagens tiveram suas tentativas de ascender socialmente pelo meio acadêmico bloqueadas em razão da estigmatização causada pela cor. Caso distinto foi o de André Rebouças, que integrando uma família que ascendera socialmente durante o Império, formou-se engenheiro. Contudo, se no Brasil sua condição socioeconômica o isentara de sofrer com esses dilemas racializados, quando em viagem aos Estados Unidos passou a refletir sobre sua cor e origem ao se deparar com as portas de hotéis e restaurantes fechadas para ele<sup>109</sup>. Em resumo, as experiências sociais desses homens são marcadas por entraves às suas estratégias de mobilidade social, baseadas em práticas racistas. Esses abolicionistas negros mesclavam uma percepção que via na escravidão um obstáculo para a modernização do país, ao mesmo tempo que percebiam na escravização racializada uma base sólida para a recepção e manutenção de ideias preconceituosas.

Mas junto com estes segmentos negros tem-se um bom número de abolicionistas *brancos*, os quais também tiveram a sua militância política descrita no jornal *A Federação*. Como os periodistas desse órgão republicano representaram estes abolicionistas, como descreveram as suas ações e as suas posturas, como os posicionaram relacionalmente com seus colegas de causa?

---

<sup>108</sup> AZEVEDO, 1999, p.63

<sup>109</sup> ALONSO, 2012, p. 49.

Partindo dessas provocações iniciais, é que se propõe neste ponto do capítulo abordar duas outras personalidades do meio abolicionista que justamente não compartilhavam da cor e origem dos demais ativistas apresentados. Procurou-se investigar igualmente a forma como Joaquim Nabuco e a Princesa Isabel foram representados no jornal *A Federação*. Sabe-se que ambos eram vistos como brancos e pertencentes à elite da época e, principalmente, que compactuavam com a monarquia (assim como alguns abolicionistas negros). O objetivo é perceber novamente como os posicionamentos políticos atuaram na construção das representações sobre eles, atentando para uma perspectiva comparada em relação aos abolicionistas negros. Também é de interesse captar através desses vestígios biográficos aspectos que confluem para a construção de uma memória sobre a abolição no Brasil, uma narrativa na qual personagens específicos acabaram sendo destacados como protagonistas e outros como coadjuvantes, e outros ainda invisibilizados.

### 2.2.1 Joaquim Nabuco, o “ilustre monarquista”

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo provinha de uma família que ascendeu social e politicamente pela via burocrática: o pai José Thomaz Nabuco de Araújo fez carreira como magistrado e político brasileiro. Os primeiros anos de Nabuco, porém, foram vivenciados no Recife sob a guarda dos padrinhos Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho e Ana Rosa Falcão Carvalho, ricos proprietários de terras e escravos. Nabuco cresceu, então, como um menino de engenho. Entre a Corte brasileira – para onde foi levado aos oito anos de idade – e as temporadas como funcionário nas embaixadas em Washington e Londres, Nabuco desenvolveu seu posicionamento político e, especialmente, a militância abolicionista.

Nabuco de Araújo pertencia à aristocracia burocrática, chamada então 'do talento': homens sem grande lastro econômico, que faziam carreira no Estado. Nabuco de Araújo chegara a ela casando-se, em 1840, com uma Suassuna, família aliada dos Cavalcanti, a grande oligarquia territorial pernambucana. A partir daí se estabeleceu. Seu escritório jurídico logrou reputação e frequentes consultorias ao estado. Ascendeu a quase todos os postos políticos relevantes e foi assimilado à sociedade de corte - mas sem acumular patrimônio. Joaquim Nabuco nasceu, pois, numa família que compunha a *aristocracia de segunda divisão*.<sup>110</sup>

Das várias obras que Joaquim Nabuco escreveu ao longo da vida, destaca-se a intitulada *O Abolicionismo*<sup>111</sup>, na qual ele discorre sobre a pertinência do movimento abolicionista para o progresso brasileiro, apontando as características do mesmo. Segundo ele, o abolicionismo era “antes de tudo um movimento político, para o qual, sem dúvida,

<sup>110</sup> ALONSO, 2015, p.19.

<sup>111</sup> No dia 24 de maio de 1884, o jornal *A Federação* publicava em primeira página o prefácio desse livro, ao qual tiveram acesso através de uma carta que Joaquim Nabuco enviara de Londres para André Rebouças.

poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre das raças na liberdade”<sup>112</sup>. Nabuco procurou deixar claro também seu posicionamento acerca de como deveria transcorrer a transição do trabalho escravo para o livre:

A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tampouco, por uma guerra civil, como foi nos Estados Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo essa revolução obra exclusiva da população livre; mas tal possibilidade não entra nos cálculos de nenhum abolicionista. [...]

A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade. Em semelhante luta, a violência, o crime, o desencadeamento de ódios acalentados, só pode ser prejudicial ao lado que tem por si o direito, a justiça, a procuração dos oprimidos e os votos da humanidade toda<sup>113</sup>.

Guiando-se por essas ideias, o aristocrata Nabuco empreendeu um estilo de ativismo que consistia em “trabalhar em projetos, discursos, coalizões, de modo a angariar sustentação para uma lei abolicionista”<sup>114</sup>. Estilo este, por sua vez, que se alinhava às representações formuladas pelos republicanos rio-grandenses redatores d’ *A Federação* sobre a abolição. Esses agentes políticos defendiam que a abolição foi uma “revolução pacífica”, algo que talvez a história não registrasse outra, sendo tão generosa que fez “os vencidos passarem por baixo dos arcos triunfantes, na frente dos vencedores”<sup>115</sup>.

O papel desempenhado por Nabuco na campanha abolicionista foi destacado por estes agentes da política rio-grandense muitas vezes com admiração e respeito. Em meados de 1885 afirmavam que era Nabuco um “evangelizador infatigável e cheio de fê”, que consagrava “todos os grandes recursos do seu belo talento ao serviço da abolição dos escravos”<sup>116</sup>. “Ilustre abolicionista”, “emérito abolicionista” e “eloquente orador da abolição” são qualificativos que seguidamente precediam o nome de Joaquim Nabuco no periódico em questão, os quais expressam a competência com que era vista sua atuação nessa luta. Em 1885, *A Federação* divulgou um editorial com considerações positivas e entusiasmadas em relação à posse de Nabuco enquanto deputado pelo então distrito de Pernambuco. Neste texto é ressaltado seu papel no abolicionismo, afirmando-se ali que:

<sup>112</sup> NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da folha de São Paulo). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf>>. Acessado em: 05 set. 2016, p.9.

<sup>113</sup> NABUCO, 2000, p. 12.

<sup>114</sup> ALONSO, 2015, p. 160-161.

<sup>115</sup> *A Federação*, 11 de abril de 1888, p.1.

<sup>116</sup> *A Federação*, 09 de junho de 1885, p.1.



A vitória do Dr. Joaquim Nabuco é também uma vitória do abolicionismo, do qual ele se constituiu desde muito um dos mais nobres e ardentes apóstolos. Foi o iniciador ousado que primeiro agitou a majestosa causa no parlamento e que por ela soube bater-se galhardamente até expirar o prazo do seu mandato. Foi depois o evangelizador infatigável e cheio de fé, que até hoje tem consagrado todos os grandes recursos do seu belo talento ao serviço da abolição dos escravos. Nas páginas de um livro eloquente, que tão brilhante sucesso conseguiu dentro e fora do país, na imprensa e na tribuna popular, o dr. Joaquim Nabuco revelou-se identificado com a grande causa hoje disputada, conquistando com brilhantismo o título de um dos seus beneméritos servidores.<sup>117</sup>

Nessa época, percebe-se como a militância política de Nabuco alinhava-se à abolicionista e como essa característica ia ao encontro dos interesses republicanos rio-grandenses, uma vez que todos jogavam no campo do abolicionismo – situação que se altera com o recrudescimento da campanha republicana. Um ponto chave na trajetória abolicionista de Nabuco, ainda que pouco estudado e sobre o qual não há referências n’ *A Federação*, é sua relação com os abolicionistas britânicos. Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho exploraram esse aspecto por meio da correspondência trocada entre Nabuco e a *British Anti-Slavery Society*, constatando que esse contato significou uma parceria buscada conscientemente por este intelectual visando à expansão da arena da luta para o cenário internacional<sup>118</sup>.

Ao também explorar essa faceta do abolicionismo de Joaquim Nabuco, Marco Pamplona sublinhou que a troca de ideais e debates com os abolicionistas estrangeiros resultou numa radicalização do pensamento desse ativista sobre a escravidão e o seu fim. Conforme esse autor, Nabuco passou a dar mais importância para a dimensão moral em sua crítica e concepções sobre o escravismo, condenando abertamente o “crime” da escravidão<sup>119</sup>. Diante disso, o intelectual passou a tomar a abolição uma questão inegociável e urgente, ou seja, direta e sem indenização tal qual defendiam os republicanos rio-grandenses. O olhar positivo sobre Nabuco ecoa, justamente, nessa aproximação entre suas concepções e às veiculadas n’ *A Federação* acerca da abolição.

Conforme era esperado, os republicanos redatores d’ *A Federação* tinham suas ressalvas com Joaquim Nabuco, tendo em vista sua proximidade com a monarquia. A análise dos fragmentos biográficos acerca desse personagem publicados nesse jornal, contudo, mostrou-se em certa medida complexa, na medida em que foi visto sob diferentes ângulos pelos membros do jornal, resultando na formulação de representações distintas e por vezes

<sup>117</sup> *A Federação*, 09 de junho de 1885, p.1.

<sup>118</sup> BETHELL, Leslie, CARVALHO, José Murilo. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos. Correspondência 1880-1905. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23 n.65, 2009, p.207.

<sup>119</sup> PAMPLONA, Marco A. Joaquim Nabuco e a luta abolicionista dos primeiros tempos (1879-1886) – ação parlamentar, campanha nas ruas e conexões com abolicionistas britânicos e norte-americanos. *Revista de História Iberoamericana*, Madrid, v.3, n.01, 2010, p.55.

antagônicas. O trecho reproduzido abaixo, apesar de longo, expressa essa característica com precisão:

Não pertencemos ao número dos que prestam ao dr. Joaquim Nabuco uma adesão sem restrições.

Politicamente falando, o distinto compatriota, apesar dos talentos, não provoca o nosso apoio.

Ele é figura saliente no meio daqueles que, em número bastante avultado, não creem mais na monarquia, nem na sua capacidade para garantir a ordem sem prejudicar as funções do nosso progresso, mas que se colocam, todavia, ao serviço dela, prestando-lhe o concurso das suas aptidões, do seu prestígio e de seus esforços.

Esse é o pior, o mais funesto e o mais perturbador de todos os diversos matizes em que se acha dividida a política no país.

Quando ele não fosse o testemunho decisivo de uma incoerência injustificável e pouco honrosa, seria a prova da falsa compreensão que tanto tem desrespeitado a política científica no Brasil.

E que a esse matiz está infelizmente filiado o dr. Joaquim Nabuco, demonstram não só as suas constantes manifestações, como a sua frase proferida no parlamento, frase justamente célebre:

*No Brasil é preciso mais coragem para ser monarquista do que para ser republicano.*

[...]É na sua gloriosa missão abolicionista que o dr. Joaquim Nabuco merece a nossa adesão e provoca nossos aplausos.

Ninguém mais do que ele é digno das homenagens dos abolicionistas.

Quando a majestosa causa estava arredada da arena dos debates nacionais por falta de agitadores, foi ele quem agitou.

Quando o verbo da propaganda libertadora estava silencioso, foi ele quem rompeu o silêncio com uma valentia moral jamais inolvidável.<sup>120</sup>

Claro está que os republicanos d' *A Federação* nutriam pelo menos dois sentimentos diametralmente opostos em relação a Joaquim Nabuco: admiravam sua contribuição ao abolicionismo, mas desprezavam suas convicções políticas monarquistas. Se, conforme o trecho acima, Nabuco foi um agitador persistente no campo parlamentar em prol da propaganda libertadora; politicamente seria incoerente, pois era adepto de um regime que desacreditava como via possível para promulgar o progresso do país. Além disso, cabe mencionar que as representações elaboradas nessa folha republicana correspondem mais ou menos às fases de seu pensamento político, divididas em três: abolicionismo (década de 1880), monarquismo (década de 1890) e pan-americanismo (década de 1900). Christian Edward, ao estudar a segunda fase, constatou que ainda hoje “celebra-se o Nabuco abolicionista, porque ‘progressista’ e ‘moderno’, e detrata-se o monarquista, porque ‘atrasado’ e conservador”<sup>121</sup> - concepção que de alguma forma ou de outra encontra eco nas representações que se identificou sobre ele lá nos séculos XIX e XX.

<sup>120</sup> *A Federação*, 13 de maio de 1885, p.1.

<sup>121</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. O império é que era a República: a Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. *Lua Nova*, São Paulo, Ed. 85, 2012, p.278.

Deve-se lembrar que Nabuco não é o único personagem abordado neste capítulo cuja orientação política esbarrava no monarquismo de caráter liberal, caso de André Rebouças que, além disso, compartilhava com Nabuco o pertencimento à aristocracia brasileira. Ambos os indivíduos aproximaram-se com objetivo de empreenderem ações abolicionistas. Angela Alonso destaca essa relação apontando que Nabuco detinha o que a Rebouças faltava: “eloquência, vocação para a cena pública, brancura”<sup>122</sup>. Talvez isso justifique as pouquíssimas referências a Rebouças n’ *A Federação* e a negligência em relação a seu abolicionismo. Todavia, essa autora destaca também que os tipos de ativismo empreendidos pelos dois abolicionistas, em conjunto com José do Patrocínio, complementavam-se, de modo que Rebouças e Patrocínio precisavam de Nabuco como braço avançado no Parlamento, do mesmo modo que esse último precisava de sustentação extraparlamentar<sup>123</sup>.

Apesar das referências ao seu papel como militante pela causa dos escravos, a figura de Joaquim Nabuco no jornal dos republicanos rio-grandenses serviu muito mais para endossar a campanha republicana que para o discurso abolicionista propriamente dito. Como destacado anteriormente, o posicionamento político monarquista de Nabuco era encarado como incoerente pelos redatores do periódico em questão. Incoerência esta que repousava sobre a ideia de federação monárquica defendida por ele. Milton Carlos, ao estudar essa personalidade brasileira, constatou que os líderes adeptos da Federação e da Monarquia acreditavam que só mudando radicalmente o Império seriam salvos, dessa forma, propunham apenas medidas descentralizadoras, temerosos de concessões que derrubariam a monarquia<sup>124</sup>. Na concepção republicana, esses dois preceitos seriam antagônicos, dessa forma, utilizavam propagandistas como Joaquim Nabuco para escancarar a falência da instituição imperial, conforme fica claro na publicação de 12 de outubro de 1885:

Essa solução (para a crise política) não pode ser a monarquia federativa proposta pelo sr. Joaquim Nabuco; porque o ilustre senador já declarou com a maior solenidade que no dia em que for realizada a ideia da federação, a monarquia irá desaparecer.

É claro que s. ex. está convencido de que monarquia e federação são sistemas inconciliáveis, e que não podem coexistir.<sup>125</sup>

Seria esta ideia da monarquia federativa “nunca realizável” aos olhos dos republicanos. É óbvio que tentativas de salvar a monarquia jamais seriam bem vistas por esse grupo que alçava na época se alojar no poder. Todavia, é interessante notar que em momento

<sup>122</sup> ALONSO, 2015, p.162.

<sup>123</sup> ALONSO, 2015, p.162.

<sup>124</sup> COSTA, Milton Carlos. *Joaquim Nabuco: entre política e história*. São Paulo: Annablume, 2003, p.93.

<sup>125</sup> *A Federação*, 12 de outubro de 1885, p.1.

algum o jornal publicou algum tipo de crítica pessoal a Joaquim Nabuco. Ele foi sim criticado em razão de seu pensamento político, que não ia ao encontro do dos republicanos, porém, não sofreu ataques de cunho moral em relação à sua personalidade e à sua atuação profissional. Muito pelo contrário, por vezes foi qualificado como “ilustre monarquista”, “homem de talento” que talvez fosse capaz de prolongar artificialmente a vida do condenado regime imperial<sup>126</sup>.

Impossível não comparar a trajetória de Nabuco com a de Patrocínio, especificamente a forma como as mesmas foram representadas no jornal *A Federação*. Ambos os personagens eram donos de personalidades vigorosas, competiam e por vezes até se atritavam, de fato nunca foram amigos. Além disso, ambos também tiveram divergências políticas com os republicanos. No entanto, apesar dessas semelhanças, somente Patrocínio teve suas características pessoais acionadas pejorativamente no jornal, uma vez que era tachado de “indisciplinado” e “insolente”.

É de se considerar que a diferença primordial entre tais homens é a de origem étnica e social: enquanto um era negro e carrega uma herança familiar ligada à senzala, o outro era um indivíduo *branco* (ou pelo menos socialmente branco) membro da aristocracia desde o nascimento. Diante disso, é de se considerar também que as representações formuladas pelos redatores d’ *A Federação* acerca desses e de outros personagens possivelmente tenham sido influenciadas por parâmetros racializados. Um trecho que integra uma edição de outubro de 1889 nos ajuda a refletir sobre essa questão: “é preciso considerar que o sr. Joaquim Nabuco, apesar dos seus erros e desvios, ainda exerce o prestígio moral que lhe dão o seu talento e a fêrvida intransigência com que se conduziu através da longa e ardente agitação abolicionista, por ele mesmo iniciada no parlamento”<sup>127</sup>. Ficou claro que o jornal não classificou os “erros” de Nabuco como determinantes para abafar seu talento profissional, diferente do que ocorreu com Patrocínio. Quer-se dizer com isso que talvez a cor do indivíduo servisse para despertar um olhar mais intransigente por parte desses republicanos, de modo que o que poderia ser considerado imperdoável para um indivíduo negro, para um branco era perdoável.

É comum encontrar no jornal alguns trechos de discursos proferidos por Joaquim Nabuco, os quais são explorados pelos periodistas do jornal a fim de demonstrar incoerências em relação às alternativas propostas por ele e por outros monarquistas em relação à crise política. Numa dessas ocasiões, por meio de uma fala de Nabuco frente um auditório abolicionista em Recife, os redatores d’ *A Federação* afirmaram que ele não encontrara,

<sup>126</sup> *A Federação*, 27 de junho de 1886, p.1.

<sup>127</sup> *A Federação*, 17 de outubro de 1889, p.1.

dentro do sistema, “remédio enérgico e eficiente a não ser a aspiração de uma política nunca realizável”<sup>128</sup>: a “ridícula comédia”<sup>129</sup> que era a federação monárquica. Encontrar brechas nos discursos dos monarquistas contribuía significativamente para uma visão otimista em relação à implantação da República, uma vez que a falência daquele regime mostrava-se iminente mesmo para aqueles que se incluíam e compactuavam com ele.

Em agosto de 1886, *A Federação* publicava um editorial constatando a situação do monarquismo no Brasil. Afirmava o jornal nessa ocasião que não existia lastro histórico no país para justificar e preservar tal regime político, pois o mesmo não teria desde o início se instaurado a partir de convicções verdadeiramente monárquicas, mas sim a partir de interesses particulares, tendo um caráter accidental. O intelectual Joaquim Nabuco é, então, acionado para ilustrar essas constatações:

Alude o sr. Joaquim Nabuco ao período do monarquismo sincero e genuíno, nutrido de crença e de fé nos dogmas da monarquia, período que já extinguiu-se... Mas esse monarquismo de que fala o paladino liberal nunca existiu aqui. Seguindo as lições da história, ele manifestou-se sempre com os mesmos caracteres gerais que agora apresenta, salvo as diferenças para pior, resultantes da crescente decadência dos costumes políticos. Quem quer que estude a história do império sem preconceitos, si em vez de prender-se à materialidade dos sucessos estudá-los no espírito do seu conjunto à luz do método positivo, há de reconhecer a ausência do ideal monárquico em todos os movimentos políticos do nosso passado.<sup>130</sup>

No fragmento acima, o personagem da vez é tido como um ingênuo frente à situação de desgaste da monarquia. Em outros momentos, porém, Nabuco é apontado como “cultor do pessimismo em política”<sup>131</sup>, visto o desânimo que manifestava em relação ao futuro político do país. Em 1886 o jornal publicou uma carta que Nabuco redigiu à *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro, na qual confessava que: “ainda não tem fé na República e perdeu a fé na monarquia”<sup>132</sup>. Ao comentarem essa transcrição, que carregava o título de “nem monarquista, nem republicano” o periodista da matéria deixava claro: “como não é de presumir que espere indefinidamente essa reviravolta, não desesperemos de vê-lo ainda entre os que já têm fé na República”<sup>133</sup>. Ou seja, a tendência era que o “ilustre cidadão” logo entrasse para o time dos correligionários do PRR.

<sup>128</sup> *A Federação*, 19 de novembro de 1885, p.1.

<sup>129</sup> *A Federação*, 19 de novembro de 1885, p.1

<sup>130</sup> *A Federação*, 27 de agosto de 1886, p.1.

<sup>131</sup> *A Federação*, 01 de março de 1887, p.1.

<sup>132</sup> *A Federação*, 15 de maio de 1886, p.2.

<sup>133</sup> *A Federação*, 15 de maio de 1886, p.2.

Por outro lado, contudo, devem-se relativizar alguns pontos. Segundo o autor Christian Edward, ao contrário do que geralmente é mencionado, Nabuco teria se mantido fiel às preocupações de sua fase abolicionista, de modo que se manteve monarquista por julgar que o advento do regime republicano viria a prejudicar e não a favorecer o advento de uma sociedade autenticamente republicana, liberal e democrática<sup>134</sup>. Nessa perspectiva, a Monarquia seria um instrumento adequado para promover efetivamente o civismo, o liberalismo e a democracia, capaz de preparar a sociedade brasileira para uma República verdadeira<sup>135</sup>. Noutras palavras, Joaquim Nabuco não teria sido um inimigo do republicanismo, mas sim da forma como este republicanismo se desenrolará no Brasil, de modo que julgava a ele próprio como um verdadeiro republicano uma vez comprometido com os ideais cívicos de liberdade e igualdade.

A partir de 1889 e a instauração da República, as menções a Joaquim Nabuco vão se tornando cada vez mais escassas no jornal *A Federação*. Não significa que os redatores tenha se omitido publicamente a partir dessa data, pelo contrário, tendo em vista a fragilidade dessa República em seus anos iniciais não era conveniente a veiculação do posicionamento contrário e ativamente manifestado por Nabuco. Em contrapartida, o que também pode justificar esse esvaziamento de referências sobre ele no jornal é o fato de que a partir desse marco adentrou num período de hibernação política, no sentido de não exercer cargos públicos. O luto pelo monarquismo acabou quando Nabuco foi convidado em 1890 para ocupar a chefia da Missão do Brasil na capital britânica, inicialmente de forma interina. Nos anos que seguem, então, até 1903, encontrou-se no jornal notas espaçadas e bem sintéticas que apenas constata sua atuação na área da diplomacia<sup>136</sup>. Todavia, esses vestígios nos permitem vislumbrar novamente o nome de Nabuco acompanhado de qualificativos bastante positivos, como “ilustre ministro”<sup>137</sup>, “trabalhador infatigável”<sup>138</sup> e até “grande orador brasileiro”<sup>139</sup>. Como funcionário da República, usando seu reconhecido talento a favor dos interesses da mesma, volta a ser adulado pelos republicanos rio-grandenses em seu respectivo periódico.

Em relação a Joaquim Nabuco identificou-se representações diversas, tanto positivas como negativas. O mesmo, porém, não ocorreu no que tange à princesa Isabel, de modo que

<sup>134</sup> LYNCH, 2012: p.284.

<sup>135</sup> LYNCH, 2012: p.284.

<sup>136</sup> Algumas dessas notas podem ser encontradas nas edições d’ *A Federação*: 06/04/1900 p.1.; 15/12/1900 p.1.; 28/07/1902 p.1.; 18/08/1902 p.1.; 17/11/1902 p.1.; 01/05/1903 p.1.; e 04/05/1903 p.1.

<sup>137</sup> *A Federação*, 01 de maio de 1903, p.2.

<sup>138</sup> *A Federação*, 10 de setembro de 1903, p.2.

<sup>139</sup> *A Federação*, 20 de junho de 1903, p.1.

as representações em torno dela mostraram-se mais homogêneas e repetitivas n' *A Federação*. A homogeneidade que se fala relaciona-se ao fato de que, por razões óbvias, não se vislumbrou qualquer apoio por parte dos redatores dessa folha à herdeira do trono e à sua atividade política. Já quanto ao caráter repetitivo que atribuímos a tais representações tem a ver com o fato de elas girarem em torno dos mesmos assuntos: o papel de d. Isabel na abolição e sua articulação para o que seria o terceiro reinado.

### 2.2.2 A princesa Isabel de Bragança e o “falso” abolicionismo

Se houve um grande esforço empreendido pelos apoiadores da monarquia em associar o processo de abolição da escravatura à princesa, ocorreu igualmente um esforço republicano em desconstruir tal associação. Segundo Dalbert Junior Robert, enquanto os primeiros a caracterizavam como uma líder monárquica corajosa, de caráter humanitário, capaz de atender as expectativas do povo; os outros alegavam que a mesma havia abusado da função pública, mostrando-se uma déspota, autoritária, incapaz de governar<sup>140</sup>. Esses republicanos – integrantes do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ) - de que fala Dalbert formularam tais representações uma vez que não compactuavam com a ideia da abolição imediata e sem indenização, diferente dos republicanos rio-grandenses - como bem foi enfatizado noutros momentos deste trabalho. Logo, esse conflito de representações, protagonizados por grupos portadores de propostas diferentes e conflitantes, encontra suas nuances e especificidades quando visto sob o prisma de um grupo específico que embora republicano, reservava suas peculiaridades.

Em maio de 1888 era, então, publicado n' *A Federação*:

Querem atribuir à princesa a libertação dos escravos.

Se a princesa fosse a amiga fervorosa da raça oprimida que nos querem apresentar, não era somente agora que o devia mostrar, há muito que esse sentimento devia ter-lhe imposto outra conduta.

E essa mesma princesa abolicionista que sustentou o sr. Cotegipe e que só o abandonou a onda da indignação pública, arrancou-lhe o poder das mãos, completamente desprestigiado e desmoralizado.

Não, não é o projeto abolicionista que representa uma luta no momento que cobre assim de popularidade a princesa.

Não é tão pouco o trabalho da propaganda abolicionista, porque esse trabalho fez-se fora do governo e a despeito dele, exceto o tempo do gabinete do sr. Dantas.

A verdade é que a abolição estava feita; o escravo libertava-se, si não o libertassem. A princesa é a mesma; o que mudou foi a opinião a respeito dela<sup>141</sup>.

<sup>140</sup> ROBERT, Dalbert Junior. *Isabel, a “Redentora dos escravos”*: um estudo das representações sobre a princesa. 2001. 212 f. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2001, p.103.

<sup>141</sup> *A Federação*, 08 de maio de 1888, p.1.

A tentativa de esvaziar a atuação da princesa no processo abolicionista fica bastante expressa no trecho acima e em tantos outros que se encontram na fonte desta pesquisa. Aos olhos dos redatores desse jornal, o papel da abolição não cabia a ela, na medida em que já era um fato certo. Fica claro também que para eles, assim como para os demais correligionários republicanos, que a roupagem de abolicionista foi vestida por Isabel como uma estratégia visando à continuidade do regime, o que se relacionava diretamente à imagem e ao nível de aceitação dela entre os vários setores sociais.

De fato, a construção da figura da herdeira do trono como uma governante capaz de dar fim ao escravismo era um empreendimento promissor que poderia possibilitar flores e glórias à instituição monárquica e a ela especificamente<sup>142</sup>. Estratégia esta percebida pelos republicanos rio-grandenses e amplamente criticada por eles que argumentavam: “a princesa, nos tempos precários para o abolicionismo, nunca se revelou em prol dos cativos, nunca prestou ao movimento ao movimento libertador a força moral de seu apoio”<sup>143</sup>. Nega-se, inclusive, o próprio espírito abolicionista de d. Isabel, ou seja, os seus sentimentos em relação aos escravos, sua compaixão para com a *raça oprimida*. Mary Del Priore ao biografar a vida do casal – Isabel de Bragança e Conde D’Eu – aproxima-se dessa visão ao revelar que a princesa era alheia à situação dos escravos e que se aproveitou da onda abolicionista para projetar-se politicamente<sup>144</sup>. Ao analisar as cartas escritas por Isabel, a autora percebeu a falta de envolvimento dela com a luta abolicionista, uma vez que identificou citações que fazem alusão aos escravos de forma muito natural e normal, sem qualquer reflexão ou preocupação com os mesmos.

O esforço para desvincular a abolição da ação da Princesa e por consequência da monarquia também se refletiu na contestação do título de “Redentora” a ela creditado por seus apoiadores logo após a assinatura da Lei Áurea. Transcorrido o primeiro ano desse decreto, os republicanos rio-grandenses afirmavam convictos:

Nesse lapso de tempo, vi com grande alegria aumentarem-se, crescerem, agruparem-se as ideias republicanas no Brasil inteiro e aglomerando-se nos corações do nobre povo brasileiro, surgir delas a áurea lei de 13 de maio de 1888, que por obra das causas circunstanciais de momento e por uma urgência exibida pelo povo, que não admitia delongas, foi assinada pela princesa Isabel, indevidamente intitulada – a redentora; a lei de abolição que lavou para sempre a horrível mancha que enegrecia a nossa áurea verde bandeira.<sup>145</sup>

<sup>142</sup> ROBERT, 2004, p.84

<sup>143</sup> *A Federação*, 01 de junho de 1888, p.1.

<sup>144</sup> PRIORE, Mary Del. *O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil*, e Gastão de Orléans, conde D’Eu. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

<sup>145</sup> *A Federação*, 03 de julho de 1889, p.1.



O título era determinantemente indevido. Primeiramente, porque a princesa mostrara-se uma abolicionista de ocasião, motivada pelo interesse de popularizar-se e quiçá implementar um Terceiro Reinado. E, em segundo lugar, porque não teria feito ela “mais que sua obrigação” ao dar o golpe final numa causa latente na opinião pública e que estava, até então, resolvendo-se à mercê da atuação governamental. Alegava o jornal que tal procedimento não era razão “para reconhecimentos e gratidão de ninguém”, e muito menos para que os republicanos quebrassem as armas e voltassem às costas ao seu ideal – “o estabelecimento da República Federativa”<sup>146</sup>. Logo, não existiam motivos para admirar e defender a princesa, tanto que aqueles que fizeram isso foram amplamente criticados no periódico e por vezes tachados como traidores, vide o caso de José do Patrocínio.

Esta contestação do papel abolicionista encarnado por d. Isabel representa também o esforço republicano em podar qualquer vínculo que pudesse ser estabelecido entre monarquia e abolicionismo. Para os redatores d’ *A Federação* “a abolição da escravidão não pode ser a legenda da monarquia”<sup>147</sup>, principalmente pelo caráter pouco funcional que teve a Lei Áurea. Ocorria, na verdade, inversamente o contrário, uma vez que reiteradamente enfatizava-se que operada a transformação do trabalho, a eliminação da monarquia seria consequência inevitável, estabelecendo entre as instituições uma relação de concomitância. Aproveitavam-se, assim, para endossar a campanha republicana estreitando os laços entre abolicionismo e republicanismo:

Extinto o privilégio de raça com a liberdade pessoal de todos os filhos do país, é justo, lógico e indispensável que acabe o privilégio de família.  
A liberdade da raça escravizada deve seguir-se à liberdade política da pátria.  
Concluamos a tarefa. Sejamos americanos fazendo a América sem reis. [...]  
Retiremos dessa estrada o oneroso trambolho da monarquia ali colocado para obrigar-se ao retardamento.  
O espírito e a moral escravista não desaparecerão tão cedo; a regeneração dos costumes não se há de operar com a celeridade precisa enquanto existir a monarquia, o gerador e mantenedor de todas as subserviências. [...]  
Abolicionistas radicais, não podemos nem devemos parar na abolição da escravatura negra.  
O que a lógica manda é que prossigamos mais ativamente na abolição da monarquia, a escravidão das consciências, e com ela todos os males inveterados pelo duplo e secular escravismo que tem dominado sobre os brasileiros.<sup>148</sup>

Do excerto acima é possível perceber também o duplo emprego que os periodistas faziam do termo *liberdade*: aquele jurídico, relacionado ao fim da categoria escravo, e aquele que era quase um sinônimo de república. Para *A Federação*, a abolição do elemento servil não teria libertado completamente a pátria, uma vez que o *espírito e a moral escravistas*

<sup>146</sup> *A Federação*, 28 de junho de 1888, p.1.

<sup>147</sup> *A Federação*, 01 de junho de 1888, p.1.

<sup>148</sup> *A Federação*, 28 de junho de 1888, p.1.

reproduzir-se-iam enquanto existisse o império. A tarefa do abolicionismo, por sua vez, só findaria com a instauração do regime republicano, momento em que a *liberdade* seria, então, plenamente alcançada. Nas palavras do jornal: “o decreto da abolição da monarquia será recebido oportunamente entre os aplausos da multidão, como acaba de ser recebido o da abolição dos escravos: ambos contêm a destruição do cativo, sendo que o da extinção da monarquia é mais amplo do que o atual”<sup>149</sup>. Grosso modo, acontecia que estrategicamente os republicanos rio-grandenses tentavam estender a forte popularidade do movimento abolicionista à sua causa política, na tentativa de consolidar uma opinião igualmente popular e favorável a mesma.

Associar o fim do *privilégio da raça* (a abolição) com o fim do *privilégio de família* (a instauração da república) compunha uma plataforma política compreensível, que visava aproveitar o movimento abolicionista como força política e moral contra a monarquia. Tratar esses dois momentos como inerentemente imbricados era associá-los discursivamente como imprescindíveis para a extinção de diferentes *cativos*, um racial e outro genealógico/nobiliárquico. Essa ênfase dos republicanos sul-rio-grandenses na radicalidade desse duplo processo assenta também na crença ideológica que compartilhavam, de que medidas posteriores relacionadas a inserção positiva ou compensações quaisquer dirigidas as populações negras seriam desnecessárias. Afinal, a liberdade era um *bem suficiente para recompensar, só ela, todos os males do cativo!*

Se Isabel não foi a protagonista da abolição, quem teria ocupado este papel aos olhos desses republicanos? Em 1884, o jornal enfatizava que “foi pelos esforços persistentes dos abolicionistas, pela sua propaganda tenaz e persuasiva, pelo poder prolífico com que conquistaram para a nobre causa o espírito do país”<sup>150</sup>, ou seja, conferia-se ali importante função a esse grupo. Contudo, tal leitura aparecia muito discretamente no jornal, pois a abolição, na verdade, era divulgada ali muito mais como uma obra do povo brasileiro:

Quem lucrou com a libertação dos cativos foi a Pátria; *os partidos não fizeram a abolição*; a glória não cabe, portanto, a nenhum deles; cabe à nação.

E a reforma última é uma conquista e um exemplo, um argumento: o povo brasileiro mostrou que sabe querer;

Desfizeram-se as dúvidas sobre a nossa energia, de difícil reação, não há dúvida, mas real.

Nessa luta contra o interesse pessoal, o povo brasileiro, além da elevação moral extraordinária que mostrou, provou que sabe ser tenaz, tanto quanto sabe ser generoso.

[...] A escravidão acabou e vamos ver que os nossos males todos não eram produzidos por ela, porque muitos hão de permanecer, extinta a escravidão.

<sup>149</sup> *A Federação*, 22 de junho de 1888, p.1.

<sup>150</sup> *A Federação*, 19 de julho de 1888, p.1.

Agora é a própria forma de governo que fica descoberto.  
*Empregue o povo brasileiro, para derrocá-la, a metade da energia que empregou para libertar-se dos escravos e terá entrado no regime de definitivo, no amplo sistema que permite a livre expansão de toda a atividade.*<sup>151</sup>

Em muitas edições é possível detectar a tentativa de caracterizar a abolição como um fato popular por excelência. Todavia, é necessário levar em conta que esse “povo” aparece de forma muito genérica – conforme consta no trecho transcrito – de modo que não fica claro a quais setores sociais estariam se referindo<sup>152</sup>. Essa característica vai ao encontro do que se falava anteriormente, no empreendimento de conclamar o povo a seguir lutando por uma causa intrínseca à abolicionista, aquela que eliminaria de vez todos os males que abatiam o país: a instauração da república.

De acordo com trecho citado acima, percebeu-se também que os redatores d’ *A Federação* tentavam desvincular a libertação dos escravos da ação partidária. Todavia, frisa-se novamente que o partido em questão soube utilizar-se muito bem da causa para consolidar-se na política rio-grandense, beneficiando-se da popularidade que o movimento abolicionista ganhou ao longo da década de 1880. Se a princesa Isabel e os partidos políticos não foram, por sua vez, os responsáveis ou os protagonistas da abolição, tampouco a população de origem africana (com exceção daqueles abolicionistas negros consagrados, alguns deles estudados aqui) teriam exercido qualquer papel nesse processo. A abolição é representada como um movimento popular; “popularidade” esta da qual a população negra não fazia parte e, portanto, não merecia destaque. Noutras palavras, foi um movimento conduzido pela população eminentemente branca que gloriosamente se redimia com a “raça escravizada”. Afirmavam os periodistas que “o escravo libertava-se, se não o libertassem”<sup>153</sup>, deixando claro a ignorância e impotência não só do escravo, mas do negro, frente às ideias libertadoras:

[...] a propaganda alastrava-se por toda a parte vencedora até que conseguiu vencer o cordão do escravismo estendido entre ela e as fazendas e penetrou nas senzalas. Então toda a resistência cessou; tinham falado ao negro em liberdade, fugiram alguns, outros o souberam, fugiram também: da terceira fazenda e da quarta fugiram em massa, o escravo já sabia que havia brancos nos quais não predominava a

<sup>151</sup> *A Federação*, 26 de maio de 1888, p.1.

<sup>152</sup> Ao destacar as abordagens que recebeu o 13 de maio de 1888 na historiografia, Renata Figueiredo constatou que o uso da expressão “povo” foi amplamente veiculado nos jornais, principalmente nas comemorações que seguiram a decretação do fim oficial do cativeiro. A autora sublinhou que a definição considerada pelos jornais naquele momento está inclinada para a parcela da população que na sua ampla diversidade tornou difícil a identificação ser feita por outra palavra. Todavia, n’ *A Federação* esse termo pareceu comportar outros significados. (MORAES, Renata Figueiredo. *Os maícos de 1888: História e memória na escrita da História da abolição. O caso de Osório Duque-Estrada*. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2007, p.102).

<sup>153</sup> *A Federação*, 08 de maio de 1888, p.1.

respeito dele a hostilidade permanente, única face por onde lhe aparecia a raça dominadora.<sup>154</sup>

Dessa forma, a única atitude que essa população teria tido possibilidade de tomar teriam sido as fugas. Faz-se necessário sublinhar que tal representação não era estranha levando em conta o contexto em que se insere, além disso, deve-se lembrar de que o protagonismo negro, ou melhor, a abolição tida como uma conquista desse povo é coisa recente, inclusive no meio historiográfico. Das personalidades negras deste capítulo, somente José do Patrocínio e Luiz Gama tiveram suas militâncias abolicionistas divulgadas e reconhecidas pelo jornal. Por isso, pode-se dizer que ambos acabam por visibilizar e representar, mesmo que timidamente, a presença da população afro-brasileira na conquista da abolição.

Colocando a abolição como obra do povo, os periodistas d' *A Federação* conferiam o status de unanimidade a este fato. Seguidamente enfatizavam que a monarquia teria cumprido apenas “o seu dever *obedecendo à vontade manifesta da nação*<sup>155</sup>”; à “*suprema aspiração do patriota brasileiro*<sup>156</sup>”. Tal ideia de unanimidade em torno da abolição foi, todavia, divulgada na imprensa brasileira de modo geral. Ao analisar o movimento abolicionista, Joseli Mendonça, afirmou que a imprensa recheava suas publicações com textos de apoio e de exemplos de ações favoráveis ao fim da escravidão, porém, “essa vontade geral não unânime e foi contestada por Andrade Figueira que lembrou que a população do Brasil não correspondia apenas aos que frequentavam as galerias da Câmara”<sup>157</sup>. Além disso, para a autora, esse foi mais um elemento da memória que naquele momento – 13 de maio de 1888 – começava a ser construída, uma vez que os jornais não lembraram os insatisfeitos com a lei e trataram apenas de reproduzir nas suas manchetes as comemorações por toda a cidade<sup>158</sup>.

Aos olhos dos articulistas d' *A Federação*, todas as ações empreendidas pela Princesa em fins do século XIX, não somente em relação à causa abolicionista, tinham como pano de fundo fornecer uma sobrevida à monarquia. Tais percepções ficam claras no fragmento retirado de uma edição de 1888 reproduzido abaixo:

Ela (a Princesa) vivia bem obscura há ainda pouco tempo, entregue à educação dos filhos e às suas novenas; ninguém acusava a princesa de intrometer-se nos negócios públicos, nem havia a previsão de que ali se achava uma grande cabeça; pelo contrário, os próprios monárquicos achavam que ela empregava bem o tempo entre a igreja e os concertos.

<sup>154</sup> *A Federação*, 15 de maio de 1888, p.1.

<sup>155</sup> *A Federação*, 28 de junho de 1888, p.1. (Grifos nossos).

<sup>156</sup> *A Federação*, 21 de junho de 1888, p.1. (Grifos nossos).

<sup>157</sup> MORAES, Renata Figueiredo. *Os diferentes 13 de maio*. História, memória e festa da abolição. *OPSIS*. v.7, n.9, jul./dez. 2007, p.219.

<sup>158</sup> MORAES, 2007, p.219.

Não constou nunca que a princesa se pronunciasse sobre um negócio grave; que ela se manifestasse no sentido de uma ou outra concessão liberal, nem que fizesse dos negócios públicos a sua ocupação predileta.

A princesa e o conde D'Eu viviam, além de tudo, impopulares.

Entretanto, de um momento para o outro, o conde D'Eu ficou um grande general e a princesa uma elevada estatura política.

Está na memória de todos a caçada real à popularidade que os príncipes fizeram nesta província: - um passeio.<sup>159</sup>

De acordo com os republicanos integrantes do dito jornal, Isabel não tinha e não demonstrara qualquer vocação para a vida pública, visto que a ela interessava mais “os concertos que organizava e as festas de igreja do que as questões de interesse nacional”<sup>160</sup>. Também não se negava no jornal “os dotes de esposa modelo e mãe exemplar”<sup>161</sup> da Princesa, entretanto, só isso não bastava para dirigir os destinos do país, de maneira que “simplesmente pelas prerrogativas do seu sexo só deveria merecer deferências, respeito e proteção”<sup>162</sup>. Nesta perspectiva, deve-se sublinhar que a inaptidão com que caracterizavam essa senhora deve-se em grande medida às concepções de gênero que vigoravam no século XIX, de modo que a posição de monarca ou regente não era destinada às mulheres. Os padrões de gênero eram restritivos para elas, tendo em vista que as estruturas dominantes eram definidas e controladas exclusivamente por homens<sup>163</sup>.

Essa incapacidade política que atribuíam à Princesa, ficava registrada no jornal também quando se elevava a figura do marido, o Conde D'Eu<sup>164</sup>, sobre a sua. Conforme os articulistas do jornal divulgavam em meados de 1888, Isabel estava “subordinada pelo instinto próprio ao seu sexo a sugestões estranhas, presa fatalmente à irresistível vontade de seu esposo”<sup>165</sup>, logo, seu reinado serviria para o “franco ingresso ao domínio do Sr. Conde d'Eu”<sup>166</sup>. Noutra publicação, também de 1888, afirma-se o seguinte:

Pensamos nós que aceitar a princesa é aceitar o conde D'Eu, não como marido dela unicamente, mas como imperador.

O segundo plano é evidente que pertencerá à senhora d. Isabel, espírito mais fraco do que o do marido.

<sup>159</sup> *A Federação*, 01 de junho de 1888, p.1.

<sup>160</sup> *A Federação*, 02 de maio de 1888, p.1.

<sup>161</sup> *A Federação*, 13 de julho de 1889, p.1.

<sup>162</sup> *A Federação*, 27 de junho de 1889, p.1.

<sup>163</sup> BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil*. Gênero e poder no século XIX. Tradução Luiz Antônio Oliveira Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p.34.

Segundo Barman, as próprias estruturas de gênero podem ser responsabilizadas por esse alheamento político da Princesa até a década de 1880. Na análise da correspondência trocada entre o Imperador e a filha, Barman percebeu que o tema político era ausente, assim, isolada do resto da sociedade e sem se inserir no debate político, Isabel pouco sabia da realidade brasileira. (BARMAN, 2002).

<sup>164</sup> Uma biografia sobre a vida do casal d. Isabel e Conde D'Eu a partir de como se relacionavam com a política do Estado pode ser encontrada em: PRIORE, 2013.

<sup>165</sup> *A Federação*, 09 de junho de 1888, p.1.

<sup>166</sup> *A Federação*, 09 de junho de 1888, p.1.

Este último, estrangeiro, expulso da própria pátria, ligado ao Brasil como a uma propriedade a explorar, é que será o nosso amo.<sup>167</sup>

Sendo mulher e alheia à política, não teria ela fibra – segundo os republicanos sul-riograndense - para dirigir um Terceiro Reinado. Portanto, o esperado era que o marido assumisse as rédeas do Império e tomasse para si o trono. O conde, por sua vez, era visto no jornal como, além de um estrangeiro – conforme consta no trecho acima, um “aventureiro de raça e de condição, elevado pela diplomacia cortesão ao papel de príncipe consorte”<sup>168</sup>.

Outra característica que integra as representações sobre D. Isabel é sua forte religiosidade, fato que por consequência sinalizava uma proximidade com a Igreja Católica. Para os redatores d’ *A Federação*, a princesa herdeira era tida, então, como “uma mulher obsecada pelo fanatismo religioso”, que se ascendesse ao trono iria instaurar o verdadeiro “reinado do terror e do jesuitismo”<sup>169</sup>. Os periodistas não exploraram muito essa faceta da filha de D. Pedro II, mas era mais um aspecto que encontraram para desqualificar sua personalidade e suas intenções políticas.

Interessa enfatizar que ela não foi a única de nossas personagens que mantinha laços estreitos com o catolicismo; Aurélio de Bittencourt era tão beato quanto ela, sendo inclusive presença ativa em várias organizações ligadas a sua religião em Porto Alegre. Muito embora em relação a ele nenhum problema pareceu existir sobre isso, uma vez que tinha esses aspectos de sua vida enfatizados n’ *A Federação* sem qualquer conotação negativa. Acredita-se que tal disparidade esteja relacionada basicamente e mais uma vez com os divergentes posicionamentos políticos dos personagens. Como estudado antes, Aurélio era, além de funcionário do Estado gaúcho, homem de confiança do PRR; enquanto a Princesa representava para eles a abominável possibilidade de um Terceiro Reinado.

A proximidade da Princesa com o catolicismo resultou por alocá-la numa corrente de abolicionistas moderados que apelava para a doutrina do evangelho e que revestiu a libertação de um teor religioso, assim como também rendeu representações positivas sobre esta personagem. Investigando justamente tais representações no jornal *O Exemplo* de Porto Alegre, nos primeiros anos do século XX, Thanise Guerine e Maria Angélica Zubaran constataram que a Princesa Isabel e outras lideranças abolicionistas foram acionadas pelos periodistas deste periódico com um intuito pedagógico: “o de fornecer modelos de lideranças moderadas e patrióticas, que deveriam inspirar os afro-brasileiros na sua busca de inclusão na

<sup>167</sup> *A Federação*, 04 de junho de 1888, p.1.

<sup>168</sup> *A Federação*, 09 de junho de 1888, p.1.

<sup>169</sup> *A Federação*, 01 de junho de 1888, p.1.

nação<sup>170</sup>”. Os redatores d’ *O Exemplo* trataram de sacralizar então estes personagens em múltiplas analogias cristãs, no caso da Princesa Isabel, também replicaram a versão oficial da “redentora” e do reconhecimento dos negros frente ao “presente” dado por ela, no caso a abolição<sup>171</sup>.

Enfim, enfatiza-se que as representações sobre a Princesa Isabel foram amplamente divulgadas n’ *A Federação* entre os anos de 1884 e 1889, sendo o ano de 1888 o mais rico em informações sobre ela. Resolvidas as esperadas transformações do trabalho e da política, sua figura perde notoriedade para os articulistas do jornal, na medida em que também passa a integrar memórias de um passado a ser esquecido e superado por um presente de afirmação republicana. Assim, nos anos que seguem até o limite temporal – 1903 – nada de verdadeiramente contundente sobre ela é publicado no referido periódico; enterrava-se de vez a princesa e com sorte as lembranças dos tempos monárquicos.

\*\*\*

A exemplo da Tabela 1, alocada nas páginas iniciais deste capítulo, seguiu-se computando as publicações sobre o abolicionismo e a abolição até o limite temporal, 1903. Abaixo, é notório observar a diminuição significativa de publicações cujo enfoque fosse este tema, mesmo porque já era uma causa ganha. Contudo, em praticamente todos os anos constatou-se a existência de textos e notícias, publicadas principalmente no mês de maio, referentes à comemoração da libertação dos escravos. Nestas edições comprovou-se a manutenção da memória abolicionista construída outrora, nos anos de luta, que anualmente era acionada na folha republicana.

---

<sup>170</sup> ATOLINI, Thanise, ZUBARAN, Maria Angélica. A reinvenção da abolição e dos abolicionistas no jornal *O Exemplo*: representações pedagógicas e culturais (1920-1930). *Revista de Iniciação Científica da Ulbra*. N.12, 2014, p.138.

<sup>171</sup> ATOLI, ZUBARAN, 2014, p.135.

Tabela 2: Ocorrência de publicações acerca da abolição (1889-1903)

Ano	Discussão de leis e considerações gerais sobre a abolição	Notas relativas às ações, festas e adesões abolicionistas.
1889	08	02
1890	04	03
1891	07	02
1892	01	04
1893	01	-
1894	01	-
1895	01	01
1899	01	-
1900	02	03
1901	03	03
1902	-	-
1903	01	02

Fonte: Edições do jornal *A Federação*. Elaboração própria.

O editorial de 12 de maio de 1900 deixou-se transparecer muito bem a forma como os republicanos rememoravam a abolição n' *A Federação* e como divulgavam para seu público leitor uma narrativa unívoca sobre a mesma:

Celebra-se amanhã o 12º aniversário da primeira conquista verdadeiramente popular, que o Brasil já alcançou.

A atmosfera corrupta dos derradeiros tempos imperiais, fez com que brotasse do aulicismolouvaminheiro a lenda de que a ex-princesa imperial se devera o grande fato da emancipação dos cativeiros.

Uma ou outra voz andou também pela imprensa, alimentando parvamente essa tremenda inverdade.

*A campanha abolicionista foi, porém – hoje toda a gente o sabe – obra exclusiva da nação.*

*E, para o grande triunfo em nada concorreu à regência. [...]*

O trono fraternizou, afinal com o abolicionismo, por amor da própria conservação.

Compreendendo que naquele instante decisivo nacional nenhuma potestade poderia quebrar o ímpeto da onda libertadora, e que tudo quanto se lhe antepusesse como obstáculo, ela despedaçaria inevitavelmente, tão somente para acautelar os seus interesses, manter e não prejudicar a sua efêmera estabilidade, o império foi ao encontro da abolição.<sup>172</sup>

<sup>172</sup> *A Federação*, 12 de maio de 1900, p.1. (Grifos nossos).



O caráter popular e unânime conferido a esse fato continuava a ser amplamente destacado pelos republicanos rio-grandenses, assim como o exercício de desvincular a todo preço a abolição da monarquia. Acredita-se que tenha sido esta a preocupação central dos redatores, uma vez que reforçar a atuação do povo, colocando-o como principal agente daquela transformação social, serviria para invalidar qualquer ato que partisse da monarquia e que pudesse manter-lhe viva. Angariavam, assim, o capital simbólico gerado pelo abolicionismo e pela abolição para si, ou seja, para a República de modo geral.

Os republicanos integrantes d' *A Federação* construíram uma verdadeira *ponte* entre a abolição da escravidão e a proclamação da República, na medida em que propagandeavam: “esses dois movimentos [...] se completam, pois e juntos constituem, ostenta-se e imortalizam-se como a alvorada festiva do sentimento nacional”<sup>173</sup>. Este discurso foi amplamente divulgado nesta folha especialmente entre 1888 e 1889, quando os periodistas anunciam: “não se faz uma reforma como a de 13 de maio para parar, nem há força que consiga deter um movimento tão violentamente impulsionado”<sup>174</sup>. Ou seja, feita a abolição e assim destruída a base social da Monarquia, a República tornava-se iminente, simplesmente uma questão de tempo para que a “revolução” – como era tomada o conjunto composto por estas duas transformações – se concretizasse.

Tal entrelaçamento entre questões políticas e sociais identificado n' *A Federação*, refletiu-se bastante na análise dos fragmentos biográficos dos abolicionistas. Afinal, aqueles personagens que se relacionavam de algum modo ao império ou foram desqualificados – como José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e a própria princesa - ou então tiveram suas militâncias abolicionistas não destacadas ali – caso de André Rebouças e Machado de Assis.

Logo, pode-se perceber que as representações sobre os abolicionistas estiveram em grande medida determinadas às suas posições políticas e partidárias. O único dos personagens que integrava totalmente o time dos republicanos e que por isso não foi desqualificado em sentido algum foi Aurélio de Bittencourt. Tal homem era um deles, correligionário e amigo, todavia sua atuação abolicionista não foi enfatizada no jornal. Isso, talvez pelo fato de que nem sempre esteve ligado ao PRR, visto que antes disso integrava o Partido Liberal. Para além deste personagem histórico, somente Luiz Gama foi tão laureado quanto, porém trata-se de um caso peculiar dentro da análise. Como se enfatizou, Gama teve atritos com os republicanos, porém ele e o jornal atuaram em momentos distintos, uma vez que o mesmo faleceu em 1882. Deste jeito, os republicanos gaúchos e tal personalidade não se

<sup>173</sup> *A Federação*, 12 de maio de 1900, p.1.

<sup>174</sup> *A Federação*, 25 de julho de 1889, p.1.

manifestaram frente aos mesmos acontecimentos, diferente de José do Patrocínio que igualmente desentendeu-se com este grupo, mas que foi amplamente criticado por suas opiniões e ações políticas.

Patrocínio é um dos casos mais ilustrativos da influência política nas formulações das representações n' *A Federação*. Tendo como sua prioridade a abolição, ele abandonou o partido republicano para aproximar-se da princesa Isabel. Uma verdadeira traição para os republicanos rio-grandenses! Um ato imperdoável! E foi assim que se apresentou no periódico até 1903, pois após o episódio da *deserção* Patrocínio nunca mais prestara para o jornal, nem como jornalista ou político e tampouco como homem. Como vimos, o único aspecto positivo que se salvara de sua trajetória foi o ativismo abolicionista empreendido. A análise dos vestígios biográficos de Joaquim Nabuco e de D. Isabel reforçou fortemente essa concepção. A proximidade que mantinham com o império interferia substancialmente na forma como eram representados, embora em menor medida nele e em maior medida nela. Como bem se ressaltou em relação a Nabuco os redatores mantinham um posicionamento dúbio. Por um lado sua militância abolicionista era digna de louros; por outro era um monarquista e por isso não podiam fornecer apoio e confiança absolutos. Enquanto Isabel, pertencente à família real e herdeira do trono, não teria porque ter sido diferente: foi desqualificada enquanto abolicionista e tida como incapaz de governar o país, a ela restavam apenas os predicativos de esposa e mãe. Obviamente que a visão negativa sob a princesa se encontra articulada à campanha republicana empreendida pela *A Federação*, na medida em que a seus membros interessava veicular a insustentabilidade da sobrevivência do império aos seus leitores.

A concepção de uma abolição pacífica é outro aspecto que integra a narrativa construída no jornal órgão do PRR. Logo após a decretação da Lei Áurea, o jornal já desejava: “Que a República venha com flores como veio a abolição da escravidão em 1888”<sup>175</sup>. Repetindo, praticamente a mesma frase anos depois, em 1903: “resolvemos por meio de florões com alegria profundamente humana – o gravíssimo problema da escravidão – que afeta intimamente todas as fibras do organismo social”<sup>176</sup>. Dessa forma, ativismos como os empreendidos por Joaquim Nabuco e Luiz Gama, que se aproximavam desta versão, acabaram recebendo elogios e admirações por parte dos periodistas do órgão de imprensa do PRR. Apesar disso, estes sujeitos distanciavam-se em relação às ideias e às estratégias abolicionistas, uma vez que Nabuco orientava-se por um abolicionismo gradual, lento e via parlamento; enquanto Gama defendia a abolição imediata, bem como a liberdade de escravos

<sup>175</sup> *A Federação*, 15 de julho de 1888, p.1.

<sup>176</sup> *A Federação*, 20 de fevereiro de 1903, p.1.

nos tribunais. Ambos receberam maior destaque no dito jornal e por consequência na própria narrativa abolicionista montada ali. Ao contrário de José do Patrocínio, uma vez que “foi considerado um abolicionista mais radical por proferir um discurso mais exaltado promovendo um contato mais direto com o escravo, cobrando e incentivando uma maior participação direta dos próprios escravos no processo abolicionista”<sup>177</sup>.

Os fragmentos das trajetórias abordados ao longo do capítulo comportaram naturais especificidades, visto que cada uma delas dimensionava ideias, posicionamentos, histórias e ações muito próprias e distintas. Apesar disso e levando em conta somente os abolicionistas negros destacados aqui, constatou-se a existência de um elemento comum nas representações identificadas sobre eles: a dedicação às carreiras profissionais. Aurélio ao funcionalismo público, Rebouças à engenharia, Machado aos romances e, até mesmo Patrocínio, em relação ao jornalismo. Rebouças e Machado, inclusive, aparecem n’ *A Federação* somente sob esse aspecto, não tendo nenhuma outra característica acionada ali. Parece, assim, que para os republicanos redatores desta folha esta era a dimensão mais interessante para se dar destaque em se tratando de afro-brasileiros. A exceção de Patrocínio, que teve maiores problemas com a agremiação republicana e a Aurélio que mantinha laços afetivos com os correligionários nenhuma das outras personagens recebeu grande destaque no jornal para além daquela característica comum a todas; qualitativa e quantitativamente falando. Em contrapartida, encontraram-se muitas publicações envolvendo Nabuco e Isabel e que contemplavam aspectos de suas vidas pública e privada, indivíduos por excelência “brancos” e pertencentes à aristocracia.

A dimensão racial dos personagens quando não suprimida, apareceu de forma muito sutil, caso de José do Patrocínio que foi o único que sofreu com os dilemas do escravismo no jornal e sobre o qual, então, identificaram-se representações étnico-raciais racializadas. Por exceção tem-se Luiz Gama, único declaradamente identificado com a população afro-brasileira. Todavia esta característica foi empregada com cunho positivo no periódico, uma vez que era ele tomado como modelo de abolicionista e que o próprio, enquanto em vida, identificava-se abertamente como negro conferindo igual positividade à sua origem étnica.

De qualquer modo, pode-se confirmar o caráter relacional da cor nesse contexto, visto que todos aqueles abolicionistas gozaram de certa ascensão socioeconômica e devido à posição que passaram a ocupar no mundo dos brancos tornavam-se, pelo menos, invisíveis. *A*

---

<sup>177</sup> SILVA, Leonardo Santana da. *O processo abolicionista no Brasil na visão de dois intelectuais afrodescendentes engajados na causa: André Rebouças e José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p.14.

*Federação*, por outro lado, negligenciou quaisquer dificuldades que tais pessoas enfrentaram para conquistar seus lugares na sociedade brasileira, de modo a velar as restrições que lhes eram impostas em função de suas origens. A forma como as representações foram moldadas neste jornal faz parecer que as vidas desses personagens transcorreram livremente em direção ao sucesso, logo, contribuíram para consolidar os mecanismos de exclusão e preconceito raciais que ainda persistem na sociedade brasileira.

Se, conforme apresentado, a partir de 1888 a temática da abolição passou a ser deixada de lado pelos redatores e tendo em vista que tal questão dava visibilidade para a população afro-brasileira (não só para os abolicionistas, mas para o negro em geral), sob quais outros enfoques encontrou-se o negro sendo representado n' *A Federação*? Diante deste questionamento é que se percebeu a necessidade de investigar outras circunstâncias em que a população de origem afro-brasileira esteve no cerne das discussões veiculadas neste jornal. Assim, será possível continuar identificando os mecanismos e as características da *visibilização* desses homens pela cor no periódico, bem como as representações construídas acerca deles.

### 3 TRABALHO E CONTROLE SOCIAL: PROCESSOS DE VISIBILIDADE E INVISIBILIDADE DO TRABALHADOR NEGRO

O foco neste capítulo é seguir identificando como se dava o manejo das categorias de visibilidade e invisibilidade do negro no jornal *A Federação*. Inicialmente, então, serão abordadas as discussões sobre a transformação do trabalho, a fim de destacar que enquanto a alguns redatores d' *A Federação* interessava invisibilizar os afro-brasileiros, “apagando-os” da formação identitária dos gaúchos; a outros interessava encarar a liberdade dos escravos *de frente*, deliberando meios para a inserção socioeconômica dos mesmos quando em usufruto da liberdade. Adiante, esta ausência de um discurso unívoco entre os membros do periódico será endossada. Isto, pois, busca-se destacar os vários sentidos e significados conferidos aos indicativos de cor e raça, de modo a perceber como os mesmos relacionaram-se à visibilização da população afro-brasileira. Ademais, também serão observadas algumas medidas para o controle social dos libertos (as alforrias condicionais e os regulamentos para os criados); bem como as relações que os periodistas estabeleceram entre cor e desordem e entre policiais e negros.

#### 3.1 Projetos imigrantistas e o trabalhador nacional e negro em foco

Em 1884, tempos antes de a abolição concretizar-se oficial e definitivamente, os periodistas d' *A Federação* já antecipavam que a transformação do trabalho no Brasil não se resolveria apenas com a libertação dos escravos. Nas palavras do jornal: “a abolição constitui apenas a medida preliminar e indispensável, sem a qual é impossível qualquer passo seguro para adiantar a solução do grande problema, [...] ela será o início de uma larga série de reformas de caráter complexo”<sup>1</sup>. Tinha-se, então, consciência de que a instauração plena da “cultura do braço livre”, como bradava o órgão de imprensa do PRR, demandaria ainda de projetos, reformas e leis que criassem as condições necessárias para tal transformação. É possível encontrar nas páginas deste periódico inúmeras publicações que contemplavam estas discussões, e delas, o afloramento de posicionamentos divergentes e por vezes conflitantes entre os membros da folha.

O dilema do encaminhamento da transformação do trabalho não parecia ser, pelo menos para *uma parte* dos republicanos rio-grandenses, algo que afligisse a sociedade sul-rio-grandense. De acordo com tais redatores d' *A Federação*, nossa economia em nada sofreria quando do desaparecimento do último escravo em seu solo<sup>2</sup>, assim como nossa importante

<sup>1</sup> *A Federação*, 22 de setembro de 1884, p.1.

<sup>2</sup> *A Federação*, 01 de agosto de 1884, p.1.

indústria agrícola pastoril já dispensava a mão de obra escrava em 1884 “sem o mínimo abalo”<sup>3</sup>. Frente a tais circunstâncias, restava interpelar o público leitor: “porque o desaparecimento do escravo acarretará na nossa província a desorganização do trabalho e o depauperamento da produção?”<sup>4</sup> Para eles, não havia motivos para alardes e preocupações, éramos verdadeiramente independentes do trabalhador escravo para continuar nosso “crescente desenvolvimento” e para operar os “mais notáveis progressos”<sup>5</sup>.

O que estes redatores expunham, na realidade, representava um esforço em minimizar a presença, a importância e a influência da escravidão no Rio Grande do Sul<sup>6</sup>. Isto não dizia respeito somente aquele contexto, quando de fato a mão de obra escrava já não era mais uma necessidade econômica<sup>7</sup>; mas historicamente, uma vez que a história sul-rio-grandense era designada por este grupo de periodistas do jornal como a “história da liberdade”. Em 1884, quando o movimento abolicionista regional intensificou-se, dada a grande quantidade de alforrias concedidas, e Porto Alegre declarou oficialmente a libertação de seus escravos, era comum encontrar nas páginas do periódico do PRR elementos que confluíam para esta visão.

Um movimento tão espontâneo e tão uniforme impõe-se pela majestade à admiração unânime do Brasil, que inevitavelmente há de sofrer o seu vigoroso impulso. Perante ele, pode-se afirmar resolutamente, com mais inabalável certeza, que não no Rio Grande a conclusão solene da grande obra, em que estão empenhados o *nosso tradicional amor à liberdade, os nossos brios de povo livre e civilizado, o nosso indomável patriotismo*.<sup>8</sup>

<sup>3</sup> *A Federação*, 27 de agosto de 1884, p.1.

<sup>4</sup> *A Federação*, 27 de agosto de 1884, p.1.

<sup>5</sup> *A Federação*, 27 de agosto de 1884, p.1.

<sup>6</sup> Esta minimização do uso do escravo como força de trabalho entre os gaúchos foi uma concepção que até pouco tempo era reproduzida na historiografia e mesmo no senso comum. Apesar de reconhecerem a existência generalizada da mão de obra cativa, os estudos mais tradicionais insistiam em sua pouca importância no processo de trabalho, sendo a produção do charque o único setor onde teria sido realmente preponderante. Nos últimos anos novos olhares e perspectivas passaram a ser lançadas sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, de modo que se passou a enfatizar a inserção dos escravos em praticamente todas as atividades econômicas do mundo rural e urbano constatando a formação de diferentes elites e fortunas ligadas ao tráfico. Além disto, relativizou-se a perda de cativos pelo tráfico interprovincial após principalmente 1850, percebendo que a província manteve um bom número de trabalhadores escravizados até as vésperas da abolição. Trabalhos com estas características podem ser encontrados em: BERUTTI, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul (1790-1825)*. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006; VARGAS, Jonas. *Pelas margens do Atlântico: um estudo das elites locais e regionais das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (séc. XIX)*. 2013. 505 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013; XAVIER, Regina Célia. *A escravidão no Brasil Meridional*. In: SILVA, Gilberto Ferreira, SANTOS, José Antônio dos, CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (orgs.). *RS Negro: cartografia sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009, p.15-31.

<sup>7</sup> Margaret Bakos argumentou neste sentido ao estudar o movimento abolicionista gaúcho. Segundo a autora, por conta da menor necessidade da mão de obra escrava na economia sul-rio-grandense, a campanha pela emancipação adquiriu aqui um caráter apenas político-ideológico, uma vez que significou a disputa entre os partidos Republicano, Liberal e Conservador. (BAKOS, 1982).

<sup>8</sup> *A Federação*, 09 de setembro de 1884, p.1. (Grifos nossos).

Abundavam, assim, os elogios à “cultura capital” que se impunha como um verdadeiro exemplo ao resto do país. Do trecho também se pode perceber a caracterização dos sul-rio-grandenses como um povo livre por excelência, para os periodistas ele estivera sempre “se batido vigorosamente pela liberdade contra todas as tiranias, sem vacilar jamais diante dos mais custosos sacrifícios”<sup>9</sup>. Qualidades afins justificavam a realização de grandes feitos, como teria sido o da decretação da emancipação dos cativos porto-alegrenses<sup>10</sup>, além do mais, revestiam o Rio Grande do Sul e sua população de uma excepcionalidade que ainda hoje se manifesta no senso comum.

Além de menosprezar a importância dos escravos, a concepção de uma escravidão mais branda é outro ponto que conflui para o forjamento da dita “história da liberdade”. De acordo com estes periodistas republicanos, “salvo um ou outro caso raríssimo de brutal severidade, as relações do senhor e do escravizado, apoiam-se mais nos sentimentos afetuosos do que na noção grosseira do direito consagrado por lei”<sup>11</sup>. Defendia-se, portanto, que em solo sul-rio-grandense senhores e escravos constituíam entre si verdadeiros vínculos afetivos. Frisava-se mais uma vez a excepcionalidade gaúcha perante o Brasil: a escravidão e sua face mais nefasta e cruel não teria se desenvolvido plenamente no Estado. Contudo, uma leitura atenta das edições deste jornal nos permite vislumbrar uma contradição, pois não é difícil encontrar nelas denúncias a respeito de violências praticadas contra os escravos, como, por exemplo, fugas, aplicação de castigos, prisões, etc. Não raro, a divulgação desses casos era feita como ofensa a inimigos políticos, aos quais se atribuía o epíteto de senhores violentos e desumanos, como os deserdando de uma herança provincial associada a uma escravidão branda.

Tomando especificamente um debate travado n’ *A Federação*, seguiu-se constatando a intenção de *alguns* dos articulistas em invisibilizar o escravo na constituição histórica dos gaúchos. Trata-se de uma discussão a respeito da construção (ou não) de um monumento em

<sup>9</sup> *A Federação*, 01 de agosto de 1884, p.1.

<sup>10</sup> As alforrias concedidas nesta ocasião deram-se em suma com cláusulas de prestação de serviço. Era esta uma forma de indenizar os senhores e garantir que o negro continuasse trabalhando. Sobre estes contratos, ver: ARAÚJO, Thiago de Leitão. Nem escravos, nem libertos: os contratos de prestação de serviços nos últimos anos da escravidão na província de São de Pedro. In. MACHADO, Maria Helena, CASTILHOS, Celso Thomas. *Tornando-se livre*. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 85-104. MOREIRA, Paulo. *Os contratados*: uma forma de escravidão disfarçada. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, vol. 16, n. 1-2, 1990, p.211-224. ZUBARAN, Maria Angélica. *Slaves and Contratados*: the politics of freedom in Rio Grande do Sul, Brasil, 1865-1888. Tese (Doutorado). State University of New York at Stony Brook, New York, 1998.

<sup>11</sup> *A Federação*. Porto Alegre, 18 de setembro de 1887, p.1.

homenagem à antecipada libertação dos escravos em Porto Alegre, sugerida pelo Centro Abolicionista<sup>12</sup>. Abaixo algumas de suas deliberações sobre o assunto:

[...] cumpre ponderar que semelhante estátua será um atestado perene de que um grande crime aqui se cometeu impunemente, reduzindo-se o homem, livre por natureza e por destino, à mais nefasta das escravidões.  
Para perpetuar na memória dos vindouros que este povo, depois de dezenas e dezenas de anos, soube, enfim, reparar o grande crime cometido, libertando os desgraçados que, por uma violência sem nome foram escravizados?  
Semelhante fato não é preciso perpetuar, porque a reparação de um crime não se perpetua, a reparação que o relembra imediatamente.<sup>13</sup>

Tratando-se de um monumento cuja temática serviria para atestar a presença do escravo na formação do gaúcho, sua execução não foi de forma alguma vista com bons olhos n' *A Federação*<sup>14</sup>. Uma construção desta natureza não corresponderia às intenções de *alguns* redatores ao investir na construção e divulgação da dita “história da liberdade” da Província: promover a invisibilidade negra. Uma vez que naqueles dias escravo era sinônimo de negro, logo, atenuar a presença e a importância de um, implicava por sua vez invisibilizar o outro na formação identitária do gaúcho. Tal projeto, na realidade, era encabeçado pela elite política e intelectual gaúcha de um modo geral; ao estudá-lo, Marcus Vinicius da Rosa constatou que durante todo o século XIX e adentrando o XX, estes agentes esforçaram-se para construir uma imagem racializada do Estado<sup>15</sup>. Em contrapartida, nem todos os periodistas d' *A Federação* pareciam compartilhar da “história da liberdade”; ou, pelo menos sua construção ali se dera mediante algumas brechas onde a presença negra se fazia visível.

Nas discussões sobre a transformação do trabalho, quando se pensava amplamente sobre o local que deveria ocupar a população liberta na sociedade, as categorias de *invisibilidade* e *visibilidade* mostraram-se bastante elásticas no jornal, dividindo as opiniões dos periodistas. Existiam pelo menos dois projetos abrangentes e distintos para a organização do trabalho livre: enquanto uns defendiam *unicamente* a importação do “elemento europeu”;

<sup>12</sup> Esta instituição era integrada por indivíduos ligados aos principais partidos da época: o republicano, o liberal e o conservador. Integraram o Centro Abolicionista: Joaquim Pedro Salgado, Joaquim de Salles Torres Homem, Julio César Leal, Aurélio Viríssimo Bittencourt, Severino de Freitas Prestes, Antonio Lara da Fontoura Palmeiro, João Damasceno Vieira, Edmundo Palmeiro Pereira da Cunha, Joaquim Pedro Concellos Ferreira, João Teófilo Vieira da Cunha, Norberto Antonio Vasques, Antonio Candido da Silva Job, Leopoldo Masson, Cândido Antônio da Costa, João Luis de Andrade Vasconcellos, Júlio Prates de Castilhos, Emilio da Silva Ferreira, João Cândio Gomes, Miguel Werna, entre outros. (MONTI, Verônica A. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul -1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985, p.108).

<sup>13</sup> *A Federação*, 07 de janeiro de 1885, p.1.

<sup>14</sup> Mais informações sobre o movimento abolicionista nas páginas d' *A Federação* bem como o desenrolar desta discussão em torno da construção ou não do citado monumento, podem ser encontradas em: DIHL, Tuane. (Des) construindo uma memória: a campanha abolicionista nas páginas do jornal *A Federação*. In: *Revista Hydra*, São Paulo, v.01, nº2, ago. de 2016, p.170-185.

<sup>15</sup> ROSA, 2014, p. 32.



outros prezavam *também* pelo aproveitamento do “elemento nacional”, ou seja, da população negra liberta. Na realidade, este dilema refletia uma questão nacional, na medida em que mais províncias tiveram a mesma divergência como pauta de discussões no contexto pós-abolicionista, a exemplo do que constatou Petrônio Domingues entre os fazendeiros mineiros e cariocas que defendiam a exploração do trabalhador nacional; e os fazendeiros paulistas que apregoavam a alternativa imigrantista<sup>16</sup>.

No que diz respeito à imigração, deve-se enfatizar que promovê-la com europeus era um item disposto no programa de partido do PRR e, portanto, compartilhado por todos os integrantes do mesmo. O batido ideal de substituição do escravo pelo europeu, contudo, não era totalmente aplicável à realidade sul-rio-grandense, uma vez que, conforme *alguns* integrantes d’ *A Federação*, este não era um de nossos problemas. Poderia ser noutras regiões (conforme será constatado), mas não na nossa. Mesmo assim, a versão da “história da liberdade” acabava por caminhar de mãos dadas à defesa da imigração como única solução para a transformação do trabalho (ainda que a nível nacional), de modo que nos parece que as duas concepções partiram de um mesmo grupo. Esta proximidade que se defende transparece naquelas publicações cujas discussões comportavam os significados raciais inerentes aos projetos imigrantistas, principalmente em relação ao ideal de branqueamento. Ignorar a presença do escravo em benefício da presença ou da necessidade da vinda da população branca de origem europeia confluía para concretização da imagem de um Rio Grande do Sul como um *lugar de brancos*, livre da nefasta influência do *sangue negro* e, por isso, superior.

Por outro lado, aqueles que se preocupavam em também incluir o recurso da população liberta naquela sociedade que seria regida pelo trabalho livre, discorriam sobre isso pensando na implementação de políticas também para a província, ou seja, reconheciam que assim como o restante do país, aqui também se tinha que encaminhar a questão da transformação do trabalho. Esta visão, por sua vez, ia de encontro à “história da liberdade” forjada pelo outro grupo, uma vez que visibilizavam a população afro-gaúcha nas páginas d’ *A Federação*. Nesta perspectiva, infere-se a existência de integrantes do PRR e, em muitos casos, também periodistas do dito jornal, que se identificavam, em alguma medida, com a população afro-brasileira<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Sobre este assunto ver o primeiro capítulo da obra: DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

<sup>17</sup> Destaca-se que é difícil identificar nominalmente os componentes de cada uma das concepções, pois na maioria das vezes os artigos não são assinados. Porém, parece interessante mostrar esse jornal como não unívoco nas suas propostas de resolução da agenda abolicionista e do quadro que se desenharía no pós-emancipação. Por vezes parece que essas propostas sobre a questão da mão de obra refletiam diferentes espaços. Os imigrantes europeus eram vistos como propícios ao meio rural, mas vistos com desconfiança

Olhando atentamente para a formação do PRR e os políticos que o compunha e que por consequência (geralmente) integravam *A Federação*, é possível perceber que participavam destes órgãos tanto políticos advindos da elite agrária identificados com a *casa grande*, como políticos marcados pela ancestralidade africana e com laços familiares ligados à *senzala*. Como exemplos destes dois polos, pode-se citar de um lado o importante líder destes republicanos, Júlio de Castilhos; e de outro, Aurélio Viríssimo de Bittencourt que, inclusive, foi um dos alvos de análise no Capítulo 1. Quanto ao primeiro, sublinha-se que sua família desenvolvia atividades pecuárias que ocorriam via o uso da mão de obra cativa, sendo elas que garantiram não somente a manutenção dos negócios rurais como também se tornaram importante fonte de renda para diversos outros investimentos familiares, ligados ao mundo urbano, sem contar que sustentaram, inclusive, a carreira do líder do PRR<sup>18</sup>. Em relação ao segundo, novamente enfatiza-se que se tratava de um *pardo* que mantinha laços estreitos com a comunidade afro-brasileira, principalmente por meio das irmandades<sup>19</sup>.

Petrônio Domingues afirma que as concepções político-partidárias da população negra de extratos socioprofissionais intermediários não constituíam um bloco homogêneo. Porém, convencionou-se na historiografia enfatizar a simpatia dos afro-brasileiros pela Monarquia, uma vez que muitos deles teriam apoiado as propostas de emancipação, mesmo que gradual, implementadas pela Coroa (principalmente a Lei de 1871 e a Lei Áurea, de 1888), acreditando que a permanência do regime era a garantia de seus direitos políticos de cidadãos. Por outro lado, o autor assinala a existência daqueles que se ligaram à causa republicana e que se empenharam pela instalação do “regime de liberdade e igualdade”, o que era entendido por uma “sociedade sem privilégios de castas, classes ou cor”<sup>20</sup>. Noutras palavras de Petrônio, para aqueles que se articulavam em torno de órgãos republicanos, a República “simbolizava o futuro contra o passado, liberdade contra a opressão, a igualdade contra as hierarquias, o mérito contra os privilégios<sup>21</sup>”, a verdadeira democratização do país.

As narrativas encontradas n’ *A Federação* no que diz respeito à transformação do trabalho vinculavam-se a dois projetos de identidade por vezes antagônicos, os quais

quando se dirigiam aos espaços urbanos, nos quais poderiam exercitar as tradições de resistência operárias vigentes no seu continente de origem.

<sup>18</sup> MARTINY, Carina. De escravos a trabalhadores livres: pecuária, escravidão e trabalho livre no Brasil (Segunda metade do século XIX). In: *Anais do VII Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. Universidade Federal do Paraná (UFP), Curitiba, 13 a 16 de mai. 2015, p.2.

<sup>19</sup> As representações sobre Aurélio, bem como sua posição no PRR e relação com Castilhos, n’ *A Federação* constam no primeiro capítulo.

<sup>20</sup> DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sérios: os republicanos de cor do Brasil. In. DOMINGUES, Petrônio. GOMES, Flávio (orgs.). *Políticas da raça – Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p.150.

<sup>21</sup> DOMINGUES, 2014: p.136.

encontram eco justamente nesta composição heterogênea do PRR que comportava distintos locais sociais de fala. Diante disso, contabilizou-se a ocorrência de publicações veiculadas no jornal referente às díspares soluções.

Tabela 3: Projetos e percepções sobre a transformação do trabalho

Ano	Favorável à imigração europeia	Favorável ao elemento negro nacional
1884	13	04
1885	15	02
1886	02	01
1887	01	02
1888	01	07
1889	03	-
1891	-	01
1892	02	-
1895	01	-
1899	04	-
1900	01	-
1901	-	01
1902	01	-
1903	04	-

Fonte: Edições d' *A Federação*. Elaboração própria.

Há no jornal inúmeros textos que se mostram favoráveis à imigração e que noticiavam o desenrolar da mesma, pois, conforme já se sublinhou, sua necessidade era compartilhada por todos os integrantes do jornal. Porém, foram compilados na tabela somente aqueles textos em que a imigração era defendida como a *única* via para a transformação do trabalho. No ano de 1888 pôde-se identificar, entretanto, a maior incidência de publicações favoráveis à utilização da população negra como alternativa de mão de obra. Sendo esta a fase derradeira do movimento abolicionista, quando o destino daqueles que se libertavam eram amplamente debatidos pelas elites, é compreensível os números terem sido mais expressivos ali.

A ausência de uma narrativa unívoca os redatores republicanos sobre o que seria mais apropriado para o futuro do país em relação ao trabalho e aos trabalhadores fica ainda mais clara a partir dos dados apresentados na tabela. Arrisca-se a dizer que os redatores encontravam-se consistentemente divididos entre os projetos, uma vez que não há uma diferença gritante entre os números. Diante disso, um dos objetivos do capítulo será justamente investigar mais a fundo as duas propostas que se destacaram nas páginas d' *A Federação*, identificando suas características e abordagens. E, com isso, traçar também as expectativas, os anseios e as constatações dos periodistas quanto à população negra em pleno gozo da liberdade e inseridos (ou não) no mercado de trabalho.

A partir da década de 1890 constatou-se poucas ocorrências acerca da questão da transformação do trabalho, contabilizando somente duas favoráveis ao elemento negro. Desta forma, imediatamente questiona-se: onde estaria o negro neste período n' *A Federação*? Isto é, em quais partes do jornal e em quais discussões estaria ele sendo alvo e, portanto, *visibilizado*? Questionamentos afins, todavia, serão contemplados nas outras partes que compõem o capítulo.

No centro dos debates sobre as consequências políticas e econômicas do fim da escravidão divulgados nas páginas d' *A Federação*, o encaminhamento de projetos imigrantistas figurava como uma medida primordial para seus articulistas. Em meados de 1884, o periódico caracterizava a imigração como uma “necessidade social” para o Brasil daqueles dias - “país vasto e riquíssimo” que carecia de “atrair uma forte corrente imigratória para desenvolver as suas portentosas riquezas naturais e impeli-lo na vereda de um progresso rápido e fecundo”<sup>22</sup>. Visões afins pareciam ser unânimes entre o grupo dos republicanos rio-grandenses redatores do dito jornal: a vinda em massa do *elemento estrangeiro* (em suma europeu) era considerada um fator preliminar e indispensável para concretizar o vindouro e esperado *progresso*. Isto valia mesmo para aqueles que deliberavam e reivindicavam a inserção socioeconômica dos libertos, grupo que se analisará melhor adiante. Nesta seção, objetiva-se justamente analisar as concepções daqueles articulistas que viam na imigração a *única* via possível para a transformação do trabalho (grupo que se designou no texto como *imigrantistas*), mesmo que não especificamente para o Rio Grande do Sul, mas, principalmente, vislumbrar a forma como eles manejaram em seus projetos os inerentes aspectos raciais que esbarravam na visibilidade ou invisibilidade da população afro-brasileira.

---

<sup>22</sup> *A Federação*, 22 de julho de 1884, p.1.

A pauta imigração/colonização não era necessariamente uma novidade no Rio Grande do Sul no fim do Oitocentos. Desde o início do século a província era alvo de políticas do tipo, empreendidas pelo governo imperial a fim de ocupar regiões esparsamente ocupadas, conjugando-os ao desenvolvimento da agricultura e à formação de uma população mobilizável em caso da necessidade de defesa do território ou dos interesses subimperialistas no Prata<sup>23</sup>. Durante o I Reinado, então, assumiu-se a imigração como um projeto institucionalmente organizado e direcionado às questões militares e à constituição da pequena propriedade rural – no qual os gaúchos ocuparam lugar privilegiado, vide sua posição geográfica e os conflitos com os platinos<sup>24</sup>. Os primeiros colonos chegaram ao Rio Grande do Sul no ano de 1824, sendo encaminhados para a “Feitoria do Linho Cânhamo” - local que no mesmo ano passou a se chamar “Colônia Alemã de São Leopoldo”<sup>25</sup>.

Nas páginas d’ *A Federação* são abundantes as discussões sobre os projetos imigrantistas, fosse para defender a necessidade dos mesmos, noticiar os tramites de seus encaminhamentos ou reivindicar medidas do governo. Um dos primeiros aspectos que se identificaram os periodistas desta folha republicana discorrendo largamente, no que diz respeito a este assunto, foi a questão da divisão dos lotes coloniais. Figurava entre eles uma latente preocupação quanto aos atrativos que deveriam ser oferecidos ao imigrante de modo a garantir sua fixação no país. Uma vez que a província sul-rio-grandense esteve desde cedo amparada pelo governo imperial no tocante à imigração, desde cedo também recebera o

---

<sup>23</sup> Ver: CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1846)*. 2010. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2010; LIMA, Rafael Peter de. *Andrés Lamas e a atuação da Legação Oriental na Corte Imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Programa da pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016; LIMA, Rafael Peter de. *A Nefanda Pirataria de Carne Humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2010; WINN, Peter. *Inglaterra y la Tierra Purpúrea – A la búsqueda del Imperio económico (1806-1880)*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación / Universidad de la República, 1999; ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa da pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2002.

<sup>24</sup> Apontamentos neste sentido podem ser encontrados em: LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os mercenários do imperador: a primeira corrente imigratória para o Brasil*. Porto Alegre: Palmarinca, 1993; PICOLLO, Helga Iracema Landraff. *Escravidão, imigração e abolição. Considerações sobre o Rio Grande do Sul do século XIX*. In: *Anais da VIII da Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 1989, p.53-62.

<sup>25</sup> Sobre este primeiro núcleo colonização alemã tem-se abundante bibliografia, citou-se apenas alguns que podem servir como referência e guia da temática: TRAMONTINI, Marcos Justo. *A Organização Social dos Imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 424 p, 2000; WITT, Marcos A. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008; ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

controle sobre suas “terras devolutas”<sup>26</sup>. Deparou-se com um editorial, de autoria de Ramiro Barcellos, onde se anunciava justamente os últimos desdobramentos do governo em relação à demarcação destas propriedades:

Sabemos de fonte segura que o senhor presidente da província acaba de ser autorizado pelo governo geral a mandar medir e demarcar todas as terras devolutas desta província.

Sendo um dos compromissos do partido republicano prestar o seu apoio às medidas administrativas que trouxeram real benefício ao país, aplaudimos o ato do governo, provavelmente derivado de indicações feitas pelo atual administrador da província e que consideramos como uma justa retribuição aos esforços da iniciativa que determinou a fundação da Sociedade de Imigração Porto Alegre.

A medição de nossas terras devolutas e a sua respectiva divisão em lotes coloniais é uma medida de alto alcance, que, efetuada, não tardará a produzir efeitos incalculáveis em nossa indústria agrícola servida pelo braço livre.<sup>27</sup>

Ficam claros o entusiasmo com a atitude do presidente da província e a demasiada importância atribuída à mesma por parte de Barcellos. Na sequência deste trecho, o *jornalista* pondera os elogios escrevendo: “não nos limitamos a aplaudi-la (ação do governo), julgamos também de nosso dever apontar à administração pública os meios que nos parecem mais práticos, convenientes e mais econômicos para a realização do importante serviço que determinou o governo”<sup>28</sup>. Os meios a que se refere Barcellos, entre outras coisas, sugeriam que além de se medir e demarcar era necessário “descrever a topografia e a qualidade das terras”, uma vez que com isso ficaria “facilitada a venda aos colonos, que de antemão poderiam saber das qualidades e vantagens que oferecem os lotes”<sup>29</sup>. A diminuição dos lotes era outro elemento defendido, julgava este jornalista que “cem mil braças quadradas”, como vinha ocorrendo, era uma “extensão demasiada para um colono”<sup>30</sup>.

Os que aqui chegavam, conforme os republicanos sul-rio-grandenses, deveriam ser bem recebidos, hospedados em uma “casa onde uma família possa estar livre de uma promiscuidade”, e imediatamente encaminhados aos “lotes coloniais medidos, demarcados, prontos a sofrer a ação do homem”. Logo, tais providências figuravam como preliminares e urgentes para agilizar a acomodação dos imigrantes. Ao lado destas, todavia, outras ações

<sup>26</sup> Muitos dos reformadores nacionais, segundo Célia Marinho Azevedo, ao assumirem a ideia da inferioridade racial de grande parte da população brasileira, inclinavam-se a tratar da transição para o trabalho livre quase que exclusivamente do ângulo do imigrante. Tratava-se mesmo de uma necessidade renovar a população brasileira a partir da imigração branca, que além de embranquecê-la, exerceria ainda a função de agentes da civilização. Logo, segundo a autora, interferir naquela realidade – escrava e negra – para se atingir o ideal – branco e trabalhador livre – “significava não só acabar com a escravidão e instituir um mercado de trabalho livre no país, mas, sobretudo posicionar-se contra o negro e em favor do branco”. (AZEVEDO, 1987, p.62-65).

<sup>27</sup> *A Federação*, 13 de outubro de 1884, p.1.

<sup>28</sup> *A Federação*, 13 de outubro de 1884, p.1.

<sup>29</sup> *A Federação*, 15 de outubro de 1884, p.1.

<sup>30</sup> *A Federação*, 15 de outubro de 1884, p.1.

deveriam ser tomadas no sentido de atrair a população europeia e ampliar cada vez mais o projeto imigrantista, tais como:

Tornar bem conhecidas no estrangeiro as condições favoráveis à imigração que oferece esta província; as resoluções do governo e dos particulares a respeito dos auxílios com que podem contar os imigrantes; facilidade dos transportes; preços das terras; os resultados já obtidos nas colônias que possuímos.

Receber e agasalhar os recém-chegados, prover sobre o seu estabelecimento.

Promover a colonização das terras públicas e particulares; representar ao governo tudo o que for a bem dos imigrantes; promover providências e instituições que tenham por fim proteger o colono, inspirar-lhe amor à economia e garantir-lhe amor à economia e garantir-lhe os socorros indispensáveis nos casos de inabilitação por idade ou moléstia, etc.<sup>31</sup>

A decretação da liberdade plena de cultos, o registro civil de nascimento e óbitos e a promulgação de uma legislação liberal sobre a naturalização dos imigrantes eram outras providências que reclamavam os republicanos rio-grandenses e que implicavam, por suas vezes, noutro dilema antigo no país: a outorga da cidadania brasileira para a população imigrante.

No entanto, o encaminhamento das políticas de imigração implementadas pelo governo imperial, nos anos precedentes a 1889, eram descritas com demasiado desânimo pelos republicanos integrantes d' *A Federação*. Noticiava o jornal em 1885 que o serviço de imigração naqueles dias protagonizava uma série de “fiascos”, os imigrantes que chegavam não dispunham de agasalhos e, dada a ineficiência do serviço de medição e demarcação dos lotes coloniais, tampouco encontravam aquilo que procuravam: as “terras onde deveriam ser instalados”<sup>32</sup>. O fim máximo de todas as medidas defendidas pelos redatores desse periódico serviriam para criar as “condições suficientes para desafiar a boa imigração espontânea”<sup>33</sup>. Eram eles ferrenhos críticos da imigração dirigida, concepção que esbarrava na centralidade política vigorante naqueles tempos e a qual os republicanos queriam derrubar a todo custo. No programa de partido dos republicanos rio-grandenses já se encontrava clara sua posição frente à imigração: “nada de imigração oficial”<sup>34</sup>. Desta forma, o que planejavam desde cedo era o preparo de leis que despertassem a “boa imigração”, “com um regime de colonização favorável e garantias de justiça aos agricultores”<sup>35</sup>.

Ao estudar a política imigratória e colonizatória adotada pelo governo rio-grandense entre 1822 e 1914 por meio da análise da legislação publicada neste período, Luisa Iotti

<sup>31</sup> *A Federação*, 29 setembro de 1884, p.1.

<sup>32</sup> *A Federação* 10 de fevereiro de 1885, p.1. Críticas afins podem ser encontradas também na edição d' *A Federação* do dia 29 de janeiro de 1885, p.1.

<sup>33</sup> *A Federação*, 21 junho de 1884, p.1.

<sup>34</sup> OSÓRIO, 1992, p.38.

<sup>35</sup> OSÓRIO, 1992, p.38.

afirmou que após a Proclamação da República o Estado gaúcho se tornou o gestor das terras públicas e privadas, passando a encarar a região colonial como uma fonte de renda<sup>36</sup>. Todavia, segundo a autora, as disputas pela competência administrativa nas questões relativas à colonização entre governo central e local não teriam cessado até pelo menos 1914, assim como a tão esperada imigração espontânea só viria a ocorrer plenamente neste ano quando o governo suprime todos os créditos<sup>37</sup>. Bem antes de 1914, no entanto, os republicanos d' *A Federação* vangloriavam-se do tipo de colonização que empreenderam, bem como dos frutos que a mesma estava legando aos sul-rio-grandenses já em 1899, escrevia-se que “no Rio Grande são efetivas as vantagens da imigração espontânea, que é a única que felizmente e sabiamente possuímos”<sup>38</sup>. Em 1902, o jornal veiculava concepções afins afirmando que a imigração espontânea continuava a “ser o fator preponderante do desenvolvimento agrícola”, enquanto a imigração oficial era tida como ineficiente para a resolução do “problema de suprimento de braços à lavoura” sendo “fonte ruinosa de encargos pesado para erário público”<sup>39</sup>.

O citado Ramiro Barcellos foi um dos poucos redatores que se encontrou assinando suas publicações. Este jornalista, político e médico, nascido no ano de 1851, em Cachoeira do Sul, seguiu para Porto Alegre em 1865 onde participou das fundações do PRR e d' *A Federação*. A grande maioria de seus textos versava sobre o partido e a divulgação de seu respectivo programa, porém, Barcellos pareceu-nos ser um ferrenho defensor da imigração e um crítico das políticas governamentais. Apesar de que não se identificou vestígios de racialização em suas publicações, tampouco deliberações sobre a inserção social e econômica dos libertos foram localizadas. Caso bastante distinto, mas que contribuiu para evidenciar a disputa de vários projetos de nação travados nas páginas do referido jornal é o de outro republicano da primeira geração: o jornalista, político e advogado Ernesto Alves. Declarava ele, em novembro de 1884: “não pertencemos às pessoas que receiam pelo resultado de uma forte corrente penetrando na pátria, dando-lhe a atividade natural ao homem que conheceu a pobreza e quer a força sair dela”<sup>40</sup>. Nesta ocasião deixava claro seu apoio irrestrito à imigração, mas também fazia parecer que o periódico como um todo compartilhava de mesma posição. Já sabe-se, porém, que não era exatamente assim que se manifestavam todos os seus colegas d' *A Federação*.

---

<sup>36</sup> IOTTI, Luiza Horn. Imigração e colonização. In. *Revista Justiça e História*. Porto Alegre, v. 03, nº 5, 2003, p.20.

<sup>37</sup> IOTTI, 2003: p.21.

<sup>38</sup> *A Federação*, 31 de outubro de 1899, p.1.

<sup>39</sup> *A Federação*, 25 de setembro de 1902, p.1.

<sup>40</sup> *A Federação*, 15 de novembro de 1884, p.1.



Alguns fragmentos das publicações assinadas por Ernesto Alves também fornecem subsídios, ou pelo menos um ponto de partida, para se refletir acerca dos sentidos raciais imbricados nos projetos de imigração e suas manifestações no jornal órgão do PRR.

Os filhos dos colonos, mestiços com a nossa raça ou não, esses sim, herdeiros da atividade, da fortuna, da robustez do país, hão de exercer grande influência.

Mas estes estão em sua própria pátria, são brasileiros.

Nós temos o exemplo de quanto nos tem sido útil a *imigração europeia*, trazendo a fortuna da *nova pátria o poderoso contingente de seu sangue e de um grande amor ao trabalho*.

*Do primeiro precisamos para contrabalancear ou anular, em uma época dada, os elementos inferiores que entraram em formação no nosso tipo, felizmente não definitivo.*

Do segundo, uma consequência do primeiro, não precisamos menos, para elevar a nossa terra à altura que o seu solo generoso e o seu clima benigno lhe garantem. Precisamos, portanto, atrair por todos os meios o imigrante, o indivíduos disposto a abandonar a sua pátria primitiva por outra a qual leve o concurso do seu esforço pessoal, pedindo apenas que lhe tomem fácil o exercício do mesmo.<sup>41</sup>

Do fragmento emerge o ideal de *branqueamento* que respaldava os projetos imigrantistas de modo geral, o qual, para além das atualizações da noção de *raça* que marcaram o século XIX, já era subjacente às discussões sobre a ocupação das “terras devolutas” por europeus desde 1818<sup>42</sup>. O contrabalanceamento ou anulação a que se refere o autor seriam processos destinados justamente à população afro-brasileira – isto é, os elementos inferiores que seriam superados pelos europeus, de *sangue forte* e trabalhadores por excelência<sup>43</sup>. As primeiras linhas da citação, apesar de bem confusas, parecem-nos apontar para uma visão positiva acerca da miscigenação, por meio da qual a transformação (e aprimoramento) de nossa *gente* dar-se-ia<sup>44</sup>.

A imigração era encarada como um verdadeiro processo civilizatório, uma vez que era conferida ao branco europeu uma *suposta* superioridade em relação às outras populações, especialmente a de origem africana. Frequentemente se deparou n’*A Federação* com o

<sup>41</sup> *A Federação*, 15 de novembro de 1884, p.1. (Grifos nossos).

<sup>42</sup> SEYERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial. *Revista USP*, São Paulo, n° 53, mar./mai. 2012, p.118.

<sup>43</sup> Deve-se considerar que outros jornais contemporâneos ao *A Federação*, porém dirigidos por negros, questionavam tais questões. O caso de *O Exemplo* é um bom ilustrativo, conforme Regina Célia Xavier, clamava-se de suas páginas uma unidade entre os “preto”, formada a partir do registro da cor e da luta contra a discriminação e o preconceito. (XAVIER, 2013, p.3-4).

<sup>44</sup> Versão nada estranha às elites da época que trataram de adaptar as teorias racistas de branqueamento às peculiares condições brasileiras. Elas ganharam aqui contornos bastante distintos daqueles que tiveram quando adotadas na Europa e Estados Unidos. Segundo Thomas Skidmore, a suposição inicial da tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca e, a esta se juntavam mais duas concepções. Primeiramente que a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam uma suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Em segundo lugar, a miscigenação produziria “naturalmente” uma população mais clara, em razão do *gene* branco ser mais forte e porque os indivíduos buscavam parceiros mais claros que eles. (SKIDMORE, 1976, p.81).

imigrante europeu sendo adjetivado de “trabalhador inteligente” e a imigração europeia sendo vista como a “única” que poderia nos convir. Ao estudar o racismo em Porto Alegre no período do pós-abolição, Marcus Vinicius da Rosa afirmou que ao longo de todo o século XIX, o Rio Grande do Sul foi palco de um processo de modernização conservadora baseado num entendimento racializado das “origens” e das “qualidades” dos trabalhadores. Para o autor, os processos de colonização, imigração e substituição dos escravos jamais foram neutros; as referências diretas à cor e à raça poderiam estar presentes, ou poderiam ser dispensadas nos casos em que a nacionalidade, o continente e certas peculiaridades distintivas, abonadoras ou depreciativas cumpriam função de identificador racial<sup>45</sup>.

As conclusões de Marcus Vinicius encontram de alguma forma eco n’ *A Federação*, vide o trecho abaixo:

O agricultor da Europa, italiano ou alemão, francês ou espanhol, com os seus processos modernos de tirar da terra toda a vantagem pela agricultura, como os seus novos arados e adubos químicos e com a *experiência e a tenacidade* de quem se acostumou a *lutar pela vida* num campo exíguo e esgotado como o da Europa, nada vale para s. ex. que acha melhor ver extensões sem fim de terrenos ubérrimos entregues ou à rotina ou ao mato, nada produzindo e sendo apenas um documento da *nossa preguiça, do nosso atraso e da nossa ignorância*.<sup>46</sup>

A publicação era dirigida ao Sr. Antão Faria, qualificado pelo articulista como um “inimigo implacável da imigração”. Importa, porém, a dicotomia que se trava em torno de trabalhadores europeus e nacionais. Os primeiros são enfatizados positivamente, ressaltando-se além da superioridade tecnológica no trato da terra, o empenho de quem trabalhava arduamente independente das condições. Os segundos, embora não identificados expressamente, mas subentendidos através do emprego do pronome “nosso” e levando em conta a formação étnica do país (aquele que se esperava *embranquecer*) eram adjetivados de preguiçosos e ignorantes. Neste sentido, pode-se perceber n’ *A Federação*, a exemplo do que já se constatou há tempos na historiografia, a existência de duas imagens contrapostas que habitavam o ideário da elite: de um lado o imigrante europeu, significante de riqueza, trabalho livre e moralidade; de outro, o liberto, significante de atraso, escravidão e devassidão<sup>47</sup>. Por conta disso, é que os projetos que acompanham o desmantelamento da ordem escravista carregavam consigo a preocupação com o controle dos libertos – questão a ser mais bem desenvolvida adiante.

<sup>45</sup> ROSA, 2014, p.31-32.

<sup>46</sup> *A Federação*, 01 de abril de 1892, p.2.

<sup>47</sup> AZEVEDO, 1987: p.222; DOMINGUES, 2004: p.63. Ou ainda: SCHWARCZ, 1993; SKIDMORE, 1976.

A necessidade da imigração europeia encarnada no ideal de *progresso* que a população europeia legaria, bem como a preocupação com a construção de uma identidade, fosse nacional ou regional, transparecem também no trecho reproduzido abaixo:

A prosperidade e o adiantamento desta província e do país inteiro, de seus patrióticos filhos e bem intencionados habitantes, imperiosamente requerem todos os esforços, toda boa vontade para solver o magno assunto da imigração e colonização. A província em grande parte deve seu desenvolvimento na agricultura, no comércio e na indústria a estes obreiros que abandonam o *velho mundo* em busca de hospitaleira terra, procurando o bem estar que em sua pátria não encontram. [...] a força e o prestígio de uma nação mede-se pela população e riqueza, *portanto se não quisermos ser vencidos nesta luta do progresso, se quisermos formar nacionalidade poderosa e respeitada*, é de vital interesse, e de urgente e imprescindível necessidade de atrairmos imigrantes, aproveitarmos os elementos esparsos na província, colonizar e povoar nosso território.<sup>48</sup>

Principalmente entre os anos de 1884 e 1888, dado o contexto abolicionista, as discussões encontradas sobre a imigração centravam-se em alguma medida na necessidade da importação de mão de obra para substituir a falta de braços que a abolição da escravidão geraria na produção nacional. Conforme os referidos articulistas, era preciso criar “os meios de aquisição de novos trabalhadores, à vista da manifesta insuficiência dos atuais”<sup>49</sup>, sendo estes *novos trabalhadores*, para aquela parcela do PRR que se está investigando, europeus por excelência. Noutra circunstância, também se escrevia que, “ao mesmo tempo em que o governo passa a pensar na supressão do trabalhador escravo, não cuida absolutamente na substituição”<sup>50</sup>, estando esta questão “dependente da corrente imigratória, que a seu turno depende das condições com que possa contar no Brasil o imigrante para o desenvolvimento de sua atividade”<sup>51</sup>. Este, porém, era um discurso da classe dominante agrária e que por sua vez foi aceito durante algum tempo inclusive pela historiografia. Conforme desvelou Petrônio Domingues em relação a São Paulo, até o final de 1900 a quantidade de imigrantes que entrou no país (2.092.847) sequer teria atingido o número de braços inaproveitados pela lavoura, uma vez que o número de imigrantes correspondia a pouco mais da metade do número de “nacionais” livres inativos. Para o autor, então, precisava-se era de um plano de mobilização da mão de obra nativa, não havendo necessidade da imigração em massa<sup>52</sup>.

Se por um lado os imigrantes europeus eram considerados “fonte incalculável de prosperidade”, sobretudo para um país com “território imenso e fertilíssimo” e que dispunha

<sup>48</sup> *A Federação*, 22 de novembro de 1884, p.1. (Grifos nossos).

<sup>49</sup> *A Federação*, 22 de setembro de 1884, p.1.

<sup>50</sup> *A Federação*, 21 de junho de 1884, p.1.

<sup>51</sup> *A Federação*, 21 de junho de 1884, p.1.

<sup>52</sup> DOMINGUES, 2004, p.85.

de uma “população minimamente reduzida”<sup>53</sup>; por outro os escravos (e por consequência os negros) eram tomados como verdadeiros empecilhos ao progresso da imigração e nação de modo geral:

A razão mais poderosa que atua no ânimo do imigrante, para arredá-lo do Brasil, é a instituição negra, é a existência do escravo.

O fato único de saber que o trabalho é aqui desonrado pela manutenção da desgraçada instituição servil é mais do que suficiente para fazer nascer no ânimo do trabalhador europeu a mais justa prevenção contra o nosso país.

Há muita gente que ingenuamente procura iludir-se sobre a pouca simpatia que os imigrantes revelam pelo Brasil, atribuindo-a a falta de certas medidas, tais como – casamento civil, igualdade plena de cultos, grande naturalização e outras.

Não é nada disso.

Os imigrantes, em geral homens incultos, ignorantes, rústicos, não curam de semelhantes instituições e a maioria deles nem mesmo sabe se estas coisas existem, ou se pode influir sobre a sua sorte, no país para onde se dirige em busca de um pedaço de terra, onde a vida se lhe torne menos dura.

Esta é que é a verdade

Mas, por mais inculto que seja o proletário europeu que precisa buscar longe de sua pátria melhores condições de existência, ele compreende perfeitamente todo o alcance deste mísero vocábulo – escravidão.

Diga-se o que se quiser muito mais do que o clima, muito mais do que tudo, influi a escravidão para afugentar o trabalhador europeu.

É ela o único obstáculo sério.<sup>54</sup>

O autor desta publicação, por mais que não caracterize o imigrante europeu positivamente, identificando-o como *inculto*, *ignorante* ou *rústico*<sup>55</sup>, ainda assim defende a necessidade da vinda dos mesmos, identificando a escravidão como o motivo pelo qual os europeus não se atraíam pelo Brasil<sup>56</sup>. Noutros momentos, então, apontava-se a abolição como a premissa para que a imigração prosperasse. Através dela a colonização se tornaria “facílima” e as “repúblicas vizinhas não teriam preferência na recepção de imigrantes” que fugiam de trabalhar no nosso solo, “por não quererem fazê-lo ao lado de escravos sujeitos a castigos arbitrários<sup>57</sup>”. Tais concepções ecoam na ideia unânime que *A Federação* veiculava acerca da

<sup>53</sup> *A Federação*, 21 de agosto de 1889, p.2.

<sup>54</sup> *A Federação*, 07 de março de 1887, p.1.

<sup>55</sup> Esta visão veiculada n’ *A Federação* inclusive vai de encontro ao mito construído pelo discurso imigrantista, cujo imigrante europeu era esbelto, culto, exímio profissional, experiente em múltiplas técnicas de plantio e cultivo, habilitado nas mais difíceis operações fabril. Petrônio Domingues, desconstruindo esta visão, constatou que na realidade a maioria dos imigrantes italianos que entraram em São Paulo era oriunda das regiões campestres, e suas condições de vida social e cultural deploráveis, sendo a penúria praticamente absoluta. (DOMINGUES, 2004, p.89).

<sup>56</sup> Vem sendo desmitificada pela historiografia a ideia de que os colonos não adotaram a prática da escravidão em terras brasileiras devido à mentalidade moralizadora que detinham. Ver: TRAMONTINI, Marcos Justo. *A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX. Primeiras jornadas de história regional comparada*. Porto Alegre: DiscPress, 2000; ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In Claudia Mauch e Naira Vasconcelos (org.). *Alemães no Sul do Brasil*. Canoas, ed. ULBRA, 1994, p.65-74; MOREIRA, Paulo Staud. MUGGE, Miquéias Henrique. O inadmissível roubo da carta de alforria do nagô Pedro Allgayer: a escravidão em uma zona de imigração alemã (RS, séc. XIX). *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, vol. 49, nº. 1, p.30-46, jan/abr 2013,.

<sup>57</sup> *A Federação*, 09 de fevereiro de 1886, p.1.

instituição propriamente dita, tachada como a responsável por “desonrar” o trabalho brasileiro, introduzir o “ócio” e com ele a “ignorância<sup>58</sup>” – características que recaíam justamente sobre a “raça oprimida”, os afro-brasileiros. A partir de pressupostos assim, que enfatizavam a irracionalidade do sistema escravista, explicada tanto em termos do caráter compulsório do trabalho, quanto pela inferioridade racial dos escravos africanos que se delineava e transparecia em nossa fonte, os vestígios racistas dos projetos imigrantistas cultuados irrestritamente por alguns dos articulistas d’ *A Federação*.

Todo este efeito devastador que irradiava da escravidão, quando sequer nos atingia (vide a “história da liberdade”), era rapidamente superado em solo sul-rio-grandense. Em 1901 os periodistas já escreviam que “de todos os Estados brasileiros aquele que menos vestígios deixou a instituição escrava foi, sem dúvida alguma, o Rio Grande do Sul<sup>59</sup>”. Na sequência desta frase, publicava-se n’ *A Federação*:

Situado na fronteira, junto a países estranhos, onde não existia esse flagelo, nada haveria de mais instável que a permanência do escravo. Enquanto outras zonas do país se inundavam de imigrantes, simples assalariados, sem laço algum que os prendessem à propriedade, ao solo; sem interesse nenhum definido na produção e na riqueza, deslocados pelo aliciamento, pela concorrência, ora aqui, ora acolá, o Rio Grande localizava e nacionalizava o colono, dava-lhe uma nova pátria, a terra, a propriedade, o bem estar e a fortuna.

Enquanto outros povos, em terras brasileiras, com a única e exclusiva preocupação dos lucros e vantagens de uma lavoura fácil e remuneradora, procuravam somente o salário barato, em uma nacionalidade, qualquer que fosse a condição, os hábitos, as origens do trabalhador, o Rio Grande *escolhia o imigrante, diversificava sua procedência, variava a sua nacionalidade, e fundava colônias alemães, italianas que são hoje magníficos centros de produção e de riqueza, profundamente enraizados no solo rio-grandense.*<sup>60</sup>

A forma como a imigração havia sido conduzida figurou como um aspecto central para a composição desta narrativa que esbarrava, por sua vez, naquele almejado ideal de *branqueamento*. Ao lado da implementação de políticas que nacionalizavam o imigrante e o transformavam em proprietário – característica que, diga-se de passagem, também figurará nos projetos sobre a inserção da população libertanda - o periodista sinaliza ainda o fato de os gaúchos terem *escolhido* o imigrante. Nesta perspectiva, por mais que falassem ali em diversificação de procedência e variação de nacionalidade, na publicação só se faz menção às colônias alemãs e italianas<sup>61</sup>. A escolha do colono ideal tinha na época, conforme já apontado,

<sup>58</sup> A forma como o jornal *A Federação* representava a escravidão já foi bem discutida neste trabalho, vide o capítulo primeiro.

<sup>59</sup> *A Federação*, 06 de março de 1901, p.1.

<sup>60</sup> *A Federação*, 06 de março de 1901, p.1. (Grifos nossos).

<sup>61</sup> Noutra publicação do jornal também se identificou a escolha por imigrantes de origem alemã e italiana, declarava-se em 1903: “Sem preferências por nacionalidades, mas repartindo por igual os seus cuidados e

determinantes biológicos articulados à pressuposição da superioridade europeia<sup>62</sup>. A vinda em massa de alemães e italianos, inclusive, corroborou para a ideia do Rio Grande do Sul como um reduto europeu.

Neste sentido, em meados de 1895, o jornal tratava de evidenciar que a combinação da política de colonização rio-grandense com os atributos destes colonos vindos do *velho mundo* resultava no sucesso da imigração gaúcha. Afirmava *A Federação* nessa ocasião, que o colono estava radicado no solo do Rio Grande do Sul, dedicando-lhe amor e, “fazendo prosperar a sua propriedade, à força de atividade e trabalho”. Era a prova, para este periodista, de que a imigração aqui dava outros resultados, que não dava noutros Estado e que daqui se enviavam produtos para toda parte, abastecendo o norte e suprindo o Rio de Janeiro e São Paulo<sup>63</sup>.

Inúmeros esforços eram empreendidos em prol da imigração, uma vez que a abolição da escravidão geraria uma *insuficiência* de braços para a agricultura. Porém, existia outra vertente n’ *A Federação* que igualmente era a favor dos projetos imigrantistas, mas que os criticava questionando alguns de seus pontos. Este grupo interpelava o público leitor do jornal assim: “A nossa incipiente agricultura, que vai buscar trabalhadores ao estrangeiro com sacrifícios, com despesas, por que não há de experimentar o trabalhador brasileiro?”<sup>64</sup> Propunham, então, estes outros redatores que também fossem propostas (e aplicadas) políticas de inserção com relação à população que se libertava, a exemplo do que já ocorria em relação aos europeus:

Não se pode pensar na imigração, não se pode muito menos promovê-la, nem muito menos tratar da organização do trabalho livre, antes de termos terras com lotes demarcados onde se instale o *imigrante europeu* ou o *agricultor nacional* que as deve comprar.

O governo, isto é, o Estado, este imenso império de capricórnio que ocupa tão vasto espaço territorial no continente sul-americano, não possui terras! Ou pelo menos não as possui em condições de vantajosa localização para o *imigrante* ou para o *trabalhador livre*, de modo que dessa localização retire o colono os benefícios que tem o direito de pretender e retire o Estado as vantagens que deve esperar.<sup>65</sup>

---

ações em providências tendentes a facilitarem o desenvolvimento da prosperidade da população imigrante, quer a italiana, quer a alemã, quer qualquer outras, visto que todas se completam no mesmo conjunto de atividades utilíssimas e produtivas, o governo do Estado não cessa de proporcionar todos os meios ao seu alcance no sentido de multiplicar todos os melhoramentos materiais e a mais elevada situação moral a população colonial. E nós vemos localidade e municípios de população italiana e alemã, completamente servidos na administração, no funcionalismo, em tudo, por esse elemento de trabalho e de ordem, identificado com a Política e Administração do Estado”. (*A Federação*, 04 novembro de 1903, p.1).

<sup>62</sup> Neste processo, desde cedo foram implementadas políticas legislativas com vistas à proibição da imigração de africanos para o Brasil. Sobre este assunto ver: ALBUQUERQUE, 2009.

<sup>63</sup> *A Federação*, 10 de junho de 1885, p.1.

<sup>64</sup> *A Federação*, 18 de maio de 1888, p.1.

<sup>65</sup> *A Federação*, 10 de junho de 1885, p.1. (Grifos nossos).

É possível identificar que o periodista desta publicação reivindicava a demarcação dos lotes de terras (tópico que já enfatizado anteriormente), para instalar tanto os imigrantes como os *trabalhadores livres*; onde também se incluíam os libertos. Promover a colonização *também* com negros, ia de encontro àquela “história da liberdade” que se desenhava no jornal do PRR, na medida em que estes indivíduos tornavam-se visíveis na constituição da sociedade gaúcha e no periódico em si. Aliás, ações deste tipo não eram amplamente compartilhadas pelas elites gaúchas, estavam mais para vozes dissonantes. Em 1847, por exemplo, quando ainda se especulava acerca da imigração no Rio Grande do Sul, o presidente da Província, Manuel Antonio Galvão, já deliberava: “Na opinião geral, é considerada a colonização a necessidade mais palpitante do império: a vastidão das terras devolutas que não quereis sem dúvida povoar com negros...”<sup>66</sup> Ou seja, desde cedo já se refutava o negro para o futuro sul-rio-grandense.

Identificou-se que emprego da expressão “trabalhador nacional” pelos periodistas deu-se recorrentemente em discussões sobre a transformação do trabalho. Neste sentido, pode-se observar os possíveis sentidos conferidos a ela num editorial publicado n’ *A Federação* poucos dias após o fim oficial da escravidão e que justamente deliberava acerca do futuro da população que se libertara:

O Estado tem até hoje descurado de fazer do trabalhador nacional agricultor; muitos se conservam na precária condição de agregados porque não tem terras próprias e porque as terras que o governo vende a preço reduzido e com certas vantagens ao imigrante, não lhe são oferecidas, ou eles o ignoram.

A nossa incipiente agricultura, que vai procurar trabalhadores estrangeiros com sacrifícios, com grandes despesas, por que não há de experimentar o trabalhador brasileiro.

Na província de São Paulo, onde o mesmo preconceito existia a respeito do proletário do interior, do caipira, acabados os escravos, o preconceito acabou e o caipira, segundo os próprios fazendeiros, tem se mostrado um bom trabalhador.

Porque não faremos nós a experiência?

Fundem-se colônias; ofereçam-se os lotes aos libertos e aos agregados [...] <sup>67</sup>

Por mais que não se tenha como verificar o entendimento exato que a usavam a expressão *trabalhadores nacionais* n’ *A Federação*, parece que servia para designar tanto àqueles que se libertavam; como outros que já gozavam desta condição de livres, caso dos ‘agregados’ ou ‘caipiras’ – sendo que neste caso, não necessariamente se tratariam de negros. Semelhante ao que constatou Kowarick ao estudar a formação do trabalho livre no Brasil acerca do que chamou de “elemento nacional livre”, o qual, para ele poderia contemplar brancos livres e

<sup>66</sup> PICOLLO, Helga Iracema Landgraff. Rio Grande no século XIX. Imigração alemã e construção do Estado nacional brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.10, n. 2. jul/dez 1997, p.85.

<sup>67</sup> *A Federação*, 18 de maio de 1888, p.1.

pobres, negros forros, libertos, “fugidos”, e mestiços<sup>68</sup>. Ademais, da citação percebe-se também a crítica dirigida às políticas imigrantistas e ao preconceito em relação à não utilização dos nacionais, uma vez que os benefícios concedidos para os europeus não se estendiam a estes outros indivíduos. Deste jeito, o articulista acabava reivindicando condições mais igualitárias para ambos os grupos, de modo a defender principalmente a concessão de terras aos brasileiros. Aqui se pode ver o que se entende por representações não unívocas por parte dos jornalistas d’ *A Federação*, parecendo este periódico uma espécie de observatório de propostas – mesmo díspares – sobre o que fazer do país após a abolição da escravatura. O trecho acima, e outros compulsados neste trabalho, parecem fazer brotar repentinamente ecos das críticas de algumas lideranças abolicionistas negras com relação a falta de uma reforma agrária como contraponto paralelo obrigatório à libertação do trabalhador rural escravizado. Seriam possíveis ecos de debates ocorridos nas tipografias, corredores e no escritório do jornal, mostrando críticas ao processo de marginalização dos trabalhadores negros, que ocorria concomitantemente ao apoio governamental dado aos imigrantes europeus. Mesmo que não hegemônicas, tais defesas do uso dos trabalhadores nacionais negros e/ou mestiços aponta a pluralidade das ideais políticas que circulavam (e eram debatidas) naquele órgão republicano, possíveis desdobramentos da diversidade dos posicionamento sociorraciais dos seus integrantes.

Assim como uma peculiaridade do encaminhamento dos projetos imigrantistas sul-rio-grandenses era “afeiçoar o imigrante ao solo”, também o era, por outro lado, o de “afeiçoar o escravo ao solo”. Ou seja, para os republicanos que partilhavam destas concepções, assim como os imigrantes, a população que se libertava também deveria tornar-se pequena proprietária de terras. Tal ideal esbarrava, por sua vez, no perfil que estes periodistas delineavam no jornal acerca do liberto:

Abolida a escravidão, uma nova ordem de coisas começa, na qual é preciso proceder com a maior sabedoria.

O liberto tem mais necessidades do que o escravo e mais estímulos; é mais ambicioso.

Tendo por um lado às novas exigências da liberdade e por outro a faculdade, da qual até hoje se vira privado, de empregar como entender a sua atividade, é natural que procure ocupação mais remuneradora.

O desejo de ser proprietário, pequeno proprietário, há de persegui-lo, como a todos os proprietários<sup>69</sup>.

Livre da “influência nefasta” que a escravidão exercia, o negro tornar-se-ia mais ambicioso, assim como passaria a perspectivar prosperar socioeconomicamente. Conforme

<sup>68</sup> KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>69</sup> *A Federação*, 18 de maio de 1888, p.1.



estes periodistas, o trabalhador livre não se conformaria com ser “toda a vida assalariado”; ele altearia mais: “tornar-se proprietário”, o que faria “forçosamente à custa de suas economias<sup>70</sup>”. Logo, o trabalho livre propriamente era por deveras exaltado n’ *A Federação*, tendo “inteligência” e “moralidade” como características frequentemente associadas a ele e assim, a liberdade era tida como uma “fonte de riqueza”. Contudo, sublinha-se que antes mesmo da abolição, conforme Hebe Mattos, não era incomum o acesso a terra pelos escravos, mesmo que de forma costumeira, o que se constituía inclusive num elemento de diferenciação para aqueles mais bem sucedidos entre os lavradores de terras<sup>71</sup>. Isto, pois estes indivíduos realizavam o trabalho em roças próprias, em horas “livres”, entre um momento e outro do trabalho no eito, principalmente aos domingos e dias santos<sup>72</sup>. Além disso, o acesso a terra também figurava para esta autora ao lado de outros elementos que o povo escravizado esperava experimentar e que constituía o significado que davam a própria liberdade, como a construção de elos comunitários e o “silêncio sobre a cor” que, por sua vez, antagonizavam-se com a rejeição ao trabalho para os senhores e aos qualificativos de cor em tom pejorativo<sup>73</sup>. Para Mattos, então, e alinhado ao que em alguma medida deliberavam os republicanos rio-grandenses, nas concepções dos ex-escravos vigorava fortemente a rejeição do trabalho para outrem<sup>74</sup>.

Outro elemento que integra este perfil é o nivelamento de todos os escravos e ex-escravos como agricultores<sup>75</sup>. Os redatores d’ *A Federação* anunciavam em 1888: “muitos

<sup>70</sup> *A Federação*, 24 de junho de 1884, p.1.

<sup>71</sup> MATTOS, 2013, p. 99.

<sup>72</sup> Sobre estes processos de concessões de terras e alforrias para cativos, principalmente no meio rural, ver: BARCELLOS, Daisy Macedo de. (et al.). *Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, Identidade e Territorialidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Série Comunidades Tradicionais); LEITE, Ilka Boaventura. *O Legado do Testamento: a Comunidade de Casca em perícia*. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/NUER, 2004; ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sérgio Baptista da (Orgs.) *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004.

<sup>73</sup> MATTOS, 2013: p.131-156.

<sup>74</sup> Claro que na ótica destes republicanos havia o temor de que esta autonomia gerasse o *desrespeito* e a *ingratidão* com os ex-senhores. Aliás, em muitos países o comportamento dos ex-escravos em busca de autonomia foi interpretado como opção pela ociosidade. Ver: SCOTT, Rebecca. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Do Presidente (da Província) ao Sociólogo: Interpretações em consonância sobre a emancipação dos escravos no Rio Grande do Sul. In: *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, p.1-11, mai. 2009.

<sup>75</sup> Bons estudos sobre o pós-abolição em zonas rurais do Rio Grande do Sul podem ser encontrados na dissertação de mestrado e na tese de doutorado do historiador Rodrigo Weimer. Na dissertação, o autor realiza um estudo sobre as formas pelas quais a vida em liberdade era construída por aqueles egressos do cativeiro, durante as últimas duas décadas finais do século XIX na localidade gaúcha de São Francisco de Paula. (WEIMER, 2007). Já em sua tese, este historiador investiga por meio das memórias de um casal de escravos e sua descendência, desde meados do século XIX até a contemporaneidade, a forma como a abolição e o período posterior são lembrados, passando por temas como a formação de um campesinato negro e experiências de racialização. (WEIMER, 2013).

libertos, tanto os do campo como os das cidades, escravos vendidos do campo para a cidade, são agricultores, na acanhada e empírica acepção da palavra”; “salvas as raríssimas exceções”<sup>76</sup>. Aspirando à propriedade da terra e sendo genuinamente agricultores, propunham os articulistas, para atender de alguma forma as expectativas e as demandas da população libertanda, a fundação de colônias<sup>77</sup>. Os lotes deveriam ser oferecido a estas pessoas com as mesmas “vantagens concedidas ao estrangeiro”<sup>78</sup> e também não deveriam ser estabelecidos em “regiões remotas das fronteiras”, pois assim estariam sendo fundados para “prender os produtos dentro delas”, fadados a “serem pobres”. Segundo estes periodistas, o agricultor não deveria ser alocado em situação precária pela falta de estradas, precisava ficar próximo dos mercados para que sua atividade se desenvolvesse e prosperasse<sup>79</sup>.

Circundava n’ *A Federação* em meados de 1884 um projeto concebido por Francisco da Silva Tavares que previa a criação de colônias penitenciárias destinadas a alocar aqueles que se libertavam do cativo. Publicado na íntegra em 11 de setembro daquele ano, tinha como fundo prover a transformação do trabalho de modo a “garantir o trabalho dos libertos”, até que fosse possível “por uma vez substituir aquele atual sistema de trabalho pelo do imigrante inteligente e prático”<sup>80</sup>. Ao lado disso, destaca-se especificamente o Artigo 2º desta iniciativa:

O presidente da província fica autorizado a criar na serra dos Tapes, município de Pelotas, uma colônia penitenciária aonde serão forçados a trabalhar correccionalmente todos os libertos com a cláusula de prestação de serviços, remissos nos cumprimentos de seus deveres, bem como todos os indivíduos, libertos ou não, que advertidos pela polícia não se empregarem dentro de cinco dias.<sup>81</sup>

As colônias que os republicanos da vez defendiam em nada tinha a ver com estas propostas por Tavares, uma vez que declararam expressamente: “somos, é bem claro, contra as colônias militares na fronteira, verdadeiros presídios”<sup>82</sup>. Segundo este grupo dos periodistas d’ *A Federação*, obrigar o liberto a trabalhar num determinado lugar, obedecendo a uma disciplina previamente marcada era “um abuso de força”, um “ato de autoridade” que o Estado deveria

<sup>76</sup> *A Federação*, 18 de maio de 1888, p.1.

<sup>77</sup> Ao encontro em alguma medida a essas concepções, Gabriel Aladrén investigando as inserções dos libertos na região de Porto Alegre, constatou entre os inventários estudados que a agricultura, muitas vezes combinada com a pecuária, era a possibilidade mais tangível de inserção econômica para os pretos e forros. (ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. 2008. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2008, p.82).

<sup>78</sup> *A Federação*, 18 de maio de 1888, p.1.

<sup>79</sup> *A Federação*, 18 de maio de 1888, p.1.

<sup>80</sup> *A Federação*, 11 de setembro de 1884, p.2.

<sup>81</sup> *A Federação*, 11 de setembro de 1884, p.2.

<sup>82</sup> *A Federação*, 18 de maio de 1888, p.1.

abster-se de empreender<sup>83</sup>. Defendiam sim a fundação de colônias com o fim de que os lotes fossem oferecidos aos libertos e aos agregados, deixando-os que trabalhassem “sem coação”, visando que os “braços vadios” se tornassem “ocupados utilmente”<sup>84</sup>. De qualquer forma, era esta mais uma proposta que circulava naqueles tempos em torno da transformação do trabalho.

Marcos Vinicius analisou em sua tese sobre o racismo em Porto Alegre algumas destas discussões acerca da concessão de terras aos libertos tendo, inclusive, *A Federação* como uma de suas fontes. Concluiu este autor que tais medidas não se tratavam de filantropia, tampouco de uma desinteressada e espontânea reforma agrária, mas sim, que estavam mais para uma atitude política visando controlar os ex-escravos por meio da imposição de limites à sua mobilidade geográfica<sup>85</sup>. Tal conclusão, porém, é passível de questionamentos. Abaixo uma publicação que anunciava a criação de uma sociedade na então vila de Gravataí, intitulada *O Progresso de Gravataí*, que tinha por objetivo “promover o progresso material” da região:

A associação resolveu dirigir-se aos ex-proprietários de escravos para que vendam as suas terras em lotes, dirigir-se ao governo para que sejam dadas as providencias, a fim de que as suas terras sejam ocupadas por colonos e obstar que os libertos saiam do município.

*Com esta última parte do programa da associação é que não podemos concordar, nem sabemos os meios que vão lançar mão os associados para pô-lo em prática. Os libertos têm o direito de ir para onde quiserem.*<sup>86</sup>

Sublinha-se que novamente a questão da concessão de lotes para os libertos insurge como uma via possível para a transformação do trabalho, sendo discutida neste caso no âmbito municipal. Todavia, interessa destacar que o autor da publicação opôs-se expressamente à intenção da associação de impedir que a população liberta deixasse o município, uma vez que com a libertação oficial o direito de ir e vir foi-lhes assegurado. Ocorrências do tipo comprovam ainda mais a existência de vozes dissonantes n’ *A Federação*, as quais emanam deste grupo de periodistas que parecia estar comprometido com a população afro-brasileira e em atender de alguma forma as suas perspectivas para a vida em liberdade.

Semelhante a Marcos Vinicius, não se acredita que a preocupação com a inserção dos libertos por meio das ditas colônias fosse de fato uma medida descomprometida, ou que tivesse como finalidade criar meios para que a população afro-brasileira prosperasse a ponto de se equiparar à população ‘branca’. O que imperava de fato entre eles, os demais membros do periódico e todos aqueles que perspectivavam sobre o futuro da nação naquele contexto,

<sup>83</sup> *A Federação*, 18 de maio de 1888, p.1.

<sup>84</sup> *A Federação*, 18 de maio de 1888, p.1.

<sup>85</sup> ROSA, 2014, p. 68.

<sup>86</sup> *A Federação*, 24 de maio de 1888, p.2.

era garantir o controle social dos libertos, evitando uma situação de desordem e mantendo-os trabalhando<sup>87</sup>. Especificamente sobre estes aspectos também se encontrou dissonâncias entre os republicanos membros do jornal do PRR que, por sua vez, alinham-se em alguma medida às duas concepções que se vem apresentando no que diz respeito à transformação do trabalho.

Aqueles que defendiam a utilização também do elemento nacional tendiam a categorizar a população liberta, identificando dentro dela o “trabalhador” e o “vagabundo incorrigível”. O segundo, “libertos ou livres por nascimento”, deveria e merecia mesmo ser encaminhado às casas de correção ou aos presídios. Mas, em relação ao primeiro, dever-se-ia direcionar as políticas de concessão de terras, deixando-lhes “abertas as veredas” para que se incorporasse à “sociedade civil”<sup>88</sup>. Era, portanto, por meio do trabalho que esta inserção ocorreria. Para que isso fosse viável esta parcela da população liberta não deveria ser coagida, uma vez sujeita a configuração de serviço desta natureza, de nada teria adiantado libertar nominalmente o trabalhador se se seguia conservando o trabalho escravo. “A atividade, para ser fecunda, deve ser livremente empregada” – assim argumentavam os republicanos que trilhavam por este caminho. Para aqueles que se alinham a tais ideias:

[...] Para impedir a fuga de escravos o remédio heroico é aquele que o conselheiro Antonio Prado sugeriu a seus amigos de São Paulo: afeiçoar o escravo ao solo, convertendo-o em trabalhador livre contratado com salário.

Movimento de tropa, promoção de capitães do mato a grande do império, rigores policiais, e o espantinho da lei-Saraiva, nada disso impedirá a fuga, nada disso impedirá que os tribunais mandem soltar os fugidos, quando presos, e que deixem de absorver quando o escravo evadido encontrar refúgio e proteção.<sup>89</sup>

No que diz respeito aos redatores que viam a imigração como a única solução para a magna pauta da transformação do trabalho; estes nutriam uma posição irremediável quanto à vagabundagem do negro – característica, por sua vez, inerente a ele e consonante suas supostas origens raciais inferiores. As medidas criticadas no trecho transcrito acima eram justamente defendidas por esta outra vertente. Declaravam estes republicanos que, após liberto, o “negro e os seus descendentes, a menos que os forcem, não trabalham”<sup>90</sup>. Noutras

<sup>87</sup> Célia Marinho Azevedo, acerca dos projetos que estudou no que diz respeito à substituição do trabalho escravo pelo livre, delibera: “embora a maioria da população composta de negros e mestiços fosse considerada de baixo nível mental, isto não se colocava como empecilho para uma futura incorporação à sociedade brasileira, tal como esta era projetada por estes reformadores”. Contudo, para vários reformadores, tratava-se simplesmente de tornar ocupados os “desocupados” ou manter ocupados aqueles que se fossem alforriando, de modo que o Estado controlasse estrita e cotidianamente suas vidas. (AZEVEDO, 1987, p.47-48).

<sup>88</sup> *A Federação*, 17 de maio de 1888, p.1.

<sup>89</sup> *A Federação*, 16 de janeiro de 1888, p.1.

<sup>90</sup> *A Federação*, 28 de março de 1884, p.1.

Segundo George Andrews o verdadeiro perigo que a abolição colocou aos fazendeiros foi “o poder dos escravos do Brasil para negociar com os fazendeiros como ambas as partes iriam viver e trabalhar juntas”.

palavras eram necessário tais mecanismos coercitivos a fim de garantir que os libertos seguissem trabalhando. Em contrapartida, o outro grupo de redatores d' *A Federação*, já antecipavam antes mesmo da abolição que não havia o que temer quanto isso. Para eles, “providenciada a colocação dos libertos”, os quais “sem dúvida adestrados” como se achavam no “serviço de nossa lavoura”, continuariam em parceria, “sem prejuízos e produzindo muito mais” do que já produziam naquela época<sup>91</sup>.

Sublinha-se que pouquíssimos dias após a decretação da Lei Áurea já se publicava n' *A Federação* notícias que iam ao encontro das concepções daqueles que destacavam a inserção dos libertos. Conforme publicado em 18 de junho de 1888, ao jornal chegavam “notícias satisfatórias acerca da transformação do trabalho” que “ao inverso do que vaticinavam os poucos inimigos da generosa reforma servil” constatavam que os ex-escravos estavam mantendo-se “na altura de homens ordeiros e trabalhadores, conscientes do papel que lhes cumpre desempenhar na sociedade brasileira”<sup>92</sup>. A raça oprimida desmentia por “forma eloquente a ilegítima a apreensão escravista”, a qual anunciava que com a extinção do elemento servil a indústria nacional morreria à míngua de braços, uma vez que por toda a parte se notava que aqueles recentes cidadãos “avigoravam os estímulos do trabalho”<sup>93</sup>. A questão do trabalho estava finalmente encaminhada, sendo somente uma questão de tempo para que se solucionasse plenamente.

Assim, defendia-se a possibilidade e efetivação de uma integração e conciliação entre os vários segmentos sociais que compunham nossa nação. Próximo em alguma medida aos projetos e concepções deste grupo dos republicanos rio-grandenses, era a “Democracia Rural” defendida por André Rebouças. O abolicionista, criticando a configuração caracteristicamente latifundiária do país, acreditava que os proprietários de grandes extensões de terras deveriam ter a iniciativa de repartir suas propriedades, mediante a venda ou arrendamento entre os não-proprietários. Este projeto previa, então, que escravos libertos, imigrantes e outros setores da sociedade rural brasileira deveriam possuir pequenas propriedades de terra. Ao lado disso e também dialogando com as propostas de alguns desses republicanos, Rebouças também propunha uma instrução pública acessível a todos, inclusive aos ex-escravos, pois só assim a igualdade entre os homens seria realmente alcançada. Tal questão acabava perpassando

---

Muitos fazendeiros, neste sentido, eram incapazes de imaginar ou sequer aceitar, o conceito de barganhar com seus ex-escravos. Os que eram capazes disso, no entanto, para o autor, cultivavam a ideia de que os trabalhadores só trabalhariam se forçados - na mesma diretriz de alguns de nossos periodistas. Concepção esta fortemente reforçada pelas correntes do racismo científico que decretavam a irreparável inferioridade dos povos não brancos e racialmente misturados. (ANDREWS, 1998, p.84).

<sup>91</sup> *A Federação*, 09 de fevereiro de 1886, p.1.

<sup>92</sup> *A Federação*, 18 de junho de 1888, p.2.

<sup>93</sup> *A Federação*, 20 de junho de 1888, p.1.

aqueles projetos acerca da integração da população liberta por meio do acesso a terra e do trabalho agrícola:

Existindo milhares de ingênuos, não teria sido de toda a conveniência preparar esse elemento, tornando-o para o futuro útil a si e ao país?  
 O meio, melhormente a empregar, não seria a fundação de asilos agrícolas, onde a par de conhecimentos teóricos, se ministrassem ensino prático rural?  
 Encaminhar-se-ia assim a solução de mais um problema, qual de tornar inaproveitável o ingênuo, fazendo dele um abegão, impedindo que se tornasse prejudicial à sociedade, como o será, a continuar o sistema até agora seguido.  
 Fomentaria a criação de pequenas propriedades rurais, daria começo ao sistema racional da cultura intensiva, tão descuidada no nosso país.<sup>94</sup>

Claro está que a grande preocupação deste periodista repousa na preparação do liberto, no caso os ingênuos, para a vida em liberdade. A criação de espaços para a instrução teórica e prática de técnicas agrícolas a estes indivíduos parecia conjugar a intenção de evitar que suas tendências à vagabundagem se manifestassem à criação de pequenas propriedades rurais onde atuariam posteriormente. Noutras palavras, o redator condiciona a utilização da mão de obra liberta às ações disciplinadoras, isto é, fazia-se necessário empreender ações no sentido de viabilizar o combate à ociosidade e criminalidade que esses poderiam protagonizar senão ‘treinados’ para o exercício da liberdade.

A instrução, de modo geral, era encarada como um mecanismo corretor para os indivíduos atingidos pela funesta experiência do cativo. Teria ela o poder de transformar “vícios” em moral, bom caráter e amor ao trabalho. O liberto deveria ser sujeito não somente a simples transmissão de saberes de conhecimento básico, mas sim à moldagem completa num padrão específico de moral e virtude que via no trabalho um dos aspectos dignificantes do ser humano<sup>95</sup>. Os republicanos d’ *A Federação* alinhavam-se a tais questões. Em dada circunstância eles defenderam a aplicação da verba arrecada na quermesse<sup>96</sup> justamente na construção de um prédio a ser utilizado pela Sociedade do Parthenon Literário<sup>97</sup> para a realização de aulas gratuitas aos libertos.

[...] é justo que se apliquem as dádivas do povo, dando aos libertos aquilo que eles nunca tiveram:  
 O ensino, a educação prática que os habilite para o trabalho inteligente,  
 indispensáveis ambos para que os libertos, saídos agora do regime de tormentos da

<sup>94</sup> *A Federação*, 23 de outubro de 1884, p.1.

<sup>95</sup> SILVA, Naomi Santos da. *O “batismo na instrução”*: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná (UFP), Curitiba, 2014, p.80.

<sup>96</sup> A quermesse abolicionista que ocorreu na praça central de Porto Alegre foi conduzida pelas esposas dos membros do Centro Abolicionista, nos dias sete e oito de setembro de 1884. O evento teve a intenção de levantar fundos para a emancipação dos escravos por meio da venda de objetos doados pela elite da capital. Ver: ZUBARAN, 2009, p. 2.

<sup>97</sup> Sobre o Parthenon Literário, ver: SILVEIRA, 2008.

escravidão, prestem o seu concurso eficaz à sociedade e não constituam um elemento perturbador.  
Por isso, não recusamos apoio à liberação tomada<sup>98</sup>.

A defesa da instrução para a população afro-brasileira que se libertava era, assim, outra nuance que configurava os projetos de transformação do trabalho n' *A Federação*<sup>99</sup>. Fato que deixa clara a existência de peculiaridades e discordâncias internamente aos grupos que se pré-estabeleceu para esta análise. O que, por sua vez, comprova ainda mais a ausência de uma narrativa unívoca acerca do que pensavam os republicanos integrantes deste jornal para o destino dos negros no pós-abolição.

### 3.2 Os alforriados, os criados e o controle social sobre o negro liberto

A preocupação com a ordem pública era, como se vem sublinhando ao longo do capítulo, um aspecto intrínseco à grande parte dos projetos reformistas que emergiram em fins do século XIX e que deliberavam sobre os rumos políticos e sociais do país. A respeito da população de origem africana, em processo de libertação na época e cujo modo de vida (composto das expectativas individuais, familiares e comunitárias) preocupava as elites - uma vez que práticas identificadas como ócio poderiam levá-la a protagonizar desordens e a fragilizar o mercado de trabalho - foram formuladas e executadas medidas que tivessem como fim máximo controlar o trabalhador liberto e livre, sua vida e trabalho<sup>100</sup>. O objetivo desta parte, então, será justamente analisar duas discussões desta natureza que foram veiculadas n' *A Federação* e quais representações desprenderam-se delas.

Entre as balizas cronológicas há uma série de acontecimentos que acirraram os ânimos da sociedade porto-alegrense e fomentaram tensões político-sociais. Por isso que desde cedo, bem antes do PRR se alojar no poder do Estado, os integrantes do partido e colaboradores de seu respectivo órgão de propaganda, preocuparam-se em propor e desenvolver mecanismos que garantissem o enquadramento daqueles que se libertavam do cativeiro nos moldes pré-

<sup>98</sup> *A Federação*, 08 de janeiro de 1885, p. 1.

<sup>99</sup> Outras elites regionais também deliberavam acerca da instrução para a população africana egressa do cativeiro. Noemi Silva, por exemplo, estudou o caso do Paraná por meio da documentação escolar da província do século XIX. Esta autora constatou que concomitante aos planos que, por meio da educação pretendiam dar aos libertos e escravos um lugar na sociedade durante o processo da abolição, estes indivíduos, à sua maneira, buscavam instrução, pois a relacionavam à cidadania e à liberdade. (SILVA, 2014, p.182).

<sup>100</sup> Sempre é importante lembrar que no período da Lei do Ventre Livre mais de 40% da população negra brasileira já era livre, fazendo com que o espectro do controle social abrangesse um segmento demográfico bem maior do que os ainda escravizados. Ver: CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

estabelecidos por eles para o bom andamento da sociedade – premissa que já se pôde constatar anteriormente nas discussões sobre os projetos para a transformação do trabalho.

A “antecipada abolição” em Porto Alegre, decorrente do movimento abolicionista de 1884, além de ser um bom ilustrativo dessas medidas repressivas impostas aos negros, nos serve de ponto de partida para endossar a discussão proposta. Muitos louros foram conferidos ao acontecimento, caracterizado pelos periodistas como um “belíssimo” e “imponente exemplo” para o resto do país<sup>101</sup>. No entanto, a maioria das alforrias concedidas entre 1884 e 1885; ou melhor, 66,4% delas ocorreram a título oneroso, pois “valendo-se da legislação de 1871 os senhores passaram a libertar seus escravos com prazos estipulados para a prestação de serviços que variavam de um a sete anos”<sup>102</sup>. Desta forma, apesar de liberto, o indivíduo deveria seguir trabalhando para seu ex-senhor, agora na forma de “contratado”, durante um período pré-determinado, antes de poder gozar plenamente de sua liberdade. Os republicanos d’ *A Federação*, inicialmente, concordavam com esta medida, cujo pano de fundo era o de manter os libertos sob vigilância, garantindo que eles seguissem trabalhando e não se tornassem elementos perturbadores:

*Suprimir o escravo, conservando o operário* – tal divisa do abolicionismo no Rio Grande do Sul, que lhe angariou todas as simpatias, conciliando a geral aspiração da liberdade com as exigências de algumas indústrias que não poderiam, sem grande perturbação, suportar de improviso a plenitude dos efeitos da transição do regime. De par com a libertação incondicional, que raro proprietário tem recusado no todo ou em parte, a cláusula de serviço ainda obrigatórios durante um a cinco anos, no máximo, mas já prestados por homem livre, vai realizar a completa transformação do trabalho conforme as comunicações recebidas de toda a província.<sup>103</sup>

De acordo com o trecho acima, parece que as atividades prestadas pelo liberto ao proprietário mediante às cláusulas embutidas nas alforrias eram um estágio necessário, pois significava tanto uma espécie de preparação para a vida em liberdade, como uma garantia de que não faltaria mão de obra para as indústrias<sup>104</sup>. Por detrás disso, na realidade, estava a preocupação das elites sul-rio-grandenses em postergar ao máximo a abolição, ganhando tempo para reelaborar e aprimorar as estratégias de controle sobre os escravos e demais trabalhadores. Ou seja, para esses republicanos, tratava-se de garantir que os libertos se tornassem trabalhadores *morigerados*, combatendo sua *natural* tendência à vadiagem, o que

<sup>101</sup> *A Federação*, 16 de agosto de 1884, p.1.

<sup>102</sup> ARAÚJO, 2015, p.85.

<sup>103</sup> *A Federação*, 03 de setembro de 1884, p.1.

<sup>104</sup> Aqui se percebe que o periodista em questão preocupava-se com uma possível falta de mão de obra. Como se sublinhou no início deste capítulo, existia aqueles que argumentavam justamente na contramão, uma vez que afirmavam a independência do estado do braço escravo nesta época. Logo, esta é mais uma situação em que se identifica os diversos e, por vezes, conflitantes posicionamentos que emergiram n’ *A Federação*.



deveria ser feito por meio de um processo de aprendizagem proporcionado pelas formas intermediárias entre a escravidão e a liberdade, aquelas que por sua vez não rompessem bruscamente com os elementos que permeavam a relação senhor/escravo<sup>105</sup>.

Estas alforrias onerosas acabavam, assim, por posicionar o indivíduo que as recebia num meio caminho entre a escravidão e a liberdade. Os redatores em questão, no entanto, defendiam que o *contratado* já era um *trabalhador livre*, uma vez que a locação de serviços ocorria decorrente de duas vontades livres por excelência: a do “ex-senhor” e a do “ex-escravo”. Ambas as partes celebravam um “acordo” no qual “aquele a quem foi restituída a liberdade”, se comprometia à “prestação de serviços, ficando estabelecidos entre os contratantes mútuos direitos e obrigações”<sup>106</sup>. O principal diferencial entre o mundo do cativo e o da liberdade, para esses republicanos colaboradores d’ *A Federação*, repousava em grande parte na remuneração dos serviços:

Os novos libertados ficam sujeitos à prestação de serviço durante algum tempo determinado, com direito, porém, a um salário razoável.

São hoje, portanto, homens verdadeiramente livres, pois, não obstante o ônus da prestação de serviços a que estão obrigados, têm uma justa remuneração pelo seu trabalho.

É digno de seguir-se o grande ato que acabam de praticar os manumissores sócios da firma Viuva Claussen & C.

Provam reconhecer e saber cumprir o dever, que lhes impõe a moral, de não exercerem o direito de propriedade sobre o seu semelhante, reconhecido e garantido infelizmente pelas nossas leis; e, ao mesmo tempo, que procuram assegurar a sorte dos beneficiados com a outorga da sua liberdade, dão-lhes trabalho mediante salário, conseguem prosperar o seu estabelecimento industrial.

Sem este emprego, libertos, de posse de sua liberdade, ver-se-iam sem abrigo, sem uma colocação capaz de ministrar-lhe os meios de subsistência, lutariam bastante para encontrar trabalho, esse elemento indispensável na vida social a todos os homens.<sup>107</sup>

Apesar de o trecho expressar a situação de uma empresa em específico, a *Viuva Claussem & C.*, o redator referiu-se a ela como o retrato das expectativas que eles tinham para com o comportamento dos senhores em sua amplitude geral. Ou seja, tratava-se de algo que favoreceria tanto o “ex-senhor” como o “ex-escravo”, para o primeiro representava as garantias da preservação de sua mão de obra e de seu negócio, enquanto que para o segundo, asseguraria os meios para prover sua subsistência<sup>108</sup>. O que os republicanos (mas não só eles)

<sup>105</sup> KROB, Bruna Emerim. Emancipação de escravos e controle sobre trabalhadores libertos: os registros policiais da Cadeia Civil de Porto Alegre (1884-1888). *Aedos*, Porto Alegre, v.07, n.17, dez. 2015, p.149.

<sup>106</sup> *A Federação*, 26 de agosto de 1884, p.1.

<sup>107</sup> *A Federação*, 06 de outubro de 1884, p.1.

<sup>108</sup> Os republicanos miravam a província como um todo por isso citavam o caso da Viúva Claussen, dona do estabelecimento chamado Charqueada do Paredão, em Cachoeira do Sul, criado por seu marido em 1878 e que no período de 1878 a 1888 alforriou 58 escravizados. SÔNEGO, Aline. “*Sob a condição que continue em nossa companhia*”: as décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município

sintetizavam como ociosidade, tendências ao não-trabalho, certamente eram comportamentos ditados por reformulações das relações de trabalho marcadas pela escravidão. Já bem antes da abolição definitiva, os significados da liberdade para a população negra (principalmente, mas não exclusivamente, dos setores que passaram diretamente pelas experiências do cativo), compunham-se de características diversas como a mobilidade, a estruturação com autonomia de relações familiares ou afetivo-sexuais, a aquisição de propriedade e o trabalho para si<sup>109</sup>.

Verificou-se que com o passar do tempo tais concepções passaram a ganhar contornos diferentes no jornal do PRR. Isso, talvez em virtude de uma radicalização por parte do partido em relação à abolição ou motivado por discordâncias internas ou ainda pela resistência dos próprios contratados que seguidamente descumpriam os contratos, fugindo ou evadindo-se da prestação de serviço. Em 1887 é que se passou a identificar uma inversão total na concepção até então apresentada no que diz respeito às alforrias onerosas. A partir daquele ano, o jornal anunciava que era necessário “recomeçar” e inserir “modificações” ao movimento libertador de 1884, no sentido de efetuar a “libertação incondicional e inteira”<sup>110</sup>. Possível, então, detectar algumas rupturas e permanências no discurso do PRR em relação às liberdades condicionais:

A liberdade condicional foi, para um grande número, o resultado de um impulso nobre e generoso; mas digamo-lo francamente, foi também um recurso vantajoso para muitos que continuam explorando o escravizado sem ônus do imposto da matrícula. Distinguem, pois, os verdadeiros dos falsos libertadores.

Nos casos em que a menoridade dos contratados aconselha a sujeição destes – dê-lhes a liberdade total e exerçam os próprios libertadores a ação tutelar sobre os menores.

Dupla será a exemplificação ao lado da liberdade, os cuidados da educação.

Quando, nos casos comuns, as circunstâncias aconselharem que não se abandone o escravizado aos escassos recursos que pode dispor – dê-lhe a liberdade e remunere-se equitativamente a prestação de serviço de homem livre.

Eis o dever que o patriotismo e a previdência ditam aos libertadores sinceros; eis a libertação tal como é digna da nossa província, onde não devem ser permitidos disfarces a escravidão...<sup>111</sup>

Se em 1884 os redatores d’ *A Federação* eram enfáticos ao afirmar que a posição de contratado equivalia a de liberto, agora se tratava de uma *liberdade falsa*, concedida por “falsos libertadores”. Noutro momento, os redatores foram ainda mais diretos escrevendo que o “contratado não é livre”, sendo o “liberto com a condição de prestar serviços” um “escravo”

---

Rio-grandense (Cachoeira 1871/1889). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, 2011.

<sup>109</sup> Ver: MATTOS, 2013; GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850). Mauad X: FAPERJ. Rio de Janeiro, 2008.

<sup>110</sup> *A Federação*, 29 de março de 1887, p.1.

<sup>111</sup> *A Federação*, 29 de novembro de 1887, p.1.

que apenas recebeu a promessa da liberdade<sup>112</sup>. Por outro lado, mantinham-se intactas nas falas dos redatores as questões sobre a preparação destes indivíduos para a liberdade bem como a da vigilância sobre os mesmos. Afinal de contas, acima das divergências partidárias, compartilhava-se um medo comum: “a transformação dos escravos em vadios, homens sem senhor, servidores de ninguém, desligados de uma estrutura de poder que os sujeitasse”<sup>113</sup>.

Durante os anos em que vigoravam as alforrias condicionais, avultavam os casos em que os libertandos testavam os limites impostos pela camada senhorial à sua liberdade. Nesta linha, computou-se n’ *A Federação*, entre 1884 e 1888, ocorrências em que os indivíduos apareceram sendo identificados como “contratados”, sendo a quase totalidade delas dispostas nas seções policiais do jornal. Destas, buscou-se identificar as razões pelas quais estes libertos tornavam-se alvos da ação das autoridades. A maior parte das detenções noticiadas pela *A Federação*, ou melhor, 67% delas, indicavam infrações dos contratos, a dita “recusa ao trabalho”. Desordens (19%), vagabundagem (9,5%) e porte de armas proibidas (4,5%) também figuraram nas justificativas para detenção destes personagens.

Dados, estes, que por sua vez estão em consonância com os levantados por Paulo Moreira a partir de sua análise da documentação policial do século XIX de Porto Alegre, entre 1884 e 1885, os contratados mostraram-se raros nestas fontes; enquanto que nos dois anos seguintes foram constantemente listados. Nos termos do autor, “dos 41 contratados pretos em 1886, 33 foram presos por se recusarem a prestação de serviços contratatuais (80%), 4 por desordem (9%) e 5 não constava o motivo da detenção (12%)”, e, “[...] em 1887, dos 30 casos pesquisados, 24 (80%) resistiram a prestação de serviços e 6 (20%) por desordem ou embriaguez”<sup>114</sup>.

O material que se levantou, porém, constituiu-se de pequenas notas e, portanto, sucintas, de caráter apenas informativo quanto da detenção. Ou seja, não se encontrou o jornal emitindo um julgamento moral explícito sobre tais circunstâncias. Contudo, a publicação de situações do tipo permitiu comprovar as tensões travadas em torno da liberdade da população negra e, principalmente, constatar a resposta destes indivíduos aos mecanismos de controle impostos pelas elites e como isto não passava despercebido aos republicanos rio-grandenses. Não passava despercebido também por eles, aqueles casos em que os libertos procuravam as

<sup>112</sup> *A Federação*, 11 de maio de 1888, p.1.

A historiografia já se preocupou em desvelar a verdadeira natureza do movimento abolicionista de 1884 na província gaúcha, em especial, referente às alforrias com cláusulas de prestação de serviço. Ver: ARAÚJO, 2015; KROB, 2015; MOREIRA, 1990; ZUBARAN, 1998.

<sup>113</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Armazém digital: Porto Alegre, 2008, p.206.

<sup>114</sup> MOREIRA, 2009, p.214.

autoridades para reclamar do (mau) tratamento que recebiam de seus ‘contratantes’ – tão embora de forma bem menos expressivas que os outros informes enfatizados. Caso, por exemplo, do “liberto João de Deus” que se queixou à delegacia de polícia de Adolpho, de quem era contratado, por ter o “senhor o surrado com um laço”<sup>115</sup>; ou do “pardinho José”, contratado de Antonio de Souza Lucas, que reclamou à polícia de “maus tratos” e “apresentando o corpo com sinais de recentes castigos”<sup>116</sup>.

Em 1887, quando os republicanos passaram a se postar contra as tais cláusulas de serviço, ou, acerca do regime de “contratos” imposto ao negro, deliberavam que estas medidas já não eram mais necessárias, uma vez que:

A nossa lavoura não depende dos escravizados, o seu pequeno ou grande desenvolvimento vem-lhe diretamente do trabalhador livre das colônias. A indústria pastoril, a principal riqueza da província, ainda menos carece dos serviços escravos. Em regra, o negro liberto da campanha permanece exercendo a sua atividade nas mesmas ocupações a que se havia habituado. O serviço doméstico não será mais prejudicado do que já o é pelo regime anômalo dos contratos. Ainda neste particular, o verdadeiro é recorrer a medidas extremas e definitivas. O contrário é dilatar a crise de que todos se queixam.<sup>117</sup>

De todos os setores citados pelo articulista, o serviço doméstico pareceu ser o único em que ainda se enfrentava alguma dificuldade. O regime de “contratos” não pareceu ser a raiz do problema, mas deixa-se claro que era algo que demandava na época de medidas *extremas e definitivas*. Na realidade, o espaço doméstico e o controle dos trabalhadores que o realizavam já estava sendo alvo de discussões desde o ano de 1886, quando se deliberou n’ *A Federação* acerca da criação de um convênio sobre base determinada para a contratação de criados.

O serviço doméstico na Porto Alegre daquele ano caracterizava-se, aos olhos dos republicanos do referido jornal, pelas péssimas condições que dispunha principalmente em razão das características dos trabalhadores que o realizavam e do desmantelamento do escravismo. Segundo um texto publicado em fevereiro de 1886, os vadios, de “ambos os sexos”, tomavam o “nome de criados” para “disfarçar a vadiagem”, sendo cada vez mais raro encontrar aqueles que se empregavam efetivamente no serviço doméstico a fim de colher dele os “meios de subsistência honesta”<sup>118</sup>. Diante disso, o “estimável cidadão” Taborda Ribas propôs um projeto à Câmara Municipal com o fim de melhorar tal departamento dos mundos do trabalho. Contando com a adesão dos republicanos rio-grandenses, a proposta foi vista por

<sup>115</sup> *A Federação*, 23 de fevereiro de 1886, p.3.

<sup>116</sup> *A Federação*, 28 de março de 1885, p.2.

<sup>117</sup> *A Federação*, 19 de abril de 1887, p.1.

<sup>118</sup> *A Federação*, 01 de fevereiro de 1886, p.1.

eles como uma “sugestão digna” cuja aplicabilidade era “possível e benéfica”. O “distinto cidadão” propunha:

Para remover de momento as dificuldades que apontamos, ocorre-me um expediente que supria com relação à matéria a sempre retardatária ação legal, refiro-me a um convênio entre os interessados, obrigando-se a não aceitarem a seu serviço os criados que não exibirem atestados de conduta passados pelos amos a cujo serviço estiveram, obrigando-se estes a passarem mensalmente atestados de conduta a fim de evitar injustiças originadas a respeito da despedida dos criados por motivos justificados<sup>119</sup>.

Em suma, a ideia de Tabora consistia na criação de um convênio particular, no qual seus membros só aceitariam para trabalhar em seus lares aqueles criados que apresentassem atestado de boa conduta dos ex-amos. Nos dias que seguiram a publicação do dito projeto, saiu no jornal um convite aos interessados em integrar o convênio para deliberar sobre o mesmo, o local da reunião era justamente o escritório d’ *A Federação*. Na ocasião ficara decidido que o convênio entraria em execução a partir de 01 de junho daquele ano, ficando concretizadas as seguintes indicações:

- 1ª – Não admitir a serviço doméstico, criados que não exibirem atestados de conduta, passando pelos amos a cujo serviço estiveram, ou por qualquer autoridade ou pessoa qualificada no caso de, pela primeira vez, se contratarem nesta ordem de serviços.
- 2ª – Em identidade de condições; serão preferidos: 1º, pessoas livres, 2º, as que exibirem caderneta da Caixa Econômica; 3º, as que, por qualquer forma, provarem persistência no serviço.<sup>120</sup>

Ficaram firmadas também as obrigações dos senhores para com os criados:

- 1º - A passar mensalmente atestado de conduta, especificando toda e qualquer circunstância que abone a aptidão e a moralidade do criado, procedendo da mesma maneira quando o criado deixar o seu serviço.
- 2º - Inscrever na Caixa Econômica, com 5% do salário vencido, a título de gratificação, o criado ou criada que bem servir durante um ano.<sup>121</sup>

É possível perceber a montagem de um aparato que possibilitaria a intensa vigilância sobre estes trabalhadores e, principalmente, acerca de suas condutas morais e comportamentos no emprego, limitando drasticamente a mobilidade laboral e atribuindo aos patrões (amos) o poder de julgar seus empregados, sem qualquer reciprocidade aparente. Vigiar esta população, cabia punir àqueles que não se enquadravam nas normas dadas pelos patrões – uma vez estigmatizado pelo mau comportamento, as chances de recolocação no serviço doméstico reduziam-se consideravelmente –; e gratificar os que *andavam na linha* – conforme

<sup>119</sup> *A Federação*, 01 de fevereiro de 1886, p.1.

<sup>120</sup> *A Federação*, 08 de fevereiro de 1886, p.2

<sup>121</sup> *A Federação*, 08 de fevereiro de 1886, p.2.

sugere o item dois da última citação. Desta forma, como já sublinhou-se noutra momento, apesar de reconhecerem que pairava sobre a população negra uma tendência à vadiagem, os republicanos destacados não tratavam os afro-brasileiros como um todo homogêneo. Ou seja, os periodistas d' *A Federação* tratavam de destacar que existiam aqueles que cediam a tal tendência e que deveriam ser punidos por isso; mas que também existiam aqueles que se esforçavam, sendo, principalmente, trabalhadores. Obviamente, o estigma de vadios era atribuído aos que almejavam negociar as oportunidades e condições de trabalho ou que conseguiam trabalhar *sobre si* no emergente espaço urbano.

Outro aspecto que se quer ressaltar é o fato de se eleger como o primeiro requisito a ser observado pelo empregador na hora da contratação do criado, a condição jurídica de “livre”<sup>122</sup>. Ao lado disso, também menciona-se que, ao longo do mês de fevereiro de 1886, aperfeiçoamentos ao projeto de Taborda foram sendo discutidos n' *A Federação*, sendo sugerido, entre outras coisas, que se fizesse a matrícula dos criados. Esta, por sua vez, deveria ser acompanhada da prescrição de uma agência onde seriam escritos os “jornaleiros e operários” existentes na cidade, a bem de não se confundirem com uma “turma de imigrantes e nacionais” que, segundo o jornal, fugiam do trabalho rural e vagavam pela cidade sem ocupação reconhecida<sup>123</sup>. Em tais amostragens percebe-se a ausência de menções expressas à cor dos indivíduos que desenvolviam as atividades deste ramo, porém, é possível verificar que, mesmo com a existência de brancos, havia uma larga presença de afro-brasileiros. Era comum neste processo de ampliação da liberdade que os dispositivos jurídicos que previam a regulamentação do serviço doméstico produzissem silêncio a respeito da cor dos seus alvos principais. Na verdade nem era preciso mencioná-la, a exigência de “matrículas” para os empregados domésticos não deixava de guardar semelhança com as matrículas de escravos, conforme observou Marcos Vinicius. Em termos legais, então, para este autor, tentava-se estender para os tempos de liberdade as tradicionais formas de domínio evidenciadas na preocupação com a mobilidade dos criados<sup>124</sup>.

Além dos mecanismos de controle e vigilância que o convênio ofereceria ao melhoramento deste serviço, o PRR acrescia outros elementos que julgava necessário para tal. Caso, por exemplo, e novamente, do fornecimento de instrução à população liberta. Anunciava-se, em 1886, a iniciativa do cidadão João da Costa Correa, diretor do Colégio

---

<sup>122</sup> No ano de 1887, *A Federação*, inclusive, passou a oferecer uma seção dedicada a receber anúncios relativos a aluguel de “criados de condição livre”, tamanha importância que se passou a aferir aos domésticos desta categoria.

<sup>123</sup> *A Federação*, 19 de fevereiro de 1886, p.1.

<sup>124</sup> ROSA, 2014: p.113.

Evangélico, de promover aulas gratuitas para ex-escravas no turno da noite. Os periodistas d' *A Federação* destacaram esta ação objetivando chamar a atenção das autoridades para a necessidade da implementação de medidas congêneres:

Dando-vos notícia, cidadãos vereadores, cumpro um agradável dever, em primeiro lugar rasgando o véu que encobre a modéstia de tão digno cidadão, cujo patriotismo levou-o ate o extremo de estabelecer uma aula noturna para essas infelizes que tem obtido suas cartas de liberdade, sem retribuição alguma, contando já o número de quarenta alunas, concorrendo assim para o melhoramento do serviço doméstico, que, certamente muito melhorará quando feito por alguma pessoa de educação literária; em segundo lugar, louvando a boa ordem do seu colégio, a disciplina de seus discípulos que com ela adquirem qualidades mais recomendáveis à vida prática da sociedade.<sup>125</sup>

A instrução, de acordo com o trecho, parecia ser um caminho adequado para se proceder com aqueles que viveram sob a nefanda influência da escravidão, uma vez que forneceria valores e saberes necessários para a vida em liberdade. Ademais, o serviço doméstico ganharia, porque seus executores além de passarem a dispor do que se chamava de “educação literária”, carregariam consigo outro valor essencial: a disciplina. Neste sentido, segundo Paulo Moreira, que analisou também as regulações para o serviço doméstico, a ênfase do PRR na necessidade de controle dos criados, demonstra que a esfera doméstica era tomada enquanto um exemplo do que devia expandir-se para a sociedade de modo geral. Para ele, estes projetos visavam impedir a independência dos trabalhadores em face de seus patrões, ou, em suas palavras, “[...] o trabalho não era visto como uma relação contratual entre igual, mas trazendo em si uma inerente dose de submissão”<sup>126</sup>. Salienta-se que a iniciativa proposta acima visava as mulheres egressas do cativeiro faltando, infelizmente, mais informações das matérias e conteúdos ministrados nas aulas noturnas, o que ajudaria a pensar com mais minúcia nessa proposta que aliava raça e gênero.

A indignação das elites com a dita desorganização da locação do serviço doméstico não parecia ser somente um problema de Porto Alegre, tendo em vista que também se publicavam no jornal a eminência de projetos, a exemplo do analisado, noutras províncias brasileiras. Caso de São Paulo, por exemplo, onde *A Federação* alegava ser a regulamentação do trabalho doméstico uma “urgente necessidade”. Lá, “o serviço de criados, amas de leite, etc.” funcionava então independente de “uma postura”, constituindo-se por isso numa “verdadeira praga” para a cidade<sup>127</sup>. Ou, ainda de outras regiões sul-rio-grandenses que encaminhavam a matrícula dos domésticos concedendo-lhes uma caderneta para assegurar a

<sup>125</sup> *A Federação*, 09 de setembro de 1886, p.2.

<sup>126</sup> MOREIRA, 2008, p.228.

<sup>127</sup> *A Federação*, 08 de abril de 1886, p.1.

vigilância sobre eles e seus comportamentos. Neste sentido, chegavam à *Federação* as últimas novidades deste processo:

Diz o Correio Mercantil, de Pelotas, que de 2.000 indivíduos que se calcula ali existir empregados no serviço doméstico, apenas 10 criados foram até o dia 17 buscar cadernetas na câmara municipal.

No Rio Grande foi mais ou menos idêntico o resultado da salutar medida adotada pelas municipalidades.

Aqui – fomos mais felizes, pois até hoje foram matriculados 1014 criados, que receberam as respectivas cadernetas<sup>128</sup>.

A esta altura, em 1888, o projeto para regulação deste setor já havia sido aprovado na câmara municipal de Porto Alegre e nas demais regiões citadas na publicação, e assim tornando-se política pública efetiva, como desejavam as elites de outrora<sup>129</sup>. Contudo, parece que os resultados não estavam sendo muito satisfatórios; dadas as poucas ocorrências de criados que espontaneamente iam buscar suas cadernetas. Certamente isso corresponde ao fato de que os subalternos deram-se conta das reais intenções destas medidas recusando-se a adotá-las e também a um certo sentimento senhorial por parte dos amos/patrões que preferiam gerenciar a relação com seus trabalhadores – principalmente daqueles que se ocupavam das tarefas domésticas – de forma própria, sem qualquer intervenção exterior.

Conforme Paulo Moreira, as práticas domésticas do período iam contra as tais medidas de regulamentação deste serviço, na medida em que as visões de independência ou mesmo de liberdade dos subalternos contrastavam com elas e configuravam uma verdadeira luta cultural microscópica diária. A qual se manifestava, por exemplo, em não morar na casa dos contratadores/patrões, que significava no caso das criadas liberdade em entreter relações afetivas (amasiamentos ou simples namoros), controle dos momentos de lazer (ida a festas, etc.)<sup>130</sup>. O jornal *A Federação* posicionava-se claramente a favor dos patrões em face dos empregados, afirmava-se expressamente em suas páginas: “não devemos ser inferiores aos nossos subalternos” nem “devemos receber leis dos assalariados”<sup>131</sup>.

Ao longo do mês de fevereiro de 1886, os interessados no convênio decorrente da iniciativa de Tabora Ribas, reuniram-se para discutir as bases de seu funcionamento – apontadas anteriormente. Feito isto, iniciou o trabalho de obtenção de assinaturas, as quais, em listas, foram publicadas nas edições d’ *A Federação* dos dias 03, 10 e 11 de março daquele

<sup>128</sup> *A Federação*, 24 de abril de 1888, p.1.

<sup>129</sup> Sobre os regulamentos do serviço doméstico em Rio Grande bem como as práticas de resistência empreendidas pelos criados desta região, ver: COSTA, Ana Paula do Amaral. *Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894)*. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2013.

<sup>130</sup> MOREIRA, 2008: p.228.

<sup>131</sup> *A Federação*, 12 de junho de 1885, p.2.



ano, contabilizando um total de 170 membros. Neste meio tempo, publicaram-se algumas palavras do idealizador acerca das expectativas em relação ao encaminhamento do projeto:

Da unanimidade da aceitação e fiel cumprimento das obrigações a que se sujeitam os subscritos dependerá o êxito da tentativa, que, apesar de limitada ao acanhado círculo da ação particular, e como tal incompleta em seus detalhes, todavia removerá em grande parte a desordem que se observa nesse ramo de serviço, estimulando os poderes públicos a virem ao encontro da iniciativa privada, não só suprimindo as deficiências do convênio em questão, como medida momentosa em face da transformação que se opera no país.

[...] Não se concebe, não se explica o descaramento dos poderes do Estado em prestar atenção que urgentemente reclama esse transcendental em nós achamos.

Consta-nos que alguns srs. vereadores da câmara desta cidade se preparam para fazer indicações atinentes e regularizar a matéria que se prendem estas linhas. Oxalá que se realize essa honrosa iniciativa, seguida do êxito que é de esperar do patriotismo dessa distinta corporação, que em outros ramos tão solicita só tem mostrado empenho de seu dever.<sup>132</sup>

Destacaram-se as cobranças dirigidas ao governo que solicitando (apelando) a necessidade de mecanismos públicos que mantivessem a ordem na transformação do trabalho, uma vez que as tentativas de melhoramentos deste serviço estavam dando-se no nível privado, como pode ser observado através do referido convênio. Os republicanos d' *A Federação*, no caso, visivelmente apoiaram o projeto de Taborda, como o qual pareceram identificar-se, na medida em que o divulgaram e discutiram-no em seu jornal. Ademais, as palavras deste personagem corroboram para a propaganda republicana de caracterizar aqueles anos entre 1884 e 1888 (quando o PRR constituía um partido de oposição) de extrema insegurança e desordem<sup>133</sup> – conforme será constatado a seguir, na parte 2 deste capítulo.

### 3.3 Do discurso à manutenção da *ordem*: relações entre polícia e negros

Em todos os projetos discutidos ao longo do capítulo, os redatores d' *A Federação* mostraram-se preocupados em deliberar acerca do controle social da população afro-brasileira quando em gozo da sua liberdade. Tal perspectiva, apesar de estar em consonância com o pensamento das elites brasileiras daquela época, incluía-se numa visão bem mais ampla e de cunho ideológico quando pensada em relação ao PRR, cujo programa baseava-se na promessa do *progresso* por meio da *ordem*. Os jovens bacharéis do partido, calcados na doutrina de Comte, entendiam que a responsabilidade primordial do Estado era a de prover e cultivar o *bem público*. Para isso, todo governo precisava “de ordem e da paz” devendo “garanti-las contra quem quer que seja e a despeito de tudo<sup>134</sup>”. Logo, tornava-se essencial regulamentar,

<sup>132</sup> *A Federação*, 19 de fevereiro de 1886, p.2.

<sup>133</sup> Não se encontrou o jornal retomando estas questões sobre os criados a partir do ano de 1890.

<sup>134</sup> *A Federação*, 22 de março de 1891, p.1.

disciplinar, controlar, vigiar, punir e excluir todo aquele que se posicionasse na contramão da *ordem*, que tivesse condutas indesejáveis ou perturbadoras para o espaço público<sup>135</sup>.

É interessante perceber que este anseio não figurava n' *A Federação* apenas como base de doutrina e propaganda de seus membros. Na realidade era apontada por eles como uma aspiração geral da sociedade cansada, por sua vez, da *desordem* que marcara principalmente os últimos anos do Império. Os republicanos redatores desta folha faziam crer que, em especial, as classes populares também compartilhavam dos mesmos ideais que eles:

Parece à primeira vista que as classes populares amam a desordem, e gostam de se agitar eternamente no burburinho das arruaças.

Puro engano, mera ilusão! As massas populares podem ser temporariamente laqueadas em sua boa fé pelos motineiros de enxurro, que lhes acenam com promessas falazes e que lhes decantam à alma singela palavrões retóricos, sem sinceridade.

Mas, o que o povo, na realidade, mais deseja, é a paz, a ordem, para poder trabalhar, formar o seu patrimônio, educar a família, desenvolver o seu sentimento artístico. Ele é essencialmente conservador, e tem até os excessos de conservantismo, apegando-se às vezes aos hábitos rotineiros e empecendo as reformas razoáveis, aconselhadas por uma longa elaboração.<sup>136</sup>

Não se acredita, porém, sem quaisquer receios, nesta visão quase que romantizada dos subalternos daquela época. Afinal, estudando os debates parlamentares da Câmara dos Deputados do Império do Brasil em fins do século XIX, Sidney Chalhoub constatou que os pobres em geral eram tidos como “classes perigosas”, pois carregariam vícios responsáveis por produzirem os malfeitores da sociedade<sup>137</sup>. Diante disso, acredita-se que publicações do tipo tinham por objetivo doutrinar os leitores nas bases do partido. E desta forma, acabavam por construir um discurso que transformava uma demanda específica do grupo numa vontade geral da população. Outrossim, deslegitimava-se as lideranças operárias – os *motineiros de enxurro* -, colocando-os e às suas reivindicações como alienígenas ao *povo*, sempre ordeiro e mesmo acomodado<sup>138</sup>.

<sup>135</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do séc. XIX. In: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 30, n.2, dez. 2004, p.30.

<sup>136</sup> *A Federação*, 26 de outubro de 1892, p.1.

<sup>137</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços, e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p.22.

<sup>138</sup> Em dicionários da época, enxurro significava “Tudo que vai de envolta numa corrente de água impetuosa”, mas também *imundície, lodo*, “escória do povo, ralé”. (BRUNSWICK, Henrique. *Novo Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*. 3ª edição, s/dt., Lisboa: Empresa Literária Fluminense, p. 453).

Sobre as mobilizações operárias do período, ver: BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese de Doutorado; PETERSEN, , Sílvia Regina Ferraz. *As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)*. In: Sergius Gonzaga. (Org.). *RS: Economia & Sociedade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 277-327; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “*Que a União Operária seja nossa Pátria*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS,

Ainda conforme Chalhoub, no contexto de desmanche do escravismo, os negros assumiram o papel de suspeitos preferenciais entre aqueles que integravam as “classes perigosas”, tornando-se os principais alvos das políticas de controle social. Isso, pois em primeiro lugar o momento exigia que se pensasse em outras formas de manter a repressão e controle contínuo do trabalhador, que não mais estava restrito aos limites da unidade produtiva e do jugo direto da família senhorial. E, em segundo lugar, em razão do perfil que as elites conferiam aos egressos do cativo, os quais, pela nefasta influência do passado escravista, estariam despreparados para vida em liberdade. Evidente que esta concepção dialogava bastante com as teorias racistas, que tomavam os “defeitos” dos negros, como a ociosidade, por exemplo, como insuperáveis<sup>139</sup>. É possível especular asserções afins n’*A Federação* atentando para o informe abaixo:

Comunica-nos um assinante:

João Carlos e Manoel Vicente, crioulos, livres, segundo creio, vivem vida de vagabundos e desordeiros.

Todas as noites, são encontrados ou à Rua Silva Tavares (esquina da Duque de Caxias) ou à rua General Victorino, à espera de algum infeliz transeunte que se preste ou a dar-lhes dinheiro ou a sofrer algumas cacetadas.

Eis a profissão desses famosos tipos, que parecem ser velhos amigos da polícia, que de maneira alguma os incomoda [...]

- A Polícia prestaria um bom serviço se resolvesse punir esses dois *inimigos do trabalho* e amigos do que lhes não pertence.<sup>140</sup>

A identificação dos perturbadores como “crioulos livres” vinculava-se às características mais condenáveis que repousavam sobre os egressos do cativo, de origem africana<sup>141</sup> e que os tornavam perigosos. Tratava-se de dois “vagabundos” e “desordeiros”, “inimigos do trabalho”, que pelos péssimos hábitos deveriam ser, como cobra o jornal, alvo da vigilância e punição por parte da polícia. E desta forma, o PRR endossava outro de seus empreendimentos, o da moralização da sociedade, incutindo em seu seio ideias que acenavam, entre outras coisas, para a valorização do trabalho – reconhecido por eles como o mais eficaz preventivo à indesejada *desordem*. Fazer com que o amor ao trabalho arraigasse-se, mesmo que na base da repressão policial, significava também um passo adiante na consolidação de seus princípios.

Devido à importância sobremaneira conferida à *ordem* pelos membros do *A Federação*, o antagonismo a ela, a *desordem*, figurava como um de seus maiores receios,

---

2001; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS Tchê, 1992.

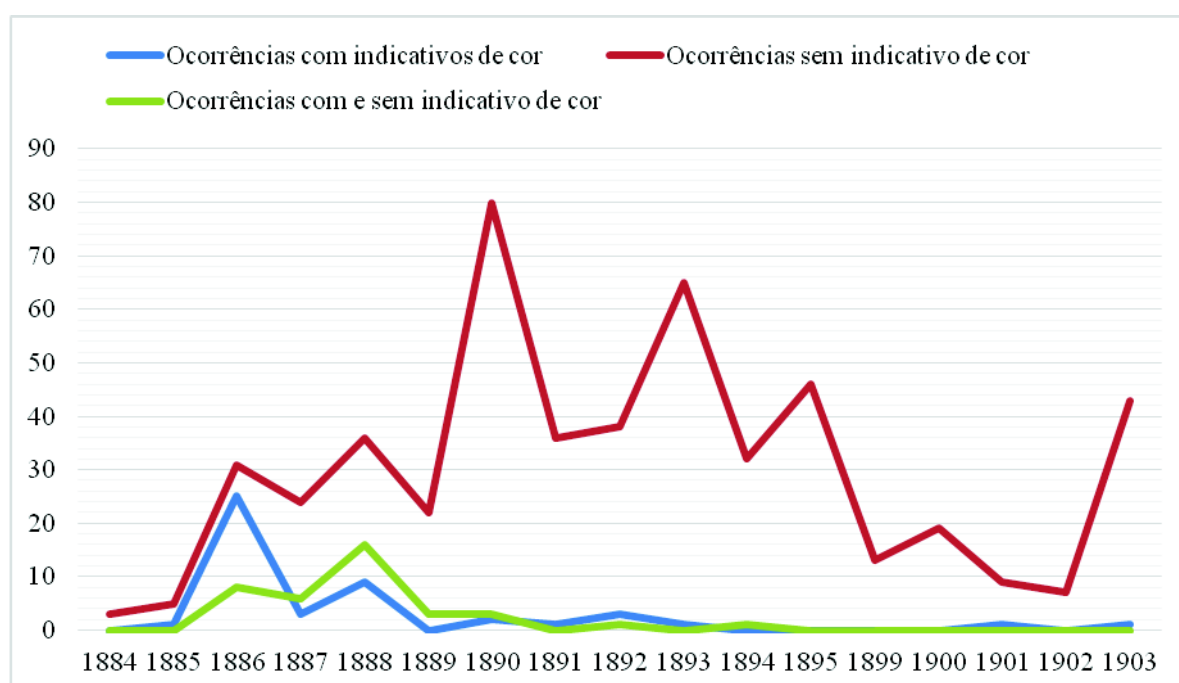
<sup>139</sup> CHALHOUB, 2006, p.24-25.

<sup>140</sup> *A Federação*, 12 de março de 1886, p.2.

<sup>141</sup> Adiante serão aprofundados os usos e significados do emprego do termo “crioulo” n’ *A Federação*.

sendo alvo de suas preocupações e, sobretudo, precauções. Procurou-se assim, computar as edições d' *A Federação* que continham notícias narrando situações caracterizadas (explicitamente) pelo próprio periódico como *desordem*, a fim de verificar se os negros de fato eram os seus principais protagonistas e qual o tratamento despendido pelos periodistas aos mesmos. Os resultados da pesquisa, dispostos no gráfico a seguir, forneceram um ponto de partida para promover algumas conexões entre a polícia – instituição a quem eram atribuído demasiado papel na execução dos projetos de moralização e ordenação – e a população afro-brasileira – tida como a principal ameaça à ordem, conforme já sublinhado<sup>142</sup>.

Gráfico 1: Cor e desordem



Fonte: Edições do jornal *A Federação*. Elaboração própria.

<sup>142</sup> O termo “desordem”, quando empregado pelos periodistas d' *A Federação*, apresentou pelo menos dois sentidos distintos. Era comum esta folha referir-se a outros partidos, governos e administrações políticas, que não a deles próprios, como propagadores da mesma, no sentido de que não cultivavam o rigor disciplinar e a seriedade nas atividades políticas como eles. Noutros casos, “desordem” era assunto de polícia, isto é, na esfera individual existiam aqueles que a propagavam no espaço público e que então deveriam ser retidos. Quando isso ocorria poderiam envolver desde leves transgressões decorrentes, por exemplo, de uma embriaguez; até situações mais sérias, incluindo agressões físicas e assassinatos. Em nossa contagem foi considerada apenas a segunda circunstância, uma vez que nosso objetivo foi também perceber o acionamento da cor daqueles tidos como “desordeiros”. Salienta-se também que esta compilação baseou-se pelas edições, de modo que foram agrupadas em três grupos: aquelas em que todas as notícias publicadas identificavam a origem ou a cor dos indivíduos transgressores (exemplos: preta/preto, crioulo/crioula, pardo/parda, etc); aquelas em que não constava esta informação; e aquelas que contemplavam as duas circunstâncias.

Em primeiro lugar, chama-se a atenção para o fato de que ao longo do período pesquisado, (para além da questão do acionamento da cor) houve bastante variação no tocante aos números de edições que publicaram *desordens*, apresentando-se ora elevados, ora baixos. Mesmo que não se possa bancar cegamente estes dados, visto que não se dispôs de todas as edições de todos os anos compreendidos no recorte cronológico estabelecido, percebeu-se que os resultados do gráfico não estão em total consonância e correspondência com o discurso sobre a *ordem* forjado pelos periodistas nas páginas d' *A Federação*.

Nos anos iniciais deste jornal, momento em que o PRR constituía um partido de oposição, foi incessante as críticas publicadas ao policiamento em Porto Alegre. O periódico creditava o estado caótico em que se encontrava naquele período a segurança local ao desleixo dos governos imperiais. Em 1885, por exemplo, a dita capital era designada por Ramiro Barcelos como “uma cidade sem polícia”. Constatava este republicano na ocasião a ausência de policiamento e vigilância na capital, cuja “vida e propriedade dos habitantes” não tinham a “menor garantia por parte dos poderes públicos contra os assaltos dos assassinos e ladrões<sup>143</sup>”. Fosse de dia ou à noite, conforme as palavras do periodista, não havia nunca policiamento na capital, tampouco vigilância para assegurar a tranquilidade dos cidadãos. Os porto-alegrenses, expostos a esta situação de extrema insegurança, só podiam contar consigo, uma vez que a instituição polícia caracterizava-se por uma desorganização latente sendo vítima do descaso das autoridades.

Neste contexto, uma das principais críticas que o dito diário produziu em relação à polícia da época recaía sobre sua composição. Afirmava-se que a instituição era integrada por “uma dúzia de soldados de força policial militarizada, totalmente inútil para fazer a polícia por sua incapacidade moral, por exíguo número, pela falta de direção e por não ter quem a soubesse fazer compreender seu ofício”<sup>144</sup>. Tratando-se, assim, de uma organização cujos chefes eram “ineptos ou nulos”, com “deficiência pessoal moralmente incapaz”, e com uma “organização detestável”<sup>145</sup>. Acontece que naquela época os que defendiam nossas fronteiras e vigiavam o território eram, na sua maioria, elementos insubmissos que para não perturbarem mais o espaço público eram recrutados como uma forma de punição, controle ou correção – conforme constatou Paulo Moreira ao estudar as origens sociais dos policias e soldados de Porto Alegre no século XIX<sup>146</sup>. O recrutamento, de acordo com este autor, era visto como uma escola de disciplinarização daqueles identificados como desordeiros, os quais, sujeitos à

---

<sup>143</sup> *A Federação*, 31 de março de 1885, p.1.

<sup>144</sup> *A Federação*, 31 de março de 1885, p.1.

<sup>145</sup> *A Federação*, 10 de setembro de 1886, p.1.

<sup>146</sup> MOREIRA, 2009, p.44.

dura disciplina militar, poderiam ter os maus instintos, os vícios da ociosidade e do crime suprimidos<sup>147</sup>. Certamente a par destes mecanismos, deliberava *A Federação* em meados de 1888:

[...] Os meios de que nos servimos atualmente para completar a força armada não nos honram muito; são por tal forma imperfeitos e condenáveis mesmo, que as praças do exército e da armada são constituídas, em sua maioria, de *vadios, vagabundos, libertos e réprobos*; enfim, das *fezes da sociedade*, criando o governo para aquisição de tão nefando pessoal o imoral ofício de agentes de recrutamento, com o fim de, nas províncias, arranjar homens que se vendam sob o título de voluntários!<sup>148</sup>

Dentro do projeto republicano, a polícia e mesmo o exército adquiriram papel essencial, encarregados de manter a ordem e a moral. Diante disso, não poderia ser formada por aqueles elementos considerados os mais degradantes da sociedade – estigma, por sua vez, que geralmente recaía sobre a população de origem africana. Noutras palavras, para estes republicanos, as instituições responsáveis pela segurança pública eram integradas por aquilo que de pior havia disponível na sociedade.

Ao lado disso, policiais e/ou militares pareciam frequentar os mesmos espaços que a população negra e, assim, dividiam com elas hábitos amplamente condenáveis pelo jornal. Fatos estes que certamente contribuíam para a visão negativa que *A Federação* lançava sobre estes trabalhadores fardados. Essa convivência, todavia, nem sempre se dava de forma pacífica, como é possível observar abaixo:

Ontem, às 10 horas da noite, o pardo Miguel, empregado na cocheira do sr. Joaquim Pedro de Azevedo, assassinou o soldado de nome Firmino Pereira de Lima, do 13º batalhão de infantaria.  
O fato criminoso deu-se na Travessa 24 de Maio, entre as ruas Vigário José Inácio e Silva Tavares.  
Miguel e Firmino estavam na taverna daquela rua, propriedade de José Teixeira, reunião e coito de vagabundos e desordeiros.  
Depois de uma alteração, Miguel desarmou a vítima, tirando-lhe o sabre, e, armado de faca, fez-lhe um profundo ferimento na região lateral do tórax, o que lhe causou a morte instantaneamente.  
Depois do crime, Miguel refugiou-se na cocheira do sr. Joaquim Pedro de Azevedo, e a este cidadão confessou o que havia praticado.  
O sr. Joaquim Pedro mandou dar parte da autoridade policial, que compareceu e mandou conduzir o assassino à prisão.<sup>149</sup>

Para além do desfecho trágico que tivera o desentendimento entre o “pardo” e o “soldado”, a caracterização que o periodista faz do local onde se iniciara a rusga – “reunião de coito de vagabundos e desordeiros” – não condizia com que os republicanos d’ *A Federação*

<sup>147</sup> MOREIRA, 2009, p.47.

<sup>148</sup> *A Federação*, 14 de abril de 1888, p.2. (Grifos nossos).

<sup>149</sup> *A Federação*, 16 de dezembro de 1884, p.2.

esperavam daqueles que eram responsáveis por manter a *ordem*. Noutras palavras, ao invés de reprimir *ajuntamentos* do tipo; os oficiais na realidade juntavam-se à *farra*<sup>150</sup>.

Outros aspectos sobre como os periodistas dessa folha percebiam e representavam no dito periódico as relações entre policiais e a população afro-brasileira no período anterior à República, se depreende da leitura de um informe publicado em junho de 1884:

Ontem, dois policiais conduziram um pobre preto, amarrado, em direção ao respectivo quartel.

O preto ia mansamente, sem articular uma queixa, sem fazer o menor movimento de resistência, e, no entanto, os *bravos* policiais o maltratavam desumanamente, aplicando-lhe panázios sem cessar.

Ao chegarem, porém, às imediações do quartel, as praças embainharam as espadas – o que prova que tinham consciência de praticarem um ato contrário às ordens recebidas.

E, por assim pensarmos, chamamos atenção do sr. Comandante da força policial para o procedimento dos seus subordinados, pedindo-lhe que evite semelhantes abusos e que puna severamente quem os comete.<sup>151</sup>

Como se vem sublinhando, nos anos finais do Império o PRR seguidamente proferia críticas à instituição policial. Neste caso, o procedimento agressivo dos praças para com o “preto” pareceu condenável aos olhos do jornal, que o encarou como um verdadeiro abuso de autoridade. O “pobre” nada havia feito para provocar a agressão dos policiais, ou seja, não demonstrava resistência e tampouco desobediência para com as autoridades – exatamente como deveria ser para os republicanos rio-grandenses<sup>152</sup>.

Fato semelhante pode ser vislumbrado na edição d’ *A Federação* publicada no mês de julho de 1885:

Às 7 ½ horas da noite de anteontem, o crioulo Estevão seguia, em companhia de um moço cujo nome ignoramos, *tranquilamente* pela rua Duque de Caxias, quadra entre as ruas General Paranhos e Silva Tavares.

Ali encontraram ambos o cadete-sargento Alfredo Mena Barreto Ferreira, que passou por entre ambos com *ar provocante*, porque, segundo nos informaram, nutria prevenções contra o moço que acompanhava Estevão.

Este proferiu algumas palavras em represália, mas *docilmente*, e o cadete Mena Barreto, puxando de uma grande adaga, acometeu-o com *fúria*.

Estevão procurou defender-se com a bengala que trazia, mas o cadete, superior em armas e mais destro, espancou-o *brutalmente* e com um golpe de adaga decepou-lhe o dedo polegar da mão direita.<sup>153</sup>

<sup>150</sup> O *pardo* chamava-se Miguel Lourenço Guimarães, tinha 26 anos, solteiro, era pintor e ex-soldado do 13º Batalhão de Infantaria e nascera em São Borja/RS, filho de João Cláudio e Lourença. Ele alegou que de nada se lembrava, por estar profundamente embriagado, mas mesmo assim foi condenado a 14 anos de prisão simples em 18 de abril de 1885. O *pardo* Miguel não cumpriu toda a sua pena, pois faleceu na Casa de Correção de Porto Alegre em 29 de outubro de 1888 de tuberculose (APERS – Cartório Júri, Porto Alegre, auto nº 1552, maço 61).

<sup>151</sup> *A Federação*, 06 de junho de 1884, p.1.

<sup>152</sup> Adiante, realizar-se-ão reflexões acerca dos usos e significados da cor conferidos pelos periodistas d’ *A Federação*.

<sup>153</sup> *A Federação*, 27 de julho de 1885, p.2.

Novamente percebe-se que o comportamento do policial é encarado como injustificável, tendo sido movido, ao que pareceu, por uma questão de natureza pessoal. Além disso, aqui também o indivíduo “de cor” não havia dado motivos para sofrer a cuja agressão; pelo contrário, aparentou ter tentado, dentro das possibilidades, agir pacificamente diante das provocações da autoridade.

Por outro lado, quando não agiam assim, especialmente os negros, esses papéis e discursos invertiam-se totalmente. Noticiando, em 1893, a intervenção da polícia numa “ruidosa reunião de vagabundos” que ocorria na casa de um “preto velho”, localizada na região designada como Passo dos Negros, percebe-se justamente tal concepção. O jornal anunciava na ocasião que a autoridade que recebera a denúncia do ajuntamento,

[...] mandou uma escolta comandada pelo valente e brioso sargento Joaquim Rodrigues Pereira, da guarda municipal, a fim de pôr termo ao escandaloso fandango.

Logo que ali chegou a força, foi recebido a tiros de revólver e a facção pelos desordeiros, resultando sair ferido como um profundo golpe em uma das nádegas o soldado Daniel Batista de Lima, ordenança do sr. Tenente-coronel Utalis Lupi, delegado de polícia deste termo.

A força portou-se como prudência e energia; porém não conseguiu prender ninguém devido à desordem e algazarra produzidas pelos vagabundos, que eram em número superior a cinquenta.<sup>154</sup>

As caracterizações de “vagabundos” e “desordeiros” conferem um tom pejorativo aquelas pessoas que, além de estarem perturbando a ordem pública, mostraram-se insubmissos à tentativa da polícia de pôr fim à festa. Aqui, porém, o procedimento dos policiais é tomado positivamente pelo redator que destaca as qualidades do sargento e dos soldados mesmo diante do fracasso da operação que protagonizaram. Em situações assim, *A Federação* ia delineando em suas páginas um perfil para o cidadão ideal, que no tocante aos negros, tinha como premissa (entre outras coisas) a submissão e obediência aos ‘brancos’ pertencentes às classes dominantes.

Esse parecer favorável conferido à ação da polícia encontrou eco e justificativa também nas mudanças que o governo republicano realizou na instituição. Ao assumir o poder do Estado, sob a liderança de Júlio de Castilhos, o PRR empreendeu uma verdadeira reorganização policial visando garantir, primordialmente, a ordem pública. Claudia Mauch, ao estudar a polícia e os policiais em Porto Alegre, constatou que pretendiam estes republicanos formar um corpo de agentes “respeitáveis”, dos quais se exigia formalmente “honestidade,

<sup>154</sup> *A Federação*, 20 de janeiro de 1893, p.1.



educação, cordialidade, moralidade e disciplina”<sup>155</sup>. Neste sentido, os meios de recrutamento tiveram que se modificar radicalmente, uma vez que o ingresso no órgão passou a depender, entre outros requisitos, da apresentação de um atestado de conduta fornecido no mais das vezes por cidadãos idôneos, ou seja, de inteira confiança do PRR. Nomes como o de Borges de Medeiros, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, José Montauray de Aguiar Leitão e Octávio Rocha, foram alguns dos que frequentemente apareceram nas fontes da autora<sup>156</sup> indicando e recomendando homens para o recrutamento da designada Polícia Administrativa, responsável pela vigilância e manutenção da ordem pública<sup>157</sup>.

Mesmo diante disso, todavia, ainda encontraram-se publicadas n’ *A Federação* críticas endereçadas à polícia:

A polícia é distraída por bagaceiros, instituição que não tem nada de republicana e que atribuo a uma persistência dos costumes que encravaram na nossa nacionalidade com a nefanda escravidão dos africanos.  
É sabido que grande parte desses praças são homens de cor, uns são verdadeiros criados, outros acompanham os meninos no colégio, outros fazem compras no mercado, etc.  
Nisto há um grande número de praças distraídos<sup>158</sup>.

O trecho citado integra a transcrição do discurso de Barbosa Lima na câmara dos deputados, que fora publicado no jornal do PRR na primeira página. Dele percebe-se que, apesar de todas as reformas e projetos encabeçados por este partido, ainda assim, a polícia enfrentava o *problema* de ser dominada pela população afro-brasileira e seus péssimos hábitos, responsáveis em uma instância pela ineficiência da instituição.

Infelizmente, não foi possível acompanhar n’ *A Federação* este processo de reorganização da polícia ocorrido entre os anos 1896 e 1897, uma vez que não se dispôs das edições do jornal destes anos. De todo modo, apesar da existência de críticas a polícia republicana – como vimos acima – eram os elogios que a folha conferia a tal fato que dominavam suas páginas e enfatizavam, principalmente e justamente, as modificações

<sup>155</sup> MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. 2011. 282 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011, p.98.

<sup>156</sup> A fonte principal utilizada por esta autora foram os registros pessoais dos homens que ingressaram na Polícia Administrativa de Porto Alegre ao longo de sua existência, entre 1896 e 1929. Em especial, ela investigou o documento disposto no Arquivo Histórico de Porto Alegre, denominado “Matrícula Geral do Pessoal da Polícia Administrativa do [...] Posto”, composto por 22 códices. No dito material foram anotados dados dos policiais no momento em que ingressavam na corporação e informações sobre licenças, punições e desligamentos. (MAUCH, 2011, p.92).

<sup>157</sup> A organização policial republicana no Rio Grande do Sul, segundo Cláudia, baseou-se na divisão entre a dita Polícia Administrativa e a Polícia Judiciária, a qual se reservava as atividades de investigação e a repressão ao crime. (MAUCH, 2011, p.35).

<sup>158</sup> *A Federação*, 14 de janeiro de 1903, p.1.

realizadas na composição da instituição. A qual, se em tempos monárquicos era composta por *gente imoral e vadia*; agora era integrada por “funcionários de toda eiva, inteligentes e probos”<sup>159</sup>. Para além deste aspecto, o jornal também verificava uma diminuição progressiva nos índices de delitos, de modo que a partir dos investimentos do PRR na segurança pública e no policiamento, os criminosos não conseguiam mais “escapar da vigilância das autoridades”, banindo, assim, o crime do Estado<sup>160</sup>. E, diante de uma exímia atuação policial, restava-nos a manutenção e a preservação da tão divulgada *ordem*:

[...] raros criminosos conseguem iludir a célere e vigorosa ação policial.  
 Perante o crime desaparecem também todas as vãs distinções sociais.  
 A polícia reta e inflexível, como a própria justiça, com a qual vive estreitamente irmanada, não reconhece outras diferenças entre os delinquentes senão as que provêm do grau de temibilidade que cada um inspira.  
 Em consequência da aplicação de tal critério punitivo, diminuem notavelmente os atentados à ordem social.  
 Em todo o vasto território do Estado a segurança individual é plenamente mantida, ao mesmo tempo em que os ataques à propriedade não mais se reproduzem com o alarmante aspecto de outros tempos.  
 [...] Nenhuma grave perturbação da ordem pública veio, pois, alterar a quieta existência das classes laboriosas.  
 Nas cidades, nos campos, nos centros coloniais, a atividade pacífica desdobra-se com a prodigiosa intensidade que observamos<sup>161</sup>.

Mesmo diante deste discurso tão louvável, seguiram sendo noticiados no jornal os casos caracterizados como *desordem* – conforme o gráfico 1 - e transgressões de todos os tipos. Como vimos, antes do alojamento do PRR no governo, o policiamento era caracterizado como ineficiente; após este fato, tão embora as desordens no espaço público não tenham cessado, elas passaram, no entanto, a ser combatidas por meio da afinçada vigilância que teria sido imposta pelo governo republicano.

A *ordem* talvez até fosse mantida por meio desse aparato repressivo, o que falhavam eram as tentativas de *moralização* da sociedade, especialmente sobre aqueles setores pobres que, segundo o pensamento das elites, tendiam facilmente a levar uma vida desregrada. Corroboram para esta análise os dados dispostos nos relatórios do então intendente de Porto Alegre, publicados n’ *A Federação* nos anos de 1900, 1902 e 1903. Reproduziu-se os dados que integravam os “Quadros dos serviços prestados pela Polícia Administrativa” referentes a

<sup>159</sup> *A Federação*, 05 de dezembro de 1899, p.1.

Mesmo sem conseguir precisar, Claudia Mauch identificou a existência de muitos policiais não brancos que integraram a instituição no período em que o PRR esteve à frente do governo gaúcho. Segundo a autora, as referências a policiais negros e pardos apareceram de forma muito fragmentada nas fontes, por vezes tinham sua cor identificada em depoimentos prestados em inquéritos administrativos, relatórios da polícia judiciária e registros de ocorrências, ou ainda sua cor foi em algum conflito utilizada como ofensa e fator depreciativo de sua autoridade. (MAUCH, 2011, p.120).

<sup>160</sup> *A Federação*, 13 de agosto de 1902, p.1.

<sup>161</sup> *A Federação* 23 de setembro de 1899, p.1.

esses anos, nos quais se discriminava por nacionalidades as ocorrências de prisões e seus respectivos motivos<sup>162</sup>.

Tabela 4: Quadro dos serviços prestados pela Polícia Administrativa dos anos de 1900, 1902, 1903.

Causas da detenção	Nacionalidades					
	Brasileiros	Italianos	Alemães	Polacos	Portugueses	Outras nacionalidades
<b>Desordem</b>	5267	364	186	69	46	200
<b>Embriaguez</b>	1419	142	113	20	22	81
<b>Idem e desordem</b>	427	29	27	26	04	09
<b>Furto</b>	365	10	08	9	02	11
<b>Roubo</b>	24	-	01	-	-	01
<b>Ferimentos</b>	128	20	6	-	03	07
<b>Desordem e ofensas à moral</b>	43	03	01	-	-	-
<b>Homicídio</b>	07	01	01	-	-	01
<b>Desobediência</b>	21	06	01	02	01	02
<b>Uso de armas proibidas</b>	01	01	01	-	-	-
<b>Alienados</b>	39	04	04	-	-	03
<b>Ofensas à moral</b>	293	20	22	02	07	12
<b>Outros crimes</b>	555	32	25	08	05	35
<b>Total</b>	8589	632	396	136	90	362

Fonte: Edições d' *A Federação* dos dias 30/10/1900 p.2; 24/10/1902 p.2; 27/10/1902 p.3.

As prisões por desordem mostrou-se como a causa que mais gerava detenções naqueles anos, tendo os designados como “brasileiros” seus mais numerosos protagonistas, categoria generalizada na qual certamente se encontram alocados aqueles de origem africana. Apesar de os estereótipos racistas da época tenderem a caracterizar os imigrantes europeus como laboriosos e sóbrios, percebeu-se (dada sua expressiva presença nos índices de detenções<sup>163</sup>) que eles também despertavam a preocupação da polícia e igualmente do jornal em questão, que os considerava – às vezes tanto quanto os negros – gente perigosa:

<sup>162</sup> Para fins didáticos, somou-se os dados dispostos nos três quadros encontrados e os alocou-se na Tabela 4.

<sup>163</sup> Conforme Marcus Vinicius, a formação de pequenas propriedades produtivas no interior (decorrente das políticas imigrantistas) implicava na comercialização da produção na cidade e, logo, na forte presença de comerciantes e artesãos europeus na mesma. Para este autor, as características da imigração e da colonização no Rio Grande do Sul, baseadas na importação de mão de obra europeia e na distribuição de lotes de terras, tendiam a permitir aos imigrantes certos níveis de independência em relação ao domínio senhorial. Independência esta que se expressava frequentemente na mobilidade geográfica, no abandono dos lotes concedidos pelo Estado e no então deslocamento para as cidades ROSA, Marcos Vinicius de Freitas. Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). 2014. Tese

Recomendamos ao dr. Chefe de polícia uns célebres vagabundos que, tomando por ponto de reunião uma tasca à rua da Floresta [atual avenida Cristóvão Colombo], vivem a provocar os transeuntes, não raras vezes assaltando-os para roubar.

*Força bruta*, português, e *João Campetto*, crioulo, que já cumpriu sentença, são os chefes da malta.

São perigosos esses indivíduos e estão de há muito reclamando os cuidados da polícia.<sup>164</sup>

Na ocasião, *A Federação* chamava atenção das autoridades competentes para os furtos que andavam protagonizando o ‘português’ e o ‘crioulo’, ao que tudo indica, mancomunados. O periodista põe os dois numa mesma categoria, designando ambos como ‘vagabundos’ e ‘perigosos’<sup>165</sup>.

Os dados anteriores foram impressos no jornal do PRR, mas não foram, no entanto, produzidos por seus membros. De qualquer forma, contrastando com aqueles outros dados que se dispôs no Gráfico 1, percebe-se – ao atentar aos índices referentes às *desordens* que foram publicadas com ou sem indicativos de cor designando seus protagonistas – algumas aproximações. Do gráfico é possível observar maior expressão naquelas edições que não identificavam a cor dos desordeiros, enquanto que nos quadros do intendente os negros estão perdidos na heterogênea categoria “brasileiros”, o que nos impede de precisar se constituíam ou não a maioria ali. Desta leitura, leva-se a deduzir que se realmente os negros eram os que mais despertavam a preocupação das elites, no entanto, não era comum aparecerem *visibilizados* em ocorrências de *desordem* - pelo menos naquelas explicitamente designadas assim pelo jornal *A Federação*.

Os resultados do Gráfico 1 também indicam uma progressiva e significativa diminuição de edições em que havia a referência à cor do indivíduo identificado como “desordeiros”. A partir de 1889, então, foram praticamente nulos tais indicativos. Diante desta circunstância, seria possível valer-se da máxima proposta por Hebe Mattos de que à medida que a escravidão ia sendo extinta a cor teria gradualmente sumido, ou melhor, se silenciado nos documentos oficiais. A autora, pesquisando na documentação policial do sudeste paulista,

(Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2014, p.96.

<sup>164</sup> *A Federação*, 07 de janeiro de 1886, p.2.

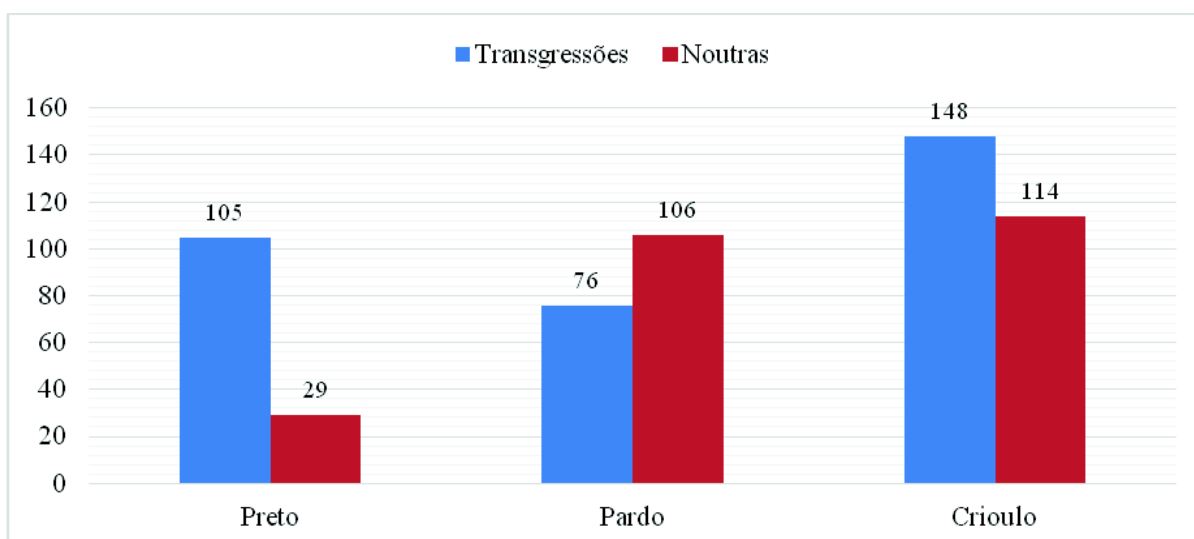
<sup>165</sup> Obviamente que a convivência entre brancos europeus e negros nos espaços urbanos da capital gaúcha e das demais regiões do país, durante o pós-abolição, deu-se permeada por conflitos e tensões de ordem racial. Alguns trabalhos sobre as relações entre negros e brancos no pós-abolição podem ser encontrados em: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001. MONSMA, Karl. *Imigração e Violência Racial: italianos e negros no oeste paulista, 1888-1914*. *Impulso*. V.15, Piracicaba, 2004, p.49-60. ROSA, Marcos Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2014.

acredita que este fato referenciava a crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres – lugar, por sua vez, não mais de monopólio dos brancos<sup>166</sup>. No entanto, as conclusões de Mattos não são completamente aplicáveis às circunstâncias identificadas neste trabalho, aliás, a situação é bem diversa da constatada por ela.

### 3.4 Dos usos e sentidos da cor e da raça

Se os negros não pareceram se destacar no jornal pelo envolvimento em *desordens*, por outro lado não deixaram de ser considerados e representados pelos periodistas como elementos perigosos para a sociedade. E, é nos cenários de violência que justamente se encontraram frequentemente *visíveis* nas páginas d' *A Federação* - conforme o gráfico abaixo nos permitirá visualizar e em sequência analisar. Para a construção do mesmo, foram utilizadas as ocorrências em que os indivíduos puderam ser identificados no jornal por algumas terminologias indicativas de cor e raça mais usuais naqueles tempos – preto, pardo e crioulo. Preocupou-se em discernir os contextos em que o acionamento destas categorias se dava, isto é, basicamente se em situações de contravenção, para identificar o protagonista da ação, ou noutras de quaisquer naturezas.

Gráfico 2: O acionamento das classificações de cor e raça.



Fonte: Edições do jornal *A Federação*. Elaboração própria.

De uma leitura geral do gráfico é possível observar que o emprego das categorias “preto” e “crioulo” apresentou-se de forma mais expressiva nos casos em que seu acionamento teve por objetivo designar os infratores n’ *A Federação*, especialmente o

<sup>166</sup> MATTOS, 2013, p.107.

“preto”, que manifestou estes índices bem mais elevados quando comparados com a outra categoria. Por outro lado, “pardo” e “crioulo” apresentaram de modo geral índices mais elevados e equilibrados, mostrando-nos a existência de um leque de usos e significados disponíveis para os redatores. Adensa-se, agora, esta leitura e as representações mais frequentes que se desprenderam dela<sup>167</sup>.

Uma boa parte das notícias que informava os envolvidos como “pretos”, “pardos” ou “crioulos” acabava fornecendo ao público leitor do jornal do PRR representações depreciativas acerca do ser negro, uma vez que estabeleciam ligação explícita e direta entre cor e/ou raça e criminalidade. Claro que isso não significava (obviamente) que os brancos também não cometessem transgressões - já constatou-se que tanto quanto os negros eles eram alvos de vigilância e detenções -, porém, a citação da cor só parecia ser realmente necessária quando se tratavam de indivíduos “de cor”, ou seja, não-brancos. Esta perspectiva fica facilmente identificável nas notícias em que se encontravam envolvidos numa mesma circunstância indivíduos afro-brasileiros *visíveis* e indivíduos que, devida ausência de qualquer terminologia racial, supôs tratem-se de brancos.

Para melhor adensar tais perspectivas, transcreveu-se a seguinte notícia divulgada em abril de 1900:

Cerca de 3 ½ horas da tarde hoje, achava-se na praça das carretas, no Campo da Redenção, junto ao seu veículo, o *carreteiro José Gonçalves da Rosa*, de Gravataí, quando ali se apresentou *Milibio Manoel Silverio, de cor preta*, que, à viva força, queria acompanhar no mate a Rosa.

Este não esteve por isso e negou-se a satisfazer o importuno.

O *preto*, então, vibrou-lhe uma cacetada.

*Rosa*, tomando de um facão, saiu em perseguição do seu ofensor, alcançando-o e fazendo-o, com o facão, um ferimento no pulso.

O ferido foi conduzido para o hospital Santa Casa de Misericórdia e José Gonçalves recolhido ao 2º posto policial, na Azenha.<sup>168</sup>

Fica evidente na narração do episódio que houve agressão física por parte dos dois mencionados - José e Milibio -, contudo, o redator do informe traça diferenças determinantes entre eles. De imediato já se percebe que somente um deles tem a cor identificada ali, de modo que o outro, certamente um ‘branco’, é identificado por seu ofício de “carreteiro”. Adiante, ao referir-se novamente a eles, o periodista refere-se ao ‘branco’ respeitosamente

<sup>167</sup> Sobre as formas *racializadas* com que eram mencionadas as mulheres negras nas fontes policiais, no Rio de Janeiro, ver: PEREIRA, Cristiana Schettini. *Que Tenhas Teu Corpo: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2002; SANTIAGO, Silvana Santiago. *Tal Conceição, Conceição de Tal*. Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2006.

<sup>168</sup> *A Federação*, 04 de fevereiro de 1901, p.2.

pelo sobrenome, Rosa; enquanto o outro tem novamente sua cor acionada para esta função, chamado, assim, de “preto”. Outro ponto a ressaltar é o fato de que o ferimento causado por José no pulso de Milibio pareceu perfeitamente justificável (para não dizer correto) para o periodista, uma vez que o *trabalhador*, num momento de descanso, foi deveras importunado e ainda agredido pelo “preto” que insistentemente solicitava compartilhar de seu mate. Talvez mesmo sem enunciarem tal opinião, os periodistas considerassem justo que o *carreteiro* não compartilhasse o mate com um *preto*, já que aquele ritual estava reservado aos iguais, e tal igualdade era fortemente alicerçada em critérios sócio-raciais.

Não raras foram as vezes em se deparou com o periódico construindo discursos assim, que pareciam amenizar as contravenções dos ‘brancos’ quando em situações envolvendo afro-brasileiros na posição de vítimas. Isso, pois parecia ser papel daqueles - mais civilizados por natureza – controlar a qualquer preço os maus instintos inerentes dos outros.

Segunda-feira da semana passada, na picada Dois Irmãos, município de São Leopoldo, deu-se um fato desagradável de que resultou a morte de um *preto, peão* do sr. João Blauth.

A esposa deste, achando-se na cozinha teve que ralar com o *negro*, que replicou ameaçando agredi-la.

Neste momento, acode João Blauth que, vendo a atitude ameaçadora do *atrevido peão*, puxou da pistola que trazia, dando-lhe um certo tiro que o postou morto.

Blauth participou, depois, o fato às autoridades de São Leopoldo que deram as necessárias providências.<sup>169</sup>

Se o comportamento agressivo do “preto peão” perante a esposa de seu patrão pode ser tomado como um comportamento condenável, sem dúvidas o assassinato deste homem por seu patrão o supera, tendo em vista a gravidade do ato. No entanto, o jornal não deixou claro quais foram as sanções impostas ao assassino, deliberando vagamente que se tomaram as “necessárias providências”. Confluem também para nossas concepções as qualidades que são atribuídas ao “preto” em questão e que, então, figuram como uma espécie de justificativa para a ação desmedida de João: o empregado era um “atrevido” que tivera uma “atitude ameaçadora”. Da mesma notícia é possível observar ainda, que dos três personagens citados na narrativa, somente o ‘branco’ teve o nome mencionado e inclusive devidamente antecedido pelo tratamento “sr.”; enquanto que o empregado fora identificado simplesmente por sua cor. Deixava-se, deste modo, bastante claro os papéis que cada um ocupara naquela narrativa e naquela sociedade.

Na realidade, eram bastante frequentes ocorrências afins que simplesmente substituíam o nome dos indivíduos por sua cor, como uma forma de demarcar justamente a

<sup>169</sup> *A Federação*, 20 de julho de 1903, p.2.

posição subalterna que ocupavam socialmente. Havia casos em que se sucedia somente a omissão do sobrenome do indivíduo cuja cor era destacada. Em 1886, por exemplo, ao noticiarem “uma troca de palavras” – como escreveu o redator – de onde se originou uma agressão, todos os envolvidos foram tratados por “sr.” tendo o nome completo redigido – sr. Manoel José de Castro, Sr. João Quine e sr. Pedro Lopes – com exceção de “um mulato de nome Joaquim<sup>170</sup>”. Neste caso, o emprego do artigo indefinido “um” acentuou ainda mais o tom aviltante na caracterização daquele que, diga-se de passagem, nem havia sido o autor da agressão narrada. A omissão do sobrenome também poderia servir para estampar a marca do cativo, noutras palavras, era frequente designar os escravos somente pelo primeiro nome, desprezando a sua genealogia.

Reproduz-se mais uma situação que nos auxilia a refletir sobre os usos e significados dado à cor e à raça pelos periodistas d’ *A Federação*:

Hoje, às 8 horas da manhã, Antonio José de Faria, proprietário de carroças do tráfego, morador à Rua da Floresta no 3 D, acompanhado de seu empregado de nome Antonio Felipe, apresentou ao subintendente tenente-coronel Pereira da Cunha, queixando-se de que, na *Colônia Africana*, João Bento, preto e vagabundo havia vibrado uma punhalada abaixo da costela do lado direito dele, Faria. Verificando a existência do ferimento, que não é grave, aquela autoridade mandou medicar o ofendido no hospital de Misericórdia. O agressor evadiu-se deixando um cavalo encilhado.<sup>171</sup>

Para além das referências explícitas entre cor, vadiagem e violência e entre trabalho e ausência/invisibilidade de cor, neste caso, é de se considerar o fato do ocorrido ter se dado na região da Colônia Africana<sup>172</sup>, um dos bairros do 3º distrito de Porto Alegre - onde também residia nossa vítima da vez. Este local, como seu próprio nome sugere, abrangia naquela época uma significativa presença de negros que havia se concentrado ali durante os momentos

<sup>170</sup> *A Federação*, 25 de abril de 1884, p.1.

O termo mulato, conforme já constatado historiograficamente, não servia apenas designar vestígio de miscigenação - filho de branco com negra ou de negro com branca -, mas também para designar posições sociais daqueles afro-brasileiros que experimentaram de certa ascensão. Sobre isso, ver: MARQUES, Leticia Rosa. Entre cor e hierarquia: apontamentos sobre a ascensão social de mulatos e a carreira militar no Brasil da primeira metade do século XIX. *Estudios Historicos*, Uruguai, n.11, , p.1-16, dez. 2013; SPITZER, Leo. Vidas de Entremeio. Assimilação e marginalização na Austria, no Brasil e na Africa Ocidental 1780-1945. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001; VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*: As irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

Sublinha-se que o emprego desta classificação n’ *A Federação* aparece de forma muito inexpressiva, de modo que não possibilitou identificar os significados que os redatores atribuíam.

<sup>171</sup> *A Federação*, 15 de junho de 1895, p.2.

<sup>172</sup> Seguiu-se constatando a ocorrência de crimes na região da Colônia África, excepcionalmente protagonizadas por negros. Por conta disso, a representação que salta d’ *A Federação* acerca da região é que se tratava de um lugar onde imperava a insegurança, justificada pela alta concentração de habitantes afro-brasileiros. Tal perspectiva pode ser endossada com as publicações deste periódico dos dias: 01/04/1895 p.2; 15/06/1895 p.2; 10/10/1895 p.2; 02/12/1895 p.2; 13/02/1901 p.2.



finais de desmontagem do escravismo<sup>173</sup>. Diante disso, pareceu-nos que Antônio gozava de uma situação socioeconômica confortável, visto que era proprietário de carroças e andava com um empregado a *tiracolo*. Portanto, nada impedia de tratar-se ele de um negro que perderá o estigma da cor (ou *invisibilizado* que seja) devido à ascensão que experimentara, ou seja, a posição social que ocupara<sup>174</sup>.

Fato demasiadamente semelhante pode ser observado numa edição d' *A Federação* publicada em meados de junho de 1895:

A parda Justina e a crioula Josephina na Colônia Africana ocupavam uns casebres, que tiveram ordem judicial de desocupar.

Não se conformando, porém, com o mandado de despejo, as rebeldes raparigas ameaçaram deitar fogo aos casebres, nas barbas do respectivo proprietário, o cidadão Manoel Henrique de Oliveira.

E dito e feito. Cumpriram: a ordem de despejo e, esta manhã deitaram fogo aos casebres, um dos quais estavam já ocupado por um novo inquilino<sup>175</sup>.

Novamente por conta do local onde se dera o delito narrado e das qualidades que se vinculam aos indivíduos somos levados a suspeitar da 'branquitude' daquele cuja cor não é mencionada<sup>176</sup>. Se assim for, reforça-se o vínculo estabelecido entre *invisibilidade* da cor e condição socioeconômica, uma vez que o proprietário dos casebres foi denominado como 'cidadão' enquanto suas inquilinas como 'parda' e 'crioula'.

Desta mesma notícia, pode-se perceber o uso do qualificativo 'cidadão' para identificar a vítima das afro-brasileiras, que, por sua vez, foram tachadas como rebeldes e insubmissas. Deve-se sublinhar que se buscou entender o que o PRR julgava necessário para

<sup>173</sup> Conforme Marcus Vinicius a razão para isso deve-se ao fato de que habitavam a dita região famílias proprietárias de escravos que diante deste processo cuidaram de atender às reivindicações dos libertos de acesso a terra e ao casamento visando garantir sua fixação geográfica e evitando fugas. (ROSA, 2014, p.169),

<sup>174</sup> Conforme constatou Tarcisio Botelho (2004: p.98) ao estudar a documentação referente aos indivíduos que contraíram matrimônio em Minas Gerais ao longo do século XIX, a declaração da cor era muitas vezes influenciada pela posição social da pessoa. Fato que, por sua vez, implicava em variações no sentido de que se podia encontrar um indivíduo classificado como pardo que, alguns anos depois, apareceria como branco. (BOTELHO, Tarcisio R. Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: *ABEP – XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004 (CD Room)).

<sup>175</sup> *A Federação*, 23 de abril de 1895, p.2.

<sup>176</sup> Segundo Liv Sovik, a branquitude integra uma ficção, um discurso identitário pouco explícito, mas que não por isso é menos poderoso. Seu estudo tem por interesse entender como os valores que o definem, por tanto tempo passaram despercebidos. (SOVIK, Liv. Aqui ninguém branco: hegemonia branca e media no Brasil. In V. Ware (Org.), *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro, 2004, p. 383-384) Lia Shcuman ao estudar também a branquitude, identificou que as fronteiras e distinções internas que hierarquizam os brancos se dão por meio de marcadores sociais, como classe social, gênero, origem, regionalidade e fenótipo. Neste sentido a invisibilidade seria uma dessas, uma vez que os próprios sujeitos brancos tomam sua brancura como algo "natural" e "normal"; em contrapartida, os não brancos são aqueles que têm a visibilidade da raça. (SHUCMAN, Lia. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em psicologia) - Instituto de psicologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012, p. 24).

reconhecer a cidadania dos negros. E, da análise das edições de seu órgão de propaganda, percebeu-se a existência de uma repulsa entre *cor*, *raça* e *cidadania*, de modo que a visibilidade da primeira ou da segunda, excluía o reconhecimento da terceira. Noutros termos, não se verificou em nenhuma circunstância os periodistas servirem-se do atributo ‘cidadão’ para designar ou referenciar um indivíduo cuja cor estivesse também mencionada, mesmo quando se tratavam de vítimas. Por outro lado, o mesmo não se aplicava aos ‘brancos’, uma vez que mesmo quando eram eles os contraventores, ainda sim podiam ser qualificados como ‘cidadãos’:

O cidadão Luiz Gomes de Andrade, comunicou ao subintendente do 3º distrito, capitão, Fernando Travassos, de que um crioulo de nome Silva, tendo insultado a mãe do comandante, este repreendeu-o; nessa ocasião Silva arranca de uma faca e investe contra Andrade que, em sua própria defesa, quebrou a cabeça do crioulo.<sup>177</sup>

Fica expressa que a atitude do ‘cidadão’ em relação ao ‘crioulo’ justificou-se, uma vez que o último é quem teria iniciado a rusga com o primeiro. Ademais, Silva mostrara-se insubmisso à repreensão de Luiz Gomes, quem apenas havia se defendido das investidas do “crioulo”. É como já constatado noutros momentos do capítulo, os “negros” deviam obediência aos “brancos”. Neste sentido, independente das circunstâncias em que ocorriam os conflitos entre eles, o ‘branco’ contraventor é geralmente tratado com respeito pelo jornal – qualificado como ‘cidadão’ ou como ‘sr.’ – e sem sofrer qualquer condenação moral por parte do mesmo.

Parecia, assim, que ao contrário dos brancos, os negros tinham que se esforçar para serem reconhecidamente cidadãos. Ou melhor, tinham eles que respeitar as linhas mestras do projeto republicano de cidadania que se delineava nas páginas d’ *A Federação*, cujos requisitos – como se vem demonstrando - era trabalho, obediência e submissão. Aquele que por qualquer motivo não os atendesse, não estava à altura do exercício da cidadania e tampouco merecia perder o estigma da cor que acabava, em muitos casos, acionando o passado escravo. Ao lado disso, havia também os critérios raciais que eram acionados nessas representações estereotipadas e pejorativas dos afro-brasileiros formulados pelo jornal do PRR.

O caso da classificação como “crioulo” - termo que servia para indicar aqueles nascidos no país e cuja descendência era africana, excepcionalmente escravos ou forros recentes<sup>178</sup> (fato que explica as pouquíssimas senão nulas incidências do termo a partir de meados da década de 1890) – adquiriu contornos bastante semelhantes aos principais usos que

<sup>177</sup> *A Federação*, 12 de dezembro de 1895, p.2.

<sup>178</sup> MATTOS, 2013, p.42.

se identificam para “preto”. Constatação que, por sua vez, endossa ainda mais o argumento de que a visibilização dos negros n’ *A Federação* ocorria em grande medida associada à criminalidade e demais comportamentos condenáveis pelo jornal. Casos, por exemplo, do “crioulo Galdino” que “atravessou com uma facada o braço esquerdo de Ribeiro, cortando-lhe a artéria<sup>179</sup>”; ou do “crioulo Porfirio” que igualmente com faca feriu sua amasia, a também “crioula” Maria Gervasia<sup>180</sup>, e ainda o “crioulo Gabriel” que com uma espingarda matou “um menor de quatro anos, bem como um irmão deste”<sup>181</sup>.

Ao lado disso, constatou-se que mais do que aos pretos, recaía sobre os crioulos o mal da malandragem que os envergava ainda mais a levar uma vida desregrada. Conforme se pode vislumbrar nas notícias reproduzidas abaixo:

Isidoro Três, morador na Colônia Africana, à Rua Castro Alves, nº8, chamou um crioulo de nome Julio de tal para servir de servente em um conserto que mandou fazer em sua casa.

O tal Julio, porém, não era nenhum trabalhador, como o supunha quem o chamou: era, sim, um *espertalhão*, um *gatuno*.

Logo de chegada foi pedindo dinheiro adiantado.

Satisfeito, azulou em seguida, carregando com um casaco, relógio e carteira pertencentes a Isidoro.

Anda a procura do Julio de tal, para ajuste de contas, a autoridade policial do 5ª distrito.<sup>182</sup>

A crioula Maria Joaquina fez ontem uma *falcatrua* na casa de Albino Lourenço Cataneo, que reside à rua Dr. Timotheo, no arraial de S. Manoel e dá comida para fora.

Indo ali pedir um bocado de açúcar, e percebendo, na ocasião, que este guardava uma regular quantia, papel-moeda, em uma gaveta e entre folhas de um livro, deu um plano para apoderar-se do dinheiro.

[..] Desse furto recebeu queixa o subintendente capitão Fernando Travassos, que fez prender a crioula, e trata de obter dela a confissão do paradeiro dos 175\$600 de Cataneo, que é quanto atinge a soma roubada.<sup>183</sup>

Tanto o “crioulo” “Julio de tal” como a “crioula” “Maria Joaquina” parecem ter se aproveitado de momentos de confiança dados pelos (prováveis) ‘brancos’ para ludibriá-los, furtando-lhes seus pertences e dinheiro. No primeiro caso, o jornal foi ainda mais incisivo ao designar o contraventor, qualificando como “espertalhão” e “gatuno”. Qualidades estas, principalmente a segunda delas, que várias vezes apareceram vinculadas a “crioulo”. Isso, pois a *visibilização* destes deu-se expressivamente em notícias, a exemplos dessas citadas anteriormente e da próxima a ser mencionada, que os informava como protagonistas de furtos:

<sup>179</sup> *A Federação*, 04 de novembro de 1885, p.2

<sup>180</sup> *A Federação*, 04 março de 1895, p.2.

<sup>181</sup> *A Federação*, 01 de junho de 1886, p.1.

<sup>182</sup> *A Federação*, 08 de novembro de 1895, p.2. (Grifos nossos).

<sup>183</sup> *A Federação*, 06 de maio de 1895, p.2. (Grifos nossos).

Ontem, das 11 horas para o meio dia, aproveitando-se da ausência dos inquilinos de uma casa situada no interior de um terreno com portão para a rua, junto ao prédio do industrialista Birnfield, no Caminho Novo, e habitada pelos cidadãos Jacob Guilherme Schemiol e Carlos Garthoff, o crioulo Antonio Alves Maria, arrombou uma parede por baixo do peitoril de uma janela e penetrando na habitação, furtou toda a roupa daqueles cidadãos.

[...] Dentro do bolso de um casaco tinha um daqueles srs. a quantia de 450\$000, além de um cupom de bonds(?) e mais 24\$000 no bolso de um colete.

O gatuno já resistiu às suas vítimas os objetos e dinheiro roubado.<sup>184</sup>

Destacava-se com informes do tipo, ainda que implicitamente, a aversão destes indivíduos ao trabalho, na medida em que eram representados como adeptos de hábitos que os pudesse proporcionar *vida fácil* – características que certamente encontram eco no efeito funesto que a escravidão exercera sobre eles.

Os republicanos d' *A Federação* pareciam ter consciência da carga negativa que carregava o termo “crioulo” naquela sociedade, e de mão disso, não gostavam quando o mesmo era empregado para designar *sua gente*. Uma situação envolvendo um membro do jornal, Joaquim Pitta, nos permite observar justamente isso:

O cidadão Joaquim Pitta, um dos impressores desta folha, foi ontem mesmo posto em liberdade e intimado para comparecer de novo à presença do chefe de polícia, segunda-feira próxima.

Noticiando a prisão desse cidadão, que está no pleno gozo dos seus direitos políticos, o órgão oficial do governicho chama-o desafortadamente – o crioulo Joaquim Pitta.

O tratamento, sobre ser descortês, pode provocar represálias bem desagradáveis.<sup>185</sup>

Ao assumir cumplicidade com o colega Joaquim Pitta, que fora qualificado de “crioulo” por parte de opositores políticos do PRR, fica claro que uma coisa era o próprio jornal identificando à revelia os malfeitores como “crioulos”; outra bem diferente era alguém de fora designando *um dos seus* deste modo. Logo, é nítida a maleabilidade que caracterizava o uso das categorias de cor e raça naquela sociedade, uma vez que estavam sujeitas à variação de pontos de vistas (influenciadas sobremaneira por querelas políticas), da ocupação de lugares sociais e de motivações étnico-raciais.

Embora os usos mais expressivos para “preto” e “crioulo” n' *A Federação* fossem o de identificar a cor daqueles que infringiam a lei, a análise qualitativa das edições nos permitiu perceber que também era comum identificar assim aqueles que eram vítimas. Caso, por exemplo, do “preto” Joaquim que morreu devido a um acidente causado pelo companheiro de serviço, o “trabalhador João Costa”, que ao manusear uma espingarda atingiu-o<sup>186</sup>. Ou, do

<sup>184</sup> *A Federação*, 18 de abril de 1895, p.2.

<sup>185</sup> *A Federação*, 20 de fevereiro de 1892, p.1.

<sup>186</sup> *A Federação*, 07 de março de 1895, p.1.

“crioulo Domingos” que foi gravemente ferido por Zaferino<sup>187</sup>. De mais a mais, parece mesmo que a seção policial era a opção preferencial para se *visibilizar* os indivíduos afro-brasileiros.

Por mais que os sentidos negativos atribuídos às classificações que tendiam a associar seus expoentes à criminalidade mostrassem-se mais aparentes e expressivos; não são eles, todavia, os únicos que se descolam das páginas d’ *A Federação*. Ainda mais, tendo-se em vista todas as discordâncias entre os republicanos integrantes desta folha que se vem ressaltando ao longo deste capítulo e que refletiam em discursos e representações nada unívocos sobre os negros. Neste sentido, percebeu-se que nem sempre a *visibilidade* da cor vinculava-se a comportamentos condenáveis e tampouco toda vez cabia aos afro-brasileiros ascendentes à *invisibilidade*. Um bom exemplo para essa assertiva é o caso da nota que anuncia com entusiasmo a vinda de Frederico Lucas - “preto legendário”<sup>188</sup> - à América do Sul e especialmente ao Brasil. Tal individualidade, nas palavras do jornal, por meio da “gratidão de seus compatriotas” havia elevado “ao senado dos Estados Unidos”<sup>189</sup>. Ou, ainda, na divulgação da morte de um paulista “velho preto mina”, “conhecido pela alcunha de Mestre Lucas”, que deixara à sua mulher uma “fortuna de cerca de duzentos contos” e uma fazenda “onde faziam roças e plantações”, ademais se frisava que o dito falecido “não regateava dinheiro para libertar cativos e neste ponto de vista era sempre procurado pelos abolicionistas daquela cidade”<sup>190</sup>. E, ainda para destacar personalidades regionais:

Faleceu no dia 07 de fevereiro deste ano, na fazenda do Chrystal, em casa do cidadão Joaquim Gonçalves da Silva, o ex-clarim mor do exército republicano rio-grandense, que serviu de corneta efetivo Bento Gonçalves.

Ribeiro tinha servido na campanha de 1825, como praça do 4º regimento de cavalaria da 1ª linha, e quando apareceu a gloriosa revolução de 35, acompanhou o general Bento Gonçalves até o dia da capitulação da Ilha do Fanfa.

Quando Bento Gonçalves regressou à província, Antônio Ribeiro apresentou-se novamente seu general e dali por diante foi sempre o seu corneta efetivo.

Ribeiro, homem de cor parda, era muito morigerado e destemido soldado.<sup>191</sup>

Nos exemplos citados a cor dos indivíduos não foi visibilizada em contextos de violência, tampouco vinculada a outros comportamentos condenáveis, na realidade, a ela acompanhavam características que engrandeciam os citados afro-brasileiros também diferenciando-os da massa.

<sup>187</sup> *A Federação*, 04 de dezembro de 1884, p.1.

<sup>188</sup> *A Federação*, 11 de junho de 1887, p.2.

<sup>189</sup> *A Federação*, 11 de junho de 1887, p.2.

<sup>190</sup> *A Federação*, 22 de junho de 1887, p.1.

<sup>191</sup> *A Federação*, 03 de março de 1887, p.1.

Deve-se sublinhar, todavia, que especificamente os indicadores, “preto” e “pardo”, não unicamente serviam naquela época para identificar a cor de uma pessoa, na realidade suas atribuições ficavam à mercê de pontos de vistas e de circunstâncias específicas, de modo a comportar diferentes significados e exercer a função essencial de demarcar distintos lugares sociais entre os negros. “Preto”, segundo Hebe Mattos, referia-se diretamente à condição escrava atual ou passada (forro) do indivíduo; enquanto que “pardo”, apesar de também funcionar como marca do recém-liberto e assinalamento de mestiçagem, figurava mais recorrente como uma forma de diferenciação social para aqueles que gozavam de condições socioeconômicas mais confortáveis<sup>192</sup>.

Nem sempre estas variantes de significados para os pardos puderam ser observadas na fonte, pois, só se contava com as informações disponibilizadas pelos próprios periodistas. De qualquer forma, em alguns casos as discrepâncias que poderiam existir entre as classificações “preto” e “pardo” ficaram perfeitamente evidentes, como, por exemplo, neste informe: “Comunicam ao Jornal que, na Barra, distrito das Pedras Brancas, foi há dias assassinado o *preto* Paulino, *escravo* de Faustino de Souza Feijó/ O criminoso, o *pardo livre* João Generoso, foi preso em flagrante”<sup>193</sup>. Ou ainda, neste outro: “na tarde de 14 do corrente, no 2º distrito deste termo, o *pardo* Estevão, de 19 anos de idade, assassinou em facada, seu irmão Claudino, *ex-escravo* do sr. Firmino Lopes de Souza”<sup>194</sup>. No primeiro caso, o jornal fornece, acompanhando os indicativos de cor, os seus devidos lugares sociais do “preto” e do “pardo”, respectivamente escravo e livre; enquanto que no outro exemplo, identifica o primeiro como “pardo” levando-nos a inferir que se tratava de um livre, enquanto que o segundo é classificado como “ex-escravo”.

Nem sempre, reitera-se, era possível perceber estes significados, pois não existia uma fórmula exata para o emprego destas qualidades (cor/origem) no referido jornal. Na realidade, mostrou-se bastante difícil precisar quais os reais significado atribuídos pelos articulistas, especialmente, ao designativo ‘pardo’. Observa-se, por exemplo, a publicação d’ *A Federação* transcrita abaixo:

O cidadão José Candido de Oliveira, jornaleiro, e d. Maria Leopoldina da Silva, sua esposa, tiveram o infortuno de perder sua filha Elvira, parda, de 4 anos de idade, de um modo profundamente aflito e comovedor.

Ontem, cerca das 7 horas da noite, a desditosa criança, que se achava na cozinha com sua mãe, ao afastar-se esta para outro compartimento da casa, aproximou-se de

<sup>192</sup> MATTOS, 2013: p.102-103.

<sup>193</sup> *A Federação*, 30 de abril de 1884, p.2. (Grifos nosso).

<sup>194</sup> *A Federação*, 28 de junho de 1890, p.1. (Grifos nossos).

tal modo do fogo, que este se comunicou às vestes de Elvira, incendiando-as rapidamente<sup>195</sup>.

Para além da tragédia narrada, é possível perceber que somente a filha do casal, Elvira, está visibilizada para nós e é o que permite perceber que seus pais obviamente deveriam tratar-se de afro-brasileiros. Sem esta dica e tendo em vista que o casal é identificado como “cidadão” e “dona”, acredita-se que se trataria de indivíduos de cor ‘branca’. De qualquer forma é difícil precisar o porquê da *invisibilidade* dos pais e a *visibilidade* da filha, talvez se deva ao lugar social que José e Maria ocupavam (o qual não se tem informações para precisar); ou talvez tenha sido pelo fato de não estar envolvido qualquer comportamento condenável que impulsionasse o vínculo a cor e sendo o acionamento da mesma, no caso da falecida, algo meramente informativo, uma vez que era de praxe a cor ser citada nos registros de óbito publicados no jornal.

Percebe-se que das três terminologias pesquisadas (preto, pardo e crioulo), a que menos era utilizada com sentido pejorativo (embora também ocorresse) era “pardo”. Além dos exemplos já colocados, enfatiza-se outros que corroboram para esta análise:

Ao contrário do que geralmente acontece, atenta à índole pacífica de nosso povo, a ordem pública foi hoje perturbada no arraial dos Navegantes por uma cena de sangue.

As 6 ½ horas da manhã, um polaco cujo nome não nos foi possível saber deu uma facada no pardo Domingos Ventura dos Santos, de 26 anos de idade e de profissão carroceiro.<sup>196</sup>

O dr. Aurélio Junior, juiz da provedoria, abria sábado último o testamento com que faleceu a 14 do corrente d. Anna Pedroso.

A testadora lega a um pardo por ela criado a quantia de 1:000\$ e mais os remanescentes da herança, a qual legou, em usufruto, a suas duas irmãs sobreviventes.<sup>197</sup>

No primeiro caso, acha-se interessante ressaltar que o comportamento perturbador ficou por conta do ‘branco’, enquanto que ao ‘de cor’ explicitaram sua profissão, de modo a evidenciar que tratava-se de um trabalhador. Já no segundo, caso, é possível identificar a inclusão de um pardo no testamento de d. Anna Pedroso, apesar de não ter o nome citado – o que pode soar como um descaso – não está inserido num contexto de violência.

Em relação às mulheres identificadas como ‘pardas’ encontrou-se, no mais das vezes, sendo atribuídas a elas o papel de amásias cujos comportamentos pareceram ser evidenciados como descontrolados. Como o caso da “parda Dourada”, que “mordida de ciúmes” de seu

<sup>195</sup> A Federação, 31 de outubro de 1895, p.2.

<sup>196</sup> A Federação, 02 de fevereiro de 1902, p.2.

<sup>197</sup> A Federação, 18 de agosto de 1901, p.2.

amante, “um pacato crioulo”, “feriu-o no rosto com uma facada”<sup>198</sup>. Ou, ainda pode-se citar o caso da parda Isaura, que “levada pelo ciúme e no intuito de satisfazer desejos de vingança, há muito alimentados”, feriu “com quatro facadas e diversas partes do corpo, à sua companheira de nome Cecília”<sup>199</sup>. Neste sentido, mais que os homens “pardos”, as mulheres “pardas” eram representadas como perigosas e, ao que parecem principalmente como passionais.

Os usos e sentidos conferidos às categorias de cor também podem (e devem) ser pensadas do ponto de vista coletivo n’ *A Federação*, pois se sabe que os negros integraram inúmeras associações que, a fim de fazerem frente aquela sociedade fortemente racializada, propuseram ações para melhorar suas condições políticas, sociais e culturais<sup>200</sup>. Deste modo, pesquisou-se nessa folha republicana duas instituições do tipo – A Sociedade Floresta Aurora e a Irmandade do Rosário - que se destacaram no recorte cronológico estabelecido aqui, a fim de perceber como as mesmas foram representadas pelos periodistas. Contudo, o resultado que se obteve foi um material bastante conciso que permitiu apenas ter uma vaga ideia sobre como o associativismo negro era encarado ali.

A pioneira Sociedade Floresta Aurora, fundada em 1872 na capital da província sul-rio-grandense, surgiu com o caráter beneficente para auxiliar famílias negras em caso de óbito, custeando o funeral e prestando assistência a essas famílias. Como de praxe, a música e a dança eram atividades deveras valorizadas pelos negros que frequentavam os clubes. Deste gosto, a Sociedade Floresta Aurora constituiu um conjunto musical, perante o qual os redatores d’ *A Federação* pareceram nutrir respeito e admiração. Foi esta a única atividade da dita instituição a que se referiram os redatores. Apesar de o material levantado ser composto por publicações muito sucintas, foi possível identificar representações positivas sobre a dita banda de música, seguidamente qualificada ali como “distinta”. Era comum encontrarmos divulgadas as datas e locais de suas apresentações, que seguidamente ocorriam em eventos como as touradas ou a bordo dos vapores. A presença do grupo, inclusive, era tida pelos periodistas como um atrativo para os eventos que participavam. Escreviam eles ao finalizar algumas publicações do tipo: “a banda de música Floresta Aurora *abrilhantar*á o espetáculo”<sup>201</sup>. Outro expoente do associativismo negro e especialmente de espaço devocional a fé católica em Porto Alegre, foi a Irmandade Nossa Senhora do Rosário, fundada em 1876.

<sup>198</sup> *A Federação*, 09 de junho de 1886, p.2.

<sup>199</sup> *A Federação*, 27 de janeiro de 1890, p.2.

<sup>200</sup> Sobre sociedades negras em Porto Alegre, ver: MÜLLER, Liane Suzan. “*As contas do meu rosário são balas de artilharia*” – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Dissertação (Mestrado) PUCRS, Porto Alegre, 1999.

<sup>201</sup> Alguns exemplos podem ser encontrados nas edições d’ *A Federação* dos dias 10/10/1889 p.3; 11/10/1889 p.3; 12/10/1889, p.3; 07/11/1889 p.3; 08/11/1889 p.3; 09/11/1889 p.3.



Sobre ela deparamo-nos com abundantes referências, porém, nada que permitisse visualizar que ideia os redatores faziam dela. O que pode ser encontrado nas páginas no jornal do PRR são alguns informativos cujo fim era fim divulgar as últimas deliberações da irmandade no tocante, por exemplo, a formação de comissões, quadros administrativos, arrecadação de fundos, etc.; ou, a divulgação de festividades religiosas ocorridas na igreja destes irmãos<sup>202</sup>.

De acordo com essas pouquíssimas palavras sobre o associativismo negro n' *A Federação*, parece que não interessa aos redatores dar destaque aquelas boas ou notórias ações sociais protagonizadas por negros. E, quando, raramente ocorria, a identificação da cor não era necessária<sup>203</sup>. Noutras palavras, as organizações de negros (pelos menos aquelas apresentadas e que foram as que mais se destacaram em Porto Alegre daqueles tempos) foram, além de invisibilizadas pelo jornal, sobretudo ignoradas, uma vez que naquela época havia uma intensa organização associativa e cultural dos negros com a criação de inúmeras associações dramáticas e culturais<sup>204</sup>. Afinal, conforme se vem constatando, os afro-brasileiros que deveriam ficar *visíveis* e em evidência, na maioria dos casos eram aqueles que se destacavam pelos comportamentos inapropriados para a vida em sociedade.

\*\*\*

Com as discussões tecidas neste capítulo percebeu-se o quão heterogêneas poderiam ser as posturas manifestadas pelos periodistas do jornal *A Federação* em relação ao negro, situação que, por sua vez, refletiu-se em representações igualmente variáveis sobre o mesmo. Em suma, observou-se a montagem de dois perfis antagônicos reservados por estes articulistas para a identificação da população negra: trabalho, obediência e subordinação serviam para referenciar aqueles “bons negros” ou os “corrigíveis”, enquanto que vagabundagem,

<sup>202</sup> A título de exemplo, podem-se consultar as edições d' *A Federação* dos dias 01/07/1884 p.3; 14/03/1885 p.3; 18/03/1885 p.3; 15/04/1885 p.3; 09/05/1885 p.03.

<sup>203</sup> Deve-se considerar que a *invisibilidade* da negritude destas organizações talvez se relacione com o fato de que seus dirigentes eram considerados da “elite”, ou seja, tratava-se de negros que dispunham de melhores condições sociais. Muitas vezes funcionários públicos, de baixo escalão, mas que por não trabalharem na informalidade como muitos negros – acabavam por constituir um grupo distinto da maioria.

Apontamentos afins e, especialmente sobre os quadros administrativos da Floresta Aurora, podem ser encontrados em: JESUS, Nara Regina de. *Clubes sociais negros em Porto Alegre – RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e questão da identidade social*. 2005. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

<sup>204</sup> Sobre este assunto ver: BOHRER, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014. SANTOS, Isabel Silveira. *Abram-se as cortinas. Representações étnico-raciais e pedagogias do Palco no Teatro Arthur Rocha*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Canoas, 2009. ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Programa de pós-graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2010.

desobediência e insubordinação, sinalizavam os “maus” e “detestáveis”. Estas representações dicotômicas ficaram evidentes em boa parte dos debates analisados, a partir dos tratamentos que os referidos republicanos despenderam aos negros que seguiam a um ou ao outro destes perfis.

Os periodistas que se apresentaram adeptos aos projetos interessados na inserção socioeconômica dos libertos, como vimos, posicionaram-se contrários àquela proposta das colônias penitenciárias. Porém, esta contrariedade era destinada aqueles “trabalhadores”, que deveriam ser alojados em colônias que lhes garantissem o acesso a terra. Assim, defendiam a necessidade de mecanismos do tipo (como as casa de correção, por exemplo) para reabilitar os “vagabundos”. Sobre o convênio para a regulamentação do serviço doméstico também se percebeu deliberações semelhantes. Vide o fato de que entre as bases deste arranjo previa-se gratificar em dinheiro aqueles criados que bem servissem seus amos durante determinado período, e estigmatizar aqueles que não se enquadravam nas normas estabelecidas pelos padrões ao registrarem em suas matrículas os maus comportamentos que apresentavam. Ao disporem acerca das relações entre os negros e a polícia nos espaços públicos de Porto Alegre, os periodistas d’ *A Federação* buscaram defender aqueles indivíduos “de cor” que se comportavam “corretamente” perante às autoridades, isto é, submissos e obedientes. Aqueles que apresentavam comportamentos inversos eram alvos de crítica e desqualificações no jornal.

Vale sublinhar que, de qualquer forma e para além destas imagens contrapostas travadas em torno da população afro-brasileira, figurava como pano de fundo de ambas, a preocupação com seu controle social. Esforçavam-se os republicanos d’ *A Federação* em ditar as regras sobre como deveria funcionar a vida destes indivíduos, bem como os comportamentos que deviam externar a fim de serem aceitos e reconhecidos como cidadãos da República.

Ao tratar dos usos e sentidos que os republicanos da dita folha atribuíam e empregavam “preto”, “pardo” e “crioulo” nas páginas deste jornal, ficaram claras as íntimas relações entre aqueles perfis que se falava e a visibilização de seus donos por sua cor e/ou origem. Na verdade, ficou claro que os negros que deviam ficar visíveis e destacados ali eram os que não atendiam às expectativas dos periodistas, aqueles que cultivavam e manifestavam comportamentos inapropriados para o espaço público e, principalmente, que protagonizavam transgressões. Ao fazerem isso, o jornal também reforçava o quão condenável socialmente tornavam-se aqueles que não *andavam na linha*, fornecendo a seus leitores verdadeiros exemplos do que *não fazer* e de como *não agir*.

No entanto, nem sempre as representações que se desprendiam dos negros n' *A Federação* eram pejorativas. Noutros termos, e enfim, para além da visibilidade negativa que se empreendia fortemente neste jornal republicano acerca dos afro-brasileiros, isto não se constituía uma regra, tendo em vista que existiram e assinalaram-se casos em que a cor foi acionada até mesmo positivamente.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambos os capítulos que constituíram este trabalho apresentaram-se extremamente relacionados, uma vez que permitiram analisar as aplicabilidades das categorias de cor e raça em relação às personalidades negras e à massa, composta por gente comum, identificando aproximações e discrepâncias entre elas.

Observou-se que a visibilização dos afro-brasileiros n' *A Federação* apresentou-se fortemente atrelada às características tidas como reprováveis por seus membros e periodistas. Em relação aos abolicionistas as discordâncias político-partidárias pareceram ser o estopim para o acionamento da cor e/ou da raça do indivíduo, enquanto que para o *povo*, o que determinava era o protagonismo de contravenções ou a manifestação de comportamentos condenáveis no espaço público. Nestes casos, ademais, a visibilidade nunca vinha sozinha, ou seja, ela vinha acompanhada de outros desígnios que desqualificavam a pessoa a quem era atribuída. No caso de Patrocínio – único dos abolicionistas que sofreu com os dilemas da racialização – foi arguido, entre outras coisas, como “indisciplinado” e “desertor”; enquanto que aos indivíduos *comuns* ficavam reservadas as insígnias de “vagabundos”, “desordeiros”, “gatunos” e afins.

Sublinha-se que quando se tratou de Patrocínio a visibilização processou-se de forma bastante discreta pelos periodistas d' *A Federação*, visto que foi identificada nas entrelinhas das publicações. Por outro lado, quando referente à massa, isto ocorreu de forma bem direta e expressa. Logo, uma coisa era o trato com aqueles negros letrados, companheiros de abolicionismo e ativistas políticos, para quem se exigia dos redatores certo tato, principalmente, quando envolvia dirigir a eles desqualificações de natureza racializada. Outra coisa, bem diferente, era identificar a aqueles da *arraia-miúda*, aqueles que perturbavam o espaço público e que então não se enquadravam na disciplina requerida pelo PRR.

A influência que a situação socioeconômica da pessoa exercia para sua visibilidade ou invisibilidade no dito jornal ficou também clara em ambos os capítulos. Como se viu, com exceção de José Patrocínio, todos os outros abolicionistas negros não foram identificados por sua cor e/ou raça, parecendo, inclusive, serem donos do respeito e da admiração dos periodistas d' *A Federação*. No tocante ao segundo capítulo, identificou-se entre alguns de dos personagens uma invisibilidade que, inserida em contextos sugestivos, fez-nos suspeitar de tratar-se de indivíduos “de cor”. Isto é, quer-se dizer que a supressão dos designativos de cor pareceu também funcionar quando se tratava de gente simples, mas que conseguira gozar de uma situação socioeconômica um pouco mais confortável, como, por exemplo, proprietários de casebres de aluguel ou donos do próprio negócio. Para além destes aspectos,

talvez a invisibilização dos afro-brasileiros no jornal *A Federação* também estivesse relacionada ao projeto de cidadania forjado por seus colaboradores, mais especificamente no atendimento de seus requisitos: trabalho, submissão e obediência. O único dos abolicionistas que manifestou comportamentos na contramão deste programa foi desqualificado racialmente, assim como todos aqueles outros negros, os do segundo capítulo, que descumpriam tais premissas.

Nem todas as vezes os qualificativos indicativos de cor e raça eram usados com tom pejorativo no periódico, assim como nem sempre estava reservada a invisibilidade a todo aquele negro visto com bons olhos pelos redatores em questão. Neste sentido, pode-se citar o caso de Luiz Gama, expressamente classificado como “negro”, e ainda o estadunidense Frederico Lucas - “preto legendário”, o paulista “Mestre Lucas” - “velho preto mina” e Antonio Ribeiro - “pardo”, personagens destacados no segundo capítulo. Nestes últimos também se observa que se tratava de trajetórias ascendentes, o que certamente confluía para a forma positiva como foram caracterizados na folha do PRR.

Da visibilização dos negros n’ *A Federação* desprenderam-se, assim, representações variáveis acerca destes indivíduos, as quais podiam justificar-se tanto nos aspectos sociais e econômicos que usufruía o indivíduo em questão, como no posicionamento do próprio periodista. Nem sempre estas discordâncias internas entre os membros do jornal ficaram claras, porém quando se tratou dos projetos para a transformação do trabalho pelo menos duas vertentes destacaram-se: os que defendiam a imigração como a *única* solução e os que as defendiam, mas que também incluíam o recurso da população liberta. Não foi possível precisar, mas suspeita-se que estes distintos posicionamentos refletiam-se também nos sentidos conferidos às categorias de cor e raça quando empregadas para identificar os afro-brasileiros. Ou seja, significa dizer que pode ser que aquelas representações negativas, que tendiam a ligar cor à criminalidade, partiram daqueles que justamente rejeitavam o negro para configuração do trabalho livre e que eram a favor unicamente da imigração do europeu. E, em contrapartida, aquelas outras representações, mais positivas ou pelo menos mais amenas, foram formuladas por aqueles articulistas que defendiam e deliberavam acerca da inserção socioeconômica do negro. Não se descarta para este último caso, que estes periodistas partilhassem da descendência africana ou que se relacionassem de alguma forma com este povo, uma vez que se identificou na composição do PRR republicanos com tal perfil - vide o caso de Aurélio Viríssimo de Bittencourt.

Mesmo diante destas diversas formas de representar o negro, não se pode esquecer que, para além das divergências entre os colaboradores d’ *A Federação*, ainda assim se trata

de um grupo unido por laços partidários e, sobretudo ideológicos. Logo, identificou-se como unânime a preocupação com o controle social do negro que se desprende de praticamente todas as discussões propostas, em especial, as do capítulo 2. Para os redatores deste jornal, o negro, pelos péssimos hábitos que poderia manifestar, era considerado um elemento perigoso e que, se não controlado, atrapalharia aquele projeto republicano pautado sobremaneira na instauração e manutenção da *ordem*. Desta forma, quando eles perturbavam o espaço público de alguma forma, além de destacados negativamente no jornal, eram alvos, principalmente, de detenções. Os motivos que os levavam ao protagonismo das mesmas como, por exemplo, não colocação no mercado de trabalho vide a concorrência com os imigrantes, nunca foram evidenciados no jornal.

À vista disso, aquela invisibilidade que *A Federação* forjava acerca das tensões raciais, com a qual se introduziu este trabalho, continuou manifestando-se em todas as discussões que propomos no transcorrer dessas páginas. Claro que se pôde acessar e por em xeque as fragilidades deste discurso, mas, ainda sim, verificou-se a insistência de dos periodistas em tratar os problemas dos negros sob o ponto de vista pessoal. Noutras palavras, a invisibilidade dos problemas raciais justifica-se porque as dificuldades dos afro-brasileiros não eram consideradas questões de ordem pública para estes periodistas. Os quais entendiam que aquele negro que vivia na vagabundagem, protagonizando crimes e roubos, era assim simplesmente porque *queria*, porque não conseguia *controlar* os maus hábitos inerentes à sua natureza. O Estado e, em específico, o governo republicano do PRR, eximia-se de responsabilidades frente a esta população, uma vez que (no entendimento de seus agentes) já as tinha cumprido quando efetivada a libertação do cativo.

Dos excertos do jornal *A Federação* percebeu-se que as representações republicanas sobre os afro-brasileiros no pós-abolição pouco ou quase nada mudaram em relação as que foram formuladas na época da escravidão. Isto é, o estigma do escravismo na realidade percorreu e se manteve presente no processo de abolição e na época posterior a ela, de modo que designativos como “preto” e “crioulo” continuaram a fazer parte do vocabulário dos periodistas e consigo carregando significados bastante pejorativos.

Enfim, as mazelas herdadas deste período e que marcaram o destino de seus egressos, fadando-os, em sua maioria, à subalternidade e sujeitando-os a preconceitos raciais, persistem e se manifestam ainda hoje. Dilemas estes que, do ponto de vista de determinados dirigentes e de setores sociais, justificam-se semelhantes à forma como faziam os republicanos rio-grandenses lá na virada do século XIX para o XX, isto é, as condições que a população afro-brasileira dispõe para viver dependem unicamente dela própria e de sua força de vontade, uma

vez que ‘brancos’ e ‘pretos’ estariam em pé de igualdade. O debate sobre as cotas, ou melhor, a opinião daqueles que se postam contrários às mesmas, por exemplo, nos sugere justamente isso.

Por fim, encerra-se observando que, algumas vezes, as *continuidades* se mostram muito mais interessantes e cruciais que as *rupturas* quando o assunto é História, de jeito que seu destaque e problematização podem (e devem) servir para que elas algum dia dissolvam-se, tornando o presente um lugar mais justo.

## REFERÊNCIAS

- ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. 2008. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2008.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Joaquim Nabuco*. Companhia das Letras, São Paulo, 2007 (Coleção Perfis Brasileiros).
- \_\_\_\_\_. O triângulo negro da abolição. *Ciência Hoje*, v.49, ed.292, p. 151-162, mai. 2012.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução Magna Lopes. São Paulo: EDUSC, 1991.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sérgio Baptista da (Orgs.) *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004.
- ARAÚJO, Thiago de Leitão. Nem escravos, nem libertos: os contratos de prestação de serviços nos últimos anos da escravidão na província de São de Pedro. In. MACHADO, Maria Helena, CASTILHOS, Celso Thomas. *Tornando-se livre. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 85-104.
- ATOLINI, Thanise, ZUBARAN, Maria Angélica. A reinvenção da abolição e dos abolicionistas no jornal O Exemplo: representações pedagógicas e culturais (1920-1930). *Revista de Iniciação Científica da Ulbra*. n.12, p.129-140, 2014.
- AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo: tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação do departamento de História, USP, 2001.
- AZEVEDO, Célia Marinho de. O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, v.30, p.151-162, Dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 1987.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 1999.
- BAKOS, Margaret. *RS: escravismo & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.



BARCELLOS, Daisy Macedo de. (et al.). *Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, Identidade e Territorialidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Série Comunidades Tradicionais).

BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil*. Gênero e poder no século XIX. Tradução Luiz Antônio Oliveira Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BERUTTI, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul (1790-1825)*. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

BETHELL, Leslie, CARVALHO, José Murilo. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos. Correspondência 1880-1905. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23 n.65, p. 207-229, 2009.

BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*. Tese (Doutorado) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

BORBA, Gislaine. “É *causa dos oprimidos a que abraçamos*”: considerações sobre escravidão e liberdade nas páginas do jornal A Reforma (Porto Alegre/ 1870-1888). 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

BOHRER, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

BOTELHO, Tarcisio R. Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: *ABEP – XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004 (CD Room).

BOURDIEU, Pierre. A Força da Representação. In: \_\_\_\_\_. *Economia das Trocas Linguísticas*. EDUSP, São Paulo, 1996.

BRUNSWICK, Henrique. *Novo Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*. 3ª edição, s/dt., Lisboa: Empresa Literária Fluminense.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1846)*. 2010. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*. Maringá, v.9, n.1, p. 143-165, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *Cidade Febril: cortiços, e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Visões da Liberdade - Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Ana Paula do Amaral. *Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894)*. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2013.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. Rio de Janeiro: Difel, 1966.

COSTA, Milton Carlos. *Joaquim Nabuco: entre política e história*. São Paulo: Annablume, 2003.

COSTA, Valéria Gomes. *Trajetórias Negras: os libertos da Costa d'África no Recife (1846-1890)*. Tese (Doutorado em História), Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2013.

CRUZ, Alline Torres Dias da. *Suburbanização e racismo no Rio de Janeiro: uma leitura de Madureira e Dona Clara no contexto pós-emancipação (1901-1920)*. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e Regional) - Programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DIHL, Tuane Ludwig. (Des) construindo uma memória: a campanha abolicionista nas páginas do jornal A Federação. *Revista Hydra*, São Paulo, v.01, nº2, p.170-185, ago. 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: GOMES, Flávio. *Políticas da raça – experiências e legados da abolição e da pós-abolição no Brasil*, São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p.121-154.

\_\_\_\_\_. Fio de Ariadne: O protagonismo negro no pós-abolição. *Anos 90*, Porto Alegre, v.16, n.30, p.215-250, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. *Uma história não contada*. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

ELMIR, Claudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. *Revista anos 90*. Porto Alegre, v.19, n. 36, p.67-90, dez.2012.

ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Programa de pós-graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2010.

FÉLIX, Loiva Otero. As relações coronelistas no Estado borgista: discussão historiográfica. *Revista Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo, v.28, p.67-88,1992.

\_\_\_\_\_. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Medonça. *Teresa*. Revista de Literatura Brasileira, São Paulo, n.8/9, p.300-321, 2008.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1988.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª ed. aum. São Paulo: Nacional; Recife: Insituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo – apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

GAMA, Luiz. *Primeiras Trovas Burlescas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias das mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*. Mauad X: FAPERJ. Rio de Janeiro, 2008.

HAAG, Carlos. *Quase pretos, quase brancos (Entrevista com Lilia Moritz Schwarcz)*. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, ed.134, p. 10-15, abr. 2007.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

HOHLFELDT, Antônio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. *Revista da Associação Nacional dos programas de Pós-graduação em Comunicação*. Porto Alegre, p.1-12, dez.2006.

IOTTI, Luiza Horn. Imigração e colonização. In. *Revista Justiça e História*. Porto Alegre, v. 03, n. 5, p. 1-26, 2003.

JAIME, Pedro. *Executivos Negros: Racismo e diversidade no mundo empresarial*. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, 2016.

JESUS, Nara Regina de. *Clubes sociais negros em Porto Alegre – RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e questão da identidade social*. 2005. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

KABENGELE, Daniela do Carmo. *A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês*. 2012. 202 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2012.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KROB, Bruna Emerim. Emancipação de escravos e controle sobre trabalhadores libertos: os registros policiais da Cadeia Civil de Porto Alegre (1884-1888). *Aedos*, Porto Alegre, v.07, n.17, p. 144-168, dez. 2015.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Petrópolis: Vozes, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LE MOS, Juvêncio Saldanha. *Os mercenários do imperador: a primeira corrente imigratória para o Brasil*. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.

LEITE, Ilka Boaventura. *O Legado do Testamento: a Comunidade de Casca em perícia*. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/NUER, 2004.

LIMA, Rafael Peter de. *Andrés Lamas e a atuação da Legação Oriental na Corte Imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Programa da pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016;

\_\_\_\_\_. *A Nefanda Pirataria de Carne Humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2010.

LONER, Beatriz Ana. Trajetórias de “setores médios” no pós-abolição: Justo, Serafim e Juvenal. In: XAVIER, Regina Célia (org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012, p.417-442.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O império é que era a República: a Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. *Lua Nova*, São Paulo, Ed. 85, p. 277-311, 2012.

MARQUES, Leticia Rosa. Entre cor e hierarquia: apontamentos sobre a ascensão social de mulatos e a carreira militar no Brasil da primeira metade do século XIX. *Estudios Historicos*, Uruguai, n.11, p.1-16, dez. 2013.

MARTINY, Carina. De escravos a trabalhadores livres: pecuária, escravidão e trabalho livre no Brasil (Segunda metade do século XIX). In: *Anais do VII Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. Universidade Federal do Paraná (UFP), Curitiba, 13 a 16 de mai. 2015, p.1-15.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. Edição revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.  
\_\_\_\_\_. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. 2011. 282 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

MONSMA, Karl. Imigração e Violência Racial: italianos e negros no oeste paulista, 1888-1914. *Impulso*. V.15, Piracicaba, 2004, p.49-60.

MONTI, Verônica A. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul -1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

MORAES, Renata Figueiredo. *Os diferentes 13 de maio*. História, memória e festa da abolição. *OP SIS*. v.7, n.9, jul./dez, p.215-228, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os maíoi de 1888: História e memória na escrita da História da abolição*. O caso de Osório Duque-Estrada. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2007.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Aurélio Vírissimo de Bittencourt: Burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio, DOMINGUES, Petrônio. (orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimento sociais (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p.87-107.

\_\_\_\_\_. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Armazém digital: Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.40, n.01, p.85-127, jan./jun. 2014.

\_\_\_\_\_. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

\_\_\_\_\_. Os contratados: uma forma de escravidão disfarçada. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, vol. 16, n. 1-2, p.211-224, 1990.

\_\_\_\_\_. Uma parda infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt/ Jaguarão, século XIX). In: *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, 2009, p.1-18.

\_\_\_\_\_; PENNA, Rejane. *Política e Poder nos Primeiros Anos da República: a correspondência entre Júlio de Castilhos e seu secretário, Aurélio Viríssimo de Bittencourt*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

\_\_\_\_\_; MUGGE, Miquéias Henrique. O inadmissível roubo da carta de alforria do nagô Pedro Allgayer: a escravidão em uma zona de imigração alemã (RS, séc. XIX). *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, vol. 49, nº. 1, p.30-46, jan/abr 2013.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de. (orgs.) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MÜLLER, Liane Suzan. “*As contas do meu rosário são balas de artilharia*” – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Dissertação (Mestrado) PUCRS, Porto Alegre, 1999.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da folha de São Paulo). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf>>. Acessado em: 05 set. 2016.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (orgs.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1966, p.13-32.

PAMPLONA, Marco A. Joaquim Nabuco e a luta abolicionista dos primeiros tempos (1879-1886) – ação parlamentar, campanha nas ruas e conexões com abolicionistas britânicos e norte-americanos. *Revista de História Iberoamericana*, Madrid, v.3, n.01, p. 50-68, 2010.

PEREIRA, Cristiana Schettini. *Que Tenhas Teu Corpo: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2002.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. *As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. 2006. 206 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do séc. XIX. In: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 30, n.2, p.27-37, dez. 2004.

\_\_\_\_\_. *O cotidiano da República*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1900.

\_\_\_\_\_. *História e História Cultural*. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

\_\_\_\_\_. *Uma outra cidade*. O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: Sergius Gonzaga. (Org.). *RS: Economia & Sociedade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 277-327.

\_\_\_\_\_. “*Que a União Operária seja nossa Pátria*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS Tchê, 1992.

PICOLLO, Helga Iracema Landraff. Escravidão, imigração e abolição. Considerações sobre o Rio Grande do Sul do século XIX. In: *Anais da VIII da Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 1989, p.53-62.

\_\_\_\_\_. Rio Grande no século XIX. Imigração alemã e construção do Estado nacional brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.10, n. 2, p.85-98, jul/dez 1997.

PINTO, Ana Flavia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2014

PINTO, Céli Regina Pinto. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PRIORE, Mary Del. *O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde D’Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

REZENDE, Cláudia Barcellos; MAGGIE, Yvonne (Orgs.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RIOS, Ana Maria, MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v.5, n.8, p. 170-192, jan./jun. 2004.

ROBERT, Dalbert Junior. *Isabel, a “Redentora dos escravos”*: um estudo das representações sobre a princesa. 2001. 212 f. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2001.

ROCHA, Cristiany Miranda. *História das famílias escravas*. Campinas, século XIX, São Paulo: editora da UNICAMP, 2004.

RODRIGUES, Fábio Della Paschoa. *Um crítico para inglês ver: Silvio Romero e seu estudo sobre Machado de Assis*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/c00013.htm>>. Acessado em: 28 dez. 2015.

ROSA, Marcos Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. 2014. 312 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2014.

RÜDIGER, Francisco. A Federação e o Processo político-ideológico rio-grandense. *Comunicação & Cultura*, Porto Alegre: Museu de Comunicação, 1984, p.12-21.  
RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1993.

SANTIAGO, Silvana Santiago. *Tal Conceição, Conceição de Tal*. Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2006.

SANTOS, José Antônio. Estratégias étnicas e trajetórias de intelectuais negros. In: *Anais do VI Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 2013, p.1-14.

SANTOS, Isabel Silveira. *Abram-se as cortinas*. Representações étnico-raciais e pedagogias do Palco no Teatro Arthur Rocha. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Canoas, 2009.

SAMPAIO, Gabriela do Reis. *Juca Rosa*. Um pai-de-santo na corte imperial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial do Brasil – 1870-1930*; São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (1996).

\_\_\_\_\_. Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado. *Ciência e cultura*, São Paulo. v. 64, n. 1, p.48-55, jan. 2012.

\_\_\_\_\_. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em psicologia) - Instituto de psicologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. Sim, nós Somos Racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*. 26(1), p.83-94.



SCOTT, Rebecca. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

SEYERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial. *Revista USP*, São Paulo, nº 53, p.117-149, mar./mai.2012.

SILVA, Ana Carolina Feracin. *De “Papa-pecúlio” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. 2006. 215 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2006.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922: p. 815. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789).

SILVA, Leonardo Santana da. *O processo abolicionista no Brasil na visão de dois intelectuais afrodescendentes engajados na causa: André Rebouças e José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SILVA, Naomi Santos da. *O “batismo na instrução”*: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2014.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra Lá Dois pra Cá: O Parthenon Literário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

SODRÉ, Carlos Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SÔNEGO, Aline. *“Sob a condição que continue em nossa companhia”*: as décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município Rio-grandense (Cachoeira 1871/1889). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, 2011.

SPTIZER, Leo. *Vidas de entremeio*. Assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém branco: hegemonia branca e media no Brasil. In V. Ware (Org.), *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro, 2004, p.363-386.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Ford, 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX). *Primeiras jornadas de história regional comparada*. Porto Alegre: DiscPress, 2000

\_\_\_\_\_. *A Organização Social dos Imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 424 p, 2000.

TRINDADE, Alexandro Dantas. *André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social*. 2004. 325 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2004.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (Século XIX)*. 2013. 506 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de. *República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República*. 2011. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2011.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: As irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

XAVIER, Regina Célia. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Centro de Memória, Editora da Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. A escravidão no Brasil Meridional. In: SILVA, Gilberto Ferreira, SANTOS, José Antônio dos, CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (orgs.). *RS Negro: cartografia sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009, p.15-31.

\_\_\_\_\_. *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. Ser escravo no Rio Grande do Sul – Construção de identidades e cidadania. In: *Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, p.1-11, 2013.

WEIMER, Rodrigo. *Os nomes da liberdade: práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas últimas décadas do século XIX*. 2007. 336 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2007.

\_\_\_\_\_. *A gente da Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente)*. 2013. 467 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Niterói, 2013.

\_\_\_\_\_. Do Presidente (da Província) ao Sociólogo: Interpretações em consonância sobre a emancipação dos escravos no Rio Grande do Sul. In: *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, p.1-11, mai. 2009.

WINN, Peter. *Inglaterra y la Tierra Purpúrea – A la búsqueda del Imperio económico (1806-1880)*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación / Universidad de la República, 1999.

WITT, Marcos A. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã*, Rio Grande do Sul, Século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2008; ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa da pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2002.

ZICMAN, René Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo, n. 04, p. 89-102, 1985.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 06, n.3, ano. VI, p1-16, jul./ago./set. 2009.

\_\_\_\_\_. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diáspóricas. *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.27, p. 161-187, jul.2008.

\_\_\_\_\_. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In Claudia Mauch e Naira Vasconcelos (org.). *Alemães no Sul do Brasil*. Canoas, ed. ULBRA, 1994, p.65-74.

\_\_\_\_\_. *Slaves and Contratados: the politics of freedom in Rio Grande do Sul, Brasil, 1865-1888*. Tese (Doutorado). State University os New York at Stony Brook, New York, 1998.